UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RAPHAEL LEON DE VASCONCELOS

**Entre a arte e a indústria, entre a autonomia e a oficialização: definindo os
objetivos pedagógicos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo entre os anos 40
até o final do século XX**

Versão Corrigida

São Paulo
2020

RAPHAEL LEON DE VASCONCELOS

Entre a arte e a indústria, entre a autonomia e a oficialização: definindo os objetivos pedagógicos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo entre os anos 40 até o final do século XX

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História social

Orientadora: Profa. Dra. Antonia Terra de Calazans Fernandes

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

- V331 e** Vasconcelos, Raphael
Entre a arte e a indústria, entre a autonomia e a oficialização: definindo os objetivos pedagógicos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo entre os anos 40 até o final do século XX / Raphael Vasconcelos ; orientadora Antônia Fernandes. – São Paulo, 2020. 279 f.
- Dissertação (Mestrado)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.
1. Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. 2. Proposta pedagógica. 3. Escola técnica. 4. Sistema educativo. 5. Formação para o mercado de trabalho. I. Fernandes, Antônia, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Raphael Leon de Vasconcelos

Data da defesa: 02/07/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Antonia Terra de Calazans Fernandes

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 09/07/2020

(Assinatura do (a) orientador (a))

AGRADECIMENTOS

Um trabalho desse porte não poderia ser realizado apenas pela mão de uma pessoa. Assim, presto os meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que me ajudaram diretamente ou indiretamente na realização deste trabalho.

Ao Paulo César da Silveira, à Cristina Fastellini, à Ilze Mari dell'Erba Silva e ao Elias Martins, que me forneceram depoimentos valiosos acerca do Liceu de Artes e Ofícios. Eu imagino que nem sempre deve ser fácil para todas as pessoas arranjar um tempo para contar sua história a um estranho pesquisador. Por isso, eu realmente agradeço por vocês terem disponibilizado um pouco da sua vida para mim. Escutar vocês não foi apenas importante para o meu trabalho, mas também me proporcionou momentos agradáveis de conversas sobre o passado e a escola.

A todos os outros ex-alunos do Liceu, com especial atenção à AEXALAO (Associação dos Ex-estudantes do Liceu de Artes e Ofícios) e aos Dinos. Apesar de eu não ter conseguido entrevistar todos, o meu trabalho atraiu a atenção de muitos deles que me contaram suas histórias e vivências no lugar. Às vezes era um documento que me traziam (como Ana Carolina Lebre e Walkiria André), outras vezes apontavam coisas que eu deveria investigar. Pude aproveitar todas as nossas conversas em um restaurante no fim do ano, em uma festa junina promovida pela própria escola e em uma deliciosa pizzeria.

A todos os responsáveis pelo acervo que consultei para a realização da pesquisa. Todos foram especiais, mas devo prestar um especial agradecimento a Fernanda Carvalho, que cuida da documentação do próprio Liceu de Artes e Ofícios. Ela também pesquisava sobre a instituição e contribuiu de forma significativa para a organização do arquivo. Esse serviço permitiu que eu encontrasse novas fontes fundamentais para a dissertação e foi ela que me abriu as portas desse acervo, constituindo como uma espécie de intermediária entre mim e a escola. Sem esse contato, certamente minha pesquisa não teria chegado onde chegou.

À minha família que me ajudou a não enlouquecer durante o processo de escrita da dissertação. Creio que é um processo comum o mestrando se desesperar durante a pesquisa, achando que não vai conseguir concluí-la, mas não devemos esquecer as pessoas que nos apoiaram nesses momentos de fragilidade. Por isso, faço questão de sublinhar a minha família, que teve um papel fundamental em me manter nos eixos.

À turma do LAT 2017 da Unesp que, apesar de não estar envolvida na escrita propriamente dita, acompanhou um pouco da minha saga. No mesmo ano em que entrei no programa de pós-graduação da USP, entrei também no curso de graduação de teatro da Unesp. Lá tive experiências

incríveis que me tocaram como ser humano e que ajudaram a suportar um pouco da rotina estressante.

Aos pesquisadores do Lemad, sobretudo a Eva Aparecida dos Santos, não só uma colega de estudos, mas também uma amiga que esteve presente em diversos momentos do trabalho me auxiliando em questões técnicas de pesquisa e também pessoais.

À professora Antônia, que me acompanhou durante quase toda a minha trajetória acadêmica: desde os meus 17 anos quando entrei na faculdade de História até agora com a pesquisa de mestrado. Obrigado pelos conselhos, por me aceitar no Programa de Pós-Graduação em História Social e por ler e corrigir as diversas versões do trabalho até chegar à sua forma final.

RESUMO

VASCONCELOS, Raphael Leon de. **Entre a arte e a indústria, entre a autonomia e a oficialização**: definindo os objetivos pedagógicos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo entre os anos 40 até o final do século XX. 2020. 280f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A presente dissertação tem como objetivo analisar as transformações pedagógicas de ensino do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo quando a instituição passou a possuir uma estrutura escolar mais bem definida com a formação da escola industrial Ramos de Azevedo em 1943. Antes dessa data, o Liceu caracterizava-se como uma fábrica-escola, não apartando o setor educativo do produtivo. Com as Leis Orgânicas de 1942, o Estado brasileiro organizou os diversos ramos de ensino (primário, secundário, comercial, agrícola, industrial etc.) em um sistema único articulado entre si, sendo que o Liceu se incorporou nessa legislação adotando os seus princípios. Este foi um momento da história em que houve uma preocupação maior em fomentar o ensino profissionalizante e que estava associado ao processo de industrialização que o país vivia. O Liceu estava inserido nesse processo macropolítico, mas também possuía particularidades de tal modo a se contrapor ao sistema oficial de educação. Nos anos 50, a instituição optou por não estar mais vinculada às diretrizes das Leis Orgânicas, ofertando, assim, um ensino desoficial. O aluno conseguiria um diploma que possibilitava trabalhar, contudo este não dava acesso a outros graus de ensino. Tal situação apenas se alterou nos anos 70, quando a escola voltou a ofertar um ensino médio profissionalizante que poderia dar acesso ao ensino superior. Em um primeiro instante, a escola estava mais direcionada à formação profissional propriamente dita, mas, aos poucos, aproximando-se do século XXI, a escola passou a alterar as suas dinâmicas, valorizando muito mais o acesso ao ensino superior. Isso deriva das escolhas da própria instituição e da sociedade em seu entorno que estava se transformando. Assim, esta dissertação estuda as etapas da escola a partir de seus objetivos e como ela se articula com os demais ramos de ensino, criando novos significados para o ensino da mesma.

Palavras-chave: Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Proposta pedagógica. Escola técnica. Formação para o mercado de trabalho. Sistema educativo.

ABSTRACT

This master's dissertation aims to analyze the pedagogical transformations of the teaching system at the *Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo*, when the institution started having a structure better defined with the formation of the industrial school *Ramos de Azevedo* in 1943. Before that, it was characterized as a school factory, not setting apart the educational department from its productive one. With the 1942's organic laws, the Brazilian State sorted its different educational branches (primary, secondary, commercial, agrarian, industrial, etc.) into a single, articulated system itself, and the *Liceu* incorporated itself into this legislation adopting its principles. This was a moment in history when there was a greater concern in promoting vocational education and that was connected with the industrialization process that the country was going through. The *Liceu* was inserted in this macro-political process, however it also had some particularities so that being in opposition to the official education system. In the 1950s, the institution chose not to be attached to the guidelines of the organic laws anymore, therefore, in this way, offering a non-official teaching. The student would obtain a diploma that would qualify them to work, on the other hand it did not give access to other degrees of forming. This situation only changed in the 1970's when the school started offering back high school combined with vocational school again which could give access to college education. At first, the school was more focused at vocational training per se, but, gradually, getting closer to the 21st century, the school started altering its own dynamics, esteeming even more the access to higher education. It derives from the very choices the institution made, and the society around it that was evolving. Thus, this dissertation studies the school's stages based on its goals and how it articulates with the other branches of education creating new meanings for its teaching.

Keywords: *Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo*; pedagogical proposal; vocational school; qualification for the job market; and educational system

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1 O ensino profissionalizante do Liceu antes da sua constituição como ramo articulado ao sistema educativo escolar.....	23
1.1 O lugar do trabalho na sociedade escravocrata brasileira.....	24
1.2 Instituições educativas profissionalizantes no Império e na Primeira República.....	27
1.3 A criação da Sociedade Propagadora de Instrução Popular.....	30
1.4 O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.....	31
1.5 O Liceu de Artes e Ofícios e a industrialização do ensino.....	38
1.6 As oficinas do Liceu de Artes e Ofícios.....	45
1.7 O papel do Liceu de Artes e Ofícios na arquitetura e urbanismo de São Paulo.....	47
1.8 Exposições do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.....	53
2 A incorporação do Liceu à Lei Orgânica de Ensino Industrial de 1942: permanências e mudanças.....	60
2.1 A Centralização do governo Getúlio Vargas e o projeto de racionalização da sociedade.....	61
2.2 As Leis Orgânicas de Ensino de 1942 e a constituição de um sistema escola.....	65
2.3 A formação da Escola Técnica Ramos de Azevedo e as Leis Orgânicas de Ensino.....	69
2.4 O prédio da Avenida Tiradentes e a sua conexão com o campo das artes.....	74
2.5 A disciplinarização do espaço escolar.....	79
3 A formação de um núcleo livre de ensino profissional: a desoficialização do Liceu de Artes e Ofícios.....	83
3.1 A desoficialização do ensino no Liceu de Artes e Ofícios e o discurso assistencialista.....	84
3.2 O cotidiano escolar e os métodos de ensino.....	89
3.3 As transformações da indústria do Liceu de Artes e Ofícios.....	98
3.4 As leis de equiparação do ensino profissional nos anos 50 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961.....	101
3.5 As críticas à desoficialização do ensino no Liceu.....	108
3.6 O lento processo de saída do Liceu do prédio da Avenida Tiradentes.....	110
4 A formação da escola técnica do Liceu de Artes e Ofícios.....	120
4.1 A política educacional brasileira para o ensino técnico profissionalizante.....	121
4.2 A Escola Técnica do Liceu de Artes e Ofícios.....	124
4.3 As fontes orais e o cotidiano escolar.....	127
4.3.1 As personagens da história.....	130

4.3.2 As entrevistas.....	134
4.3.3 Entrando no Liceu de Artes e Ofícios.....	135
4.3.4 Os professores.....	136
4.3.5 Material didático.....	140
4.3.6 O espaço físico.....	142
4.3.7 Os laços de amizade e sociabilidades estudantis.....	144
4.4 O ensino técnico e o mercado de trabalho.....	149
4.5 A formação do Centro Cultural do Liceu de Artes e Ofícios.....	159
 Conclusão.....	 166
 Referências.....	 173
 Anexos.....	 190

1 Introdução

A presente dissertação possui como principal objetivo analisar as transformações do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, procurando avaliar como a sua proposta educacional passou por mudanças em relação à legislação oficial de educação implementada a partir da década de 40, quando o país ganhou uma única estrutura educacional integrando, de forma seriada, os seguintes ramos de ensino: primário, secundário, superior e profissionalizante. Assim, a partir da especificidade de uma escola, procura-se saber como ela se adequa e negocia com o poder legal e como ela fundamenta o seu projeto pedagógico a partir da articulação com esses diversos ramos do sistema educativo.

O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo é uma instituição centenária cujas raízes remontam ao ano de 1873 com a Sociedade Propagadora de Instrução Popular. Esta fundou uma escola, a qual inicialmente possuía a intenção de alfabetizar e ofertar cursos primários para a população. Apenas em 1882 surgiu o nome pelo qual é conhecido atualmente, “Liceu de Artes e Ofícios”. Isso se deu por conta de uma remodelação dos seus currículos, aos quais se inseriu de modo mais contundente um ensino voltado, como a própria nomenclatura indica, para a produção artística e para os mestres de ofícios. Nos anos de 1890, com a administração do arquiteto Ramos de Azevedo, o estabelecimento ganhou proporções maiores conectando-se a uma rede que envolvia políticos, poder econômico e a área da construção civil em um momento em que a cidade de São Paulo começava a crescer. A imigração vinda da Europa estava transformando drasticamente a cidade, que precisava se ajustar a essa grande leva de pessoas. Assim, a instituição começou a exercer um papel importante na construção desse novo ambiente. Monumentos foram erigidos, prédios foram erguidos e as mãos dos artesãos do Liceu estavam em cada canteiro de obra. O Liceu era como uma oficina-escola que vendia o produto de seus alunos. Dessa forma, aumentou-se os incentivos para se produzir ainda mais nesse período.

Este final do século XIX e início do XX foi considerado como o período áureo da instituição e isto se reflete na própria pesquisa acadêmica sobre o tema. O Liceu constitui um marco tanto no que se refere a área da arquitetura quanto na área da história da educação profissionalizante.

No ramo da história da educação profissionalizante, o Liceu é lembrado como uma instituição que começou a aplicar métodos de ensino para conseguir produzir de uma maneira mais eficiente. A escola de mecânica anexa ao Liceu, organizada por Roberto Mange, iniciou uma série de princípios que rememoram o aspecto fordista/taylorista da nova sociedade industrial que ia

surgindo. Além do mais, há que se lembrar que o ensino profissionalizante ainda estava em um estado embrionário no início do século XX. Não havia menções na Constituição e existiam ainda poucas leis que procuravam regulamentar uma rede de ensino. Assim, nesse contexto, o Liceu é destacado em qualquer manual em que se pretende construir um panorama da história do ensino profissional. Como exemplos, menciono as obras de Francisco Aparecido Cordão e Francisco de Moraes (2017), Silvia Elena de Lima, Salvador dos Santos filho e Clovis Roberto dos Santos filho (2008), Silvia Maria Manfredi (2002) e Oswaldo Vieira do Nascimento (2007). Enquanto essas mencionam o Liceu em alguns parágrafos ou até mesmo em um capítulo, outras obras exploram como tema central a própria instituição em sua época mais “áurea”. Para exemplificar, cito as obras de Ana Maria de Moraes Belluzzo (1988), Carmen Sylvia Vidigal Moraes (2003) e Maria Lucia Caira Gitahy (1986). Essas possuem como principal finalidade compreender o momento de transformação de uma produção artesanal para uma industrial utilizando o Liceu como um exemplo.

No campo da arquitetura, é possível perceber como nesse período os mestres de ofícios estiveram engajados em um estilo decorativo que caracterizavam muitas das obras na cidade. No entanto, a instituição passou a ser compreendida como defasada e que não conseguiu adequar-se às novas modalidades que exigiam mais a racionalização ao invés da ornamentação. No livro “Arquitetura Nova”, de Pedro Fiori Arantes (2004), é analisado como uma vertente de arquitetos passou a construir a ideia de que a modernização da arquitetura consistiria na concepção da centralidade do desenho que organizaria todo o conjunto da construção, em detrimento do que era realizado na escola de Ramos de Azevedo, em que cada artesão era responsável por uma parte da obra: um pelo o telhado, outro pela a fachada e assim por diante.

Apesar de o Liceu ter, de fato, remodelado a sua indústria a tal ponto de conseguir fazer parte da montagem de prédios modernos como o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), a arquiteta Lina Bo Bardi criticou ferozmente a instituição por achar que ela remetia a um passado que merecia ser superado. Tal representação marcou a imagem do Liceu e, no que concerne ao seu período pós anos 40, ele passa a não estar tão presente na produção acadêmica. Paulo César da Silveira (1983) compreende a instituição como algo que não conseguiu se atualizar. Muitas obras que fazem panoramas históricos sobre a arquitetura, como a de José Carlos Durand (2009) e de Anita Salmoni e Emma Debenedetti (1980) apenas tratam sobre o Liceu de São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

Enquanto é possível encontrar, com relativa facilidade, referências sobre Liceu de Artes e Ofícios nessa época, sobre os anos posteriores quase não há artigos ou teses. Nos anos 40 também

dissociou-se a parte industrial da parte escolar. Ainda havia elos de ligação entre elas, mas já se tratava de duas instituições distintas. Esse foi o momento da formação da Escola de Ramos de Azevedo. A bibliografia sobre esse período é bastante escassa e denota uma falta de interesse sobre a trajetória da educação que ficou um tanto apartada do ramo produtivo.

Uma outra explicação para essa falta deve-se à dificuldade de acesso à documentação. Em 1934, o diretor Ricardo Severo realizou uma vasta compilação de documentos sobre a história do Liceu, abarcando de sua origem até os anos 30, transformando-a em um livro. Muitos dos estudiosos usam esse material como a principal base de pesquisa sobre a instituição pela facilidade de se obter um conjunto importante de fontes que está bem organizada. Esta facilidade já não se encontra em relação às décadas posteriores de 40, 50 ou 60. Somado a isso, o acervo do Liceu sofreu várias intempéries, como uma inundação em 1974 que destruiu vários livros e documentos entre o período de 1903 a 1967. Houve também um incêndio em 2014 que destruiu o Centro Cultural do Liceu, o que representou uma parcela de materialidade perdida.

Uma organização mais sistemática do acervo apenas está ocorrendo agora a partir dos serviços de Fernanda Carvalho. Ela ficou responsável pela pesquisa que inaugurou a exposição permanente do Novo Centro Cultural em 2018. A escola, então, abriu as portas para que ela pudesse restaurar, digitalizar e organizar melhor todo esse material. Foi nesse exato momento também que se iniciou a pesquisa para a presente dissertação de mestrado sobre o Liceu. Ainda havia documentos não catalogados e fontes que não foram analisadas por outros estudiosos.

Entre as produções que analisam o Liceu de Artes e Ofícios para além dos anos 40, ressalto alguns trabalhos que foram encomendados pela própria instituição como o de Roberto Muiyaert (1993) e Margarida Cintra Gordinho (2000). Estes possuem um material bastante importante para análise. No entanto, por ser algo celebrativo, costuma enaltecer a instituição apagando ou minimizando os seus conflitos e tensões. Também há algumas obras acadêmicas que interpretam o Liceu no período da segunda metade do século XX, como a de Sandra Regina Casagrande (1997), dissertação do Programa de Pós-graduação do Mackenzie que procura realizar um panorama histórico do Liceu, e Cristiano Hernandes (2017), dissertação do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo cujo objetivo é analisar como eram lecionadas as disciplinas de humanidades em uma escola técnica.

Justamente em um período da história brasileira em que mais se discutiu o ensino profissionalizante, o Liceu desaparece das obras acadêmicas e das referências dos manuais de história do ensino técnico. Devido ao processo de industrialização do país, o governo passou a se

preocupar mais com a formação dos seus trabalhadores, ainda que, para muitos setores da administração do governo, fosse em uma perspectiva dualista que considerava uma educação de segundo grau propedêutica, voltada às elites, e uma outra profissionalizante, para as classes menos abastadas. Esse processo de educação foi marcado também por uma necessidade de controlar os movimentos grevistas e de lutas por direitos sociais que foram bastante intensos no início do século 20. Assim é possível perceber esse esforço de normatização da educação profissional que, no século 19, não estava presente.

Um dos marcos no legislativo foi o decreto de 1909 de Nilo Peçanha (BRASIL, 1909) que organizava uma rede de escolas, uma em cada estado, de âmbito profissionalizante. Todavia, apenas com as Leis Orgânicas dos anos 40, o ensino foi organizado a partir de um sistema de graus articulado entre si que incluía os níveis profissionalizantes. Nos anos 50, surgiu uma série de debates que questionavam a forma como eram dadas essas articulações, além de discussões a respeito dos objetivos pedagógicos propostos em cada âmbito da educação. Tudo isso deu forma a uma Lei de Diretrizes e Bases promulgada em 1961 (BRASIL, 1961a).

Em 1971, a lei nº 5692 (BRASIL, 1971) realizou amplas transformações, tornando obrigatório o ensino fundamental em 8 anos e uma habilitação profissional para quem quisesse realizar o grau médio. Tratava-se de uma política que visava dar algum sentido ao ensino de segundo grau e que pretendia atenuar as demandas de vagas no ensino superior. Isso, contudo, não conseguiu surtir muito efeito e, em 1982 são derrubados os itens que dizem respeito à necessidade de se ter uma habilitação,

Ainda no âmbito legislativo e sobre a articulação dos ramos de ensino, em 1997, o decreto nº 2208 (BRASIL, 1997) fez com que as escolas não pudessem oferecer o ensino técnico integrado ao ensino médio. Algo que gerou uma série de controvérsias no Liceu e mobilizações de estudantes e professores para impedir que o colégio apenas fornecesse cursos técnicos. Esse decreto foi derrubado anos depois, em 2004 (BRASIL, 2004).

Todas estas leis trazem importantes discussões sobre educação e devem ser analisadas em sua complexidade. Como Castanha (2011) afirma, a lei é a síntese de múltiplas determinações que podem envolver movimentos sociais, membros de uma elite, reivindicações de certos setores, além de muitos outros que estão disputando o seu espaço nos debates públicos. Portanto, o campo legal não é um espaço de consenso, mas de conflito. Para além dos agentes envolvidos, há que se compreender o alcance real de certos regulamentos. Apesar de servir para o ordenamento da sociedade, nem sempre eles acabam ganhando força suficiente para serem implementadas no

cotidiano das pessoas. Existem os embates referentes aos textos do parlamento e a situação concreta da vida. A compulsoriedade da habilitação profissional de segundo grau, por exemplo, foi algo que não rendeu muitos resultados. Isso devido à falta de estrutura das escolas, que não conseguiram equipamentos necessários para ofertar bons cursos profissionais.

Compreender essas ferramentas legais é extremamente importante para entender o funcionamento das escolas e do sistema de ensino. No entanto, como todas as fontes, elas possuem as suas limitações. A escola não é apenas um reflexo automático das discussões ocorridas no parlamento. A escola possui uma cultura que lhe é própria e que interage com diversos âmbitos da sociedade. Contrariando uma certa perspectiva que entendia o sistema educativo como mero reproduzidor das desigualdades perpetuadas por uma elite, uma vertente de estudiosos da educação começou a chamar atenção para as resistências e para a própria produção de saber existente dentro da instituição de ensino. A escola, portanto, não seria apenas a transmissora de uma determinada cultura, mas também produtora.

Em um texto, André Chervel (1990) discorre sobre as disciplinas escolares francesas do século XIX advogando a capacidade de a escola ser um lugar da inovação e não apenas da conservação. Essa é uma postura contrária ao conceito de transposição didática de Yves Chevallard (2000). Para este, o professor apenas deveria transmitir o conhecimento aprendido na faculdade de um modo mais palatável aos estudantes. Assim, apenas o ensino superior seria a instância produtora de pesquisa e conhecimento. Essa visão foi bastante criticada nos últimos tempos, pois deixava de reconhecer a agência dos atores envolvidos na educação. O conceito de cultura escolar contribuiu para que se pudesse perceber as instâncias internas da instituição. Dominique Julia (2001, p. 10) define cultura escolar como:

(...) um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas às finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente socialização).

A transmissão desse conhecimento não está presente apenas no âmbito das práticas formais do currículo. Existe todo um processo de socialização que se dá através dos espaços, do pátio do recreio, da biblioteca, da relação com os inspetores de corredor, da direção, entre muitos outros que estão imersos dentro da própria estrutura escolar. Para Diana Vidal (2009), a cultura escolar, para além das práticas instauradas pelos sujeitos, manifesta-se em toda a materialidade produzida para e pela escola. Assim tudo o que esteja envolvido na criação dessa instituição pode servir de elemento de composição para essa estrutura educacional. Alguns trabalhos buscam ressaltar alguns tópicos

específicos para análise da cultura como é o caso de Augustín Escolano e Antonio Viñao Frago (2001), que utiliza da arquitetura para explicar o modo como se dá a transmissão de saberes e valores. Para estes, a relação do espaço é como um currículo oculto, pois apesar de não estar tão explícita a sua influência no programa educativo, acaba possuindo um papel importante em como se configura o ensino. Para se compreender o Liceu é necessário ter essa dimensão de análise. Afinal, a escola transformou o seu espaço ao longo do século XX afetando o próprio funcionamento do estabelecimento. Há diferenças entre o Liceu que estava no prédio da atual Pinacoteca do Estado de São Paulo e daquele que estava na Rua da Cantareira, além de ter havido mudanças substanciais no projeto pedagógico quando a parte industrial deslocou-se para o Parque da Água Branca. O espaço e as suas conexões interferem de forma contundente ao que é praticado em uma escola.

Também é necessário perceber que uma cultura não se constrói e não se relaciona de modo solitário. Elas interagem uma com a outra complementando-se ou chocando-se dependendo das circunstâncias. O conceito de “cultura híbrida” proposto por Nestor Canclini (2013) auxilia para compreender essas dinâmicas de contatos e assinala a impossibilidade de haver uma cultura “pura”. Todas elas se caracterizam e se definem por uma rede de contatos. Portanto, a cultura escolar também não deve ser entendida como algo que apenas afeta a instituição de ensino propriamente dita. O estabelecimento relaciona-se com as expectativas da população ao seu redor, com o mercado de trabalho, com o parlamento e suas leis, com o crescimento econômico de um país, entre muitos outros fatores que se conectam. Assim não se trata apenas de realizar uma história restrita aos programas de curso e à legislação, mas sim de relacioná-la com os diversos aspectos da sociedade no entorno.

Ao realizar um balanço sobre a produção acadêmica, Marcelo Rodrigues Conceição (2010) percebe que o Estado aparece como um interlocutor quase único das transformações das escolas profissionalizantes. Foca-se também muito na qualificação para o mercado de trabalho para um determinado tipo de desenvolvimento, sobretudo o industrial, ignorando outras temáticas de análise como a agência de alunos e professores. Essa dissertação pretende, portanto, evidenciar com maior ênfase a questão da cultura produzida pela instituição e como os seus objetivos pedagógicos foram se alterando¹.

Como fontes de análise dessa cultura, é importante pesquisar a documentação construída pelo próprio Liceu. Como já foi dito, muitos documentos foram destruídos. No entanto, ainda assim foi possível analisar alguns que foram preservados pela própria escola, como os estatutos. Estes

¹ Obviamente a temática industrial continua sendo muito forte na dissertação, já que o Liceu se caracterizava por justamente fornecer qualificação para trabalhadores do segundo setor da economia.

tratam da organização administrativa definindo os objetivos da instituição, os cargos da direção, os patrimônios e rendas do Liceu e algumas outras deliberações. Para a dissertação, foram analisados os estatutos referentes aos anos de 1903, 1934, 1939, 1942, 1955, 1968, 1972, 1973, 1978, 1987, 1989 e 1996.

Para além desses estatutos, existem outros documentos que também possuem um caráter normativo, como o regulamento das oficinas de 1927, o regulamento das oficinas de 1934, o regulamento geral e regimento interno da escola técnica Ramos de Azevedo de 1943. Todos estes assinalam as regras existentes para o funcionamento do Liceu de Artes e Ofícios e exibem características próprias que conferem a singularidade do estabelecimento perante os outros.

O acervo possui também outras fontes de análise com naturezas diversas, como panfletos de propagandas, manuais e pequenos livros que trazem informações a respeito de bolsas de estudos ou sobre os produtos da indústria². Nem todos eles possuem uma datação precisa de quando foram publicados. No entanto, fornecem dados preciosos para a compreensão da cultura escolar. A partir dos panfletos do Centro Cultural, é possível perceber, por exemplo, quais foram os cursos extracurriculares ofertados e qual tipo de público era almejado. Há também toda uma identidade da escola que é construída a partir desses escritos. A forma como o Liceu constrói a sua imagem para o resto da população elucida quais são os objetivos pedagógicos e as propostas de educação que a instituição possui para si.

No acervo da escola do Liceu de Artes e Ofícios há uma coleção de revistas e jornais que foram publicadas a partir da própria entidade. Esses impressos foram editados nos anos 90, mas todos eles possuíam sessões de memória que remetiam ao passado do Liceu, fornecendo, assim, um conjunto de informações que foram importantes para a dissertação. A Revista LAO foi uma revista publicada pelas indústrias do Liceu e que possuía como principal objetivo fazer propaganda dos seus produtos e de se promover.

O Jornal LAO, por sua vez, possuía como público-alvo os operários das fábricas do Liceu, sendo exibidas matérias sobre saúde e segurança do trabalho e algumas notas a respeito do local de trabalho. Nele havia também um pequeno encarte infantil denominado “Laozinho” destinado aos filhos dos funcionários.

Havia também uma publicação realizada pelos próprios estudantes da escola técnica, o Sci-Licet. O título deriva de duas palavras em latim: “Scire” (saber) e “licet” (convém). Este circulava

² Para citar alguns exemplos de títulos de livretos que compõe o acervo, existem o “Ensaio de fadiga em hydrometros LAO”, “Use o Liceu- projeto de obras civis e arquitetura de interiores”, “Bolsas de Estudo LICEU”. Há também um referente ao Centro Cultural (criado em 1980) e um roteiro do espetáculo de multimídia, “Arte é humanismo”, que acompanhava a mostra exibida por esse Centro.

pelo ambiente escolar e trazia notícias do próprio cotidiano das classes. É possível encontrar registros de atividades extracurriculares, debates entre os próprios alunos, eventos como o da visita de antigos estudantes do Liceu, entrevistas realizadas com a direção, entre muitos outros.

Todos esses periódicos contribuíram para a análise detalhada a respeito da instituição que dificilmente poderiam ser encontradas em outros documentos. Algo a se destacar também é o ano de 1993, o ano da comemoração dos 120 anos do Liceu. Isso gerou uma série de reportagens especiais que visavam investigar o passado da instituição. Até mesmo uma revista em quadrinhos, que acompanhou a revista LAO nº 10 e o caderno zap do jornal “O Estado de S.Paulo”, foi lançada em virtude dessas festividades³. Esta foi produzida pela equipe RMC Comunicação tendo como desenhista Conceição Caú e o cartunista Jal (José Alberto Lovetro) e tratava-se de uma pequena história do fantasma de Leôncio de Carvalho, um dos fundadores da Sociedade Propagadora de Instrução Popular, que contava a um jornalista sobre as obras realizadas pelo Liceu na cidade de São Paulo.

O acervo da escola possui uma vasta coleção de fotos que estão todas digitalizadas. Infelizmente, na maior parte delas, não é possível identificar o fotógrafo ou o ano em que foi tirada. Apesar de nem sempre ser possível estabelecer esse contexto de origem, as próprias imagens em si possuem informações que não podem ser descartadas. A partir delas, percebe-se os equipamentos utilizados no ensino, a faixa etária dos estudantes que muda de acordo com as décadas, os espaços e ambientes escolares que se transformam, entre outros detalhes que contribuem para formar uma narrativa a respeito da instituição.

Há que se considerar também que as fotografias não são isentas de parcialidade. O fotógrafo escolheu um determinado ângulo e possuiu um objetivo específico ao mirar o seu equipamento. Além do mais, o profissional prepara o ambiente para registrá-lo. As máquinas antigas demoravam muito tempo para captar a paisagem e podia apenas registrar um número limitado de fotografias. Isso tudo fazia com que se demandasse uma atenção maior para a construção desses registros com poses que eram fixadas às pessoas. Elas tinham que permanecer estáticas por um período maior que o atual, pois o movimento atrapalhava a foto. Ou seja, as fotografias eram minuciosamente pensadas para serem postas no álbum institucional. Todas essas características que o próprio equipamento impõe devem ser levadas em consideração, pois também são responsáveis pelo o que é

³ “Há pouco tempo atrás, executei um trabalho para o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, que completava 120 anos de vida e precisava falar ao público jovem, explicando o seu atual funcionamento, seus cursos e ainda contar a sua história. Eu e uma equipe fizemos uma revista de 32 páginas com uma história de fundo que expunha todos estes itens. Foram impressos 400 mil revistas e encartadas numa edição do jornal O Estado de S. Paulo. Para a empresa/escola foi o suficiente para atingir o seu público-alvo, gastando menos que um comercial de TV e com maior ênfase” (LOVETRO, 1995, p. 95) - fragmento da entrevista concedida pelo quadrinista.

produzido (CARVALHO, 2009).

Não foi apenas o acervo do Liceu de Artes e Ofícios que serviu como base da dissertação. O próprio site da escola serviu como fonte de material de pesquisa. Como já foi dito em relação aos panfletos, a instituição procura projetar uma imagem de si mesma e essa imagem contribui para entender quais são os propósitos dela para com o seu ensino. Para além do marketing, o site possui diversas abas as quais identificam a forma como é estruturada a sua educação e como os cursos são ofertados em suas diversas modalidades. Apesar de a análise do século XXI não ser o objetivo principal deste trabalho, a forma como a escola está estruturada atualmente possui raízes em acontecimentos do século passado e estão relacionadas às propostas educativas de um determinado período.

As reportagens que são evidenciadas pelo site também contribuem para analisar como a própria instituição se percebe em sua sociedade, afinal, existem critérios para definir se um determinado evento merece ou não aparecer na mídia virtual oficial. É bastante exemplar o destaque dado aos alunos que tiveram as notas mais altas em exames de ingresso ao ensino superior (PARISOTTO, 2019a, 2019b). Em décadas anteriores, a partir dos livretos, é possível perceber que os estudantes destacados eram os que conseguiram uma boa posição no mercado de trabalho. Essa mudança de postura anuncia o que a instituição procurou mostrar em diferentes épocas e, portanto, como eram distintos os propósitos do Liceu de uma década a outra.

No início do século XX, o Liceu localizava-se na praça da Luz, mais especificamente no prédio da atual Pinacoteca do Estado de São Paulo, que foi projetado pelo escritório de Ramos de Azevedo. No entanto, em 1946 ele foi desapropriado. Em troca, deveria rumar para a Rua da Cantareira, onde já funcionara algumas oficinas. Todavia, houve um atraso por parte do Estado em ceder parte dos terrenos a qual se localizaria a nova sede e instâncias do Liceu permaneceram no prédio da Pinacoteca por mais tempo do que o planejado. Toda essa situação acabou gerando desconforto entre as instituições que ocupavam o prédio da Luz, gerando uma série de reclamações que estão registradas em correspondências. Esse acervo de cartas está armazenado no Centro de Documentação e Memória (CEDOC) da Pinacoteca do Estado de São Paulo e fornece dados relevantes sobre o uso do espaço⁴.

Outra fonte bastante importante para a pesquisa foi a imprensa jornalística. Para além de eventos como protestos estudantis ou a vinda de alguma personalidade, a partir das reportagens, foi possível obter uma série de dados a respeito da cultura escolar e do funcionamento da instituição.

⁴ As correspondências encontram-se referenciadas ao final da dissertação.

Como o Liceu possui uma marca contundente na história da construção da cidade de São Paulo, não foi difícil encontrar grandes notícias que tivessem como foco a sua trajetória identificando o seu passado e a sua atuação na sociedade em seu entorno. Portanto foram analisados jornais paulistas como “O Estado de S. Paulo”, “Correio Paulistano”, “Jornal de Notícias”, “Diário Popular”, “A Gazeta” e “Última Hora”, além do “Diário Oficial”⁵.

A imprensa também serviu para identificar como o Liceu se promove criando uma imagem de si. Ao realizar propagandas sobre o seu ensino ou sobre os produtos da indústria, ele cria representações que se transformam de acordo com as décadas, sendo possível constatar e analisar suas mudanças de objetivos.

Para a escrita da dissertação também foram utilizadas fontes orais obtidas através de entrevistas. A partir de uma série de contatos que foram sendo estabelecidos com grupos de ex-estudantes⁶ ao longo do processo de pesquisa, foi possível coletar depoimentos de pessoas que estiveram presentes no Liceu durante os anos 70. Ao todo, foram três ex-alunos e uma ex-professora, que lecionou História. Apesar de não ser um número muito grande de entrevistados, a participação deles contribuiu significativamente para a análise.

Foram relatados diversos elementos, como espaços de sociabilidade, transgressões escolares, carreira profissional, material didático, percepções de como era estudar lá, entre muitos outros que se relacionavam com a subjetividade de cada indivíduo. O que o depoente acredita é em si um fato histórico, portanto, não há falsas fontes orais como se houvesse a pretensão de adquirir apenas os “fatos concretos”. Afinal elas não apenas preservam conteúdos referentes ao passado, mas há todo um processo ativo de recriação de significados. Essas fontes são formadas no momento presente em que a entrevista está sendo realizada e a memória é determinante na forma da sua composição. O indivíduo pode se esquecer, se confundir ou criar interpretações que não necessariamente se comprovam verídicas após uma análise com o entrecruzamento de outras fontes (BOSI, 1979).

Assim como qualquer outro tipo de documento, é necessária uma análise crítica acerca de sua construção. Construção essa que sempre é algo coletivo, afinal, o próprio entrevistador acaba interferindo ativamente na forma como é realizada a entrevista. Perguntas são selecionadas e o testemunho é organizado de tal modo a contemplar os objetivos do pesquisador (PORTELLI, 1997, 2016). É necessário, portanto, atentar para as questões metodológicas não apenas no que se refere à

⁵ As reportagens utilizadas na dissertação encontram-se referenciadas ao final do trabalho.

⁶ Para além de se reunir fisicamente, esses grupos possuem contas no Facebook. Assim, foi possível localizá-los a partir da mídia virtual e travar os primeiros contatos que resultariam na entrevista propriamente dita. Apesar de não ter conseguido entrevistar todas as pessoas, muitas delas travaram contatos comigo para me enviar algumas informações relacionadas à época em que estudaram no Liceu.

análise propriamente dita, mas também ao processo de gravação e por isso toda a explanação de Thompson (1992) ao indicar a postura do entrevistador e que tipo de material é recomendável ao se realizar o encontro.

Para além disso, há todo o processo de transcrição. Traduzir elementos auditivos em visuais requer uma dose de subjetividade, pois não há regras fixas para registrar as diversas nuances que compõe a oralidade como hesitações, volume de voz, tom e muitas outras que, às vezes, se perdem na escrita. Procura-se também eliminar alguns vícios de linguagem para que a compreensão da escrita fique melhor. Assim obedecendo a critérios éticos, todas as transcrições foram mostradas aos depoentes para que eles pudessem interferir no material produzido caso não concordassem com alguma linha, palavra ou pontuação.

A partir desse conjunto documental, foi possível realizar a pesquisa sobre a história de como o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo transformou os seus objetivos pedagógicos ao longo do século XX, quando começou a se formar toda uma legislação educacional que passou a incorporar o ensino profissionalizante. Apesar de as leis terem a sua importância, constituindo-se como marcos na dissertação, foi utilizada uma grande variedade de fontes para compor essa narrativa. Afinal, não se trata de compreender a escola como mero reflexo do poder do Estado e sim analisar a própria cultura da instituição que foi se transformando. Assim, seria ineficaz utilizar apenas fontes oficiais⁷. Elas tiveram que ser complementadas com muitas outras de tal modo a fornecer perspectivas dos diversos agentes que estavam envolvidos na formação dessa cultura escolar.

No primeiro capítulo, há um panorama sobre a história do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo desde a sua origem até o ano de 1942, quando foi formada a Escola Técnica Ramos de Azevedo. Esse é o período em que há mais produções acadêmicas sobre a instituição. No entanto, o objetivo principal desse capítulo é apenas situá-la em seu contexto. No momento em que a educação profissionalizante começou a ganhar maior destaque nas políticas governamentais, o Liceu já possuía um histórico consolidado de marcas na cidade de São Paulo e estava formado com um pensamento próprio a respeito de como deveria ser o ensino dos ofícios. Isso representou certas tensões e adaptações.

No segundo capítulo, discute-se a relação da instituição com as Leis Orgânicas de ensino de 1942. Nesse momento, o Liceu passou por grandes transformações a partir do desafio de construir uma escola técnica segundo os moldes da legislação em um contexto de centralização do poder político. A ascensão de Getúlio Vargas e a implantação do Estado Novo modificaram a política

⁷ Assomado a tudo isso, há também o fato do Liceu de Artes e Ofícios não ser uma escola pública.

educacional do país, criando esforços para a formação de um sistema único articulando os demais ramos de ensino (primário, secundário, profissionalizante e superior) de forma seriada. Assim, o ensino ofertado pelo Liceu passou a ser de nível médio e dava condições ao aluno para ingressar no nível superior desde que fosse em um curso equivalente ao do ensino técnico.

Nos anos 50, contudo, essas leis passaram a interferir de uma forma contrária ao modo como o Liceu encarava o seu ensino. E este é o tema do terceiro capítulo. Para muitos estudiosos da época, as Leis Orgânicas dos anos 40 fixaram o currículo enrijecendo-o de tal modo a não corresponder com as demandas do mundo da década posterior. Assim, como medida para garantir autonomia, a instituição optou pela desoficialização do seu ensino, transformando-se em um núcleo livre de ensino profissional não ofertando diploma equivalente ao segundo grau. Como consequência, o Liceu capacitava o estudante para exercer certos cargos na indústria como o de ferramenteiro, ajustador, fresador, torneiro, fundidor. No entanto não permitia que o aluno tivesse a possibilidade de se qualificar para o nível médio ou o superior. Fazia parte também do projeto da instituição focalizar-se na formação de um tipo de profissional específico evitando que o aluno pudesse usar do ensino da escola para alcançar a universidade.

Por fim, o quarto capítulo retrata o período em que o Liceu retornou para o âmbito do ensino oficial. Em 1972, o seu núcleo livre foi substituído por uma escola técnica de segundo grau. Tais mudanças ocorreram quando, justamente, estava se modificando o sistema educacional brasileiro. A lei nº 5692 de 1971 (BRASIL, 1971) transformou o ensino básico em oito anos (extinguindo o ginásio) e tornou compulsória uma habilitação profissional. Essa compulsoriedade era uma maneira de aliviar a demanda de vagas na universidade, uma pressão da sociedade civil que estava crescendo de forma vertiginosa. Isso, contudo, não criou os resultados esperados, já que não foram dadas às escolas a infraestrutura necessária para ofertar cursos técnicos. Além do mais, a expansão universitária no regime da ditadura militar ocorreu, sobretudo, com o ensino privado, que também não conseguiu suprir as demandas de um público que não conseguia pagar as mensalidades. Essas questões que ainda persistem nos dias atuais (CUNHA, 2014).

A transformação do ensino do Liceu permitiu que os estudantes pudessem ingressar no nível superior. No entanto, nesses primeiros anos de escola técnica percebe-se que não estava no discurso da instituição possuir um ensino que preparasse o aluno para o curso superior. O discurso que caracterizava o marketing e a identidade da escola nesse momento era que de ela teria a capacidade de formar excelentes técnicos para o mercado de trabalho.

Isso, aos poucos, foi mudando. A pressão pelo ensino superior começou a ter cada vez mais

força na sociedade e a própria estrutura da educação no Liceu começou a se alterar para atender a essas demandas. O ensino dado em sala de aula passou a estar mais parecido com o que era cobrado nos vestibulares e a direção lançou uma série de práticas, como os simulados, para preparar o público discente para esse novo objetivo (HERNANDES, 2017). A mudança de postura é evidenciada inclusive no próprio marketing. Se antes, nas propagandas da escola, os alunos destacados eram aqueles que possuíam bons empregos, atualmente são aqueles que possuem as maiores notas nos exames de ingresso no ensino superior (PARISOTTO, 2019a, 2019b).

Eu fui aluno de ensino médio no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo entre o período de 2007 a 2009 e algo que me orientou na pesquisa foi a curiosidade de compreender como uma instituição voltada para a formação de artífices e operários se transformou para um modelo de escola técnica. Assim, é possível perceber que os objetivos pedagógicos da escola se alteram de acordo com o tempo e que o ensino não é simplesmente algo estático. A escola responde às demandas de uma sociedade e não pode ser entendida como algo apartada dela. Ela pode possuir uma cultura própria com os seus objetivos e interesses, mas isso não significa que ela não se relaciona com as demais instâncias do mundo.

1 O ensino profissionalizante do Liceu antes da sua constituição como ramo articulado ao sistema educativo escolar

Poucas instituições de beneficência, e nós temo-las em notável abundancia, poderão gabar-se de ser, como o Liceu, tão ampla e magnificamente bemfazejas. Ha-as em grande numero, a praticar a mais nobre e a mais tocante caridade; acolhem os miseraveis, os vencidos, os inutilizados, os desamparados, os que mal podem agradecer bem que lhes fazem, os que já nada podem fazer por si nem pelos outros, forças perdidas para o trabalho e para a produção. É uma sublime tarefa, que oxalá, seja cada vez melhor compreendida e auxiliada por todos. Outra é a missão do Liceu. Como obra de filantropia, não é moralmente inferior nem superior ás demais; socialmente, porém, o enorme esforço dessa instituição modesta, operosa, tenaz e vencedora é incalculavelmente mais amplo. Ao passo que o asilo se abre como um abrigo bemdito aos que se abateram na luta, o Liceu não se limita a estender mão piedosa aos vencidos, remonta muito além, até ás origens de muito insucesso e de muita desgraça, e trata de evitar, quanto lhe é possível, que haja “vencidos”.
(UMA INSTITUIÇÃO..., 1910, p. 3)

Ha pouco, a Liga Proletaria contra o Analphabetismo dirigiu ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado um officio em que tornava conhecida a necessidade que São Paulo, o maior parque da América Latina, tem de estabelecimentos em que seja ministrado ensino technico. Realmente o nosso Estado tem até importado operarios chamados “de elite”. Possuimos em São Paulo apenas dois estabelecimentos de ensino desse genero: Só o Lyceu de Artes e Officios e a Escola Profissional Feminina. Foi neste último, cujo predio está situado na avenida Tiradentes, nas proximidades da Estação Luz, que se verificou domingo a entrega dos diplomas aos novos technicos que terminaram o curso no anno vigente, tendo-se inaugurado ali, a exposição dos trabalhos realizados durante o periodo letivo.
(MAIS..., 1935, p. 1)

Entrei em 36 para fazer tecnologia mecânica. Já naquela época o Liceu era o número um de São Paulo e tive até medo de fazer o exame de admissão. Em 40, quando me formei, havia muitas pessoas interessadas nos alunos. Um mês antes de encerrarmos o curso, o diretor da Olivetti do Brasil foi visitar o Liceu e conhecer a nossa turma, que era formada por 12 pessoas. Destas, sete foram para a empresa, onde trabalhei por 52 anos.
(Depoimento de Oswaldo Colombo. REVISTA LAO, 1993, p. 37)

Para tratar sobre como o ensino profissional foi concebido no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo na década de 40 do século XX, é necessário conhecer como se formou este ramo de ensino no Brasil. As particularidades de sua gênese contribuem para identificar determinadas características que estão presentes no próprio desenvolvimento da instituição e que a acompanham através dos anos, como, por exemplo, o caráter do assistencialismo. Apesar de o Liceu apontar para caminhos diferenciados desta postura carregando, consigo o objetivo de formar uma mão de obra especializada para o mercado de trabalho, percebe-se que o discurso da beneficência social não desaparece por completo.

A história do Liceu de Artes e Ofícios tem a sua origem na época do Império, remetendo às datas de 1873, com a formação da escola da Sociedade Propagadora de Instrução Popular, e de 1882, quando, a partir de uma reforma, são inseridas as disciplinas referentes ao ensino de artes e de ofícios, estas que são responsáveis pelo próprio nome do estabelecimento⁸. A instituição já possuía

⁸ É interessante notar que não há uma concordância exata no que seria a data de início do Liceu de Artes e Ofícios. Em um documento encontrado no acervo da escola denominado “livro das solenidades”, é possível encontrar referências a algumas comemorações de aniversário da instituição. Nas comemorações de 1958 e 1968, o início da instituição remete à 1873 com o estabelecimento da Sociedade Propagadora de Instrução Popular. No entanto, em 1953 é celebrado o setuagésimo aniversário, o que corresponderia a data de 1883 com a criação do nome “Liceu de Artes e Ofícios” juntamente com todas as suas reformas que conduziram a instituição a fornecer o ensino profissionalizante.

bases bastante sólidas no final do século XIX com diversos projetos educativos para a sociedade e exercendo um papel fundamental no ramo da construção civil de São Paulo. Não é possível compreender o Liceu do século XX ignorando toda esta história. Assim, é necessário retomar o seu passado para compreender sua própria postura pedagógica durante o período das décadas de 40 até o final do século XX.

Nesse primeiro capítulo, almeja-se realizar um amplo panorama histórico sobre a forma como se inseriu o ensino profissional no Brasil e como isto impactou na educação do Liceu de Artes e Ofícios. Além disto, será discutido brevemente sua história até o fim da Primeira República, enfocando as transformações de seus objetivos pedagógicos e a produção acadêmica que procurou compreender o Liceu nessa faixa temporal.

1.1 O lugar do trabalho na sociedade escravocrata brasileira

Um tópico que está bastante presente nos debates sobre a educação profissional é a questão do dualismo do sistema educativo, algo cujas raízes podem ser deslumbradas no período colonial, mas que continuam a persistir, em certas medidas, até os dias atuais. Basicamente, o dualismo é a concepção de que o ensino profissionalizante está orientado para as classes menos abastadas, enquanto o secundário-propedêutico está para as elites intelectuais e dirigentes que prosseguirão para o ensino superior. Tal mentalidade revela uma distinção entre aqueles que detinham o conhecimento e o poder e os que realizavam tarefas manuais.

Essa desvalorização da cultura do trabalho pode ser explicada pela formação escravocrata da sociedade brasileira. O período colonial e o imperial são caracterizados pelo uso intenso da mão de obra escravizada nos principais postos de trabalho, constituindo seu principal sustentáculo econômico. Devido ao baixo status social imposto para essa classe, os ofícios realizados por ela foram considerados de forma pejorativa. Não era o trabalho manual propriamente dito que era o principal alvo de preconceitos, mas sim os ofícios realizados pelos escravos.

É por isso que considero mais correto dizer que foi a rejeição do trabalho vil (isto é: reles, ordinário, miserável, insignificante, desprezível, infame) que levou ao preconceito contra o trabalho manual. Se um dado trabalho manual não fosse socialmente definido como vil, ele não seria objeto de rejeição, como acontece atualmente com o trabalho do cirurgião. (CUNHA, 2005a, p. 23).

A categoria social de quem praticava determinado trabalho era o que dava o valor ao ofício. As profissões liberais, como as de advogados e cirurgiões, eram tidas como valorosas e possuíam

acessos bastante restritos, sendo obtidas por uma determinada elite. Para preservar o status de certas ocupações, algumas agremiações de trabalho chegavam a proibir a entrada de certas pessoas. O compromisso de 1752 da Irmandade de São José do Rio de Janeiro, como é apontado por Luiz Antônio Cunha (2005a, p.17), é um exemplo: “Todo irmão em que se notar raça de mulato, mouro ou judeu, será expulso da Irmandade sem remissão alguma. O mesmo se estenderá de suas mulheres tendo qualquer das sobreditas faltas”.

O preconceito para com o trabalho do escravizado fazia com que o ofício não fosse atraente para qualquer pessoa livre⁹. Os ofícios manuais, assim como a sua aprendizagem, eram realizados, então, de forma compulsória. Obrigatoriedade essa que não estava restrita apenas ao aspecto da escravização. Muitos órfãos e desvalidos eram encaminhados para os arsenais militares e da marinha, sendo obrigados a aprenderem a exercer uma função e só depois de um certo tempo poderiam ser livres para escolher o que realmente gostariam de fazer.

Um exemplo deste caráter compulsório é a Companhia de Aprendizos Marinheiros do Paraná do século XIX, que foi analisada por Vera Regina Beltrão Marques e Silvia Pandini (2004) em um artigo para a “Revista Brasileira de História da Educação”. Neste trabalho, é demonstrado como era realizado esse alistamento forçado das crianças e como a instituição criou um discurso de trabalho infantil como forma de regeneração social. Os órfãos apenas conseguiriam ter baixa no recrutamento se fossem atestadas com alguma deficiência pelos médicos. E apesar da ilegalidade, as crianças de famílias pobres poderiam ser “recrutadas” forçosamente, como é demonstrado com o caso de José Gonçalves de Aguiar (MARQUES; PANDINI, 2004, p. 90- 93). O seu pai teve que recorrer à justiça para liberar o adolescente da Companhia, já que essa negava liberá-lo apesar do fato de estar previsto por lei que tal prática de alistamento apenas estaria destinada aos órfãos os desvalidos. Revela-se as facetas de como era compreendida a aprendizagem dos ofícios e como foi se remodelando toda uma cultura de encará-lo de forma pejorativa. Tal mentalidade vai se alterando com o passar dos séculos, no entanto, é impossível negar os elementos que permanecem devido a

⁹ Diversos viajantes que vieram para o Brasil no século XIX escreveram sobre a recusa de um homem livre fazer o trabalho de um escravizado. Apenas para citar um exemplo, Charles Expilly (1935, p. 22) escreve: “No Brasil, onde o preconceito de cor governa soberanamente, um branco não saberia fazer parte da domesticidade de uma casa. Todas as funções que afetam o serviço interior são exclusivamente reservadas aos escravos”. Esse preceito também é analisado na obra de Caio Prado Júnior, “Formação do Brasil Contemporâneo”. Segundo o autor (2000, p. 286-287): “É a utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito do trabalho que se torna ocupação pejorativa e desabonadora. (...) Como todas as obras servis e artes mecânicas são manuseadas por escravos por escravos, dirá um observador perspicaz como Vilhenas, poucos são os mulatos, e raros os brancos que nelas se querem empregar, nem mesmo aqueles mesmos indigentes que em Portugal, nunca passaram de criados de servir, de moços de tábuas (?) e cavadores de enxada. (...) . No campo é a mesma coisa; nenhum homem livre pegaria da enxada sem desdouro, e por isso, dirá o mesmo Vilhena, ‘havendo embora terras abundantes carecem de propriedade até mesmo aqueles que poderiam ser proprietários, pois não tendo 150\$000 para comprar um negro que trabalhe o mesmo é ser proprietário que o não ser’.

essa herança e que afetam de forma incisiva a própria concepção de ensino técnico-profissional.

Também se torna necessário para entender a questão do trabalho o desincentivo à indústria durante o período colonial, o que restringiu por consequência o acesso à parte da educação que seria destinada a esses postos. Obviamente isto não significou um completo abandono de um ensino de ofícios artesanais e manufatureiro. Uma certa aprendizagem ainda era necessária para o próprio funcionamento das instituições aqui existentes. Os engenhos, os colégios jesuíticos, casas de fundição; todos eles necessitavam de trabalhadores com um certo grau de instrução para que as tarefas pudessem ser realizadas. No entanto, devido ao pacto colonial, a metrópole passou a exercer controle de algumas atividades realizadas no território. O caso mais elucidativo é o da produção têxtil com alvará régio de 1785, que proibia a manufatura. Algo que apenas foi revogado com a vinda da Família Real para o Brasil.

Houve também o caso da ourivesaria. Por seu trato com o ouro, tal atividade foi fiscalizada pela Coroa. Em 1698, apenas dois ou três ourives poderiam atuar no Rio de Janeiro. Em 1719, proibiu-se o ofício em Minas Gerais e, por fim, em 1766, proibiu-se por toda Colônia (CUNHA, 2005a, p. 35- 37).

Tais medidas demonstram a interferência da metrópole no controle do mundo do trabalho e, por consequência, na sua própria aprendizagem. Esse domínio apenas ficou enfraquecido após 1808, quando a corte portuguesa imigrou para Brasil em virtude das conquistas napoleônicas na Europa. Com a mudança de status de colônia para Reino Unido, começavam a surgir instituições voltadas à manufatura, como a Fábrica de Pólvora, o Laboratório de Química e a primeira fábrica de ferro, em 1811, em Ouro Preto¹⁰. Isto possibilitou um revigoramento nas artes dos ofícios realizado nas terras da América Lusitana.

Esse período em que se altera o status da colônia para Reino Unido também foi caracterizado pela criação de diversas instituições que visavam o ensino. No Rio de Janeiro, há o exemplo da Academia da Marinha (1808), da Academia Real Militar (1810) e da Academia de Artes (1820)¹¹. Já na Bahia, haviam as cadeiras de cirurgia e de economia política criadas em 1808 e o curso de química, que surgiu em 1817.

¹⁰ Trata-se da Fábrica Patriótica, cujas ruínas foram tombadas pelo IPHAN em 1938 (FONSECA, 2013, p. 27).

¹¹ Esta que foi formada a partir da Missão Francesa de 1816, que trouxe uma série de artistas e artífices encarregados de fazer funcionar a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, criada a partir do decreto de 12 de agosto de 1816. Com o decreto de 12 de outubro de 1820, alterou-se a sua denominação para Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil. O nome de Academia de Artes apenas foi obtido um mês depois com o decreto de 23 de novembro de 1820. Em 1826, tornou-se a Academia Imperial de Belas Artes. E por fim, no período republicano, a Escola Nacional de Belas Artes (FONSECA, 2013, p. 27-28).

1.2 Instituições educativas profissionalizantes no Império e na Primeira República

Um outro exemplo que merece ser levado em consideração é o Colégio das Fábricas de 1809, que foi criado justamente para abrigar os órfãos da Casa Pia de Lisboa, que foram transportados durante a vinda da Família Real para o Brasil. Nesse estabelecimento, foram criados regulamentos e regras que serviram como modelo para diversas organizações de ensino profissionalizante, como as Casas de Educando Artificies, que foram criadas posteriormente já na época do Império (CUNHA, 2000a).

Em 1875, surgiu no Rio de Janeiro o Asilo dos Meninos Desvalidos que eram destinados às crianças de 6 a 12 anos que eram enviadas pelos oficiais de justiça por se encontrarem em estado de mendicância. Lá, eles recebiam instrução primária e aprendizagem de alguns ofícios, como tipografia, encadernação, alfaiataria, carpintaria, marcenaria, tornearia, entalhe, funilaria, ferraria, serralheria, courearia ou sapataria. Após a aprendizagem, permaneciam por mais três anos trabalhando para a instituição para pagarem o ensino que lhes foi dado e conseguir formar um pecúlio. Percebe-se, a partir deste exemplo, a questão da compulsoriedade da formação profissional. Crianças pobres que não possuíam escolhas ou proteção de familiares e que eram obrigadas pelos poderes públicos a frequentarem os estabelecimentos sob o discurso de proteção ao desvalido. Essa é uma tônica que apresentará algumas mudanças no século XX, mas que ainda possui alguns frutos, como será visto mais adiante, a partir dos exemplos em São Paulo.

Ainda no século XIX, começaram a surgir sociedades civis e particulares com o intuito de fomentar o ensino profissionalizante às classes menos abastadas. Esses sócios eram membros de uma elite econômica que possuía vinculações com o aparato administrativo do poder público, permitindo assim também subsídios governamentais. Essas sociedades formaram os liceus de artes e ofícios que se espalharam pelo Brasil todo.

O primeiro deles foi em 1857 no Rio de Janeiro, que foi criado por iniciativa do coronel Francisco Joaquim Bethencourt através da Sociedade Propagadora de Belas-Artes. Este acabou tomando para si as responsabilidades do ensino de ofícios e indústria, que foram negligenciadas pela Academia Imperial de Belas Artes¹² (FONSECA, 2013, p. 32-33). Através do enfoque em uma educação mais popular, adotou-se no Liceu uma aplicação maior da arte às indústrias.

Para além dessa sociedade no Rio de Janeiro, outras foram criadas, como: a Associação

¹² Joachin Lebreton, chefe da missão francesa que contribuiu para a formação da Academia, ficou responsável pela formulação de um plano de ensino. No entanto, ele apenas foi adotado no que se refere a parte das chamadas “belas artes”, deixando de lado as artes aplicadas (FONSECA, 2013, p. 35).

Liceu de Artes e Ofícios, em Salvador (1872); a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, em Recife (1880); a Associação Protetora de Instrução Popular, em Maceió (1884); a Sociedade Artística Ouropretana, em Ouro Preto (1886); entre outros (CUNHA, 2005a, p. 122). Apesar dessas iniciativas, é possível perceber que o Império brasileiro não possuía uma preocupação muito forte com a educação popular, reservando os seus esforços mais para um ensino de elite.

Na época republicana, a questão da industrialização começou a adquirir uma força cada vez maior e, com isto, uma necessidade de qualificação para o mercado de trabalho. Aos poucos, começaram a surgir no campo do discurso público debates a respeito do ensino profissionalizante. Esses debates não podiam ser apenas entendidos a partir de um viés assistencialista, já que o juizado de órfãos não era mais responsável por supervisionar o ensino profissional como era anteriormente. Revela-se assim uma orientação mais voltada para inserir o aluno no mundo do trabalho. Havia projetos sendo gestados a partir de grupos políticos que possuíam uma concepção de sociedade industrial e que se afastavam de um pensamento de um ensino profissional apenas para “salvar” o jovem de uma situação perniciosa.

Em suma, as proposições ventiladas pela “moderna elite paulista e seus intelectuais orgânicos eram: nacionalização do trabalho, criação do operário-cidadão, a condenação do empreguismo estatal, a valorização do assalariamento industrial e a fixação do trabalhador nas cidades do interior através de uma rede de escolas profissionalizantes na região. A função das escolas profissionais, reprodutoras da estrutura hierárquica da sociedade e formadora de uma camada de trabalhadores qualificados para funções intermediárias no controle de uma massa de trabalhadores não-qualificados, parecem caracterizar a ideologia de uma fração de classe que quer se impor, como portadora de um projeto para uma sociedade não simplesmente assalariada mas industrializada e com relações sociais de produção compatíveis. Isso a diferencia das propostas apenas moralizantes da elite cafeeira tradicional, para a qual o ensino profissionalizante seria uma forma de evitar-se a contravenção da vadiagem ou oferecer uma oportunidade de sobrevivência através de formação de artífices ou mesmo contra-mestres, a uma população “deserdada da fortuna”, conforme referência do presidente Nilo Peçanha (D'ANGELO, 2010, p. 12).

Não se pode ignorar também, nesse período republicano, a forte presença do positivismo, que defendia a inserção do proletariado no projeto do crescimento de uma nação moderna e industrial. Almejava-se, portanto, apagar o discurso da luta de classes, criando uma suposta harmonia que levaria a uma administração técnica e científica da sociedade. Nesse sentido, era concebida à educação um papel de moralizar os cidadãos da pátria para que, a partir da “ordem”, fosse possível a construção desse “progresso”. Segue-se assim um corolário que influenciou de forma tão grande a República, inclusive constituindo o lema que está presente na bandeira nacional.

Em 1909, o presidente Nilo Peçanha baixou um decreto que criava uma escola profissionalizante para cada estado brasileiro (BRASIL, 1909). Eram as escolas de Aprendizes e

Artífices. Algo que foi amparado pelo discurso da necessidade de motivação para o trabalho e também para evitar o desenvolvimento de ideias anarquistas e socialistas. É necessário recordar que a primeira década do século XX foi caracterizada por grandes greves de trabalhadores (como a de 1907 e 1909) que estavam imbuídas de ideários revolucionários. Assim, a educação, principalmente no seu ramo profissionalizante, constitui-se como um alvo do discurso de uma elite no processo de disciplinarização da mão de obra. No artigo de Renato Marinho Brandão Santos e de José Antônio Martin Moreno Afonso (2018) é explicado como os livros didáticos adotados pelas Escolas de Aprendizizes e Artífices apresentavam valores de uma educação moral pautadas nos ideais de ordem e de disciplina. Principalmente após 1920, com o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional, quando se iniciou uma discussão a respeito dos programas e metodologias de ensino com o intuito de uniformizar as práticas. Foram, assim, adotados diversos manuais que cultuavam a pátria, apresentando grandes heróis nacionais responsáveis por uma história com poucos conflitos garantindo a união entre as pessoas. Tal aspecto de fomentação do ufanismo também pode ser evidenciado na proposta pedagógica em diversas escolas como o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, objeto principal da presente dissertação.

É interessante perceber que as Escolas de Aprendizizes e Artífices acabaram assumindo um caráter muito mais político do que econômico. Isto é evidenciado a partir da forma como foram dispostos os estabelecimentos. Enquanto a industrialização concentrava-se na região do Centro-Sul, principalmente em São Paulo, as escolas foram postas em províncias que sequer possuíam atividades manufatureiras em grande escala. Segundo Luiz Antônio Cunha (2000a), havia um esforço de cooptação das elites locais pelo governo nacional. Estas instituições representavam a influência do poder federal nos estados e as vagas de alunos poderiam ser preenchidas por encaminhamentos das classes dominantes regionais em troca de suporte político.

As escolas de Aprendizizes e Artífices foram extremamente importantes para a formação da atual Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo consideradas como um embrião deste projeto. Ao longo do tempo, estas instituições sofreram diversas alterações em seus objetivos e nomenclaturas. Em 1937, pela lei 378 (BRASIL, 1937), as escolas de Aprendizizes e artífices foram transformadas em Liceus Industriais. Em 1959, esses liceus receberam a denominação de Escolas Técnicas Federais. E, por fim, em 1994, ocorreu a transformação gradativa das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), que compõem parte considerável do sistema educativo atual.

Esse é um pequeno panorama das instituições educativas profissionais ao longo do século

XIX e início do XX. O que é importante ressaltar é que elas contribuíram para se pensar um determinado tipo de ensino atendendo às demandas de toda uma sociedade ao seu redor. O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo também está inserido nesta rede de relações, respondendo a uma série de valores que se mostram relacionadas ao mundo do trabalho. A questão da disciplinarização, da moralização, da formação de uma mão de obra para a indústria, do assistencialismo e da nacionalização são características importantes para a compreensão da forma como foi dada esta educação.

1.3 A criação da Sociedade Propagadora de Instrução Popular

Em 1873, a partir de uma reunião de mais de 130 sócios liderada por Leoncio de Carvalho, foi criada a Sociedade Propagadora de Instrução Popular, uma entidade com o propósito inicial de ofertar aulas de curso primário para os cidadãos e operários. Isto já resultava em uma distinção entre os estabelecimentos de ensino profissional durante a maior parte da época do Império. A Sociedade não se apresentava a partir de um caráter assistencialista para os chamados desvalidos, mas sim visava “(...) atender às demandas de um mercado de trabalho em constituição, qualificando e encaminhando cidadãos livres às diversas profissões, o que- por sua vez- só poderia ser realizado na medida da sujeição do povo aos princípios da moral social” (MORAES, 2003 p. 95). Com o crescimento econômico e populacional de São Paulo, começou a haver uma demanda maior por serviços como os de marceneiros, alfaiates, sapateiros, entre outros. Por consequência, houve também a necessidade de formar pessoas para esse tipo de mercado. O ensino concebido perpassava por uma lógica de nobilitar o trabalho livre criando toda uma moral de valorização.

É importante dizer que os discursos acerca da caridade dos institutos profissionais não chegaram a desaparecer por completo mesmo nos anos vindouros¹³. O próprio Liceu de Artes e Ofícios se autodesignava como uma instituição beneficente de caráter público por conceder o ensino profissionalizante. E as notícias de jornal¹⁴ reforçavam também o caráter de assistência social.

Os membros responsáveis pela criação da Sociedade Propagadora de Instrução Popular não

¹³ É importante refletir que muitas Organizações não Governamentais (ONGs) atualmente fornecem ensino profissionalizante para as populações de alta vulnerabilidade social justamente na perspectiva de retirá-las desta condição. Sobre isto, há o trabalho de Ana Paula Bellizia (2012), o qual justamente demonstra esta relação assistencialista que perdura.

¹⁴ Como exemplo, há o fragmento de notícia do jornal Estado de S. Paulo de 02/08/1910 (UMA INSTITUIÇÃO..., 1910) que abre este primeiro capítulo. Percebe-se a função dada ao Liceu de Artes e Ofícios de acolher os miseráveis e de exercer a caridade.

constituíam um bloco político hegemônico, apresentando em seus quadros conservadores, liberais, republicanos e monarquistas¹⁵. No entanto, pertenciam a setores dominantes da economia paulista enriquecidos pelo café e pela cana-de-açúcar. Carmen Sylvia Vidigal Moraes (2003) analisa a articulação desses com outros ramos da economia, como o setor industrial, revelando ser insustentáveis as interpretações que opunham de forma rígida as concepções educacionais de uma oligarquia cafeeira e a de uma burguesia industrial. O grande capital cafeeiro contribuiu no processo de industrialização e para que houvesse uma educação que pudesse atender a essas novas demandas. A Escola da Sociedade Propagadora se insere neste processo e é esta que se tornará o embrião do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

Em 1874, na Rua São José, nº 5, começaram as aulas noturnas, das 18 às 21 horas, com uma grade curricular que consistia em primeiras letras, caligrafia, aritmética, sistema métrico e gramática (SEVERO, 1934, p. 10). Os alunos recebiam gratuitamente o material de estudo, como livros, penas, papéis e tintas e também assistência médica (SEVERO, 1934, p. 155). Aos poucos, as atividades da instituição começaram a se intensificar e se diversificar mais a ponto de promover conferências abertas sobre higiene, fisiologia, ciências sociais e história. Pela própria estrutura mais aberta com aulas públicas, reuniões e festas, percebe-se uma intenção do grupo fundador de se afirmar politicamente a partir da autopropaganda (MORAES, 2003, p. 105-106).

O currículo primário também passou a apresentar alguns acréscimos, como as disciplinas de História Pátria (lecionada por Manuel de Azevedo Marques), Cosmografia (por Américo de Campos) e Língua Portuguesa (por Silveira Caldeira) (SEVERO, 1934, p. 11). Chegou a haver também os cursos de nível secundário, mas eles mantiveram-se irregulares até 1880.

1.4 O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo

Em 1882, a diretoria resolveu adicionar novos conteúdos ao seu ensino, alterando o seu objetivo de formação. É o momento em que a instituição altera o seu nome para “Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo”. Para além do programa de curso primário, a grade curricular passou a ser dividido em duas sessões: o de Ciências Aplicadas (que abrangia Aritmética, Álgebra, Geometria Plana e Descritiva, Geologia, Zoologia, Botânica, Física, Química, Mecânica, Agrimensura e Estereometria) e o de Artes (com as matérias de Desenho Linear, Ornato, Figura de Máquinas,

¹⁵ O advento da República inclusive causou distúrbios inicialmente com muitos dos quadros que compunham o Liceu, levando ao afastamento de alguns membros. Na década de 90 do século XIX, tornou-se necessário realizar toda uma remodelação na direção incorporando outros nomes como Domingos Jaguaribe, Teixeira da Silva e Cesário Motta que restituíram o auxílio do governo (SEVERO, 1934, p. 19-21).

Arquitetura, Modelação, Escultura e Estatuaria, Caligrafia, Gravura, Pintura, Fotografia e Música) (SEVERO, 1934, p. 14). É importante denotar que, apesar de a escola da Sociedade Propagadora de Instrução estar atenta às transformações do mundo do trabalho, ela não havia ainda inserido disciplinas próprias para a profissionalização¹⁶. Isto apenas ocorreu com as transformações de 1882. Devido toda essa remodelação, o espaço destinado às atividades educativas precisou sofrer alterações. Deste modo, o Liceu transferiu-se para a Rua da Boa Morte, nº 17.

No ano de 1884 ocorreu a primeira exposição de trabalhos escolares. Essas exposições se constituíram como uma marca da instituição, fazendo com que obtivesse uma maior visibilidade e que, por consequência, fossem melhor divulgados os seus produtos. Realizava-se assim uma propaganda da imagem do Liceu (SEVERO, 1934, p.16). Para além destas mostras organizadas pela própria administração, a escola participava de eventos artísticos nacionais e internacionais. Foram diversos os prêmios que a instituição ganhou ao longo dos anos por trabalhos realizados em suas oficinas¹⁷.

Tudo isto permitiu um reconhecimento que acabou gerando consideráveis doações de verbas que ajudaram a sustentar o Liceu. Doações essas realizadas por indivíduos, associações, como a Loja Americana, e pelo poder público. Sabe-se que, em 1874, a Assembleia Provincial de São Paulo destinava dois contos de réis ao estabelecimento e, em 1885, foi aprovado uma subvenção de 12 contos de réis. Isto evidencia a importância que vai adquirindo a instituição ao longo do tempo e também a influência do poder estatal, apesar de ser uma iniciativa privada. Ao longo da sua história, o Liceu passou a ocupar os mesmos espaços físicos de outras instituições públicas. Na Rua da Boa Morte, por exemplo, funcionava também a Escola Normal e, a partir de um acordo em 1885, o Liceu foi transferido para a Rua do Imperador, nº 5, deixando maior espaço para a escola de formação de professores. Na nova localização do Liceu, conseguiu-se também uma biblioteca com mais de 5000 volumes e um museu pedagógico.

O advento da república em 1889, no entanto, causou alguns distúrbios financeiros para a

¹⁶ Dentre as diversas transformações da instituição, percebe-se um incremento maior da prática do estudo da caligrafia com desenhos de letras que eram praticados para diversas finalidades como letreiros, gravações, entalhes, modelagem e outras produções gráficas a qual o Liceu acabou embarcando em sua nova fase. O uso de instrumentos específicos, como régua e esquadros, possibilitou um desenho mais técnico da letra de tal modo a se construir uma pluralidade de estilos. A letra gótica, por exemplo, não poderia ser realizada apenas com a pena. Em partes isto também se deve ao novo método de ensino adotado por Ramos de Azevedo e que se denominava método geométrico. Neste a geometria tornava-se a base do sistema pedagógico (D'ELBOUX, 2016).

¹⁷ No livro de Ricardo Severo (1934, p. 223-225) é possível encontrar, na parte dos anexos, uma relação dos diplomas e prêmios que o Liceu ganhou, como na Universal Exposition Saint Louis (1904), Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908, Exposition Universelle de Bruxelles (1910), Esposizione Internazionale Delle Industrie e del Lavoro (1911), Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil (1922-1923), Exposition Internationale Coloniale-Maritime et d'art flamand (1930), IV Esposizione Internazionale delle arti decorative e industriali moderne (1930) e a Exposição Ibero-americana ocorrida em Sevilha, Espanha, em 1929-1930.

instituição com a revogação temporária de subsídios estatais. Essa pequena crise de arrecadação, no entanto, foi logo superada com a restituição das doações. Segundo Ricardo Severo (1934), o Liceu apresentava elementos democráticos e positivistas desde o momento de sua fundação e, por isso, possuía uma imagem simpática ao novo regime instaurado:

Este caráter substancialmente democratico, que foi assinalado desde o começo desta exposição historica, explica-se pela conjunção destes primeiros positivos republicanos como democratico liberalismo dos que serviram a ultima fase do imperio. Era o espirito da época que se introduziu no intimo das constituições do Estados, ajustando-as à nova era da liberdade, e guinado desde o meado do século XVIII todas as campanhas de independência dos Estados americanos. Por esta razão de ser, o Liceu passou incólume a crise superficial tormenta, e vai encontrar no governo republicano e nos cidadãos do novo Estado um apoio e um incentivo que correspondem à aceleração do seu surpreendente progresso. (SEVERO, 1934, p. 21).

Os problemas políticos, todavia, não cessaram. Na instituição, houve afastamentos de quadros da diretoria, como o de Rangel Pestana e o de Conselheiro Leoncio de Carvalho. Em 1893, ocorreu a Revolta da Armada e a ameaça de recrutamento forçado fez com que muitos estudantes parassem de frequentar a escola, diminuindo consideravelmente o número de matrículas. Além disso, São Paulo foi afetado também por uma epidemia de febre amarela. Por fim, nesta época, houve o vencimento do contrato de locação e rapidamente a instituição teve que desocupar o prédio. Em 1896, ocorreu novamente uma outra mudança, da Rua de Santa Tereza, nº 22, para o prédio contíguo à Igreja dos Remédios (*Ibid*, p. 19-26)

Já os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do XX foram anos de extrema prosperidade para o Liceu. Este era o momento em que a instituição mudou para Avenida Tiradentes¹⁸ (no atual prédio da Pinacoteca do Estado de São Paulo) e que Francisco Paula Ramos de Azevedo assumiu a diretoria. Esse engenheiro possuía um papel muito importante para a compreensão do passado da escola, na medida em que a inseriu de forma mais contundente no circuito de mercado da cidade de São Paulo. Para isto, empreendeu uma reorganização do currículo incrementando novas disciplinas vinculadas à profissionalização e deu uma maior ênfase para as oficinas. Foi instaurado um modelo conhecido como “oficina-escola”, a qual o estudante recebia a maior parte de sua instrução em um ambiente prático e que permitia que o produto criado pudesse ser vendido para o mercado. Desse modo, a escola conseguia obter autossuficiência (a maior parte de sua renda constituía-se desta venda) e os artefatos de madeira e de ferro das oficinas do Liceu começaram a circular de maneira mais intensa pela cidade. Para além destes utensílios, havia os

¹⁸ Mais especificamente no ano de 1900. Esta construção partiu do escritório de arquitetura de Ramos de Azevedo e, apesar de não estar completo, constitui-se até hoje como um marco monumental na paisagem da região da Luz na cidade de São Paulo.

monumentos e estátuas que foram forjadas pelo Liceu e que se tornaram marcos em São Paulo. Percebe-se que o modelo praticado era o de oficina-escola, e não de escola-oficina, como as outras instituições faziam¹⁹. A ênfase dada era muito mais sobre o local de trabalho do que o ambiente escolar propriamente dito. Procurava-se produzir em grande quantidade e de forma eficiente, atendendo assim às demandas de uma cidade em constante crescimento.

Isto foi possível devido à articulação criada entre o escritório de arquitetura e construção civil de Ramos de Azevedo com a escola. O diretor possuía uma grande rede de contatos que permitiu ter acesso a um significativo capital financeiro e a acordos. Ele foi proprietário da Cerâmica Vila Prudente e da Serralheria Central, e possuía relações familiares e de parentesco com os proprietários da Casa Ernesto de Castro, importadora de materiais de construção. Além do mais, Ramos de Azevedo já havia atuado em conjunto com a Companhia Iniciadora Predial e havia sido diretor do Banco Ítalo-Belga e da Caixa Econômica Federal (NAGAMINI, 1999, p. 174).

Ramos de Azevedo exerceu crucial influência na escola também no que concerne ao projeto pedagógico através do ensino de arquitetura, de elementos de higiene da habitação e da composição dos edifícios. Não só as preocupações administrativas e econômicas o afetavam, mas também os rumos da educação participando de diversos projetos como a formulação dos programas de ensino do curso de Engenharia Civil (CASAGRANDE, 1997, p. 38-39).

Toda essa influência fez com que, em 1943, o nome da instituição de ensino de nível profissionalizante mantido pelo Liceu fosse “Escola Técnica Ramos de Azevedo”, em óbvia homenagem à figura.

Nesse momento, há que se considerar também o evento da 1ª Guerra Mundial. Enquanto as nações europeias lutavam entre si, a indústria nacional, incluindo o Liceu, teve que fabricar diversas peças para suprir o mercado interno. Era um momento próspero para a industrialização em que se buscava novos modelos para a produção.

O Liceu não foi só importante devido às construções realizadas na cidade, mas também pelo seu ensino, que serviu de modelo para outras instituições de ensino profissional. Essa estrutura de oficina-escola passou a ser recomendação do governo²⁰. Além disto, existiam as experiências realizadas pelo curso de Mecânica. Em 1923, foi criada, com a participação notória de Roberto Mange, a Escola Profissional de Mecânica, anexa ao Liceu de Artes e Ofícios. Nela foram introduzidos laboratórios de psicotécnica, de cinemática, oficinas para aprendizagem e um novo

¹⁹ Mais adiante, será explicado melhor a distinção entre o conceito de “oficina-escola” e o de “escola-oficina”.

²⁰ No artigo 10 do Decreto nº 7566 de 1909 é declarado que “Constituirá renda da escola o producto dos artefactos que saírem de suas officinas” (BRASIL, 1909).

método de aprendizagem conhecida como séries metódicas. As séries metódicas eram desenhos que serviam de modelo para os estudantes realizarem as suas atividades de confecção e reparação de peças. A partir de uma série completa, orientava-se o trabalhador para executar desde as tarefas mais simples até as mais elaboradas com a utilização de um maquinário. Desse modo, aprendia-se etapa por etapa realizando exercícios práticos tendo os desenhos como exemplos a serem seguidos.

A Escola Mecânica conseguiu também um consórcio com a empresa ferroviária de Sorocaba, abrindo cursos para os funcionários desta que estavam construindo uma estrada de ferro na região. As séries metódicas foram amplamente utilizadas e tal experiência prática serviu de propaganda para este tipo de ensino.

Apesar dos sucessos, devido às questões financeiras a escola foi transformada em um Curso Profissional de Mecânica, integrado no quadro geral do Liceu. Em 1931, Roberto Mange fundou o IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), que planejava difundir ideais de caráter taylorista²¹ para a burguesia. Aliás, muitas das experiências realizadas na Escola Mecânica foram divulgadas a partir da revista dessa fundação. Na edição de número 1 (MANGE, 1932, p. 16-34) é realizada uma comparação entre a produtividade dos que usavam o método de instrução racional (os operários do Liceu e os membros do curso de ferroviários de Sorocaba) e o de uma escola que utilizava o método comum.

Roberto Mange possuiu um grande papel na organização do patronato e, juntamente com outros expoentes da indústria, como Roberto Simonsen, auxiliou na fundação do SENAI (Serviço de Aprendizado Industrial). É interessante perceber a influência das experiências realizadas do Liceu na concepção de um determinado tipo de pensamento de ensino industrial. Os nomes relacionados a esse projeto educativo constituíam uma teia de relações entre si e assim tratavam de refletir sobre diversos aspectos políticos e ideológicos do mundo do trabalho (ainda que eles mesmos descartassem a palavra “ideologia” em prol de uma suposta ideia de neutralidade científica).

Ainda sobre os anos 20 e 30, São Paulo apresentou uma série de conflitos armados que alteraram a dinâmica das aulas. Em 1924, devido à Revolta Paulista tenentista, as aulas foram obrigadas a cessarem por um curto período de tempo, tendo o próprio edifício sofrido danos por explosões e balas. Em 1930, prédio foi ocupado pela primeira legião do Paraná, servindo de quartel

²¹ Ou pelo menos assim como era enunciado. Segundo Zanetti e Vargas (2007), o que existe é uma reapropriação do termo “taylorista” para justificar projetos de organização do empresariado paulista. Todavia estes projetos pouco corresponderiam ao que o próprio Taylor escrevera em seu “Princípios de administração científica”. Mais adiante, pretendo explorar um pouco mais sobre estas diferenças principalmente no que concerne ao campo educativo e sobre o debate a respeito da taylorização no ensino.

general para as tropas. Após um interregno de 2 meses, o Liceu voltou a lecionar os seus cursos noturnos, que foram transferidos para os porões por uma questão de segurança. De julho a setembro de 1932, o Liceu voltou a ser ocupado novamente, pela última vez, pelo batalhão “Santos Dumond” durante os eventos da Revolta Constitucionalista (SEVERO, 1934, p. 45-54).

Apesar destes conflitos, esta é uma etapa bastante próspera para o Liceu em termos de visibilidade social, e em 1935, a partir do decreto 394, foi declarado como sendo uma instituição de utilidade pública (BRASIL, 1935). Decreto este que apenas foi revogado em 1992:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Attendendo ao que requereu o Lyceu de Artes e Officios de São Paulo, o qual satisfez as exigencias do art. 1º da lei n. 91, de 28 de agosto do corrente anno, e uzando da attribuição que lhe confere o art. 2º da citada lei, DECRETA:
 Artigo unico. E' declarado de utilidade publica, nos termos da mencionada lei, o Lyceu de Artes e Officios de São Paulo, com séde na capital do Estado de São Paulo.
 Rio de Janeiro, em 28 de outubro de 1935, 114º da Independencia e 47º da Republica.
 GETULIO VARGAS
 Vicente Ráo
 (BRASIL, 1935).

Para ser declarado como utilidade pública, as fundações deveriam seguir o enunciado da lei nº 91 de 1935, que determinava critérios para o reconhecimento como adquirir personalidade jurídica e servir desinteressadamente à coletividade (BRASIL, 1935). Segundo o artigo terceiro desta lei:

Nenhum favor do Estado decorrerá do título de utilidade pública, salvo a garantia do uso exclusivo, pela sociedade, associação ou fundação, de emblemas, flâmulas, bandeiras ou distintivos próprios, devidamente registrados no Ministério da Justiça e a da menção do título concedido. (BRASIL, 1935).

No entanto, apesar desse item, foi o caráter filantrópico do Liceu o que garantiu alguns benefícios, como a isenção de determinados impostos. Essa questão que perdura até os dias de hoje

e justifica a existência de um ensino técnico isento de mensalidade²².

O Liceu possuiu uma importante posição de destaque no processo de formação de uma mão de obra no início do século XX e isto se manifesta na própria produção acadêmica. Em qualquer estudo sobre história da educação profissionalizante a instituição sempre aparece mencionada, o que evidencia sua importância na história da educação. É o caso de obras como a de Silvia Maria Manfredi (2002), de Oswaldo Vieira do Nascimento (2007), da publicação conjunta de Silvia Elena de Lima, Salvador Santos Filho e Clovis Roberto dos Santos Filho (2008), de Francisco Aparecido Cordão e Francisco de Moraes (2017), entre outras.

A bibliografia sobre o Liceu, no entanto, após os anos de 1940 desaparece quase por completo. Não há mais estudos sobre a sua prática escolar. Em seu lugar, outras iniciativas são postas em evidência, como o SENAI, as ETECs (Escolas Técnicas Estaduais) e os CEFETs. Mesmo pesquisas de Arquitetura e Urbanismo, ao se referirem à instituição, apenas costumam comentar a faixa de período considerada como a época áurea da escola (até terceira década do século XX). Dentre essas obras, podem ser citadas: Marilda Nagamini (1999)²³, José Carlos Durand (1989), Paulo Cesar da Silveira (1983) e Ana Maria Beluzzo (1988).

Uma grande exceção, que procura estudar a história do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo para além deste período clássico, é a dissertação de mestrado de na área de Arquitetura de Sandra Regina Casagrande (1997). Segundo a própria autora, o seu objetivo foi:

(...) mostrar as mudanças ocorridas na instituição e sua participação no contexto da cidade, através dos acontecimentos sócio-econômicos, culturais e políticos pelos quais passou, e

²² A questão da isenção da tributação foi algo que permeou o Liceu durante muitos anos e que foi fruto de diversas discussões na Câmara. Enquanto um lado alegava que a instituição deveria receber incentivos fiscais por simplesmente apresentar atividades beneficentes, um outro campo defendia uma maior fiscalização do poder público para saber se o Liceu era realmente merecedor dessas conquistas. Apenas para um citar um exemplo, em 1952, o vereador Alípio Henrique juntou uma série de documentos que comprovavam que a atual direção composta por Arnaldo Dummont Villares e o seu genro, Fábio de Azevedo Oliveira, cometia uma série de irregularidades na administração da empresa e escola. Sendo Fábio de Azevedo Oliveira acionista da empresa rival “Companhia Brasileira de Medidores”, o vereador o acusou de prejudicar o Liceu em benefício da outra que lhe daria participação nos lucros. Os preços dos hidrômetros do Liceu seriam propositadamente mais caros para evitar a competição, as despesas indicadas pela instituição no que condiz às reformas do museu e dos aparelhos escolares não condiziam com que o equipamento que foi encontrado, não haveria explicações para o valor de uma série de gastos, houve demissões de funcionários que protestaram para o aumento do salário e um deles até mesmo chegou a ser ameaçado com a cadeia por não querer participar das irregularidades cometidas pela direção. A oposição na Câmara contra-argumentou que a instituição era privada e que a municipalidade não poderia ter o poder de fiscalizá-lo. Alguns vereadores também passaram a questionar a veracidade dos documentos trazidos por Alípio Henrique. O que se percebe nos discursos era que o vereador Alípio Henrique não era contra a isenção propriamente dita, mas que ela fosse dada a uma instituição idônea e com uma administração competente. De qualquer modo, esse caso exemplifica algumas das dificuldades ao longo do século 20 para que o Liceu de Artes e Ofícios mantivesse o seu status de estar desobrigado a pagar taxas e impostos. Essas informações podem ser encontradas nas páginas 41 a 44 no Diário Oficial de 11 de julho de 1952. A reportagem se trata de uma transcrição das discussões de uma reunião da Câmara Municipal de São Paulo, que foi dada no dia 5 de junho de 1952 (DISCURSO..., 1952).

²³ Visa demonstrar a relação existente entre o desenvolvimento da construção civil e a constituição de um sistema de ensino, que englobava escolas de engenharia e programas de qualificação profissional.

registrar os nomes de todos que lá estiveram vivenciando estes fatos e contribuindo em muito nos resultados do que hoje é o Liceu e sua influência na arquitetura, na educação e no desenvolvimento de São Paulo. (CASAGRANDE, 1997, p. 2).

Percebe-se uma grande ausência da produção bibliográfica sobre a instituição, dificultando a análise sobre a educação pós 1940. Há, porém, algumas edições comemorativas que foram patrocinadas pela instituição, como o livro “Liceu de Artes e Ofícios: missão excelência” (2010), de Maria Cintra Gordinho. Já pelo título da obra, é possível perceber uma visão enaltecida que, muitas vezes, acaba escondendo determinados conflitos e tensões ausentes de uma publicação de comemoração.

1.5 O Liceu de Artes e Ofícios e a industrialização do ensino

Como já foi dito, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo obteve destaque a partir da sua formação com o modelo de oficina-escola. O aluno aprendia a partir do próprio posto de trabalho e lá poderia passar por diversos graus hierárquicos, como o de aprendiz, auxiliar, operário, contramestre, mestre e gerente. Sendo que o contramestre e o mestre eram os responsáveis pelo ensino propriamente dito. Desde cedo, o aprendiz ganhava um pequeno salário e tinha a sua produção vendida para o mercado. Deste modo, o Liceu conseguia a autossuficiência e independência financeira. Sobre as rendas do Liceu, nos estatutos da instituição de 1903, 1934 e 1939 está enunciado no tópico “Do patrimônio e rendas”²⁴.

Compõe-se o patrimônio e as rendas:

- a) Dos donativos, legados ou subsídios espontâneos, inclusive os dos poderes públicos;
- b) Dos saldos provenientes da venda dos produtos das suas oficinas para custear as despesas do ensino gratuito;
- c) Dos bens moveis e imoveis do Liceu

A venda dos produtos constituía como parte essencial do seu patrimônio. Percebe-se que não era apenas uma escola com oficinas, mas toda uma instituição que se voltava para a produção e a circulação de suas mercadorias na cidade de São Paulo. Era como uma empresa com seus operários. Isto pode ser visualizado a partir do excerto do jornal do Estado de S. Paulo de 13/12/1915 (LYCEU..., 1915), a qual remete a um discurso realizado por Reinaldo Porchat em virtude da inauguração da Exposição do Liceu:

²⁴ No estatuto de 1903, o trecho destacado refere-se ao capítulo V, artigo 34. No estatuto de 1934, idem e no de 1939, ao capítulo VI, artigo 30.

O método adotado nas oficinas é completamente empírico. As oficinas são montadas como verdadeiros estabelecimentos industriais, destinados a produzir artefatos utilizáveis no mercado: contratam obras, aceitam encomendas e fabricam encomendas e fabricam manufaturas de comércio corrente.

O aluno é admitido como um simples aprendiz; começa pela tecnologia geral da profissão a que pretende dedicar-se, aprendendo as primeiras noções no próprio trabalho do seu mister.

É colocado ao lado de um operário adulto, onde principia a servir como aprendiz, depois como operário auxiliar, até que é considerado como um operário efetivo ou artífice.

Desde o primeiro em que é admitido começa a ganhar um pequeno salário, que vai subindo de valor à medida que progride na aprendizagem, até alcançar o salário comum de um operário.

Todo movimento de contas das oficinas está sujeito ao escritório central do Liceu que funciona como o de qualquer estabelecimento comercial.

O Liceu não é, portanto, uma escola-oficina, mas realiza as condições de um estabelecimento industrial completo e modelar: é uma oficina-escola.

O aluno é um colaborador dos trabalhos das oficinas, tomando o seu lugar na metódica divisão de serviço que compete a uma oficina moderna de grande produção; trabalho como aprendiz, como auxiliar, como operário, com utensílios próprios ou dirige os diversos maquinismos, desde a confecção do mais insignificante detalhe, até a montagem completa de qualquer artefato. (LYCEU..., 1915).

Há uma lógica de produção vigente que permeia esse discurso. Ainda que houvesse inicialmente a valorização da cultura do artesão no Liceu e que este conhecesse as diversas etapas de produção, o mercado impunha uma determinada dinâmica. Segundo Moraes (2003, p. 380- 389), muitas dessas escolas de ensino profissional eram organizadas a partir do modelo da Escola Imperial Técnica de Moscou, dirigida por Victor Della Vos, que constituiu um método de aprendizagem pensando na construção das ferrovias da Rússia. A partir de uma banca de trabalho com as ferramentas à sua disposição, o aluno conhecia todos os procedimentos básicos a partir de desenhos e da supervisão de um mestre até a montagem final das peças fabricadas. Buscava-se assim “(...) diminuir o tempo de aprendizagem; controlar, mediante procedimentos simples e rápidos, o avanço dos alunos nos estudos práticos e, finalmente, dar ao ensino técnico um caráter sistemático, capaz de fazer dele um novo meio de adquirir conhecimentos úteis” (MORAES, 2003, p. 384). Isto foi uma tônica bastante presente no ensino profissional e apenas se acentuou com outros posteriores métodos de aprendizagem, como o das séries metódicas que estão intrinsecamente ligadas com o período de maior industrialização da história brasileira. Ainda no período “mais artesanal”, é possível vislumbrar o quanto a escola se voltava mais para uma produção para o mercado. Segundo Belluzzo (1988, p. 97), “O Liceu de Artes e Ofícios é exemplo significativo da implantação do ensino técnico com base no modelo artesanal, tendo em vista o desenvolvimento da indústria”²⁵.

²⁵ Em 1920, foi organizada uma comissão liderada pelo engenheiro João Luderitz a fim de avaliar as escolas profissionalizantes, entre elas, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Nesse relatório, a escola possui boas considerações realizando apenas algumas ressalvas como o fato de a instituição ter perdido a sua dimensão mais educativa e de formação geral passando a ter muito mais uma ênfase em sua dimensão fabril (D'ANGELO, 2000, p. 245-246).

Percebe-se que no Liceu havia também uma preocupação com o controle do tempo de produção com cronogramas que deveriam ser seguidos e respeitados. Isto era obtido a partir de uma rigorosa disciplina que possuía também um caráter moralizador de formação de um bom indivíduo para a pátria. Disciplinarização que envolve a dupla relação de escola e fábrica, algo que caracterizou o ensino profissional. O ensino profissional tornou-se um dos mecanismos de coerção do Estado para a conformação do sujeito na sociedade de classes. É necessário recordar que o início do século XX foi marcado por intensas atividades de greve e de movimentações anarquistas e de sindicatos de contestação ao poder.

O processo de industrialização de São Paulo foi marcado por uma série de condições de trabalho duríssimas para a maior parte da população urbana. As instalações fabris eram bastante precarizadas no que concerne à proteção dos trabalhadores, havendo, por consequência, diversos acidentes que envolviam correias, engrenagens e muitos outros que poderiam ocasionar amputação de membros e, em alguns casos, até a morte. Isso também era acentuado pelo cansaço de uma jornada extensiva de trabalho e pela rigidez dos horários, os quais poderiam esmurrar crianças de 12 ou 13 anos para garantir a disciplina (DEAN, 1971, p. 164). Em meio a riqueza produzida pelas indústrias, havia uma massa de mão de obra em condições de miserabilidade. Era a chamada “questão social”, que no final do século XIX e início do XX, era resolvida como se fosse um caso de polícia. O aparato repressor do Estado era mobilizado para conter violentamente as manifestações e organizações que lutavam por melhores condições de vida.

A partir da 1ª Guerra Mundial, o aumento da inflação e a escassez de alimentos acirraram a luta de classes de tal modo a ser concretizado duas greves gerais: a de 1917 e a de 1919. Os sindicatos cresceram em número e em militância e conseguiram pressionar o governo para que suas pautas passassem a serem compreendidas como alvos de políticas públicas (DEAN, 1971, p. 170). Durante a presidência de Arthur Bernardes, por exemplo, foi formado o Conselho Nacional do Trabalho²⁶, uma caixa de pensões para ferroviários, e houve a declaração de que o 1º de Maio seria feriado nacional. Isso não significou que não houvesse resistências. A lei de férias, que permitia duas semanas de férias pagas a todos os funcionários, recebeu uma forte oposição de setores do patronato que passaram a se organizar para que esta não entrasse em vigor (DEAN, 1971, p. 171-172).

Todo esse clima de agitação política gerou receios por parte da burguesia, que não queria perder a sua posição de comando na sociedade. Institucionalizar a qualificação do trabalhador pode

²⁶ Este Conselho, no entanto, como afirma Warren Dean (1971), foi uma modesta concessão se comparada à reivindicação de um Ministério do Trabalho como era proposto por alguns militantes da época.

ser entendido como um meio de controle do mercado de trabalho. Do mesmo modo em que se desqualifica o trabalhador tradicional por supostamente não possuir as habilidades ensinadas em um curso de ensino profissional, há todo um processo de superqualificação dos emergentes grupos técnicos que forma uma espécie de elite que passa a produzir um discurso científico a respeito das relações de trabalho e da formação dos trabalhadores. Concentra-se os saberes em torno de um setor especializado, excluindo cada vez mais o restante dos processos de decisão (ANTONACCI, 1993, p. 71).

A educação e o ensino envolveram toda uma moralização em prol da construção do cidadão-trabalhador ideal, alguém que não questionasse a sua posição na sociedade de classes. A partir da concepção de que as reivindicações trabalhistas partiam de ideologias de fora do território brasileiro, preconizou-se a substituição do trabalhador estrangeiro pelo nacional. Valores como o nacionalismo e o patriotismo foram amplamente difundidos nas ideologias das escolas como o Liceu (MORAES, 2001, p. 178).

Em 1941, o Secretario da Viação Anhaia de Melo realizou um discurso em virtude do encerramento do ano escolar do Liceu e da abertura da exposição dos trabalhos dos alunos que foi publicado pela imprensa. Abaixo o fragmento do jornal “Correio Paulistano”, de 21 de dezembro de 1941.

A Patria vive do pensamento e do labor dos seus filhos; os ociosos são inuteis. Em materia de utilidade social, de lastro vivo e palpitante para os alicerces da nacionalidade, não há ricos nem pobres, nem nobres nem plebeus, operarios nem patrões- ha, simplesmente, bons e maus cidadãos. E o Liceu é uma forja faulhenta e ruidosa de bons cidadãos. Trabalhar, meu amigos, significa aprender e produzir. O trabalho requer heroismo, como a batalha; a prancheta, a bancada e o torno são trincheiras nas quais se torna posição para as lutas de todos os dias, lutas que não conhecem derrotas, mas sim as vitórias do cumprimento do dever, da satisfação da própria consciência do progresso e da elevação material e espiritual da patria. (ENCERRAMENTO ..., 1941).

Havia uma preocupação na preparação dos operários como cidadãos da pátria com seus direitos e deveres políticos. Essa dimensão de cidadania permitiria inclusive livrar o trabalho manual dos preconceitos criados nos tempos da escravidão. O que antes era entendido como vil transformava-se em uma força do progresso (MORAES, 2001, p. 179). Tudo isso era perpassado por valores que só podiam ser alcançados a partir do controle de membros da burguesia no sistema educacional.

No regulamento de 1934 do Liceu, é possível ter uma dimensão sobre a regulação que a escola impunha aos seus alunos. Nele afirma-se que era proibido “Distribuir nas oficinas ou ler, durante o período de trabalho, jornais, revistas, livros e escritos, discutir questões sociais, religiosas

ou políticas” (LICEU, 1934b, p. 4). A versão de 1943 aumentava as restrições, incorporando a proibição para qualquer seção do Liceu e para além das horas de trabalho: “É expressamente proibido distribuir dentro de qualquer seção do Liceu, durante as horas de trabalho ou fora delas, quaisquer jornais, revistas, livros, impressos ou folhetos; lê-los ou comentá-los; discutir ou provocar discussão sobre questões raciais, políticas ou religiosas” (LICEU, 1943, p. 8-9). As discussões políticas passaram a ser vedadas por serem consideradas riscos ao funcionamento da sociedade²⁷. Maria Gitahy (1986, p. 38) aponta também para o fato de que no segundo regulamento foi registrada a presença de questões raciais. Segundo sua argumentação, isso derivava do contexto da Segunda Guerra Mundial e do nazismo com a categoria “raça” ganhando novos contornos políticos. Esse processo de disciplinarização ultrapassava o ambiente escolar ou o fabril, regulamentando toda a vida social de seu aluno. No artigo 13 do regulamento das oficinas de 1927, enuncia-se: “Será imediatamente excluído o funcionario de qualquer categoria que cometta, fóra do Estabelecimento, actos pelos quaes incorra em processo crime ou policial, ou que representem um caracter dehonesto e um comportamento contrario à bôa moral” (LICEU, 1927, p. 8).

Ainda exemplificando o rígido domínio da escola, a autora utiliza-se de duas edições do jornal “A Plebe” para demonstrar que os operários do Liceu eram mais refratários a uma participação mais direta do movimento operário. Os exemplos são dados a partir de uma nota de rodapé.

A plebe, nº 23, e 25, 3 e 5/10/1919. Aparecem duas referências neste sentido aos operários do Liceu. Na primeira, os marceneiros estão estudando um meio de combater a apatia em certas fábricas de móveis tais como Liceu de Artes e Ofícios, Mac Donalds & Cia. e João Mavénia. A segunda notícia, pede aos operários do liceu, Mac Donalds & Cia. e Tuttalti que adiram à campanha contra o horário extraordinário, já que só estas casas estavam trabalhando nestas condições. (GITAHY, 1986, p. 39).

No entanto, apesar de a presença dos regulamentos reafirmar o controle da instituição sobre a vida cotidiana dos estudantes, eles também podem revelar pistas de transgressão. Afinal, se é necessário que haja uma regra para evitar que se discuta política e que esta precisa ser reafirmada ao longo dos anos, é porque provavelmente havia discussões deste porte. Isto pode ser identificado em um livro de matrícula que afirma que o aluno Francisco Lopes foi “(...) expulso por ter organizado greve, no Liceu, em protesto contra a Light por motivo dos passes escolares em 16 de abril de 1934” (GITAHY, 1986, p. 60).

É importante registrar a experiência da Escola de Mecânica anexa ao Liceu de Artes e

²⁷ Nos estatutos do Liceu é possível identificar esses e outros aparelhos de disciplinamento. No entanto, aprofundo mais este tema no capítulo 2 para explicitar um pouco mais sobre o funcionamento da instituição no período após os anos 40.

Ofícios com os seus laboratórios de psicotécnica datados dos anos 20. Tais laboratórios possuíam a intenção de realizar uma seleção prévia dos estudantes a fim de obterem apenas os mais “aptos” para as tarefas designadas. Era mais um elemento de afastamento da proposta assistencialista. Havia uma preocupação maior com a formação da mão de obra para a indústria que sobrepunha as antigas políticas de resgate do indivíduo em situação de rua. Isto refletia as transformações na sociedade que estava construindo uma base sustentada no segundo setor da economia. O Liceu possuiu, assim, um importante papel no processo de aprendizado dos trabalhadores das fábricas e da urbanização de São Paulo.

Tais métodos de ensino foram associados aos princípios tayloristas de organização científica do trabalho. No entanto, contrariando uma vasta produção acadêmica, para Zanetti e Vargas (2007), os termos “taylorismo” e “fordismo” muitas vezes foram empregados apenas como recursos retóricos para dar maior embasamento a uma intelectualidade a serviço da burguesia paulista. Tais termos, segundo os autores, possuíam pouca relação com os conceitos originais norte-americanos. Enquanto Roberto Mange (1932) defendia um tipo de educação dada em institutos profissionalizantes capaz de possibilitar ao operário exercer uma multiplicidade de funções, Taylor considerava necessário expropriar os saberes operários para utilizá-los no planejamento da produção. O trabalhador pouco qualificado estaria sujeito a um regime rígido moldado por uma sequência de ações determinadas visando o controle de tempo e espaço. Ainda que isto pudesse gerar um certo tipo de aprendizado, não era a intenção de Taylor promover esta qualificação. Aliás, em nenhum de seus escritos existe a preocupação de possuir instituições para a formação de uma mão de obra. Assim, Zanetti e Vargas (2007) concluem que:

Os métodos adotados por Roberto Mange nas Oficinas tanto do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo como a da E.F. Sorocabana tinham a sua origem, não no taylorismo, mas, sim, na prática pedagógica do Centro Alemão para o Ensino Técnico (DATSCH), de cuja série metódica (conjunto de desenhos que serviam de modelo para a confecção ou conserto de peças) foram feitos ajustes. (...) Nas oficinas de reparação das ferrovias localizadas no estado de S. Paulo, a produção de peças mais solicitada era a de artefatos individuais, específicos, com formatos único, para reposição. Na confecção de peças e nos reparos (os quais, evidentemente, não eram sempre os mesmos), o que se exigia era habilidade combinada com criatividade, algo inteiramente distante das intenções das propostas tayloristas; a capacidade de decisão do trabalhador sobre o qual o melhor alvitre para cada necessidade era fundamental. Por esse motivo, Mange considerava irreal preconizar a especialização extrema do ofício do mecânico. Havia, é certo, “cadeias de trabalho”, nos casos em que se deveriam produzir peças do mesmo tipo, como as destinadas ao reparo de vagões. Porém, mesmo aí, onde, em tese, o taylorismo poderia ter sido aplicado, não há qualquer notícia de que isto tenha ocorrido. (ZANETTI; VARGAS, 2007, p. 34-36).

No entanto, concordando ou não com os termos “fordismo” e “taylorismo”, não se pode negar a progressiva transformação de um enfoque numa produção mais artesanal do Liceu para uma

industrial. Nos anos 20, houve a iniciativa de Roberto Mange com a sua escola profissional Mecânica e, nos anos trinta, a metalurgia começou a adquirir uma força cada vez maior, tornando-se autônoma da marcenaria e não só produzindo chaves, fechaduras e dobradiças. Essa emancipação da metalurgia ocorreu principalmente devido a criação e venda em massa dos hidrômetros, que se tornou o principal produto das indústrias do Liceu até os dias atuais.

Sob a administração de Aníbal Ferri, o Liceu passou a fabricar as suas próprias máquinas nas suas oficinas, ao invés de simplesmente importá-las. Nos anos 40, havia a produção de moldes e formas para as indústrias da Lever do Brasil, Palmoville e Gessy. Também elaborou as formas das mãos das bonecas da Estrela e das garrafas da Crush (BELLUZO, 1988, p. 353-354). Por fim, Ana Maria Belluzo (1988, p. 354) concluiu que: “Como se nota, passou-se da ferramenta à máquina, do objeto ao aparelho. A experiência do artesão se transferiu para a solução das matrizes, viabilizando a produção mecânica”.

Uma tese que está bastante enunciada no trabalho de Ana Maria Belluzo (1988) é que não é possível dissociar completamente os saberes artesanais e artísticos dos saberes industriais. Eles estão imbricados e não possuem contornos muito rígidos como se uma fase fosse necessariamente sobrepujar a outra. A substituição pelo operário não é completa (embora isto também não signifique que não tenha sido devastadora), afinal, mesmo a cultura artesanal não estando presente nas etapas de reprodução, está em evidência na idealização e elaboração de matrizes. Segundo a autora,

O destino dos especializados artesãos será implacável. Uns organizam manufaturas artísticas dignas e menção, mas enfrentam dificuldades para manter os serviços pautados por critérios qualitativos, que se mostram inviáveis economicamente. Na etapa seguinte da industrialização, esses profissionais serão pouco solicitados, desaparecendo ou assistindo a ausência de muitas de suas atribuições. São chamados a participar da criação de matrizes, única instância em que atua o artista na sociedade indústria mecanizada, que prescinde de qualquer decisão durante o processo de execução. Esses artesãos abordados foram, portanto os últimos representantes da cultura artística, qualitativa, antes que se tornasse dominante a produção de base quantitativa. (BELLUZO, 1988, p. 342).

A autora estava também atenta ao fato de que alguns setores da produção mantiveram suas características artesanais mesmo na sociedade mecanizada, como é o caso de certas atividades de construção e de mobiliário. No entanto, é forte presença do fator industrial na escola, influenciando seus currículos e a metodologia de ensino.

Segundo um livro de assinaturas do Liceu, denominado “Livro das Solenidades”, ainda havia, anualmente, exposições de arte dos alunos até 1971. Interessante perceber que dentre os vários elogios enunciados, existiam algumas críticas, como a de um evento de 1968: “Senhores diretores. Estou desiludida com esta Exposição: deveria ser mais artística e menos técnica. Se não

concordam comigo, por favor, mudem o nome da Instituição para Liceu de Técnicas e Ofícios”. É importante perceber o quanto o foco na produção da fábrica determinou o modo de fazer a arte no Liceu.

Esta ênfase na produção para o mercado permitiu que o Liceu se destacasse frente as outras escolas de ensino profissional e que tivesse o seu lugar garantido na história da educação. Segundo Moraes,

Não é de se estranhar que as novas experiências de ensino profissional tenham sido experimentadas no Liceu de Artes e Ofícios. O fato de o estabelecimento apresentar em seu quadro de diretores, vários empresários, de se organizar como fábrica-escola, isto é, como empresa produzindo para o mercado, favorecia o amadurecimento de novas propostas de organização do processo de trabalho nas oficinas, de treinamento mais rápido e eficaz da mão-de-obra.

Por outro lado, o ensino oficial- organizado em instituições que se caracterizavam como escolas formadoras de profissionais qualificados e restringem sua produção industrial a um plano secundário, limitando-a às suas oficinas de aperfeiçoamento, tendia a manter certa distância e autonomia com relação às exigências do mercado. (MORAES, 2001, p. 193).

Tais experiências conjugaram-se em diversas propostas, como a do SENAI. O grupo que compunha os quadros da direção do Liceu estava associados à burguesia industrial e aos setores políticos que reorganizaram o sistema educacional ao longo do século XX.

A instituição teve também um enorme prestígio a partir da formação de seus estudantes. Maria Lucia Gitahy (1986, p. 48) aponta quatro motivos pelos quais os alunos formados pelo Liceu eram bem requisitados no mercado de trabalho: o primeiro derivava da instituição fornecer ao operário o conhecimento do processo integral de formação do produto; o segundo consistia no curso de desenhos aplicado ao ofício desempenhado, o que lhe garantia uma instrução apropriada; o terceiro, pela disciplina dos estudantes, adquirida em um ambiente prático de oficina; e, por fim, o próprio contexto artístico da arquitetura em São Paulo, que valorizava as artes aplicadas na composição da chamada “art-nouveau”. Este foi um estilo bastante praticado pelo Liceu e que permitiu também a sua fama no ramo da construção civil.

1.6 As oficinas do Liceu de Artes e Ofícios

Para o trabalho mais prático, a instituição contava com classes profissionais que, por sua vez, eram formadas por diversas oficinas. A partir do “programa e organização das classes profissionais e oficinas” de 1934²⁸ é possível compreender um pouco sobre esta dinâmica

²⁸ Documento encontrado no acervo da escola.

estabelecida. Havia 8 classes: obras de madeira, obras de ferro, artefatos metálicos, fundição metálica, aprendizes mecânicos, artes plásticas, artes complementares e, por fim, caldeiraria e canalização.

A de obras de madeira incluía seções de preparação mecânica, de folheados e compensados, de marcenaria, de escultura, de ebanistaria, de acabamentos e de encaixotamento. A de obras de ferro, seções de serralheria mecânica, serralheria civil, serralheria artística, de forjamento e soldadura. A de artefatos metálicos, oficinas referentes à metalurgia, mecânica de precisão e especialidades e galvanoplastia. A classe de fundição metálica, com seções de modelagem e formação, fundição e estatuária monumental. Já a de aprendizes mecânicos se constituía com uma oficina especial e complementar do Curso Profissional de Tecnologia, Mecânica e Eletrotécnica. Artes plásticas, com seções de preparação da matéria-prima, modelação e formação, cerâmica/esmaltes e “terrazzo”/pedras artificiais. Artes complementares, com ornamentações, artes gráficas e eletrotécnica. Por fim, caldeiraria e canalização com as oficinas de caldeiraria e de canalização e instalações sanitárias.

Percebe-se a existência de oficinas de diversos tipos e que visavam explorar dinâmicas variadas de produção. Produção esta que ia desde materiais artesanais para a decoração até objetos industriais com aspectos bastante utilitários, como tubagens para aplicação da engenharia sanitária. Esse era o local de aprendizagem e de trabalho das pessoas que passavam pela instituição. Conforme pode ser visto no artigo 26 do regulamento das oficinas de 1927²⁹, os aprendizes que se destacavam eram contratados pelo Liceu para que continuassem a produzir para a indústria:

- a) Áquelles que frequentarem assiduamente as aulas o offcinas, com exemplar comportamento e aproveitamento, será conferido o Diploma de Distincção ou Premio de accordo com suas provas e merito.
 - b) Aos que haverem completado o seu curso de aprendizagem de artes ou officios, nas condições da alinea acima, será dado o Diploma de Habilidade.
- Por este diploma o aprendiz passa à categoria de operario e poderá continuar no quadro do Lyceu se ahí tiverem cabimento os seus serviços.
- c) Os que houverem completado o mesmo curso sem notas excepcionaes de distincção,mas dentro da media normal de eficiencia e capacidade profissional, terão direito ao Diploma de Habilidade após uma prova experimental em obra da sua arte ou officio (LICEU, 1927, p. 12).

Passou a ser evidente a relação entre escola e fábrica. O Liceu era uma instituição que formava alunos e também empregados. Não promovia apenas a assistência social. Havia a preocupação na formação de uma mão de obra industrial. É importante frisar, contudo, que o discurso assistencialista não desapareceu por completo. Mesmo na segunda metade do século XX é

²⁹ O mesmo parágrafo pode ser encontrado no artigo 25 do regulamento das oficinas de 1934.

possível encontrar textos que assinalavam de forma bastante explícita o papel de promover a caridade no Liceu de Artes e Ofícios. Esse caráter permanece, mas diminui conforme as novas expectativas da sociedade para com o ensino profissional.

O tema da alfabetização é um outro exemplo deste processo de transformação. Em 1927, para ser aceito como aprendiz não era necessário saber ler ou escrever e o próprio Liceu ofertava aulas noturnas para esse público. Nestas, ainda havia cursos de desenho e modelação que poderiam ser frequentadas por adultos que quisessem se aperfeiçoar na área³⁰. Neste momento, testes de admissão ficaram apenas reservados aos que pretendiam o cargo de operário³¹. Para quem desejava ser aprendiz, apenas era exigido atestado médico, documentos de identidade e de idoneidade e que tivesse a idade de 14 anos ou mais.

Já no regulamento das oficinas de 1934, não é possível mais perceber a existência da figura do aprendiz analfabeto. Nele afirma-se que:

Os pretendentes a aprendiz ou operario devem submeter-se previamente a um exame em que demonstrem os seus conhecimentos, constantes do programa do curso preliminar, isto é, dentro da formula: “lêr, escrever e contar”. A falta destes conhecimentos é principal impedimento à sua admissão (LICEU, 1934b, p. 1).

Não cabia mais à instituição ensinar a leitura e o aprendiz também deveria ser submetido a um teste de admissão. Ainda existia o reforço das aulas noturnas, mas elas estavam presentes a partir de outro enfoque. Em seu artigo 24 estava escrito que: “Os aprendizes que apenas souberem lêr e escrever, deverão frequentar as aulas notúrnas do Liceu, do curso Preparatório” (LICEU, 1934b, p. 5). Ou seja, ficava estabelecido que todos os estudantes conhecessem o conteúdo referente às primeiras letras.

Houve um aumento do conhecimento mínimo necessário para ingressar no Liceu com o decorrer dos anos. Em 1942, as Leis Orgânicas colocavam o ensino profissionalizante como pertencente ao grau médio, evidenciando uma postura diferente da que possuía no século XIX quanto à educação de trabalhadores. Além disso, a instituição passava a apresentar exames vestibulares, que eram necessários para se atingir o segundo grau. Existiam transformações no que concerne ao intento pedagógico da instituição.

1.7 O papel do Liceu de Artes e Ofícios na arquitetura e urbanismo de São Paulo

³⁰ Dados extraídos do artigo 25 do regulamento das oficinas do liceu de 1927.

³¹ Segundo o artigo 1 do regulamento das oficinas: “O pretendente operario deverá apresentar atestado das officinas em que tiver trabalhado e submetter-se previamente a um exame relativo à technica de sua profissão” (LICEU, 1927, p. 1).

O Liceu possuiu um papel fundamental no ramo da construção civil e isto pode ser notado pelo fato de grande parte da bibliografia sobre a instituição remeter a estudos sobre arquitetura. Como exemplo, cito alguns trabalhos a qual os seus autores são arquitetos e cuja temática central é o Liceu: Paulo Cesar da Silveira (1983), Ana Maria Beluzzo (1988) e Sandra Regina Casagrande (1997). Assim, não só o campo da história da educação construiu narrativas sobre o Liceu de Artes e Ofícios, mas como também o campo da arquitetura. Enquanto o primeiro enfatizou os aspectos disciplinadores da formação de uma mão de obra, o segundo procurou entender mais sobre as obras produzidas na cidade de São Paulo, tanto no que concerne aos seus aspectos de confecção quanto o de circulação. No entanto, tanto um quanto no outro, as pesquisas se focam muito mais no período entre o final do século XIX e início do XX, quando é possível enxergar de forma mais contundente as relações de transformação de um trabalho mais artesanal para um mais fabril³². Isto reforça a ideia de que os estudos sobre o Liceu e o ensino profissional estão muito mais focados a partir de um ponto de vista “externo” da instituição (nas transformações causadas na cidade de São Paulo) ao invés de uma análise das práticas internas.

Segundo a tese de Marcelo Rodrigues Conceição (2010), é possível concluir que houveram poucas incorporações relacionadas ao estudo da história da cultura no ramo da história da educação profissionalizante. Ainda que não se possa desconsiderar que haja obras fundamentais que se utilizaram de novas fontes e de outros marcos interpretativos, continua a haver certa predominância de pesquisas que se focam muito mais na questão do controle da mão de obra, dando pouco espaço à fala dos “vencidos”³³. Obviamente, esses estudos que privilegiam um ponto de vista mais “externo” às práticas escolares e que se focam mais no controle também são importantes, afinal, a escola se constrói em relação com a sociedade. No entanto, é possível perceber uma certa primazia em analisar discursos de diretores, práticas normativas e a relação com a construção civil do que as próprias práticas de estudantes e professores. Não à toa que o Liceu desaparece na bibliografia após a década de 30 (mesmo estando presente até os dias atuais), sendo substituído nas análises por

³² Neste sentido, a dissertação de mestrado de Sandra Regina Casagrande (1997) constitui como uma exceção. Este trabalho consiste em analisar o Liceu de Artes e Ofícios desde o seu período de nascimento até a atualidade não se focando apenas no início do século XX. Todavia, esta foi a única obra acadêmica que encontrei que procura pesquisar sobre a história da instituição para além desses marcos tradicionais. Outras obras como a de Hernandes (2017) e a de Milani (1995) analisam o Liceu fora desses marcos canônicos, mas estão mais preocupados com o presente da instituição, não realizando uma análise histórica mais aprofundada.

³³ “O ensino profissional foi discutido mais com relação aos fatores externos do que propriamente com as questões educacionais, deixando de lado até a influência que este pode ter tido nos demais ramos e modalidades de ensino. As características (uso da história, interlocução com o Estado, forte presença da sociologia, etc.) apontadas pelos balanços da historiografia educacional brasileira, para os anos de 1970 e 1980, são as mesmas encontradas na análise da história do ensino profissional” (CONCEIÇÃO, 2010, p. 210).

outras organizações que tiveram um impacto maior na questão do mundo do trabalho e da cidade como o Senai, por exemplo. O Liceu foi caracterizado como fábrica-escola e a pesquisa acadêmica tem esquecido a dimensão mais educativa³⁴ da instituição estudando muito mais a sua relacionada à indústria.

Este período de maior expansão da escola sobre São Paulo coincidiu com a administração de Ramos de Azevedo, que articulou o Liceu ao seu próprio escritório de arquitetura³⁵. Isto fez com que a instituição fosse responsável por diversas encomendas de uma cidade que estava vivenciando grandes transformações demográficas. O escritório indicava o esquema dos edifícios e os alunos do Liceu desenvolviam a alvenaria, a decoração, as esculturas e as pinturas.

Foi assim que muitos escultores e decoradores italianos que lecionavam no Liceu e muitos jovens que frequentavam aquelas aulas, tiveram um papel importante nas obras criadas no estúdio do famoso arquiteto brasileiro. As cabeças decorativas, as máscaras, os animais estilizados, os ramos de flores, os nus, os frisos que ornaram as paredes e as molduras no Teatro Municipal, no Palácio da Justiça, e embora em menores proporções, no Correio e no Mercado Municipal, são o fruto dos ensinamentos dados no Liceu. Este instituto preencheu tão bem a função para a qual foi criado que se formou um pequeno mundo de artistas gravitando em volta do edifício da Avenida Tiradentes. Escultores tais como Amedeo Zani, ao qual devem-se numerosos monumentos comemorativos, e pintores como Enrico Vico e Alfredo Norfini, mantinham no Liceu o próprio atelier e outros organizaram aí exposições pessoais. (SALMONI; DEBENEDETTI, 1980, p. 92-93).

Este foi o mais longo escritório de arquitetura de São Paulo, contando com 94 anos de existência (desde 1886 com a chegada de Ramos de Azevedo até 1980 com a administração de Roberto Pereira de Almeida e de Affonso Tervolino). Tal permanência foi possível a partir de uma rede de conexões com diversos setores da produção e do ramo da construção civil. Esta ligação também moldou a própria forma de sua atuação, sendo considerada como o primeiro escritório a pautar por uma linha taylorista, estabelecendo um rigoroso procedimento de projetos, hierarquias e uma linha de montagem coletiva. Isto possibilitou que edificações pudessem ser erigidas em um tempo considerado excepcional para a época. A construção do Palácio dos Correios, por exemplo, iniciou-se em 1920 e terminou em 1922, demorando apenas 2 anos (BUENO, 2015).

É preciso destacar também este período foi um momento de enormes transformações demográficas na cidade de São Paulo, que derivou das grandes levas de migração europeia para as Américas. Os dados podem ser vistos abaixo:

A partir de 1890, a cidade de São Paulo começou a crescer em ritmo acelerado. O

³⁴ Com exceção da prática regulatória que parece muito associado ao ensino e que os autores costumam a se debruçar bastante.

³⁵ Esta aliança permanece anos depois, mesmo após a morte de Ramos de Azevedo. O escritório de arquitetura passou sob a direção de Ricardo Severo, diretor do Liceu de Artes e Ofícios, denominando-o Escritório Severo e Villares.

crescimento significativo se iniciara entre 1872-1886, quando foi de 52% (de 31.385 para 47.697 habitantes), a uma taxa geométrica anual de 3%. Entre 1886-1890, alcançou 36% (de 47.697 para 64.934 habitantes), o que representa uma taxa geométrica anual de 8%. Mas a grande arrancada se deu entre 1890-1900, período em que a população paulistana passou de 64.934 habitantes para 239.820, registrando uma elevação de 268% em dez anos, a uma taxa geométrica de 14% de crescimento anual (FAUSTO, 1986, p. 17-18).

Tal panorama contribuiu para uma remodelação completa da cidade, de uma pequena vila a uma grande metrópole. A partir de tais dados, é possível compreender melhor este enorme impulso dado ao ramo da construção civil. Isto também só foi possível devido ao capital financeiro trazido pela economia do café. Os diversos monumentos construídos nesta época podem dar um pouco da dimensão do poder que a elite procurava construir para si. O monumento é um marco que molda a paisagem com a única intenção de ser visto, admirado. Apesar de recursos serem mobilizados para a sua criação, ele não possui um objetivo mais “utilitário”, a não ser preservar uma memória ou uma imagem. Neste caso, a arte é também uma maneira de promover a distinção social e o conjunto estatutário na cidade de São Paulo demonstra esta ostentação de força, evidenciando, de forma contundente, uma relação de poder. As oficinas do Liceu de Artes e Ofícios foram as responsáveis por grande parte da confecção destes monumentos, como o de Duque de Caxias na Praça Princesa Isabel, o de Ramos de Azevedo, que se encontra atualmente na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira da Universidade de São Paulo (USP) e o Monumento às Bandeiras, próximo ao Parque Ibirapuera. Ricardo Severo (1934, p. 231-237), nomeia uma lista de edifícios aos quais a instituição teve participação na construção da arquitetura interna e externa e/ou na confecção dos mobiliários, como o edifício dos Correios e Telégrafos, o Teatro Municipal de São Paulo, o Banco do Comercio e Industria, o Cine Alhambra, o Teatro Sant'Ana, a Casa de Saúde Ermelino Maratarazzo, entre muitos outros.

O Liceu também se inseriu na história da arquitetura e da arte a partir de alguns estilos como o da Art Nouveau. Em 1904, chegou até mesmo a obter o 1º prêmio na exposição universal de St. Louis graças a umas vitrines giratórias em estilo Art Nouveau. Entre os nomes desse movimento, destacam-se alguns mestres do Liceu de Artes e Ofícios como Adolfo Barione e Luiz Scatolini (no que se refere ao ornato), Amadeo Zani e William Zadig (no que se refere à escultura), Domizziano Rossi, Claudio Rossi e Ramos de Azevedo (no ramo da arquitetura)³⁶ (CASAGRANDE, 1997, p. 41).

Esse movimento surgiu na Inglaterra e o seu principal objetivo consistia em restaurar as

³⁶ Nesse processo de transformação da cidade de São Paulo, é possível tratar de diversos profissionais que trabalhava nas oficinas do Liceu como Antonio Chiocca, Adolfo Giovannetti, Frederico Petrucci, Giacomo Cadrobbi, Piazza Fiorenzo, Agnelo Paciulli, Lorenzo Petrucci, entre outros (CASAGRANDE, 1997, p. 41).

dinâmicas artesanais frente ao mundo industrial. Assim, as artes decorativas eram seus principais focos de atuação. Pretendia-se realçar, “embelezar” o concreto e o material industrial. A Art Nouveau destacava-se, sobretudo, pelas ornamentações de seus prédios e móveis, dando ao artesão uma maior liberdade criativa. Logo, algo bastante praticado nas oficinas do Liceu foi o desenho e o entalhe de flores e de outros elementos da natureza.

Após os anos 40, entretanto, percebe-se um arrefecimento das atividades do Liceu no que se refere à produção para a indústria, o que também representou um escasseamento da produção bibliográfica. Para além de questões envolvendo o ensino profissionalizante, Paulo César da Silveira (1983) aponta para um certo descompasso entre as orientações dadas pela escola e pelo modernismo na arquitetura. Segundo o autor, o Liceu ficou atrelado a um determinado ensino que se caracterizava pelo excesso de ornamentos nas construções. A instituição formava muito mais artífices do que técnicos ou mecânicos, enquanto cada vez mais se procurava substituir as pedras e os tijolos por estruturas metálicas e cimentos. A concepção de arquitetura que estava predominando nos anos 40 era de uma em que se valorizava a vida mais rápida nas metrópoles e que permitia uma locomoção mais “racionalizada”. Começou a haver uma crítica contra as curvas e a superabundância de elementos decorativos. Estas transformações não foram acompanhadas pelo Liceu, que compreendia muito mais uma noção de artes subsidiando a arquitetura com seus florais e cariátides. Tal afirmação é reiterada por Flávio Motta (1957, p. 48) ao estudar sobre art nouveau no Brasil:

O próprio liceu, como iniciativa particular, perdeu todo sentido renovador. O dr. Samuel Ribeiro, uma das testemunhas da vida do Liceu, nos ponderava um dia sobre o problema das escolas de arte: “É preciso evitar o erro do Liceu. Fez coisas boas, mas acabou se repetindo por exigências da clientela e das necessidades de manter a própria subsistência”. O Liceu também não conseguiu um entrosamento maior com a indústria. Apartado dessa realidade, os seus produtos adquiriram mais tarde alto preço, dada a inegável qualidade de mão-de-obra, mas sem significação como produto de uma mentalidade moderna. A história do Liceu, como organização, mostra que, no início, os propósitos eram bem outros.

Flavio Motta (1957, p. 49) continua a sua conclusão relatando que:

Assim, todo trabalho do Liceu se reduziu a um pequeno campo de aperfeiçoamento e educação profissional, para mais tarde assistir, inerte, a um segundo e maior domínio do progresso industrial, amparado em organizações semi-oficiais e um ensino profissional de caráter mecanicista.

Nos anos 40, a instituição adentrou-se em uma nova fase de sua história. Ainda se constituirá como algo de prestígio, mas perdeu grande parte dele por não estar tão envolvida como esteve nas inovações do âmbito arquitetônico. Este foi um período em que surgiu a figura do

arquiteto moderno, que, ao realizar o desenho para projetar a construção, sobrepunha os saberes dos artesãos. Enquanto a construção “tradicional” era distribuída por um conjunto de pessoas como o telhadeiro (que fazia os telhados), o escadeiro (responsável pelas escadas), o fachadeiro (pelas fachadas), entre muitos outros, o moderno foi entendido como a racionalização dos esforços e com o trabalho passando a ser definido pelo desenho do arquiteto. Para muitos arquitetos da época, como Vilanova Artigas, isso foi compreendido como esforços de desenvolvimento de um país que precisava se livrar de seus “resquícios medievais”³⁷ (ARANTES, 2004, p. 18-23). E a imagem do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo passou a estar associada às corporações de ofícios e, portanto, algo “atrasado”.

Sobre esta perda de parte de seu prestígio por ter uma imagem vinculada ao passado, é interessante examinar as correspondências da arquiteta Lina Bo Bardi sobre o Liceu de Artes e Ofícios durante a construção do MASP. O Liceu foi uma das empresas contratadas para fornecimento de material para confecção deste museu de arte, o que muito desagradou a arquiteta. A sua insatisfação foi tamanha que ela escreveu diversas cartas de protestos para a prefeitura. Segundo Raquel Furtado Schenkman Contier (2014, p. 228):

Lina Bo Bardi começou o seu protesto alegando que o MASP, por ser um “edifício eminentemente técnico não tem NADA a ver com as ARTES e os OFÍCIOS”. Questionava a execução das peças do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, dizendo que seria uma “desmoralização” a participação do Liceu na obra, e por ser uma “entidade” “anacrônica e superada” de um ‘grupo de velhos artesãos, acostumados em executar principalmente, portões artísticos e, como diz o povo “Tampas de Catumbas”. Para ela, seu projeto corria o risco de ser realizado “na base da improvisação, e da sub-empregada de fundo de quintal” e não como “uma grande estrutura que deve ser calculada e executada com as devidas garantias técnicas e possibilidades financeiras”.

Contier (2014) menciona a carta de 9 de agosto de 1967 de Lina ao Secretário de Obras. A caixa alta e os grifos foram mantidos segundo a escrita original, conforme pode ser visto na correspondência guardada no acervo da ILBMB (Instituto Lina Bo Bardi e Pietro Maria Bardi). Apesar das reclamações da arquiteta, o Liceu continuou presente nas obras do MASP, realizando os caixilhos conforme a solicitação da prefeitura. O que é interessante perceber são as representações criadas de uma instituição antiga que supostamente não teria incorporado os valores modernos.

³⁷ Apesar de todo esse movimento também ter sido apoiado por arquitetos de esquerda que acreditavam nos discursos desenvolvimentistas como modo de superar o “atraso nacional” e o imperialismo estrangeiro, isso acabou sendo reapropriado pela burguesia e pelo grande capital, que acabou percebendo o potencial de controle ao se adotar os mecanismos de racionalização. A partir deles, tornou-se muito mais fácil substituir o trabalhador de canteiro de obra, afinal, o seu saber não era mais tão valorizado quanto era na época dos artesãos. O desenho do arquiteto era o que planejava todos os detalhes da construção. Assim, a capacidade de mobilização da classe trabalhadora ficou mais precarizada. Essa foi uma crítica lançada a todo esse processo pelos componentes da chamada “Arquitetura Nova” (composto por Sergio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre) que surgiram justamente para questionar esses modos de produção (ARANTES, 2004).

Sabe-se que, na época, o Liceu tinha passado por transformações de tal modo que se assemelhava a uma grande indústria, no entanto, a imagem dela ficou ainda associada aos setores mais tradicionais da construção. Isto significou uma certa perda de posição de destaque que possuía no início do século XX.

Também é necessário destacar a concorrência de outros institutos de ensino profissional. Ao longo do século, o ensino profissionalizante começou a adquirir progressivamente uma maior importância na política governamental com uma expansão de sua rede e a criação de novos decretos e leis. Um exemplo bastante elucidativo deste outro patamar adquirido é o fato da Constituição de 1934 ter sido a primeira constituição que se referia ao ensino profissional. Esta etapa de maior efervescência dos debates políticos acerca do ensino profissional e que se discutia como este deveria se articular aos demais ramos de ensino coincide, por mais paradoxal que possa parecer, com o escasseamento dos estudos sobre o Liceu. Para a instituição, se mantém muito o discurso do pioneirismo sem dar muita importância para o que ocorreu depois da chamada “época áurea” com a administração Ramos de Azevedo.

Ainda no campo da arquitetura, nos anos 30 e 40 começou a surgir com maior força um estilo denominado “art déco”, que aparece nos debates sobre renovação da arte criticando justamente o excesso de ornamentação. Surgia, assim, um outro paradigma no que diz respeito ao modo de compreensão da arte e da indústria. Tendo em vista os modelos cubistas, a arquitetura passou a privilegiar linhas retas e um mobiliário mais geométrico. O Liceu, no entanto, por muito tempo ficou associado a um sistema de encomendas³⁸ e não a um sistema de produção em série, mais compatível às novas demandas. À medida em que a própria sociedade foi se alterando com a industrialização, cada vez mais massiva, tornou-se necessário, segundo uma lógica de competitividade no mercado, que a instituição remodelasse o seu próprio modo de confecção de seus produtos. Este “atraso” na transformação contribuiu para uma imagem um tanto retrógrada, conforme pode ser vista no pensamento de Lina Bo Bardi.

1.8 Exposições do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo

O Liceu também foi promotor de diversos eventos de arte, incluindo saraus e exposições. Em 1884 foi organizada a primeira exibição de obras aberta ao público. Desde então, muitas outras

³⁸ O sistema de encomendas permitiu também uma profusão de diversos tipos de produtos com características distintas. Ana Maria Belluzo (1988) cria algumas categorias de análise para melhor compreender a produção do Liceu não apenas se reservando a um único estilo. Assim, a partir de sua análise é possível perceber as transposições neoclássicas, as tendências modernizadoras (art nouveau e art déco) e a produção de um estilo nacional.

mostras tiveram repercussões variadas. Uma com bastante destaque foi a do ano de 1911, na qual a instituição recebeu a Primeira Exposição Brasileira de Belas Artes, contando “com 67 expositores na secção de Pintura e 363 quadros, 8 na secção de escultura e 28 trabalhos, 8 na secção de arquitetura e 70 desenhos e fotografias” (SEVERO, 1934, p. 57).

Para além deste acontecimento, outras exposições individuais de conhecidos artistas, como Pedro Alexandrino (em 1912), Enrico Vio (em 1914), Richard Hall (em 1913) e de Alfredo Norfini (em 1917) ocorreram nas dependências do Liceu (*Ibid*, p. 58). É possível registrar a existência destas a partir da imprensa como, por exemplo, na reportagem que está na primeira página do jornal “Correio Paulistano” de 24 de dezembro de 1905.

Num recinto de 14m por 8m, tendo ampla claraboia com a luz também graduada por meio de veus transparentes, estão dispostos os trabalhos executados nas oficinas do Lyceu. Há alli verdadeiros primores artísticos, que despertam logo as atenções dos visitantes. Paralelamente as paredes pintadas de vermelho, que despertam desmaio, dentro de fino gradil de ferro, estão cavalletes sobre os quaes repousam diversos trabalhos em bronze. Ainda outros só veem collocados em diversos pontos e qualquer delles é uma bellissima affirmação do progresso, que entre nós attingiram a modelagem e a esculptura. (...) Quanto os moveis, o que o Lyceu nos apresenta seria difficil especializar, por isso que, ante a grande quantidade de peças expostas, impossivel fazer selecção, tão bem acabados são os trabalhos de marcenaria fina e obras de entalhe. Cada um dos moveis, que allí estão, é um modelo de delicadeza, e não teme concorrências, o que já ficou patente com a Exposição artistica há pouco realizado na Capital Federal (A PINACOTECA ..., 1905, p. 1).

A notícia descreve algumas das obras de escultura que estavam sendo exibidas apresentando os nomes dos artistas que foram responsáveis pela sua confecção. Nomes como Paschoal de Chirico, Petrucci e Amedeo Zani³⁹, que expôs um busto em bronze de Ramos de Azevedo e um baixo-relevo da Sagrada Família. Percebe-se que a escola também era um local na qual os artistas poderiam exibir o fruto dos seus trabalhos, havendo diversos encontros de pintores e escultores.

Apesar desta efervescência cultural, não existem muitos trabalhos acadêmicos que analisam o conteúdo desses acervos. Um destes, no entanto, chamou a atenção de especialistas da área⁴⁰ como a Exposição de arte francesa realizada entre 7 de setembro e 9 de outubro de 1913. E, como afirma Ana Paula Nascimento (2014), muitas das informações sobre ela foram perpetuadas a partir

³⁹ Este, inclusive, era professor do Liceu de Artes e Ofícios. Foi chamado por Ramos de Azevedo para exercer o magistério e, posteriormente, contribuiu para a formação da Academia de Belas Artes de São Paulo em 1925. Pelo mesmo baixo-relevo da Sagrada Família que foi exposto no Liceu, Zani obteve um prêmio na Escola de Bellas Artes do Rio de Janeiro, o que lhe rendeu diversos elogios que foram pronunciados pela mesma reportagem. (A PINACOTECA ..., 1905, p.1).

⁴⁰ Sobre a exposição de arte francesa, podem ser citados os seguintes trabalhos acadêmicos: “A exposição de arte francesa de 1913 na Pinacoteca do estado de São Paulo”, de Rosita Gouveia (1983); “Pintores paisagistas em São Paulo”, de Ruth Sprung Tarasantchi (1986); “Jeca nos vernissages: Monteiro Lobato e o desejo de uma arte nacional no Brasil (1895- 1929)”, de Tadeu Chiarelli (1989); “O museu doméstico: São Paulo: 1890-1930”, de Maria Izabel Meirelles Reis Branco (1992); “Organização do campo artístico paulistano: 1890-1920”, de Mírian Silva Rossi (2001). Quem realizou este levantamento foi Ana Paula Nascimento em seu texto “1913- A Exposição de Arte Francesa no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo: o que fazer com o que restou?” (2014, p. 214).

de citações a outras pesquisas sem um olhar mais atento às fontes primárias. Assim, o que a autora percebe é uma série de equívocos em diversos escritos. Um destes erros é o fato de considerar a exposição como uma iniciativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo, confusão essa por conta do fato de o Liceu ter compartilhado o mesmo prédio que a Pinacoteca e, atualmente, possuir parte do acervo da mostra.

Na realidade, a exposição foi organizada por duas iniciativas particulares, o Comité France-Amérique e o Comitê France-Amérique de São Paulo, que foram patrocinados pelo governo Francês e o do Estado de São Paulo a fim de poder trazer obras de arte do Velho Continente. O fato de que tudo isto pudesse ter sido organizado nas instalações da escola evidencia a teia de relações pessoais dos homens que ocupavam os cargos administrativos do Liceu. O próprio Ramos de Azevedo foi vice-presidente do Comité France-Amérique de São Paulo, contribuindo com as negociações para a montagem do evento.

A exposição foi dividida em três seções: “Arte retrospectiva”, “Belas-Artes” e “Arte Decorativa”. A de Arte Retrospectiva possuía a intenção de realizar um amplo panorama histórico da antiguidade até o século XIX a partir de 1025 reproduções gráficas dispostas em duas salas que foram reservadas para tal intento. A seção das Belas-Artes possuía 225 obras e ocupava três salas localizadas no primeiro andar do prédio. De um lado, encontravam-se pinturas mais realistas e, de outro, influências do impressionismo. Por fim, a última parte de Arte Decorativa, com seus 786 produtos mesclando manufaturas nacionais e de empresas francesas que foram exibidos em 7 salas do térreo e que estavam todos à venda (NASCIMENTO, 2014).

Na época, houve uma grande divulgação com jornais e conferências a fim de promover o evento. Toda essa publicidade dava visibilidade ao Liceu, ajudando a promover os seus próprios produtos que eram fabricados em suas oficinas. Eles ficavam expostos para a venda em um salão permanente no prédio da Avenida Tiradentes. Em 1934, o diretor Ramos de Azevedo descreve de forma bastante orgulhosa os artefatos que eram exibidos à venda:

(...) nêle encontra os perfeitos modelos da arte decorativa de todos os estilos que ornamenta o interior dos mais luxuosos edificios particulares e públicos, não só de São Paulo como de outras cidades do país. Aí observará que as oficinas do Liceu têm realizado em obras de madeiras nacionais os seus mais variados aproveitamentos e aplicações, nos mais finos folheados e comprimidos, na escultura, nas filigranas da marchetaria, nos esmaltes e laqueados e nas decorações em mobiliários de estilo; em ferro, as reproduções da mais perfeita serralheria civil com modelos superiores aos tipos estrangeiros, nos trabalhos artísticos do ferro forjado, batido e repuxado; em terra-cota, as mais variadas aplicações da ceramica decorativa com esmaltes novos e galvanizações; em latão e bronze, desde a fundição da estatuaria monumental, até ás aplicações cinzeladas e douradas do mobiliario, de portas e janelas, de aparelhos de iluminação, e da variada quincalharia doméstica, com o complemento dum laboratório completo de maquinas-utensilios, construindo hidrômetros e outros aparelhos de precisão; em obras de ornamentista todo o trabalho de modelações em

gesso e as aplicações das mais perfeitas tapeçarias, couros, marroquins e estofos, tendo decorado os mais luxuosos interiores de varias capitais do pais; em artes graficas os trabalhos mais correntes e artisticos, tendo sido o primeiro estabelecimento que applicou à encardenação as belas madeiras nacionais (SEVERO, 1934, p. 61).

Para além deste salão, o Liceu ainda possuía um museu pedagógico e uma gipsoteca. O livro de Ricardo Severo (1934), entre as páginas 240 a 251, também possui um catálogo das principais peças presentes em sua galeria de arte⁴¹. Tudo isto estava concatenado a um ideal de formação artística e a necessidade de promover a instituição frente a um público maior.

Segundo Belluzo (1988, p. 121), a reforma de Ramos de Azevedo possuía a intenção de separar a produção industrial do ensino profissional e de construir uma Escola de Belas Artes, que serviria para a formação de arquitetos sem conflitar com os cursos de artes e ofícios. Procurava-se, assim, beneficiar a formação artística, reagindo à tendência que apontava para as técnicas. É possível observar este projeto e como ele vai se transformando ao longo dos anos a partir dos estatutos da escola. No estatuto de 1903 do Liceu de Artes e Ofícios, é possível identificar a preocupação em criar uma Academia de Belas Artes. No artigo 39, do capítulo VII denominado “Disposições especiais”, afirma-se:

Quando estiver complêto o edificio da séde e realizado o fundo necessario à sua manutenção, será creada a Escola Superior de Artes, que poderá constituir uma Academia de Belas Artes, de artes applicadas e decorativas, organizada segundo a orientação tecnologica do Liceu, e sob a designação patronimica de 'Ramos de Azevedo' (LICEU, 1903, p. 9)

Esse mesmo parágrafo é repetido com todas as suas letras no estatuto de 1934. No estatuto de 1939, há mudanças em algumas palavras, mas a proposta permanecera a mesma, a de constituir “uma Academia de Belas Artes, de carater profissional, especializada em todas as artes applicadas” (LICEU, 1939, p. 13).

Em 1942, a certeza de ser criada tal Academia quando houvessem os fundos necessários foi substituída por uma possibilidade: “Quando o CONSELHO o entender poderá ser creada uma ACADEMIA DE BELAS ARTES de caráter profissional organizada segundo a orientação tecnologica do Liceu e com a designação patronímica de 'Ramos de Azevedo'” (LICEU, 1942, p. 18).

A partir de 1955, o item que se refere à possibilidade de criação desta instituição (“quando fôr oportuno” - assim como está escrito no documento) já não aparece em “Disposições especiais”,

⁴¹ Segundo Severo (1934, p. 240), são: “380 exemplares de estatuas, grupos de estatuaria, altos e baixos relevos, 83 de elementos arquitetonicos, 109 de motivos ornamentais, 65 de elementos de anatomia artistica, 130 de elementos naturais e ornatos da fauna e flora, estilizações para modelos escolares, 7 maquetes de monumentos civicos e 1060 modelos de ornamentação arquitetural que compõem a gipsoteca especial da Oficina de Artes plásticas”.

mas sim nos primeiros capítulos dos estatutos a qual se referem a natureza e objetivo do Liceu de Artes e Ofícios (LICEU, 1955, p. 3). Isto é algo que está presente até o estatuto de 1987 (LICEU, 1987). Em 1989, o Liceu passa a se apresentar como:

O LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO, pessoa jurídica de direito civil, constituída a 14 de setembro de 1873 e declarado de utilidade pública por decreto do Governo Federal nº 394 de 28 de outubro de 1935, é uma instituição beneficente sem fins lucrativos, tendo por objetivo inicial e finalidades essenciais manter estabelecimentos de instrução profissionalizante para ministrar gratuitamente o ensino de artes, ofícios e técnicas, através de cursos que instituir; criar e manter academias, museus de belas artes e exposições técnicas; próprias atividades. (LICEU, 1989).

Ainda que o ideário de construir locais para as belas artes esteja presente, percebe-se que desaparece o projeto explícito de realizar a Academia Ramos de Azevedo. Este não se torna tão evidente quanto foi nos anos anteriores, diluindo-se em uma série de outras obrigações que ficaram sob responsabilidade do Liceu. O Centro Cultural criado em 1980 acabou assumindo, em partes, as tarefas que seriam designadas a esta Academia, ofertando diversos cursos abertos de arte, como o de desenho, aquarela, pastel, pintura, gravura, história da arte, escultura cerâmica, entalhe em madeira, arte têxtil, tear manual, encadernação, arte decorativa e papel artesanal.

O Centro Cultural do Liceu foi uma proposta para exibir esculturas que tinham sido guardadas por muito tempo no porão da escola. Estas eram réplicas de famosas estátuas renascentistas (como exemplo, “Davi” e “Pietà”) e clássicas (como a de “Laoconte e seus dois filhos”) que foram criadas no final do século XIX para o estudo sobre arte. Como a legislação sobre o plágio não era tão rigorosa, a escola acabou herdando estas cópias de obras idênticas às originais e que serviram como acervo da exposição “Arte é humanismo”.

O Centro Cultural seria uma forma de o Liceu se conciliar com o próprio passado mais artesanal. Um resgate histórico que se confrontava com o seu presente mais técnico. Houve uma preocupação em não se perder definitivamente a ligação com o campo das artes, ainda que se perceba que o seu estudo se desvalorizava com o tempo. O trecho abaixo, que foi extraído do jornal “O Estado de S. Paulo” no dia 15 de janeiro de 1969, dá um pouco a dimensão sobre de como foi compreendido o ensino artístico.

Mas a arte está ficando no passado. Hoje, o Liceu não tem mais os cursos de escultura, de modelagem: ninguém quer especializar-se nessas artes. A arte não dá dinheiro suficiente, é mais interessante ser um torneiro mecânico do que um entalhador de madeira ou um artista como os do passado, que eram capazes de fazer uma filigrama com gesso. (O LICEU..., 1969, p. 14).

Ao contrário do que a notícia afirma, nos anos 80 abrem-se cursos de extensão no Centro

Cultural associados à prática artesanal, revelando que havia ainda uma postura de defesa deste campo dentro do próprio Liceu. No entanto, os cursos livres não possuíam a rentabilidade financeira para se tornar uma Academia de Belas Artes e, passado um certo alvoroço da inauguração, as atividades do Centro começam a cessar.

Os cursos foram abandonados e, aos poucos, o público começou a ficar cada vez menos frequente para ver a exposição de arte cuja temática nunca mudou desde 1980. Em 2011, o Centro sofreu um incêndio que destruiu a sua estrutura física. Ativa, apenas tinha restado a escola técnica na Rua João Teodoro e a indústria no Parque da Água Branca. A parte artística que designara o Liceu desapareceu quase por completo, restando apenas uma solitária aula de artes dada uma vez por semana para os primeiros anos do ensino médio e alguns projetos extracurriculares, como o FLIT (Festival de Literatura e Teatro).

Em 2018, foram concluídas as reformas para a revitalização do Centro Cultural. O prédio antigo, que se assemelhava a uma pequena construção clássica com seus tetos triangulares e portões verdes de ferro, foi substituído por uma estética mais contemporânea com uma pintura branca e com paredes espelhadas. A parte interna só foi possível acessar no dia 11 de agosto de 2019, data na qual foi inaugurada a nova exposição aberta ao público externo. Nesta nova configuração, do prédio original apenas permaneceram o pórtico, os pilares e a estrutura metálica que sustentava a edificação (agora, esta apresenta apenas efeito decorativo). Quanto à exposição, duas mostras foram exibidas: no piso superior, uma exposição temporária denominada “Design Brasil Século XXI”⁴² a qual demonstra obras de design que remetem sobretudo à temática da sustentabilidade e, no inferior, uma exposição denominada “Liceu de Artes e Ofícios: História e Memória”, da qual se depreende o passado da instituição. Procura-se, assim, estabelecer uma relação entre o passado e a contemporaneidade. É preciso destacar que nenhuma das peças da parte de design pertence às indústrias do Liceu que, por sua vez, estão atualmente voltados à produção de hidrômetros e confecção de medidores de gás⁴³.

No piso inferior, existe o acervo que reconstrói a história do Liceu a partir de uma linha do tempo que começa em 1873 e vai até os dias atuais. Ao redor desta linha, existem painéis que contam sobre algumas obras realizadas pelas oficinas, fornecendo explicações sobre a sua origem. E há também algumas das poucas estátuas que conseguiram ser restauradas do antigo Centro Cultural.

⁴² Esta durou do dia 11 de agosto até o dia 1 de dezembro.

⁴³ Para justificar a relação estabelecida entre as duas partes do Centro, há um texto de abertura de exposição que defende que a produção dos designers está muito associada a um fazer mais artesanal, situando-se na área das artes e dos ofícios. Ademais, como na década de 60 o Liceu foi responsável pela criação de móveis, a instituição cultivava uma certa tradição que poderia ser abarcada pelo Novo Centro Cultural.

A forma como o novo Centro Cultural se apresenta demonstra a imagem que a instituição Liceu tem para si. Existe uma glorificação de um passado remetendo a importância que a escola teve na construção da cidade de São Paulo, ao mesmo tempo que se considera que isto deve ser abandonado em prol da inovação. O nome carrega consigo uma imagem forte e não faria sentido alterá-lo, afinal, se trata de uma instituição centenária. No entanto a figura do artesão possui o seu lugar em uma estante do passado. Diferentemente da mostra antiga que procurava resgatar parte de suas raízes recriando até mesmo cursos livres, esta aponta para o futuro, para a superação de antigas formas⁴⁴. Assim, apesar de serem exibidas as origens do Liceu, percebe-se um distanciamento deste passado.

Estas são tensões que a instituição tem vivenciado ao longo dos séculos XX e XXI e que estão associadas à construção de sua própria identidade, interferindo de forma decisiva no projeto pedagógico. Dependendo como a escola se auto avalia em cada momento de sua história, é possível enxergar propostas diferentes de currículo e de formas de ensino. A questão da indústria, das artes, dos ofícios, do acesso ao ensino superior; tudo isto são aspectos estudados nos próximos capítulos de uma forma mais atenta.

⁴⁴ Esta ideia de superação pode ser encontrada nos próprios escritos na parede que pretendem apresentar a exposição. Na parte que se refere à exposição temporária de design é possível encontrar os seguintes dizeres: “As peças aqui apresentadas são exemplos dessa produção e estabelecem a ligação da mostra histórica com a contemporânea, cujo foco está nos novos caminhos do Design, num momento em que adquirimos a consciência de que as antigas formas de produção precisam ser mudadas” (Esse cartaz pode ser visualizado no anexo Q da dissertação).

2 A incorporação do Liceu à Lei Orgânica de Ensino Industrial de 1942: permanências e mudanças

De acanhado burgo provinciano, a nossa cidade e com ela quase todas as regiões paulistas, desenvolveu-se de tal maneira e a passos tão rápidos que se colocou, sem exagero, ao nível de centros tais como Chicago, Detroit e outros da dinâmica América do Norte, levando-se em conta, logicamente, as proporções de umas e outras. Ora, a industrialização, incipiente a princípio logrou alcançar ritmo tão veloz que não se pode prever o que seremos em futuro próximo, após o término da guerra. (ESCOLA..., 1942, p. 3).

Cursei mecânica de 41 a 44 anos. Antes de me formar, fiz estágio numa empresa de armas automáticas, a Laminação Nacional de Metais, que acabou me contratando. Na época da 2ª guerra, dos 5 mil funcionários da firma o único oriental era eu. E toda vez que eu pegava numa metralhadora, o pessoal todo parava, ficava assustado. Depois de 16 anos nessa empresa, saí para montar a minha própria indústria, a Toyo, que fabricava macacos hidráulicos. (Depoimento de Yosefu Fujita. A VOLTA..., 1993, p. 37).

Eu era da mesma turma do Plínio e me lembro de um caso divertido que aconteceu no trote. O pessoal queria de qualquer jeito raspar meu cabelo. Mas, como eu tinha um casamento para ir, consegui me livrar. Quando voltei, já estava de cabelo raspado. O pessoal ficou frustrado e prometeu me pegar. Um dia, eu estava esperando o trem quando apareceram quatro rapazes, me deitaram no chão, espalharam ferro fundido pelo meu peito, quebraram um ovo e misturaram tudo. Quem saía do trem ficava me olhando sem entender nada. (Depoimento de Paulo de Oliveira Barros. A VOLTA..., 1993, p. 37).

Sou de Joinville e fui colega do Fujita. Depois que me formei, fui trabalhar como mecânico de manutenção de máquinas da indústria farmacêutica de meu pai. Eu desmontava as máquinas e fazia peças no torno para repor as que estavam gastas. Sinto saudades daqueles tempos e acho que no Brasil deviam ser criadas mais escolas como o Liceu (Depoimento de Oswaldo Colombo. A VOLTA..., 1993, p. 37).

1942 é um ano-chave para se pensar sobre como foi fundamentado o sistema de ensino brasileiro. A partir das Leis Orgânicas de Ensino promulgadas a partir deste ano, a educação passou a compor um sistema de graus articulados entre si. Isto permitiu uma mobilidade maior do aluno, que poderia ingressar em distintos ramos da educação durante a sua formação, e instituiu alguns mecanismos que passaram a regulamentar a vida escolar como um todo. Tal remodelação interferiu enormemente na forma como estavam organizadas algumas das escolas, dentre elas o próprio Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

O Liceu já possuía uma posição consolidada que teve de ser alterada em virtude destas novas demandas. Adequar-se à legislação não foi um processo simples. A tensão pode ser percebida pelo fato de a instituição ter optado, em 1952, pela desoficialização do seu ensino, já não atendendo aos parâmetros estabelecidos pela Lei Orgânica de Ensino Industrial e não mais ofertando o diploma de segundo grau. Segundo a administração, estar vinculado ao sistema oficial significaria se apartar dos objetivos de formação do trabalhador.

Este capítulo procura compreender como a instituição esteve inserida nestas dinâmicas educacionais dos anos 40. Há que se reconhecer também as especificidades do Liceu como uma escola que visava a produção industrial e a divulgação das artes. Ele possui uma identidade específica e uma agência para se mobilizar frente às pressões externas, tornando-se necessário

reconhecer o seu papel na sociedade que o cerca.

A documentação referente a esse período é bem escassa devido às intempéries pelas quais passou o acervo da escola⁴⁵ e este é um dos motivos pelo qual poucas pessoas se debruçam sobre a temática. A parca bibliografia específica sobre a instituição desse período constituiu como um desafio para a pesquisa. No entanto, com as fontes disponíveis, foi possível explanar sobre estas transformações vivenciadas.

2.1 A Centralização do governo Getúlio Vargas e o projeto de racionalização da sociedade

Após a crise de 29, que afetou o poder econômico das elites cafeicultoras de São Paulo e da cisão da política do café com leite, Getúlio Vargas conseguiu ascender em 1930 adotando uma postura de centralização de forças no plano federal. Nomeou interventores para a administração dos estados, passou a intervir na economia do café comprando e queimando parte do produto a fim de sustentar o seu preço e negociou com diversas instâncias locais que poderiam representar perigos à unidade nacional. Tudo isto representou uma nova relação do Estado para a sociedade e um incremento na regulamentação das relações entre o capital e o trabalho no setor urbano.

Nos primeiros anos do século XX, presenciavam-se diversas revoltas contra a exploração dos patrões. A partir de diversas correntes de pensamento como o anarquismo, o sindicalismo e o socialismo, os trabalhadores se reuniam para lutar e reivindicar direitos. As greves de 1917 e de 1919 foram exemplos da enorme proporção a qual movimento operário chegou. A chamada “questão social” não poderia ser mais ignorada e, ainda que houvesse uma linha que defendia que a questão operária era uma simples subversão da ordem que deveria ser corrigida pela força policial, uma outra linha da burguesia pretendia incorporar os trabalhadores no sistema vigente com a outorga de direitos (FAUSTO, 1986, p. 217). Segundo Barbara Weinstein (2000), parte da burguesia industrial passou a atribuir ao Estado a função de criar relações harmoniosas no campo do trabalho de modo a intermediar os conflitos de classe. O patronato chega até mesmo a reivindicar à Secretaria Estadual do Trabalho de São Paulo um código de trabalho. Isto, obviamente, não estava associado a uma preocupação com o bem-estar do trabalhador. A questão social era compreendida como um problema técnico que precisa ser resolvida por atrapalhar a lucratividade e a maior produtividade. Tratava-se, portanto, de aumentar a eficiência dos negócios. A partir da análise da

⁴⁵ Em 9 de abril de 1974, o jornal Diário Popular relata a seguinte notícia: “Para os devidos fins e efeitos legais, comunicamos haver esta entidade sofrido, em seu estabelecimento na Rua Cantareira, 1351, por ocasião das chuvas dos dias 7 a 13 de março, inundação dos depósitos subterrâneos ali existentes, fato que acarretou a inutilização e extravio de vários livros e documentos de seus arquivos referentes ao período de 1903 a 1967”. (COMUNICADO..., 1974, p. 14).

correspondência entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e os ministérios do governo, percebe-se que os industriais tiveram participação na elaboração da legislação trabalhista.

Tudo isso fazia parte de uma reação da burguesia que começou a se apropriar do Estado para promulgar leis sociais para conformar o mercado de trabalho e enquadrar os operários em sindicatos controlados pelo Estado⁴⁶. Com a lei de Segurança Nacional de 1935, houve o fechamento de muitos espaços políticos e a violenta repressão policial empurrou a classe trabalhadora para dentro das fábricas, afastando-os das ruas (ANTONACCI, 1993, p. 106).

Buscava-se algum tipo de regulamentação do Estado nas relações empregatícias. No entanto, isso não significava que não houvesse conflitos ou tensões. Havia reclamações do patronato, que considerava certos elementos como excessos como, por exemplo, a jornada de oito horas e o direito às férias remuneradas.

Inspirado em teses tayloristas, a própria burguesia começou a se organizar em instituições que foram criadas nesta época como CIESP (Centro das Indústrias em São Paulo) em 1929; a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e o IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), ambos em 1931. Em 1933, também foi criada a Escola Livre de Sociologia e Política com a intenção de resolver os conflitos sociais sob a égide capitalista. A intenção de todas estas instituições era neutralizar a luta de classes defendendo uma sociedade dita racional com princípios “científicos” que visavam justamente dinamizar a esfera da produção e circulação de mercadorias. Para os ideólogos desse raciocínio, tal projeto poderia levar até mesmo a um sistema político baseado no conhecimento técnico.

Utilizando-se do conceito de “intervenção racional”, Armando de Salles Oliveira (um exemplo de um desses intelectuais) preconizou a instrumentalização do Estado na organização das relações entre trabalhadores e patrão a partir do discurso da ciência. Assim se tentou difundir uma percepção de autoridade imparcial que determinava salários, horário e condições de trabalho. Com esta arbitragem, procurava-se desqualificar a própria luta dos trabalhadores pelos seus direitos e a sua capacidade na formulação de políticas. Projetava-se um Estado que coordenava serviços sociais e disseminava padrões e normas reguladoras em prol de uma ideia de cooperação entre as classes (ANTONACCI, 1993, p. 181-189).

Percebe-se, assim, que a remodelação proposta por esta burguesia incluía todos os aspectos

⁴⁶ Isso, contudo, não significa que a burguesia foi o único agente que contribuiu na formulação de leis trabalhistas. Muitas delas apenas podem ser entendidas a partir dos enfrentamentos realizados pela classe trabalhadora que conseguiu importantes vitórias no Parlamento.

da sociedade brasileira. Eraldo Lemes Batista (2015) analisa os discursos do IDORT a fim de desvendar o apoio do Estado para a formação de uma classe trabalhadora nacional e os projetos educacionais que visavam o disciplinamento dos cidadãos. Exemplos de como o discurso da racionalização imperava no âmbito mais particular da vida das pessoas eram as jornadas contra o desperdício. Elas eram uma série de palestras e conferências que ensinavam os trabalhadores a não desperdiçarem tempo ou produtos. O gasto de tempo que não fosse para o trabalho era visto como algo danoso para o próprio progresso nacional e deveria ser evitado a todo custo. Assim, procurava-se desestimular todas atividades não produtivas, chegando ao cúmulo de criticar o simples fato de escutar rádio ou de manter conversas com o vizinho⁴⁷. Orientava-se também projetos de design de cozinhas pequenas e práticas para dinamizar o almoço e a janta. Percebe-se o quanto o espaço habitado e a localização dos móveis do próprio lar eram importantes para esse projeto em que tudo devia ter como o principal foco o funcionamento coeso de uma sociedade capitalista. Prenunciava-se, assim, uma ideia de controle total que serviu de interesse para o projeto de Getúlio Vargas de fortalecimento do poder federal e de centralização política.

Esta centralização também ocorreu no campo escolar. Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que passou a reorganizar o sistema educativo em um âmbito mais nacional. A partir dele, o ministro Francisco Campos realizou uma série de reformas que regulava as matérias do currículo de acordo com a seriação e a permanência dos exames de admissão para a entrada no ensino secundário. Regulamentos explicavam minuciosamente como deveriam ser realizados estes exames de admissão, definindo diversos aspectos como a composição da banca (três funcionários da escola a qual o exame iria ser aplicado mais a presença de um inspetor). Este inspetor ainda tinha como missão entregar relatórios mensalmente à Divisão de Ensino Secundário. O que se percebe é que os exames representavam uma forma de fiscalização do próprio governo federal que almejava o incremento maior de sua burocracia. Essas avaliações pautavam os currículos da escola e definiam conteúdos vistos como necessários para a formação das elites condutoras do país. O processo seletivo em questão legitimava as desigualdades sociais através das próprias desigualdades escolares.

A reforma Francisco Campos impôs todo um controle sobre o tempo do aluno. Com o regime de seriação, foi possível melhor fiscalizar e controlar o conteúdo ensinado. Segundo Norberto Dallabrida (2009), a reforma significou práticas de conformar o indivíduo na nova

⁴⁷ Isto pode ser visto nas revistas do IDORT em uma série de pequenas charges que foram republicadas no trabalho de Eraldo Lemes Batista (2015, p. 97). A partir de publicações da revista, o autor aponta para um projeto que organização da sociedade que invade todos os espaços da vida privada.

sociedade burguesa industrial que estava sendo construída na época. A intenção era instaurar uma dinâmica de cultura escolar distinta daquela que ocorria na época do Império, em que predominava o regime de cursos preparatórios e exames parcelados.

No século XIX e início do XX, o secundário era entendido apenas como um meio para se atingir o ensino superior, havendo aulas que visavam apenas a prova final de cada disciplina exigida para o ingresso nas faculdades. Com Francisco Campos, passa a ser exigida a frequência obrigatória dos alunos às aulas e o estabelecimento de procedimentos administrativos para todos os ginásios em território nacional. A defesa do ministro era que o saber não poderia ser desvinculado da experiência do estudante, e que antes o ensino secundário era apenas “um mero curso de passagem”, um “esqueleto das provas finais”. Isto não significava que as provas deveriam desaparecer. O próprio docente seria obrigado a manter uma série de avaliações durante a trajetória do aluno, para que assim fosse possível acompanhar os passos de seu aprendizado. A diferença é que não seria apenas um exame para cada matéria indicando se ele passaria ou não para o próximo nível.

Segundo Dallabrida (2009), todas essas são características de um mundo que emergia, um mundo de controle mais assertivo e que tendia a centralizar as suas decisões. A sociedade industrial do século XX almejava um tipo de educação para formar os seus cidadãos e, para atender tais demandas, aos poucos ela foi se construindo.

Não se poderia ignorar, também, a educação profissional, que recebeu nesta época uma atenção especial se comparada a como era tratada na época do Império⁴⁸. Isto é perceptível através dos órgãos criados para a sua regulamentação. Em 1931, surgiu a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico. Já em 1934, esta se transformou na Superintendência de Ensino Profissional. Nota-se que o primeiro coordenador desta instituição foi Horácio da Silveira, um membro bastante atuante nas políticas do IDORT, o que revela quais eram as posturas políticas que predominavam nessa área de ensino e a aproximação do governo Vargas com a elite paulista, processo esse que começou com a nomeação de Armando Salles de Oliveira para a interventoria de São Paulo. E por fim, em 1937, foi criada a Divisão de Ensino Industrial no Departamento Nacional de Educação. No mesmo ano, houve a promulgação da Constituição que é a primeira que trata dos objetivos do ensino profissionalizante. Todas estas mudanças revelam o quão em voga estavam os debates acerca do

⁴⁸ O que também não significa que este ramo de ensino tenha conseguido um mesmo patamar de importância do que o ensino secundário e superior como preocupação nas políticas públicas. Uma das criações da reforma Francisco Campos foi o Conselho Nacional de Educação, a partir do decreto nº 19850, de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931). Ele foi composto por representações de educação secundária e superior, negligenciando as representações do magistério, do ensino primário e do ensino profissional. Tal fato é interpretado por Gomes (2013, p. 65) como a exaltação de uma herança dualista em que se privilegia uma educação para a elite dirigente e se desconsidera os outros caminhos.

tipo de educação que o operário deveria ter segundo os dirigentes da nação. Eram necessários técnicos para o processo de industrialização que o Brasil estava vivendo neste momento e, até então, havia acontecido pouca mobilização dos poderes estatais para o desenvolvimento de uma educação técnico-profissional.

O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo teve um importante papel na importação de sua metodologia de ensino para outras escolas. É necessário recordar as iniciativas de Roberto Mange na escola de mecânica com a implantação das séries metódicas e testes psicotécnicos, e que o mesmo esteve envolvido diretamente em órgãos como o IDORT e o SENAI. Isto garantiu à instituição um já mencionado destaque na historiografia da educação de tal modo que análises panorâmicas sobre o ensino técnico sempre possuem alguns parágrafos para tratar da escola. Contudo, a sua história após os anos 30 praticamente desapareceu das pesquisas. É este período que eu procuro me debruçar mais na presente dissertação.

2.2 As Leis Orgânicas de Ensino de 1942 e a constituição de um sistema escolar

As Leis Orgânicas de Ensino de 1942 tiveram uma grande importância na formulação de um sistema escolar, ou seja, todos os ramos da educação seriam coordenados, fiscalizados e inspecionados a partir de um mesmo órgão. Criou-se uma estrutura educacional única centralizada a partir do governo da União com os distintos níveis de ensino articulados entre si. Nestas leis, escreveu-se sobre a organização do ensino e as suas articulações com as demais modalidades, sobre os diplomas e os certificados, sobre as práticas educativas e muitos outros elementos que vão caracterizando amiúde a forma como deve ser entendido o sistema escolar. Ao todo, foram 6 Leis Orgânicas que foram implantadas a partir de decretos.

- Decreto nº 4073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial
- Decreto nº 4244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário
- Decreto nº 6141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial
- Decreto nº 8529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário
- Decreto nº 8530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal
- Decreto nº 9613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola

Todos esses decretos fizeram parte das Reformas Capanema que reorganizam a estrutura

educativa, aprofundando e dando prosseguimento a muitas das transformações advindas da reforma Francisco Campos de 1931. Este era o momento em que o ensino secundário segmenta-se em ginásio (de 4 anos) e colegial (de 3 anos). Este, por sua vez, poderia ser clássico ou científico dependendo da escolha do aluno. Tais reformas também foram responsáveis pela criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) em 1942 e pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) em 1946.

Para além do ensino normal, que visava a formação de professores, o ensino profissional passou a ser dividido em industrial, comercial e agrícola (em referência aos três setores da economia). Para cada um destes, havia dois ciclos de aprendizagem. Como o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo enquadrava-se nas diretrizes do ensino industrial, iremos focar a análise nesta modalidade.

No que tange aos cursos ordinários⁴⁹, o primeiro ciclo do ensino industrial possuía 4 modalidades: industrial básico, aprendizagem, artesanal e mestria. Esses dois últimos tiveram uma duração bastante efêmera. Segundo Celso Suckow da Fonseca (1961, p. 269), o ensino de mestria revelou-se infrutífero, já que quem concluía ainda era bastante jovem para assumir uma posição de mando⁵⁰. Já o ensino de artesanato era muito pouco rentável, apenas ressurgindo nos anos 60 como uma atividade mais de luxo. O industrial básico tinha como principal função formar o artífice durante quatro anos letivos em regime seriado para que ele pudesse aprender de modo completo um ofício. Já o curso de aprendizagem estaria mais associado aos aprendizes dos estabelecimentos industriais, portanto empregados, e que receberiam os seus ensinamentos a partir de um período variável e com um regime de horário reduzido.

O segundo ciclo do ensino industrial possuía duas ordens de ensino: técnico e pedagógico. Este teria como principal função a formação de pessoal docente e administrativo para o ramo do ensino industrial. Já o técnico, o ensino de técnicas para o trabalho da indústria em um grau superior ao do industrial básico.

⁴⁹ Ainda havia a modalidade de cursos extraordinários que englobavam os cursos de continuação, aperfeiçoamento e especialização. O primeiro destinava-se a “dar a jovens e a adultos não diplomados ou habilitados uma qualificação profissional”. Os outros dois tinham “por finalidade, respectivamente, ampliar os conhecimentos e capacidades, ou ensinar uma especialidade definida, a trabalhadores diplomados ou habilitados em curso de formação profissional em ambos os ciclos, e bem assim a professores de disciplinas de cultura técnica ou de cultura pedagógica, incluídas nos cursos de ensino industrial, ou a administradores de serviços relativos ao ensino industrial”. Para além desses, havia os cursos avulsos que eram “destinados aos interessados em geral conhecimentos de atualidades técnicas” (BRASIL, 1942).

⁵⁰ Para o curso de formação de mestres, bastava cursar o industrial correspondente, que durava por volta de 4 anos, e prestar os exames vestibulares. O estudante ingressava no ciclo industrial com 11 ou 12 anos e como o curso de mestria possuía a duração de dois anos, o mestre poderia ser formado com a idade de 18 anos. Uma faixa etária muitas vezes inferior ao de muitos operários (FONSECA, 1961, p. 269).

O reconhecimento do Ministério da Educação permitiu também uma maior interação entre os demais cursos e níveis. Em todas as Leis Orgânicas, havia uma preocupação em definir em um capítulo o modo como se dava a articulação entre a modalidade descrita e os outros ramos de ensino. É concebida uma estrutura que procurava organizar as diferentes partes da educação. Todavia, é necessário destacar que a forma como foi concebida carecia um tanto de flexibilidade. O estudante que começasse a cursar, por exemplo, o ensino básico industrial, estaria fadado a prosseguir nesta vertente até o ensino superior, não podendo optar pelo curso comercial ou agrícola. Apenas os alunos do ginásio poderiam escolher por outro tipo de formação durante a sua trajetória escolar. O mesmo ocorria quanto ao acesso ao ensino superior exigindo vinculação entre a especialidade técnica e o curso da faculdade. A questão da articulação entre os níveis constituiu em uma série de debates e leis que apenas foram resolvidos nos anos 50.

Nas transformações dos anos 40, o ensino profissional foi deslocado para o nível médio. Assim, para que o aluno pudesse ingressar neste ramo, era necessário a conclusão do ensino primário e prestar os exames vestibulares. Exames esses que são explicitados em cada uma das Leis Orgânicas. A pobreza deixava de ser o único critério para o estudante desse ramo de ensino e cada vez buscava-se estudantes que tivessem uma maior vivência escolar. Esta é uma transformação dos objetivos visados pela aprendizagem de ofícios cuja marca sempre foi associada ao assistencialismo. A caridade, neste sentido, acabava possuindo um peso menor e “o retirar o jovem da rua” diluiu-se perante as outras exigências que a sociedade e o mercado impunham à educação. Celso Suckow da Fonseca (1961), em seu livro “História do Ensino Industrial no Brasil”, celebra as Leis Orgânicas por justamente possibilitarem que as classes menos abastadas pudessem prosseguir para os estudos superiores. Segundo o autor, elas representaram a “verdadeira democratização do ensino” oferecendo as mesmas oportunidades para ricos e pobres (FONSECA, 1961, p. 266-267).

No entanto, não negando a importância que essas leis tiveram no acesso ao ensino superior, outros autores defendem que ainda se mantinha um caráter dualista de uma educação voltada às elites condutoras do país, que poderiam ingressar a qualquer área do ensino superior, e de outra para os trabalhadores manuais que realizavam o 1º ciclo do ensino profissionalizante. Segundo Luiz Antônio Cunha (2000a, p. 42):

A categoria trabalho intelectual abrangia tanto o ensino secundário e o superior quanto o 2º ciclo dos ramos profissionais, que se destinavam a formar técnicos industriais, agrícolas e comerciais. Apenas o 1º ciclo dos ramos profissionais estava destinado a formar propriamente trabalhadores manuais; para eles estavam destinados os jovens oriundos das “classes menos favorecidas” de que falava a Constituição de 1937.

É importante ressaltar, contudo, que apesar de o segundo ciclo ser considerado como uma categoria de trabalho intelectual, ele não possibilitava o ingresso em qualquer curso do ensino superior. Segundo Cunha (2000a), os estudantes do segundo ciclo ainda estavam entre as massas que deveriam ser conduzidas por uma elite. Uma concepção que ainda vingava nos debates políticos e que elucidava a política educacional autoritária que foi instaurada. É de se notar que os dois reformadores citados, Francisco Campo e Gustavo Capanema, foram intelectuais conservadores que tiveram papel importante na legitimação do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Essa dualidade também pode ser percebida pelo fato de o governo ter recorrido à institucionalização de agências profissionalizantes paralelas ao sistema oficial para formar mão de obra no processo de industrialização, que se acirrou na 2ª Guerra Mundial. A grande oferta de trabalhos nas cidades atraiu um número volumoso de pessoas que precisavam ser rapidamente inseridas no mundo das fábricas. A resposta para isso foi um convênio com a Confederação Nacional das Indústrias que acabou gerando o SENAI, em 1942, e o SENAC, em 1946, instituições responsáveis para a qualificação para o trabalho:

A criação desses sistemas de educação profissional paralelos teve o intuito de capacitar, de forma rápida, um número maior de pessoas para os setores de produção imediatos, porém, essa política não foi suficiente para amenizar os problemas educacionais do país. Romanelli (1985) argumenta que, ao criar um sistema paralelo, o Governo descuidou de manter um sistema único de escola, prevalecendo o sistema dual, no qual as camadas médias e superiores procuravam o ensino secundário e superior enquanto as camadas populares recorriam às escolas de nível primário e profissional. Assim, permanece a dualidade constada desde o período colonial (GOMES, 2013, p. 68).

É importante salientar que tais instituições estiveram marcadas sob uma orientação política que procurava neutralizar os conflitos de classes em prol de uma ideia harmoniosa de sociedade pautada no progresso⁵¹:

Com o objetivo de formar operários e, por extensão, seres humanos disciplinados e produtivos, a educação a serviço da racionalização perde seu olhar crítico sobre o trabalho e sobre as sociedades capitalistas, tentando justificar-se com discursos de busca do progresso, de realizações profissionais futuras e de ascensão social. (...) Nesse panorama o SENAI foi parte de uma campanha para condicionar todas as discussões sobre o bem-estar social atrelado ao crescimento econômico e ao aumento de produtividade, a partir da utilização da organização racional do trabalho. (MULLER, 2013, p. 106).

O infográfico abaixo, que foi construído a partir da tabela proposta por Luiz Antônio Cunha (2000b, p. 39) em seu livro “O ensino profissional da irradiação do industrialismo”, pode dar uma

⁵¹ Apesar desse controle social almejado, não é possível afirmar que ele tenha se concretizado de forma absoluta. Os alunos possuíam a sua própria capacidade de interpretação do mundo, que poderia ser, inclusive, antagônica ao que era ensinado pelas classes dirigentes. Isso é bastante perceptível a partir das ações do movimento operário em São Paulo nos anos 70, sendo que muitos deles tinham realizado cursos no SENAI (MULLER, 2013, p. 108).

dimensão melhor a respeito desse novo sistema de ensino que foi formado a partir das Leis Orgânicas:

Figura 1 - Articulação entre os níveis de ensino segundo as “Leis Orgânicas” (1942-1946)

Fonte: Adaptado de Cunha (2000b).

As setas em cinza representam a articulação dada entre os níveis profissionalizantes. Percebe-se que, enquanto o secundário possuía uma mobilidade maior, podendo optar por diversos caminhos ao longo de sua trajetória, o estudante de ensino profissional encontrava-se limitado a apenas seguir o rumo do tão somente ramo profissional. Quem fizesse o industrial básico ou poderia parar seus estudos ou somente prosseguir no nível técnico industrial. Isso ocorria no grau médio e no superior. As setas pontilhadas em cor cinza representam que nem todos os cursos superiores eram permitidos para os concluintes dos cursos técnicos. Ao contrário do que ocorria com o diplomado do colegial secundário, que possuía uma gama maior de possibilidades.

2.3 A formação da Escola Técnica Ramos de Azevedo e as Leis Orgânicas de Ensino

Todas estas transformações ocorridas afetaram profundamente o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Inicialmente, a instituição procurou garantir que o seu ensino fosse enquadrado nas diretrizes oficiais. Isto pode ser visualizado na criação do Estatuto do Liceu de 1942 e, mais especificamente, no seu artigo 30, que se explana de forma direta à necessidade de se adequar às Leis Orgânicas:

Mediante deliberação do CONSELHO serão criados progressivamente os cursos de artes, ofícios e técnicas necessários ao desenvolvimento do ensino profissional ministrado na ESCOLA TÉCNICA E INDUSTRIAL do Liceu de modo que esta possa acompanhar o progresso técnico e industrial contemporâneo e se enquadre integralmente quanto à sua organização e regime, nos preceitos normativos fixados pela Lei Orgânica do Ensino Industrial (LICEU, 1942, p. 18).

Em 1943, o Liceu conseguiu adquirir o reconhecimento oficial a partir do decreto 11.300.

Art. 1º É concedido reconhecimento à escola técnica mantida e administrada pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo.

Art. 2º O estabelecimento de ensino industrial de que trata o artigo anterior passa a denominar-se Escola Técnica Ramos de Azevedo.

Art. 3º O reconhecimento concedido pelo presente decreto é limitado aos seguintes cursos de formação profissional:

I – Ensino industrial básico:

1. Curso de fundição.
2. Curso de serralheira.
3. Curso de mecânica de máquinas.
4. Curso de marcenaria.

II – Ensino de mestria:

1. Curso de mestria de mecânica de máquinas.

III – Ensino técnico:

1. Curso de construção de máquinas e motores.

IV – Ensino pedagógico:

1. Curso de didática do ensino industrial.
2. Curso de administração do ensino industrial.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1943, 122º da Independência e 55º da República.

(BRASIL, 1943)

A denominação de “escola técnica” permitia ao Liceu não só lecionar cursos do segundo ciclo do ensino industrial, como também do primeiro ciclo, no caso, o industrial básico e o de mestria. Aliás, pelo número de cursos ofertados, percebe-se que havia um interesse maior na formação básica do que na técnica.

O Decreto nº 8673 de 3 de fevereiro de 1942 (BRASIL, 1942) aprova o regulamento do quadro dos cursos de ensino industrial e indica quais disciplinas deveriam estar obrigatoriamente na grade curricular. Abaixo consta um quadro que discrimina o ensino dado pela instituição.

Quadro 1 – Grade Curricular do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo baseada no decreto nº 8.673/1942 e no decreto nº 11.300/ 1943

Ensino Industrial Básico (1º Ciclo)	
Disciplinas de Cultural Geral	
1. Português; 2. Matemática; 3. Ciências Físicas e Naturais; 4. Geografia do Brasil; 5. História do Brasil	
Cursos ofertados pelo Liceu de Artes e Ofícios	Disciplinas de cultura técnica
I. Curso de Fundição	1. Tecnologia; 2. Desenho Técnico; 3. Modelação; 4. Moldação; 5. Fundição de ferro
II. Curso de Serralheria	1. Tecnologia; 2. Desenho Técnico; 3. Latoaria; 4. Forja; 5. Serralheria; 6. Solda oxiacetilênica; 7. Solda elétrica
III. Curso de mecânica de máquinas	1. Tecnologia; 2. Desenho Técnico; 3. Fundição; 4. Forja; 5. Serralheria; 6. Trabalhos em máquinas operatrizes; 7. Ajustagem; 8. ferramentaria; 9. Construção e Montagem de máquinas
IV. Curso de marcenaria	1. Tecnologia; 2. Desenho Técnico; 3. Marcenaria; 4. Tornearia; 5. Entalhação; 6. Manejo de máquinas; 7. Estofaria; 8. Acabamento de móveis

Ensino de Mestria (1º Ciclo)	
Disciplinas de Cultura Geral	
1. Português; 2. Matemática	
Cursos ofertados pelo Liceu de Artes e Ofícios	Disciplinas de Cultura Técnica
I. Curso de Mestria de Mecânica de máquinas	1. Tecnologia; 2. Desenho Técnico; 3. Noções de mecânica prática, geral e aplicada; 4. Noções de eletrotécnica prática; 5. Ensaaios físicos de metais; 6. Elementos de máquinas; 7. Construções de máquinas

Ensino Técnico (2º Ciclo)	
Disciplinas de Cultura Geral	
1. Português; 2. Inglês ou francês; 3. Matemática; 4. Física; 5. Química; 6. História Natural; 7. História Universal; 8. Geografia geral	
Cursos ofertados pelo Liceu de Artes e Ofícios	Disciplinas de Cultura Técnica

I. Curso de Construção de Máquinas e Motores	1. Higiene Industrial; 2. Organização do Trabalho; 3. Contabilidade Industrial; 4. Tecnologia; 5. Desenho Técnico; 6. Mecânica Geral e Aplicada; 7. Noções de resistência dos materiais; 8. Complementos de matemática; 9. Mecânica Aplicada; 10. Máquinas e motores; 11. Eletrotécnica; 12. Ensaaios em laboratórios de máquinas; 13. Construção de aparelhos mecânicos, máquinas e motores.
--	---

Ensino Pedagógico (2º Ciclo)	
Cursos ofertados pelo Liceu de Artes e Ofícios	Disciplinas de Cultura pedagógica
I. Curso de didática do ensino industrial	1. Psicologia Educacional; 2. Orientação e seleção profissional; 3. História da indústria e do ensino industrial; 4. Metodologia
II. Curso de administração do ensino industrial	1. Orientação e seleção profissional; 2. Administração educacional; 3. Administração escolar; 4. História da indústria e do ensino industrial; 5. Orientação educacional

É muito difícil conhecer as dinâmicas destes cursos devido a parca documentação disponível, mas a partir de depoimentos de alguns ex-estudantes que foram publicados em edições comemorativas de revistas do Liceu é possível extrair alguns elementos da cultura escolar vivenciada.

Corroborando a tese de Cunha (2000b) de que o ensino de mestria teve uma duração efêmera, encontra-se uma fala de um ex-aluno, João Folloni, que indica a pouca quantidade de matriculados no curso em seus primeiros anos.

Comecei o curso de mecânica em 33, e depois de formado, trabalhei em algumas empresas até chegar à Metalúrgica Matarazzo. Aí sofri um acidente, perdendo a falange do polegar. Em 1943, o Liceu abriu um curso de mestria. Havia apenas mais quatro ex-alunos interessados. Como eles desistiram, fiquei sozinho, e para que eu não fosse o único a fazer o curso me promoveram a empregado do Liceu. (A VOLTA..., 1993, p. 37).

João Folloni recebeu o cargo de instrutor técnico do curso de mecânica e permaneceu nele por uns 7 anos. Em 1950, começou a organizar a ferramentaria. Inicialmente, o seu setor apenas continha três alunos recém-formados e três oficiais, mas aos poucos foi ganhando cada vez mais importância até atingir o número de 45 pessoas, quando Folloni deixou o cargo. A área de ferramentaria também começou a participar de soluções para a fabricação de hidrômetros, o

principal produto de venda da fábrica do Liceu. Os relógios dos hidrômetros que eram feitos de metal e aço inoxidável passaram a ser de plástico e a área ajudou a confeccionar os moldes necessários para realizar essa transição⁵².

Percebe-se que o Liceu ainda se pautava em uma dinâmica de fábrica-escola. Esses dois campos eram bastante interligados, com um interferindo no outro. A remuneração dos alunos a partir da venda dos produtos realizados por eles continuava. Tal “salário”, inclusive, constituía um elemento de atração, como no caso de Plínio Cusinato: “Como o Liceu remunerava o trabalho dos alunos e eu precisava de dinheiro, em 42 entrei no curso de mecânica” (A VOLTA... , 1993, p. 37). Foi uma instituição que associava bastante a esfera da produção com o do aprendizado. Essa foi uma dinâmica que não sofreu alterações com a promulgação da Lei Orgânica de ensino industrial.

No entanto, a inserção do Liceu de Artes e Ofícios em um sistema oficial de ensino de segundo grau implicou em uma modificação na forma de ingresso dos estudantes. A partir deste momento, o alunado precisava prestar exames vestibulares. Conforme o documento “Vidas escolares dos alunos diplomados de 1945/6”, é possível atestar que os alunos Paulo de Oliveira Barros, Rodolpho Miriani, Chineti Yabe e João Baptista Dutra de Toledo não precisaram prestar o vestibular por já terem cursado o ano letivo na classe Pré-mecânica em 1942. No entanto, o mesmo não ocorre com os estudantes Otto Eichler, Nilson Biazin, Hiroshi Honda, Nelson de Oliveira e Enzio Nikolaus Kurt Heimann, que tiveram que prestar os exames em 1943 por ainda não estarem matriculados no curso como os outros.

No regulamento das oficinas de 1934 (portanto, antes da Lei Orgânica), é possível identificar que havia um processo seletivo para ser admitido pelo Liceu. Todavia, percebe-se que se tratava de um exame mais simples, que consistia em atestar as habilidades básicas de leitura e escrita. Os exames vestibulares, com os seus complexos programas, só passaram a ser descritos após 1942. No documento de 1943, denominado “Programas dos cursos, admissões e outras disposições”, é possível encontrar o que era cobrado nas provas.

Os exames vestibulares de primeira época processar-se-ão a partir do dia 15 de Dezembro e, os de segunda época, a partir do dia 5 de fevereiro, e constarão:

- a) Para admissão à primeira série dos cursos industriais, de uma prova escrita de língua pátria e de uma prova escrita de aritmética;
- b) para admissão à primeira série dos cursos de mestria, de uma prova escrita e de uma prova prática de tecnologia;
- c) para admissão à primeira série dos cursos técnicos, de uma prova escrita de português, de uma prova escrita de matemática e de uma prova gráfica de desenho;
- d) para admissão à única série dos cursos pedagógicos, de uma prova escrita e de uma prova

⁵² Estas informações adicionais a respeito da vida de João Folloni foram encontradas na reportagem “As lembranças de João Folloni” no Jornal LAO (n. 1, 1992, p. 8). Nesse jornal havia uma seção que procurava antigas histórias do Liceu incluindo, inclusive, as vidas de alguns ex-alunos.

oral de português, de uma prova oral de matemática e de uma prova oral de biologia (ESCOLA, 1943, p. 5-6).

O documento em questão segue explicitando o conteúdo de cada uma das disciplinas envolvidas no processo de seleção. Antes era apenas cobrada a alfabetização. Com as Leis Orgânicas, os critérios foram ampliados para o estudante ingressar no Liceu. Isto causou mudanças no público discente.

Ao inserir no sistema de educação, a escola também possibilitou que os alunos pudessem cursar o nível superior. Ou seja, para alguns, a entrada no Liceu era vista como um caminho para a faculdade. O nível técnico-profissional ficava a mercê de uma série de condicionantes impostos pela legislação. Isso representou novos desejos por parte dos adolescentes, demandas sociais que a escola precisava responder.

Em razão do pré-requisito de ginásio completo exigido para o curso técnico, o perfil de sua clientela mudou drasticamente, passando a receber alunos de escolaridade mais alta e de maior poder aquisitivo. O período diurno foi reservado para o curso técnico; os demais cursos funcionavam à noite. A articulação do ensino industrial com outras modalidades de ensino acabou por criar um desvio de rota na missão do Liceu. Boa parte dos alunos diplomados pelo Curso Técnico não chegava a exercer a profissão para a qual tinha sido habilitada, inscrevendo-se para disputar uma vaga nas faculdades, em busca de uma carreira de nível superior. A longa formação de aprendiz a mestre não garantia salários e posição social e a frequência aos cursos noturnos caiu significativamente. Os tempos mudavam. (GORDINHO, 2000, p. 73).

2.4 O prédio da Avenida Tiradentes e a sua conexão com o campo das artes

Em 1941, ocorreu o já citado discurso do ministro da viação, o Dr. Anhaia Melo, em ocasião da cerimônia da entrega dos diplomas e da abertura da exposição de arte promovida Liceu. Para além do trecho sobre o valor do trabalho para o progresso da pátria, há um outro trecho a qual ele disserta sobre a arte.

O artista é um demiurgo e a arte é obra viva, que fala ao coração, porque pessoal e humanas. E é criação não apenas material, mas psicológica; pigmalionismo, diz Sourian. E a atitude mental específica da criação artística tanto se encontra na gênese humilde de um modelador de potes como nas brilhantes criações arquitetônicas. A Arte cria uma sociedade ideal, na qual a vida atinge o máximo de Beleza e de Emoção; é, pois, uma forma exaltada de sociabilidade, um instrumento poderoso de concórdia social. Corações que sentem da mesma maneira vibram uníssonos como as cordas e metais de uma orquestra. Toda a forma de Beleza sobrevive a seu criador, porisso a Arte consagra as pátrias e as imortaliza. Os povos desaparecem; sua Arte os salva do aniquilamento, colocando-as no Panteon da história. (ENCERRAMENTO..., 1941, p. 5).

O orador possuía a intenção de valorizar a escola como sendo o reduto da civilidade, onde se ensinaria os costumes necessários para o bom cidadão e, para isto, ele não só elege as questões do

mundo do trabalho, mas também da arte, indicando, assim, que não se desapareceria por completo o vínculo com as artes. Apesar de o Liceu ter adotado a legislação do ensino industrial, existia alguma preocupação em honrar os termos que compõe o seu nome. Havia todo um ambiente construído em constante diálogo com práticas artísticas e um bom modo de perceber isto, é através da análise dos espaços e da arquitetura.

Antonio Vinão Frago e Augustín Escolano (2001) discorrem sobre a importância de se analisar a arquitetura escolar como detentora de uma espécie de discurso que transmite valores, conteúdos e significados. O chamado “currículo oculto”, aquele que não expressa formalmente em programas de ensino, também se encontra nas paredes e na materialidade do lugar. A própria localização de um estabelecimento pode dar indícios de seu funcionamento, assim como a sua relação com outros espaços. Uma reflexão importante dos autores é que todo espaço é um lugar percebido. Carrega-se, assim, as percepções e as subjetividades, e estas podem se constituir como objetos de análise. A partir deste referencial teórico, procuramos analisar os espaços e a localização do Liceu na construção de sua própria identidade.

No século XX, a sede do Liceu foi o prédio da Avenida Tiradentes, atual Pinacoteca do Estado de São Paulo, que foi construído pelo Escritório Técnico Ramos de Azevedo. Esse monumental projeto arquitetônico, atribuído à Domiziano Rossi, não foi finalizado. Dos planos originais ainda restavam ornamentações e uma cúpula que deveria ser erguida. No entanto, é curioso notar que a imagem do prédio completo com a cúpula não foi descartada mesmo depois que ele entrou em funcionamento. Mesmo após uns 40 anos, é possível encontrar diversos discursos comentando sobre a necessidade de continuar as suas reformas⁵³ e imagens do prédio com a cúpula propagadas pelos jornais. A representação abaixo é bastante interessante neste sentido.

Figura 2 - Representação do Liceu de Artes e Ofícios

⁵³ Apenas citando como exemplo desta imagem de um edifício incompleto que precisa estar concluído, apresento mais um outro fragmento do discurso de Anhaia de Melo. “Cumpra agora a todos vós, em homenagem a Ramos de Azevedo, completar quanto antes o seu monumento, dando-lhe o complemento necessário que é a cúpula deste edifício, varando os céus luminosos de São Paulo, no seu equilíbrio arquitetônico, como expressão e símbolo, do requinte de civilização” (ENCERRAMENTO, 1941, p. 5).

Fonte: O LYCEU (1934).

Trata-se de uma ilustração de uma matéria do jornal Estado de S. Paulo de 1934 (O LYCEU..., 1934) que possuía a intenção de glorificar a instituição, demonstrando uma imagem que nunca existiu na realidade. O prédio da Pinacoteca está completo com a sua cúpula e a estátua de Ramos de Azevedo completa o monumento, trazendo toda uma eloquência. Isto para dizer que as aulas dadas no Liceu aconteciam em um espaço específico que trazia consigo toda uma simbologia. A construção tornou-se um marco para a cidade e para a paisagem. É impossível passar pela Avenida Tirantes e não olhar o prédio da atual Pinacoteca. A arquitetura é algo que concebe valor para as atividades realizadas no interior de uma construção e o público poderia facilmente vincular a instituição com as artes.

Para além das salas de aula, sabe-se que no prédio havia também uma gipsoteca, construída em 1906 e que acabou sendo destruída devido um incêndio em 1945. A gipsoteca era um lugar onde se armazenava estátuas e moldes de gesso que poderiam ser expostas ou servir de estudo para aulas de desenhos ou escultura. Apesar desta destruição, o trabalho com a estatutária ainda era algo bastante presente nas oficinas e marcou a memória de ex-alunos:

Sou o funcionário mais antigo da 'casa'. Tinha apenas 14 anos quando comecei a estudar mecânica na Escola Técnica. Isso foi em 1947. Daquela época, lembro-me que tive passar um dia inteiro lixando o cavalo da estátua do Duque de Caxias. Depois que me formei, fui trabalhar como auxiliar de ensino, até que me deram uma função na fábrica. (OS FUNCIONÁRIOS..., 1993, p. 5).

A estátua do Duque de Caxias foi uma obra encomendada para o Liceu e foi construída pelo arquiteto Victor Brecheret, importante artista modernista que estudou nas oficinas desta escola. A sua maquete foi apresentada em 1920, todavia, foi exposta na praça Princesa Isabel em 1960, cinco anos após a sua morte. Tal projeto coadunava com as políticas de Vargas ao demonstrar um personagem que foi responsável por reprimir revoltas durante a época do Império, que justamente colocavam em perigo a unidade do país. Além do mais, era uma estátua que se afastava das tradicionais representações de bandeirantes que povoavam o ambiente paulista.

Apesar de os anos 40 e adiante não serem considerados mais as épocas áureas do Liceu, ainda foram realizados projetos arquitetônicos de grande porte nas suas oficinas, que interferiram no modo como os cidadãos construíam a sua relação com a cidade.

Voltando ao espaço do prédio da Avenida Tiradentes, o local começou a receber outras instituições, como a Pinacoteca do Estado de São Paulo, o Grupo Escolar Prudente de Moraes⁵⁴, o Conservatório Estadual de Canto Orfeônico, o Serviço de Fiscalização Artística da Secretaria do Governo, a Escola de Belas Artes, entre muitas outras. Enquanto estas ocupavam as principais áreas do estabelecimento, as oficinas passaram a se localizar nos porões. Aqui, é importante notar a predominância de órgãos associados ao fazer artístico. De alguma maneira associava-se o estabelecimento criado como algo do mundo das artes. A partir da sua arquitetura que se destacava na paisagem, conglomeravam-se diversos órgãos responsáveis por exposições e ensino.

No dia 22 de setembro de 1948 no “Jornal de Notícias” é reportado um concerto de músicas realizado nas dependências da Escola Técnica Ramos de Azevedo:

Realizar-se-á no dia 24 do corrente, às 20 horas, no salão da Escola técnica “Ramos de Azevedo”, do Liceu de Artes e Ofícios, à praça da Luz, 2, o concerto promovido pelo Departamento Municipal de Cultura, com um programa que constará de discos de Lorenzo Fernandez, Hekel Tavarez, Offenbach e Rimaky-Konskow, havendo ainda exibição de filmes sobre musica, cedidos pelos consulados britânico e norte-americano. (CONCERTO..., 1948, p. 7).

Já houve alguns estudos a respeito de eventos promovidos pelo Liceu nas primeiras décadas do século XX, como a I e II Exposições Brasileiras de Belas Artes (1911 e 1912-1913, respectivamente) e a Exposição de Arte Francesa de 1913. No entanto, ainda não se escreveu sobre o que foi exibido para o público aberto entre os anos 40, 50, 60 e 70⁵⁵.

⁵⁴ Em uma notícia do jornal “Diário Popular” do dia 17 de agosto de 1942 é possível registrar a presença de 42 classes funcionando no prédio do Liceu de Artes e Ofícios (GRUPO, 1942, p. 12).

⁵⁵ A documentação é escassa e apenas consegui alguns recortes de jornais e um livro de assinaturas que registra a presença anual de mostras até os anos 70. Apesar de não saber ao certo o que era exibido, é possível afirmar que a instituição continuava promovendo eventos artísticos.

O outrora espaçoso prédio da Avenida da Luz ficara pequeno diante dos novos órgãos que se instalavam e, assim, a partir de acordos, o Liceu foi desapropriado. Isto foi fruto de uma série de negociações realizadas entre os anos 40 que envolviam a cessão de maiores porções de terras na Rua João Teodoro, onde já estavam instaladas algumas de suas oficinas desde 1909. Isto está registrado no parecer nº 1630 de 1941 da Interventoria Federal, no Projeto de Resolução n.1521, de 1941 do Estado de São Paulo (CYRILLE JÚNIOR, 1941); e, por fim, no decreto-lei nº 16.078, de 13 de setembro de 1946 do Estado de São Paulo, que determina a doação de terrenos para que a sede do Liceu pudesse ser transferida.

Artigo 1.o- Fica o Governo do Estado autorizado a contratar com o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, a transferência do usufruto que essa instituição mantém, por força da lei n. 352, de 28 de agosto de 1895, sobre mais ou menos 6.334,00 m2 (seis mil trezentos e trinta e quatro metros quadrados) de terrenos pertencentes ao Estado a Av. Tiradentes, canto da rua José Paulino hoje Praça da Luz, pelo usufruto a ser constituído, nos termos do art. 741, do Código Civil, pelo Estado em favor da mesma instituição e a recair sobre os seguintes imóveis, constantes de plantas que serão autenticadas e que assim se descrevem:

1º lote- com cerca de 1.638, m2 (um mil seiscentos e trinta e oito metros quadrados) com frente para a rua João Teodoro, encravado entre o terreno das Oficinas do Liceu e o terreno do Hospital Militar da Força Policial do Estado, dividindo pelo seu lado esquerdo e fundos com as oficinas do Liceu de Artes e Ofícios e pelo seu lado direito com os fundos dos terrenos do Hospital Militar. Nesse terreno, a Secretaria da Viação tem, atualmente, uma garagem auxiliar.

2º lote- destinado à localização da nova sede a ser construída para os escritórios e as escolas do Liceu de Artes e Ofício está presentemente ocupado pela Estação Terminal Tramway da Cantareira e faz parte de um grande lote de terreno do Estado que este Tramway ocupa com sua estação e suas oficinas. Estes terrenos fazem frente para a rua João Teodoro e são limitados pela avenida Cantareira, avenida do Estado, um deles, e ruas João Teodoro, Canindé, Pasteur e avenida do Estado, o outro. O lote, que passará ao usufruto do Liceu de Artes e Ofícios, é o que fica à margem esquerda do Tamanduateí, nesse triângulo de terreno onde está atualmente a terminal do Tramway da Cantareira, e é limitado pelas seguintes vias públicas: João Teodoro, Av. Cantareira, Av. Estado e Jorge Miranda, tendo uma área cercada, de aproximadamente 12.100 m2 (doze mil e cem metros quadrados). (SÃO PAULO (Estado), 1946).

Todavia, o contrato firmado previa que somente depois de três anos após a entrega dos terrenos da Cantareira, a escola deveria sair definitivamente da parte que ocupava na Avenida Tiradentes. Houve, contudo, um atraso nas entregas do terreno e o Liceu permaneceu no local por muito mais tempo.

A mudança foi realizada de modo gradativo. No estatuto de 1955 é relatado que a sede do Liceu está localizada na Rua João Teodoro, nº 535, em um edifício próprio (LICEU, 1955, p. 33). No entanto, através de uma série de correspondências entre a direção do Liceu e a da Pinacoteca, sabe-se que o processo de traslado foi demorado e bastante conturbado⁵⁶. Ainda havia partes da

⁵⁶ Como exemplo, cito a carta de Carlos Gomes Cardim Filho, diretor da Escola de Belas Artes, para o diretor da Pinacoteca, Tulio Mugnaini Otelo, em 3 de julho de 1954. Nela é explicado que a Escola de Belas Artes procurava-se expandir necessitando dos espaços ocupados pelo Liceu de Artes e Ofícios (CARDIM FILHO, 1954). Esse foi o estopim de diversas cartas que foram trocadas a fim de tentar encontrar uma solução para o problema proposto.

instituição que funcionavam no prédio da Avenida Tiradentes e existia uma imagem construída que associava a construção do escritório Ramos de Azevedo à instituição, algo explorado no terceiro capítulo desta dissertação.

2.5 A disciplinarização do espaço escolar

Com o advento da política de Vargas, teve aumento o controle das escolas pelo Estado a partir da centralização do Ministério da Educação e Saúde. Isso foi acentuado nos anos 40 com a implantação do autoritário Estado Novo. Havia uma preocupação das elites dirigentes sobre o que e como estava sendo ensinado o conteúdo. Durante a remodelação da educação através das Leis Orgânicas, a Superintendência de Ensino Profissional publicou uma série de programas que detalhava os procedimentos que deveriam ser usados pelos professores em sala de aula:

As aulas devem ser procedidas de esquemas ou sumários, escritos no quadro negro pelo mestre e copiados pelos alunos nos cadernos reservados para a matéria. Nada mais, além de fórmulas ou tabelas, lhe será ditado. O mestre exporá o assunto com clareza, fará as demonstrações práticas e permitirá que os educandos anotem apenas as questões essenciais. Os termos técnicos deverão ser escritos no quadro negro, cuidando-se para que os alunos os pronunciem bem. Quando o ponto desenvolvido exigir cálculos, o mestre dará exercícios variados e proporá problemas que sejam capazes de evidenciar se houve ou não completo entendimento da matéria. Se possível, os cálculos, como no exemplo de se ter que abrir roscas ou engrenagens, cubicação de peças, etc., serão seguidas de necessária demonstração objetiva feitas junto às máquinas ou no local de trabalho (SUPERINTENDÊNCIA, 1943, p. 4).

Percebe-se que eram diretrizes que possuíam a preocupação de explicitar a maneira como o mestre de ofício deveria expor o seu conteúdo. Ainda no mesmo documento, transparece uma preocupação para se atingir certa unidade no conhecimento. É estabelecida uma programação que informa o que deveria ser aprendido em cada semestre e que o professor teria autonomia para escolher a ordem do que trabalhar. Nota-se uma definição sobre o currículo partindo das instâncias da burocracia estatal.

Assim, os assuntos tratados serão vários, exigindo a colaboração dos diversos mestres que lecionarão a tecnologia de acordo com as suas respectivas técnicas, cabendo ao diretor do estabelecimento, a coordenação dos trabalhos com o fim de obter uniformidade dos processos de ensino (SUPERINTENDÊNCIA, 1943, p. 3).

Para além de tais orientações, o Estado Novo tentou incorporar um exacerbado espírito

nacionalista nas escolas⁵⁷. Existem diversos trabalhos que procuram demonstrar como o regime utilizou a educação para legitimar o seu poder. Capelato (2009), por exemplo, analisou as cartilhas de alfabetização, que demonstravam de uma forma enaltecida a figura de Getúlio Vargas como um pai que zelava pelas suas crianças e seu futuro. No material didático, também estavam presentes diversos valores, como a necessidade de servir, defender o país e prestar todo o apoio para o progresso da nação. Nesse espírito de propagar o ufanismo, foram criadas organizações juvenis que procuravam cooptar estudantes para a ideologia do governo. No documento “Programas dos cursos, admissões e outras disposições” de 1943⁵⁸ afirma-se que: “Os alunos da Escola Técnica constituirão o CÊNTRIO CÍVICO DO LICEU na qualidade de seus membros componentes, o qual será filiado à JUVENTUDE BRASILEIRA e se regerá pelo seu Regimento Interno previamente aprovado pelo diretor-pedagógico” (p. 11).

Com clara inspiração nas organizações juvenis que ocorreram em regimes ditatoriais, como na Itália e Portugal, a Juventude Brasileira foi criada pelo decreto-lei 2072 de 08/03/1940. Este se caracterizaria como uma instituição

(...) destinada a promover dentro ou fora das escolas a educação cívica, moral e física da juventude, assim como da infância em idade escolar, com o objetivo de contribuir para que cada brasileiro possa, realizando superiormente o próprio destino bem cumprir os seus deveres para com a pátria (BRASIL, 1940).

Como é também mencionado pelo artigo de número 2 do mesmo decreto-lei, por educação cívica entende-se a formação de uma consciência patriótica. Procurava-se imbuir as crianças de um senso de ufanismo a partir de diversas atividades desenvolvidas, como a participação em grandes eventos comemorativos ou desenvolvendo solenidades. Além do mais, todos os jovens que estivessem matriculados em estabelecimentos de ensino oficial ou fiscalizados deveriam estar obrigatoriamente associados.

Segundo o artigo 16 do mesmo, cada um destes estabelecimentos de ensino deveria ter um centro cívico para as atividades educativas da Juventude Brasileira. Apesar de esta ser definida como algo que está também fora do âmbito das escolas, observa-se que o seu maior núcleo de atuação foi através da rede de ensino. Fora dela, não se consegue encontrar muitos indícios da sua prática. A escola possuía um aparato coercitivo a qual conseguia impelir o aluno para a participação.

⁵⁷ Apesar de haver uma acentuação do nacionalismo e de um culto cívico, não foi o Estado Novo que criou essas dinâmicas na escola. Em “Pátria, Civilização e Trabalho”, Circe Bittencourt (1990) analisa o ensino de História nas escolas paulistas da 1ª República e como ele foi influenciado a partir de um projeto de construção da nação. Assim, as festas cívicas e ritos, como o hasteamento da bandeira, a comemoração de certas datas e a celebração do hino foram elementos do cotidiano escolar. O patriotismo também se encontrava em todo o conjunto de valores dados aos símbolos que eram ensinados pelos professores nas classes de aula e lições.

Para a realização dos exames finais, o Liceu exigia que o estudante participasse de no mínimo 70% das comemorações organizadas pelo centro cívico.

Para além dessas ingerências mais diretas do governo federal sobre as classes dos estudantes, percebe-se também um enrijecimento do controle da própria administração do Liceu nos anos 40. Muito provavelmente devido ao ambiente de perseguição política instaurado a partir do regime do Estado Novo.

Como já foi enunciado no primeiro capítulo, antes era possível perceber regulamentos que visavam o controle das ações políticas de quem trabalhava na instituição, como o de 1927 (LICEU, 1927, p 7-8) e o de 1934 (LICEU, 1934b, p 3-4), que proibia a leitura ou discussão nas oficinas de questões sociais, políticas ou religiosas. A educação no início do século XX, e principalmente a de trabalhadores, foi pensada como um meio de apaziguamento das lutas de classes. Tal controle apenas se acentuou com o advento do governo ditatorial de Vargas⁵⁸.

Ao tratar sobre a admissão dos membros (efetivos ou Conselheiros, honorários, beneméritos, colaboradores e correspondentes) do Liceu de Artes e Ofícios, o Estatuto de 1934 afirmava no seu artigo 8 que “Não poderão ser aceitas, nem continuar a fazer parte, as pessoas condenadas por qualquer delito criminal, salvo resolução em contrário da Assembléia Geral” (LICEU, 1934a, p. 4). Em 1942, em um novo estatuto, foram aumentados os critérios:

Não poderão ser aceitos como membros do Liceu ou serão excluídos do seu quadro social os que fizerem parte de associações ou agrupamentos contrários à moral, à ordem e à segurança das instituições do país e os que forem condenados por crimes ou delitos de natureza infamante ou que interessem à defesa do Brasil. Este preceito aplicar-se-á, também, ao corpo docente do Liceu e ao seu pessoal técnico, administrativo e auxiliar (LICEU, 1942, p. 6)

Aparece de forma bastante acentuada a questão da segurança da nação, sendo que a mera associação a determinadas agremiações já seria motivo para impedir que alguém fosse aceito. Além disso, atentava-se para que os critérios enunciados fossem aplicados para todo o corpo de funcionários. Em 1955, tal tópico é ligeiramente alterado para incluir ideias que fossem contrárias à ordem estabelecida. Em seu artigo 4:

Não poderão ser propostos, e muito menos, aceitos, nem tão pouco permanecer como membros do Liceu, os que professarem ideias, ou fizerem parte de agremiações contrárias a moral, a ordem, e a segurança das instituições do País, assim como os que fôrem condenados por crimes ou delitos dessa natureza. E isto, que assim se dispõe em relação aos membros do Liceu, aplicar-se-á também ao seu corpo docente e ao seu pessoal administrativo, técnico e

⁵⁸ Conforme já discutido no primeiro capítulo, o regulamento geral e interno de 1943 aumentou as restrições das atividades nas oficinas, acrescentando, inclusive, a questão racial. Em seu artigo 103, proíbe-se: “Distribuir dentro de qualquer secção do Liceu, durante as horas de trabalho e fora delas, quaisquer jornais, revistas, livros, impressos ou folhetos; lê-los ou comentá-los; discutir ou provocar discussão sobre questões raciais, políticas e religiosas” (LICEU, 1943, p. 9).

auxiliar (LICEU, 1955, p. 5).

A escrita deste parágrafo sofreu modificações em 1968 com o artigo de número 5. Apesar de não ser tão incisivo quanto os dois artigos anteriores, não há transformações profundas no quesito de autonomia.

Não poderão ser propostos, nem permanecer como membros do Liceu ou integrar qualquer de seus quadros, aqueles que professarem ideias ou fizerem parte de agremiações contrárias a moral, a ordem e a segurança das instituições do País, assim como os que fôrem condenados por crimes ou delitos dessa natureza. (LICEU, 1968)

Os estatutos de 1973, 1978 e de 1987 seguiram com o mesmo enunciado. Apenas em 1989 desaparece o parágrafo que impunha proibições às posições políticas divergentes e que impedia os que tivessem sido presos. Isto pode ser explicado pela redemocratização após o longo período ditatorial do regime militar.

A educação não é um mundo à parte da sociedade. O recrudescimento do governo Vargas e um apelo à civilidade influenciava a escola. Isto acabou afetando a cultura do próprio estabelecimento de ensino com práticas e valores impostos. Mas a relação entre o Estado e o Liceu não aconteceu de uma forma unilateral. Nem sempre ele compactuou com os projetos do poder oficial. A instituição foi construindo os seus próprios objetivos, que não podem ser ignorados.

3 A formação de um núcleo livre de ensino profissional: a desoficialização do Liceu de Artes e Ofícios

Entrei no Liceu em 56 para estudar mecânica. Depois de me formar, trabalhei por cinco anos com o torno anual e mais algum tempo com o automático. Neste setor exerci a função de encarregado até a reestruturação da empresa em abril. Nesses anos todos, uma passagem que ficou guardada na minha memória foi a da inundação de uma subestação elétrica próxima ao Mercado Municipal. Ficamos uma semana inteira sem luz, com a produção toda parada. (Depoimento de Eduardo Ollo. OS FUNCIONÁRIOS... , 1993, p. 5).

A capela do Castelo Bule, na Escócia, foi quase inteiramente construída no Liceu. Seus planos, o altar em madeira entalhada, os lambris, os bancos, tudo foi feito lá. Na Irlanda, também há uma igreja feita pelo Liceu. No Brasil, o Itamarati, o teatro Municipal de São Paulo, o Hotel Quitandinha, a igreja do Colégio São Luís, a Catedral de São Paulo, a Biblioteca Municipal, a sede da Sorocabana, a Câmara dos Deputados do Rio e de São Paulo, os Campos Elíseos, o Ministério da Fazenda, o Senado Federal, a Academia Paulista de Letras, são alguns dos edifícios que contaram com a elaboração do Liceu. “Tudo o que é difícil, tudo o que não se faz mais”, as obras de arte que o tempo estragou e precisam ser restauradas – é serviço para o Liceu. (O LICEU..., 1969, p. 1).

Os anos 40 foram os anos da organização de um sistema oficial de ensino de graus articulados entre si, passando a incluir o ramo da educação profissionalizante. A crescente industrialização do país fez crescer o interesse pelo ensino técnico de tal modo a serem concebidos diversos projetos políticos a respeito do tema. A concepção pensada pelo governo, no entanto, não agradou a todos os setores.

Nos anos 50, a escola técnica Ramos de Azevedo do Liceu de Artes e Ofícios optou pela desoficialização do seu ensino. Se em 1943 a instituição adequou-se à legislação educacional vigente (as Leis Orgânicas de Ensino), passado uma década ela decide reverter tal decisão, seguindo por um caminho diferente das escolas profissionalizantes. Assim, a instituição não poderia mais emitir certificado capaz de dar ao aluno a possibilidade prosseguimento dos estudos em nível médio ou superior. Este capítulo possui a intenção compreender essa etapa da escola em que era ofertado um ensino desoficializado, algo que durou por duas décadas: de 1952 até 1972.

Ao longo desse tempo, foram realizadas muitas transformações no campo da legislação sobre o ensino profissionalizante, como as leis que visavam a equiparação entre os diversos níveis. Isto foi feito aos poucos até culminar na Lei de Diretrizes e Bases de 1961, que regulamentou o sistema educativo dando uma nova configuração, diferente daquela proposta pelas Leis Orgânicas de ensino. O aluno que tivesse optado, por exemplo, pelo ensino industrial básico, não ficaria restrito apenas ao ramo da indústria, podendo optar por outros caminhos durante a sua trajetória escolar, diferentemente do que ocorria nos anos 40. Essas mudanças não afetaram diretamente o Liceu de Artes e Ofícios, que possuía a sua escola apartada dessas diretrizes legais. Todavia, elas impactaram bastante no restante da rede de ensino técnico e possibilitaram novas expectativas para

os jovens que procuravam ingressar nesse ramo de ensino. Entender o que ocorria no entorno da escola é importante para situar a própria posição social que o estabelecimento exercia na sociedade.

Esse é também o período do Liceu menos explorado pelos pesquisadores devido à carência de fontes. Uma inundação fez com que grande parte da documentação fosse destruída, o que acabou comprometendo o acesso a algumas informações. No entanto, a partir das poucas fontes disponíveis no acervo da própria escola, somando a outras documentações, como jornais de arquivos distintos, foi possível compreender algumas nuances do cotidiano escolar e dos objetivos pedagógicos que a instituição carregava para si.

3.1 A desoficialização da escola técnica e o discurso assistencialista

Em 1952, a Escola Técnica Ramos de Azevedo desoficializou o seu currículo, ou seja, ela deixou de seguir os pressupostos das Leis Orgânicas de 1942. Abaixo há o fragmento de um livrete da comemoração do 85º aniversário do Liceu, em 1958, no qual o diretor escreve as consequências de a instituição ter adotado o padrão de ensino oficial:

Em 1941, o LICEU foi obrigado a introduzir grandes modificações nos seus cursos para obedecer a LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL. De acôrdo com essa Lei, os cursos noturnos manteriam a organização já existente, enquanto os cursos diurnos passariam a ter um nível cultural mais alto, equivalente ao curso ginasial. Assim, o LICEU perdeu sua finalidade primordial de ministrar o ensino gratuito às classes necessitadas, uma vez que os alunos que lá recebiam os ensinamentos básicos, não puderam enfrentar as novas disciplinas impostas. Por outro lado, aqueles que recebiam o diploma oficial secundário do LICEU, passaram em seguida a procurar as faculdades, havendo porisso um hiato na formação de operários especializados. Sômente anos após é que o LICEU pôde cumprir novamente seu objetivo inicial, quando conseguiu a desoficilização dos seus cursos diurnos. Entretanto, com o surto industrial do após-guerra e a conseqüente solicitação de mão de obra qualificada, a freqüência aos cursos decaiu assustadoramente⁵⁹. A juventude preferia um emprêgo imediato, não se interessando por uma profissão que dependesse de estudo prolongado. (LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO, 1958).

⁵⁹ Uma outra explicação sobre a crise aventada no Liceu de Artes e Ofícios foi dada em 1952 pelo vereador Alípio Henrique. Segundo ele, esse foi um momento em que uma direção corrupta assume a instituição e passa a prejudicá-la para que a empresa rival assuma o protagonismo na competição na produção dos hidrômetros. Isto beneficiaria a direção do Liceu, que possuiria ações e participação nos ganhos da rival. No discurso pronunciado pelo vereador na 60ª sessão ordinária do dia 5/6/1952, encontra-se o seguinte diagnóstico (DISCURSO..., 1952): “Basta um confronto entre a situação do Liceu de dez anos atrás e a atual para se constatar a influência nefasta dessa direção... Naquela época o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo tinha dinheiro em caixa, pagava os seus títulos no vencimento com descontos, efetuava o pagamento de seus operários no dia certo sem recorrer a empréstimos. Hoje o Liceu paga as suas dívidas com grande atraso sendo grande o número de fornecedores que se negam a manter negociações com ele. Descontam os títulos no Banco Comércio e Indústria e no Banco Comercial do Estado de São Paulo pagando os respectivos juros. Efetua o pagamento dos operários com atraso, alegando sempre que não tem dinheiro para solver seus compromissos. Os motivos se encontram expostos, nos comprovantes que tenho em meu poder”. Os comprovantes citados denunciam supostas corrupções cometidas e os gastos excessivos que explicariam as diversas questões da crise do Liceu, incluindo o grande corte da matrícula de alunos. Segundo a tese do vereador Alípio Henrique, em virtude da falta de dinheiro devido às fraudes, optou-se por diminuir a quantidade de estudantes.

A partir deste excerto, revela-se que muitos dos estudantes que procuravam a escola viam nela uma possibilidade de ingresso no ensino superior. Os alunos preferiam prosseguir até o nível de ensino superior descartando a função de técnico. Isto foi entendido como um problema para os dirigentes do Liceu, que justamente estavam empenhados na formação profissional de nível médio. A solução adotada foi a retirada de seu ensino de um sistema articulado de graus. O diploma da escola não teria mais a validade de um ensino secundário, ginásial ou colegial. Funcionaria, assim, como um Núcleo Profissional Livre.

Esta relação pode ser examinada através do processo judicial de Euclides Storolli. Em 1991, este requisitava a habilitação profissional plena de 2º grau de técnico de edificações em razão da sua experiência na área e de seus estudos no curso de Desenho de Plantas para Construção da Escola Ramos de Azevedo, realizado entre os anos de 1958 e 1962. Isto gerou uma documentação que se debruça sobre o Liceu e que pode ser vista no processo do Conselho Estadual de Educação nº 309/91, que também resultou no parecer nº 20/92 (CORDÃO, 1992).

Devido à desoficialização da escola mantida pelo Liceu de Artes e Ofícios, o diploma fornecido não se equiparava ao ensino de segundo grau e, portanto, não permitia ao aluno o prosseguimento dos estudos em nível superior. O parágrafo abaixo do parecer nº 20/92⁶⁰ deixa explícito qual era a relação da escola com o sistema oficial de ensino:

O curso feito pelo requerente teria validade, para fins de exercício legal da profissão, com a necessária equivalência, se realizado anteriormente a 1952 ou posteriormente a 1971. Acontece que o curso foi realizado no período de 1964 a 1968. Nesse período, a antiga escola técnica “Ramos de Azevedo”, hoje, “Liceu de Artes e Ofícios” era caracterizado como uma escola profissionalizante livre, o que significa, de acordo com Declaração juntada à folha 56 do protocolado, que “o diploma expedido pela escola técnica “Ramos de Azevedo” dava ao aluno as condições para exercer a profissão pelos conhecimentos adquiridos, mas não dava direito ao prosseguimento de estudos”. (CORDÃO, 1992, p. 3).

Para conseguir um parecer favorável à sua reivindicação, Storolli precisou de alguns atestados de idoneidade e de capacidade para o exercício de sua profissão, o que foi obtido a partir de um dos depoentes do processo, o engenheiro civil Alfredo V. J. Di Paolo, que foi o seu antigo supervisor. Além disso, teve que apresentar documentos que atestavam a sua atividade profissional em diversas empresas. Apenas o diploma da escola não seria suficiente para conseguir o certificado de ensino técnico, sendo necessário apresentar toda essa documentação.

⁶⁰ O parecer também afirma que parte da documentação sobre esta época no Liceu se perdeu: “A supervisão ainda informa que embora conste do acervo da escola, hoje desativada, diários de classe, livros de matrícula, na documentação existente não foram encontradas as grades curriculares de Desenhos de Plantas para Construção, nem outros documentos que contivessem registro da carga horária e notas do Interessado” (CORDÃO, 1992, p. 2). A dificuldade de ter acesso às fontes pode explicar em partes a razão da qual este período do Liceu é tão pouco estudado.

À vista do exposto, nos termos deste Parecer, considera-se o conjunto dos estudos realizados por Euclides Storolli na Escola Técnica “Ramos de Azevedo”, dos conhecimentos adquiridos no exercício profissional comprovado de mais de 20 anos na área e da conclusão do ensino do 2º grau, como suficiente para a declaração de equivalência aos de nível de conclusão de Habilitação Profissional Plena de 2º Grau, de Técnico em Edificações. (CORDÃO, 1992, p.4).

Storolli obteve o segundo grau a partir de um conjunto de exames supletivos da Secretaria do Estado da Educação realizados em 1982, e não a partir da escola Ramos de Azevedo, como seria o caso em 1943, quando a instituição estava adequada à Lei Orgânica de Ensino Industrial. Isso representou uma série de transformações na forma como era encarada a instrução na instituição. Em 1952, o regulamento oficial de ensino já não ditava as suas regras no Liceu de Artes e Ofícios.

Luiz Antônio Cunha (2000b) explora um outro aspecto das Leis Orgânicas que ajuda a compreender as razões da desoficialização. Segundo o autor, tais leis enrijeceram a estrutura de ensino, fazendo com que não se acompanhasse as mudanças de uma sociedade que apresentava transformações profundas no mundo do trabalho e da economia:

A rigidez da lei orgânica do ensino industrial, que estabeleceu de antemão cursos, currículos e modos de funcionamento escolares padronizados para todos os cursos básicos industriais, impedia a adaptação do ensino às transformações da economia. Essa rigidez assumiu maior gravidade da década de 1950 quando setores inteiros da economia foram implantados (produção de automóveis, navios, vagões, ferroviários, aparelhos eletrodomésticos etc.) e outros enormemente expandidos (como a produção e distribuição de energia elétrica, extração de minérios, siderurgia etc.). As novas ocupações surgidas com as transformações da economia dificilmente seriam desempenháveis, pelos operários formados segundo currículos desenhados no início da década anterior, quando a política governamental de industrialização ainda estava nos primórdios. (CUNHA, 2000b, p. 153).

Percebe-se que as Leis Orgânicas, apesar de regulamentarem o sistema de ensino, não agradaram a todos os setores e, nos anos 50 isso chega a algo mais crítico. Não é à toa que foi em 1952 que o Liceu optou por não mais se encaixar nesses parâmetros. As propagandas oficiais da escola tratavam da instituição como algo sempre atenta às transformações do mercado de trabalho. Assim, para atender as novas exigências dos anos 50 e 60, optou-se por uma estrutura diferenciada.

Essas críticas às Leis Orgânicas não partiram apenas do Liceu. Em 1954, o Ministério da Educação promoveu a I Mesa Redonda Brasileira de Educação Industrial, um encontro de diversos educadores que criticaram a forma como as Leis Orgânicas organizavam a educação. Elas estabeleciam um número fixo de cursos com uma grade única. Defendia-se, no congresso, a autonomia administrativa das escolas para que, assim, essas pudessem criar novos cursos e alterar os seus currículos conforme as particularidades de suas próprias regiões. Esse encontro teve repercussão nas políticas públicas, o que fez com que o governo instaurasse comissões para estudar

melhor a respeito do funcionamento do ensino industrial e promovesse alterações nas leis, conforme será visto posteriormente. As leis de 1942 possuíam uma série de críticas sobre o seu funcionamento e tais fragilidades fizeram com que o Liceu adotasse uma postura de deixar de seguir o modelo oficial. Essa foi a solução buscada pela instituição, algo muito diferente do que ocorreu com as outras escolas, conforme será visto mais adiante.

Segundo o que foi enunciado no livro de comemoração do 85º aniversário do Liceu, os pressupostos das Leis Orgânicas acabavam por barrar pessoas de classes mais baixas. Assim, para justamente atender esse público, que era almejado pela instituição, optou-se pela desoficialização. Nas notícias de jornais é possível identificar a relação que a escola possuía com o seu público discente e como pensava a forma de ingresso:

Fácil entrar

Para entrar no Liceu não se exige muita coisa. O pretendente precisa ter 12 anos completos e o curso primário. Todos os seus alunos são membros de famílias de poucos recursos, residentes na periferia da cidade
(O LICEU..., 1968, p. 6).

São 600 alunos, quanto mais pobre, melhor. Só é necessário que tenham o primário e muita vontade de aprender. Do resto, o Liceu se encarrega.
(O LICEU..., 1969, p. 14).

Não há menção alguma sobre avaliação, e as representações construídas são uma escola “fácil de entrar”. Isto contrasta com os depoimentos de ex-alunos que estudaram na instituição nos anos 70 (quando o Liceu volta ao sistema oficial), que dizem justamente o oposto: falam sobre a dificuldade de se passar nos exames vestibulares. Contrasta também com a documentação referente aos anos 40 do Liceu, a qual há referências sobre os testes de admissão. A partir dos anos 50, não foi possível encontrar evidências de um processo seletivo.

Além disso, pode-se perceber a permanência de um certo caráter assistencialista, bastante típico das representações a respeito do ensino profissional. A figura do pobre é destacada nestes discursos e a sua educação, por excelência, são os trabalhos manuais. A própria educação integral era vista como uma forma de afastar o indivíduo da esfera do lar, ambiente considerado pernicioso. Ainda transparece um ideal de resgate do aluno, de regenerá-lo:

O estudo é muito puxado no Liceu. O aluno só tem 25 dias de férias no ano, entra na escola às 7 e 30, sai às 16 e 30 e volta às 19 horas, para ir para casa às 22 e 30. O horário apertado tem um motivo-, como os alunos vem das classes mais baixas, muitas vezes das favelas, o Liceu faz o possível para tirá-los do ambiente social original, para dar-lhes um ambiente melhor, dentro da escola. Por isso, quanto menos passar em casa, melhor.(...) Muito sério, a língua aparecendo no canto da boca, pelo esforço de concentração, o garoto de 15 anos vai trabalhando a madeira. De suas mãos vai saindo uma rosa entalhada, uma peça que hoje não se fazem mais. O menino veio da favela, sem nada, para receber roupa, alimento e ensino, tudo de graça. (O LICEU..., 1969, p. 14).

O objetivo do Liceu era justamente a formação para o mundo do trabalho, e o que se percebeu é que estar associado aos níveis de ensino secundário o afastava de seus intentos. Quem conseguia passar pelos rigorosos exames de admissão preferia continuar os estudos até a faculdade. Isto causou uma certa carência de profissionais, que foi denunciada pelo fragmento já destacado do livreto comemorativo do 85º aniversário da escola e que pode constatado em outras fontes:

Hoje, ninguém forma um ajustador ou um ferramenteiro completo, a não ser o Liceu. As indústrias utilizam homens a mercê de sua grande experiência se especializam e podem preencher o lugar. É por isso que o Liceu procura essas vocações e as orienta, impedindo de todas as maneiras que um desses alunos se perca.
(O LICEU..., 1969, p.14)

Algo que era bastante ressaltado nas propagandas de jornal sobre a instituição era o fato de que determinadas formações apenas poderiam ser realizadas na escola “Ramos de Azevedo”. O Liceu possuía quase exclusividade do ensino de alguns ofícios e estava direcionada para públicos bastante específicos. Havia um público-alvo que a diretoria almejava para o seu ensino: adolescentes em situações precárias que almejavam um posto no mercado de trabalho. O discurso assistencialista estava bastante presente, no entanto, seria um equívoco afirmar que era o único vetor pelo qual se organizava a instituição. Diferentemente de algumas organizações do século XIX, que viam o trabalho muito mais como uma forma de regeneração do indivíduo, a escola Ramos de Azevedo possuía um interesse na formação de uma mão de obra. No entanto, não se pode negar que esta formação de mão de obra continuava atrelada a um certo discurso de resgate do menino pobre em situação precarizada.

Não se tratava de cuidar do estudante até chegar à maioridade, como eram em alguns estabelecimentos da época do Império que ensinavam alguns ofícios para os desvalidos e órfãos. Havia uma lógica do trabalho que deveria contar com as próprias particularidades do mercado. Os objetivos pedagógicos deviam estar em consonância também com a própria sociabilidade dos estudantes. Não se pode desconsiderar completamente a vivência do público discente, pois este possuía dinâmicas próprias de sua condição que interferiam na forma como era conduzido um curso. Pela escola estar orientado para a esfera do trabalho com um público que visa justamente o emprego, foram necessários alguns ajustes na própria forma como o seu currículo foi instaurado: “Entretanto, os problemas econômicos fazem com que dos 150 alunos que deveriam formar-se cada ano, formam-se apenas 40; o restante deixa o Liceu antes, para trabalhar. Assim a escola tem um currículo que permite, já no segundo ano, que o aluno possa trabalhar” (O LICEU..., 1969, p. 14).

Assim, um olhar sobre o cotidiano é necessário para compreender a instituição em sua complexidade.

3.2 O cotidiano escolar e os métodos de ensino

Na época, o Liceu possuía duas escolas: uma Elementar e a Escola Ramos de Azevedo, de nível mais adiantado. No que tange a primeira, o estudante com a idade de 12 anos e que tivesse cursado o primário sob a categoria de aprendiz passava a ter os primeiros contatos com o maquinário da indústria do Liceu a partir da orientação de um operário. Caso atingisse um patamar de excelência, poderia ser promovido como operário, ganhando um salário equivalente à sua produção. Essa é uma postura que está bastante associada à tradição de aprendizagem dos artesãos de ofícios. Desde os tempos coloniais se conhece a prática da transmissão do saber a partir da estadia de um jovem aprendiz na tenda de um mestre que ensina. Passado um tempo trabalhando junto com este ser mais experiente, o jovem conseguia a aptidão necessária para realizar os ofícios e, após realizar alguns exames na câmara, poderia ter a autorização para abrir a sua própria tenda.

É interessante perceber que, apesar de se tratar de um âmbito mais industrial, algumas práticas artesanais permaneceram. Não há uma completa substituição entre uma mão de obra artesanal para uma fabril como refletia uma antiga historiografia que pensava em termos de etapas muito bem definidas. Ao analisar os artesãos do final do século XX na Vila Madalena, Antônia Terra de Calazans Fernandes (2018) em seu livro “Memórias de Ofícios: Histórias dos Artesãos de Ofícios em São Paulo”, percebe a existência deles e como agiam em um mundo em que não mais predominava a sua força de trabalho. Não possuir mais a hegemonia não significava ser extinto e, a partir disso, pode-se perceber uma sociedade mais complexa a qual abriga diversos modos de produção em seu seio:

São poucas as pesquisas sobre os artesãos e as conceituações teóricas tendem a não explicar a convivência de modos de produção diferentes em um mesmo tempo histórico. Contudo, entre as tarefas dos historiadores está a de assinalar que as realidades não são homogêneas e nem lineares. São contraditórias, diversificadas, múltiplas e heterogêneas e, neste sentido, é possível explicar a presença do trabalho artesanal hoje e em outros tempos, enquanto convivência e interação com outros modos de vida predominantes, como também é possível pontuar as contradições que conjuga por estar imerso nessas realidades. (FERNANDES, 2018, p. 244).

O Liceu de Artes e Ofícios, que é conhecido pela historiografia por ser uma das primeiras instituições escolares a utilizar os métodos racionais de produção com sua escola de mecânica

organizada por Roberto Mange, ainda se utilizava de práticas de aprendizagem baseadas no artesanato. Práticas que consistiam em conhecer as peças, as diversas etapas de produção, confeccionar as suas próprias ferramentas de trabalho e a relação de ensino existente entre um operário experiente e um aprendiz.

A oficina de marcenaria do Liceu que fazia parte do setor produtivo, por exemplo, funcionava a partir dessa mesma lógica entre o mestre e o seu aprendiz. Aliás, a permanência dessas tradições foi um dos motivos que levou os dirigentes a considerarem que o ramo não era moderno o suficiente para acompanhar as mudanças de mercado. Algo sobre o que nos debruçaremos de forma mais profunda adiante. No entanto, é importante ressaltar que ela foi apenas desabilitada em 1978, após um período bastante considerável de existência.

A outra instituição educativa sustentada pelo Liceu foi a Escola Ramos de Azevedo. No livro comemorativo do 85º aniversário encontra-se informações a respeito do seu funcionamento.

Quanto a outra escola, denominada ESCOLA RAMOS DE AZEVEDO, o LICEU aí mantém 4 categorias de cursos, onde é ensinada a parte teórica e prática das produções artísticas, sendo estas executadas nas oficinas especializadas de acordo com a classificação das obras: obras de madeira, de ferro, artefatos de metal, fundição em geral, mecânica de precisão, artes plásticas e artes complementares.

Os cursos estão assim distribuídos:

- 1) CURSO PREPARATÓRIO, noturno, com um ano de duração constando português, matemática, geometria e desenho de mão livre.
- 2) CURSO DE DESENHO ARQUITETÔNICO, noturno, com 5 anos de duração, compreendendo o ensino de desenho linear, geométrico e decorativo, geometria descritiva, modelagem, história da arte, cópias do gesso, perspectiva, aplicação e construção (projetos) e estilo e composição.
- 3) CURSO DE DESENHO DE MÁQUINAS, noturno, 4 anos de duração, com as seguintes disciplinas: português, matemática, tecnologia, complementos de desenho, desenho, complementos de eletricidade e máquinas (projetos).
- 4) CURSO DE MECÂNICA, diurno, em 2 horários, 4 anos de duração, abrangendo o estudo de português, matemática, complementos de desenho, tecnologia, desenho e práticas de oficinas.

Há um curso de pré-mecânica como preparatório a este curso. (LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO, 1958).

Percebe-se que diversas disciplinas de conhecimento geral, excetuando português e matemática, não foram incluídas no programa de ensino. Através de um boletim de notas de 1946, quando a escola ainda estava sobre as diretrizes das Leis Orgânicas, é possível atestar que o curso de mecânica, por exemplo, possuía matérias como ciências físicas e naturais, geografia e história do Brasil, disciplinas cobradas no nível médio que não estão presentes nos anos 50. A desoficialização permitiu um enfoque maior no ramo da aprendizagem de disciplinas técnicas e dos serviços que eram dados nas próprias oficinas.

Na página 17 do jornal “A Gazeta” de 23 de maio de 1956 é possível encontrar mais informações sobre a organização do currículo da instituição.

Hoje o Liceu mantém cursos preliminares e preparatórios, além dos cursos de artes (desenho linear e a mão livre), desenho arquitetônico, profissional, modelação, desenho e pintura decorativa, cursos de aperfeiçoamento, de contabilidade mercantil e industrial, tecnologia e mecânica, aprendizagem profissional nas oficinas eletrotécnicas, etc... (83 ANOS..., 1956, p. 17).

As práticas de ensino que ocorrem no interior da escola são importantíssimas para a compreensão do funcionamento e dos objetivos educativos as quais a instituição se propõe. Para isto, foram encontradas algumas notícias de jornal que possibilitam apreender um pouco da cultura escolar estabelecida:

Os garotos- alguns têm apenas 11 anos- começam o curso numa sala que tem o currículo pregado na parede, ao vivo. No quadro, está tudo que ele tem que fazer no primeiro ano. São dois martelos, compassos, chaves de fenda, de bôca, um furador também. O aluno começa a fazer as ferramentas, forja o seu martelo, dá-lhe uma tempera especial, que proporciona dureza na ponta e resistencia no resto, tornea o cabo e vai construindo cada ferramenta. São esses instrumentos, feitos por êle próprio, que utilizará no resto do curso. (O LICEU..., 1969, p. 14).

A confecção da própria ferramenta de trabalho é um elemento importante. Uma das formas pela qual o capitalismo industrial agiu para conseguir a hegemonia da sociedade foi através da desapropriação dos saberes dos artesãos e do confisco de seus instrumentos de trabalho. Isso, no entanto, não foi realizado em toda a sua plenitude no Liceu, em que os próprios estudantes elaboravam os seus instrumentos. Conforme os anos passavam, as ferramentas de trabalho tornavam-se mais complexas:

Os alunos do curso de mecânica começam aprendendo a fazer ferramentas usando apenas a lima. A medida em que vão passando de série, passam a usar ferramentas mais aperfeiçoadas, máquinas, como tornos mecânicos e de precisão, furadeiras, dobradeiras e outras. Constroem suas próprias máquinas operatrizes, inclusive as mais sensíveis, como os tornos de precisão. (O LICEU..., 1968, p. 6).

Como já foi dito, o estudante muitas vezes saía no meio da sua trajetória escolar à medida que conseguia um emprego, e nem todos chegavam ao posto de mestre. No entanto, o currículo era organizado de modo a permitir que o aluno tivesse ao menos um título, como o de oficial, sem que

fosse necessário passar por toda a educação⁶¹.

O ensino não é dirigido: o aluno pode não terminar o curso e sair apenas como meio oficial, ou oficial sem chegar a mestre. Assim, a escola o capacita em todas as profissões mecânicas. Ele é, ao mesmo tempo, torneiro, fresador, fundidor, ajustador e ferramenteiro. Suas possibilidades de emprego são muito grandes, porque ele não recebe um ensino específico como nas escolas oficiais. Ao terminar o curso, o aluno do Liceu se emprega com o salários de NCr\$600,00 a NCr\$840,00 mensais. (O LICEU..., 1969, p. 14).

O fragmento também denota a diferença que havia entre o Liceu e as outras escolas profissionalizantes ao afirmar que não era adotado um ensino específico, podendo ser capacitado em diversas funções mecânicas. Percebe-se uma certa maleabilidade que contrastava com a rigidez das escolas industriais conforme foi estabelecido pelo campo normativo.

Além do mais, é preciso reconhecer que a taxa de evasão do ensino industrial era bastante elevada. Durante a década de 1950, a matrícula anual era da ordem de 18.500 alunos, mas apenas uma média de 2.800 o concluía. Em 1960, a reprovação chegou a 80%. Uma das causas apontadas para tal fato era de que muitos, após aprenderem algum tipo de ofício, saíam para trabalhar, não tendo a preocupação de concluir a sua formação. Assim, não é de se estranhar que, na época, o Liceu tenha optado por desoficializar a educação mesmo que isso implicasse na ausência de uma certificação válida como nível médio.

Na reportagem do Diário Popular do dia 31/03/1968 é possível encontrar diversas imagens que se referem ao cotidiano do ensino em uma oficina do Liceu. Essas fotografias são extremamente valiosas por fornecerem dados que o próprio acervo iconográfico do Liceu não possui. As imagens do acervo do Liceu não possuem datação, sendo que fica muito difícil identificar o período que se trata. Na reportagem, contudo, são apresentadas as legendas de cada foto e sabe-se com precisão quando foram tiradas.

⁶¹ A questão da evasão escolar era algo presente no sistema educacional como um todo, principalmente no que se refere ao ramo industrial. Segundo Celso Suckow da Fonseca (1961, p. 297-298): “Uma das causas do baixo rendimento apresentado pelas escolas do ensino industrial é, sem dúvida, a evasão escolar, pois, em 1960, nos cursos industriais básicos, em todo o país, apenas 20% dos alunos matriculados chegaram ao final dos estudos. A proporção para os cursos técnicos, no mesmo período, apresentou-se bem mais elevada, pois atingiu a 70% dos matriculados no início do ano. A maior causa da evasão escolar é a econômica. Geralmente as famílias retiram os filhos das escolas quando eles já têm certos conhecimentos profissionais que os habilitam a trabalhar e, dessa maneira, a ajudar os orçamentos domésticos. É verdade que os alunos quando deixam os estudos na 3ª ou 4ª série dos cursos industriais vão, também, geralmente trabalhar na indústria, embora não possam mais ser incluídos como artífices altamente qualificados, mas, sim, como apenas qualificados, o que vem aliviar os encargos das escolas do SENAI, destinadas que são ao preparo desses qualificados”.

Figura 3 – O mestre ensina o aluno a como manejar um torno de precisão

Fonte: (O LICEU..., 1968)

Figura 4 – Vista Geral da escola-oficina de Mecânica

Fonte: (O LICEU..., 1968)

Figura 5 – A montagem dos hidrômetros é feita por operários, mas observada pelos alunos

Fonte: (O LICEU..., 1968)

Figura 6 – Os alunos do quarto ano em estágio industrial também montam hidrômetros

Fonte: (O LICEU..., 1968)

Figura 7 – Na sua fase final, os hidrômetros são pintados

Fonte: (O LICEU..., 1968)

Figura 8 - Na fundição e usinagem do bronze, também operários fazem o serviço

Fonte: (O LICEU..., 1968)

Figura 9 – Este cursa o primeiro ano e só tem permissão para usar a grosa

Fonte: (O LICEU..., 1968)

A redação do texto dessa reportagem é de autoria de Vicente Abramo e as fotografias de Wilson Fonseca. Como pode ser visto, para além dos alunos havia operários que trabalhavam com todo o maquinário. Não era simplesmente um local de ensino, mas também da produção do Liceu, que depois era comercializada. Os estudantes acompanhavam o processo e poderiam realizar algumas atividades, como pintar os hidrômetros e usar a grosa.

Para além dos dados da reportagem, é possível encontrar mais informações a respeito das oficinas no relato do ex-funcionário Bernardo Castello Branco. Ele trabalhou entre os anos de 1956 e 1958 e publicou na revista “Cidade”, nº 5 (que homenageava Ramos de Azevedo), uma pequena descrição sobre o seu emprego. Essa reportagem permite adentrar um pouco mais nestes ambientes.

As suas oficinas eram soturnas, pouco iluminadas, misturando velhos mestres com meninos aprendizes. Alguns inspetores corriam de um lado para o outro, verificando o ritmo da produção. O depósito de madeiras para envelhecimento permitia que se tomasse contato, através de grandes pranchões, com as madeiras de leis brasileiras: embuias, jacarandás, gonçalo-alves, perobas e muitas outras. Velhos mestres ainda se vestiam como os pintores acadêmicos: guarda-pó branco, boina preta inclinada para o lado e gravata borboleta vermelha. Logo mais seriam substituídos por funcionários mais jovens, alguns quase insubstituíveis em trabalhos como entalhe e douração (BRANCO, 1998, p. 137)

No final dos anos 50, a fábrica-escola se expandia cada vez mais. Era um complexo que envolvia seções de metalurgia, cerâmica, pintura, mobiliário, marcenaria, entre outras. Todavia, não

era apenas o quesito produção que era visado pela instituição. Segundo o relato de Bernardo Branco (BRANCO, 1998, p. 136): “Não só o trânsito entre as várias oficinas era permitido para a verificação da realização de peças de nossa autoria, como também, creio hoje, estimulada para contato entre os diferentes técnicos, daí o valor didático do Liceu”. Esta possibilidade de circular pelas oficinas era algo considerado na proposta educativa e concebe uma relação diferenciada com os diversos tipos de produção.

Na matéria do jornal “A Gazeta”, de 23 de maio de 1956 (p.17)⁶², o Liceu é descrito a partir de 6 grupos de ensino, que também pertencem ao universo da produção:

São 6 grupos atuais de ensino: marcenaria, serralheria, metalurgica, modelagem e cerâmica artística, fundição artística e comercial e mecanica, compreendendo as secções de escultura, envernizamento, tapeçaria, pintura, douração, serralheria artística e industrial (feitura de trilhos, perfilados, etc.; o Liceu é famoso pela produção de artefatos de ferro batido e forjado).

No grupo da metalurgica, há a fabricação de aparelhos de precisão- hidrometros, alcoometros, micrometros, iguais aos melhores do mundo- fabricação de fechaduras e dobradiças invisíveis (sem similar no Brasil), ferramentas e ferragens, tendo para isso, 2 fundições: a pressão e comercial.

Na cerâmica e modelagem artistica, há fabricação de pizos, gramilites, trabalhos em gesso, estuque, falso marmore, etc; na fundição artística e comercial são feitos bustos e monumentos (entre os quais a estátua do Duque de Caxias e os portais de Mausoléu ao Soldado de 1932), etc.; e no grupo de mecanica há numerosas maquinas operatrizes para aprendizagem. (83 ANOS..., 1956, p. 17).

No que tange aos funcionários, diferentemente dos alunos, a maioria possuía mais de 18 anos - embora pudesse haver menores de idade, como no caso de Ana Bárbara Jordão, que realizou um depoimento para jornal do LAO:

Até que no dia 16 de fevereiro de 1959, já com 13 anos, um tio, na época funcionário do Liceu, arranhou-lhe uma função na indústria. “Fui a primeira menor entrar no LAO”, conta Ana começou como ajudante da linha de montagem de hidrômetros, passou pela montagem de componentes e pintura pantográfica e, finalmente, assumiu o comando desse setor. “Não sei se cheguei onde estou pela minha capacidade ou porque o pessoal gosta de mim”, diz, modesta. (ELA CRESCEU..., 1992, p. 6).

Conforme pode ser visto nas imagens apresentadas acima, apesar de 1942 criar uma distinção entre o setor educativo e o da produção, ainda havia muitos pontos de contato entre eles. Muitas das atividades dos estudantes eram realizadas nas próprias oficinas junto com os operários. Além disso, a fábrica também era responsável por financiar a parte pedagógica. Assim, é importante analisar como a indústria foi se alterando de acordo com o tempo.

⁶² A reportagem também traz o dado de que na época havia por volta de 400 funcionários e 800 alunos.

3.3 As transformações da indústria do Liceu de Artes e Ofícios

Até os anos 20, a metalurgia do Liceu era algo pequeno e responsável por realizar chaves, dobradiças e fechaduras para a marcenaria. Somente com o passar dos anos é que este setor cresceu de modo a se tornar um dos principais do ramo produtivo da instituição. A partir dele é que se começou a produzir os hidrômetros, aparelhos de medição de consumo de água que se tornaram a principal marca da LAO indústria.

Conforme a cidade crescia no início do século XX, começou a haver uma preocupação maior com o controle das águas. Em 1934 surgiu o Código das Águas, um conjunto de normas que procurava regulamentar o acesso a esses recursos hídricos. Tal fato fez com que houvesse uma procura pelo hidrômetro, sendo que o Liceu foi a primeira empresa brasileira a desenvolver e explorar esse tipo de tecnologia. Havia um interesse na pesquisa e no aperfeiçoamento do produto, o que pode ser verificado através de um pequeno livro encontrado no acervo da escola denominado “Ensaio de fadiga em hydrometros”. Neste, é apresentado o resultado de alguns testes realizados a respeito da resistência dos materiais que compõem os hidrômetros, buscando soluções no que concerne à corrosão.

No final da década de 60, a atividade industrial estava dividida em três partes: Marcenaria, Serralheria e Metalúrgica. Segundo a Ata do Conselho Superior de 6 de dezembro de 1966, o hidrômetro já era considerado o sustentáculo econômico do Liceu de Artes e Ofícios. A sua produção cresceu de forma bastante significativa de modo a se tornar o maior fornecedor de hidrômetros do país. Nos anos 80, já exportava para países da América Latina como Paraguai, Bolívia, Uruguai e Colômbia (GORDINHO, 2000, p. 89-90).

Para além dos medidores de água, o Liceu produzia diversos produtos que circulavam pelo Brasil. A sua expansão no mercado não se deu apenas devido a iniciativa privada. A instituição teve ao longo de sua história alguns incentivos que foram dadas pelo poder público, que consistia em isenções de determinadas taxas como o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), subsídios governamentais⁶³, concessões de obras públicas ou mesmo empréstimos.

De fato, o LICEU tem se mantido não só com a venda de artigos feitos pelos seus alunos

⁶³ Esta questão do subsídio governamental foi algo que percorreu a instituição ao longo de todo o século XX. Afinal havia tempos em que a isenção de taxas era conseguida e, em outros, era questionada por determinados parlamentares e outros setores da sociedade, o que colocava em ameaça esse direito. Apesar da influência que o governo sempre exerceu sobre o Liceu, havia um discurso bastante presente na imprensa de um certo desamparo do Estado que não estaria dando suporte necessário para as atividades da escola. “Sem qualquer auxílio oficial, como frisamos, o Liceu paga 3 milhões de cruzeiros anualmente, de impostos, dando além de ensino gratuito, ampla assistência aos seus alunos e aos 400 operários que mantêm em suas oficinas” (83 ANOS, 1956, p. 17).

como também pela venda de grande variedade de artigos produzidos por centenas de operários, em todas as suas secções desde o mobiliário e todo o equipamento doméstico, até aparelhos de precisão, inclusive medidores d'água, atendendo a todas as categorias de consumidor. Os governadores Dr. Lucas Nogueira Garcez e Dr. Jânio da Silva Quadros, reconhecendo os serviços que o LICEU vem prestando a nossa comunidade e as dificuldades de financiamento das suas produções, fizeram acertadamente com que a Caixa Econômica Estadual e o Banco do Estado facilitassem um empréstimo financeiro a tão meritória organização. (LICEU DE ARTES DE OFÍCIOS DE SÃO PAULO, 1958).

Percebe-se que no Liceu conviviam diversas formas de produção: desde a produção em série mecanizada até o trabalho dos mestres artesãos. Havia um hibridismo que caracterizava a instituição. Apesar de ela, de fato, ter passado por transformações no início do século XX que visavam a modernização no sentido do capitalismo industrial, ainda era possível, na segunda metade do século XX, encontrar vestígios dos artifícios:

É comum se dizer que os móveis do Liceu são caros, mas os diretores dizem que o que é caro é a reprodução de uma peça fora de série, o atendimento de uma encomenda difícil que, por vezes, toma quatro meses de trabalho de um mestre. Quanto aos produtos de série, eles afirmam que são colocados no mercado a preços competitivos com a indústria comum. Tanto é, que eles têm ganho várias concorrências públicas. (O LICEU..., 1969, p. 14).

O Liceu ganhou diversas concessões de obras públicas, como a reforma do Theatro Municipal de São Paulo, a construção do MASP e de edifícios durante a formação de Brasília. No que se refere ao Theatro Municipal, em 1911, ano da sua inauguração, o Liceu já tinha sido responsável pela execução do mobiliário, das tapeçarias, cortinas e decorações em bronze artístico e ferro batido. Em 1952, tornou-se necessário restaurar o local e, assim, a indústria⁶⁴ foi contratada novamente para realizar as reformas que durou até o ano de 1955.

Com a reforma do mesmo teatro, em 1955, coube ainda ao Liceu a incumbência do fornecimento das novas poltronas, cadeiras, bem como todos os trabalhos de madeira para o novo palco mecânico e do grande “ciclorama” curvo, com 38 metros de extensão e 15 metros de altura; todo o mobiliário dos camarins dos artistas, as decorações em estuque, os pisos de granilite, aparelhos de bronze para iluminação, além de outros trabalhos. (TEATRO MUNICIPAL..., 1955, p. 7).

A instituição possuía interfaces com a escola e a indústria, com o artesão e o operário. Ao mesmo tempo, seguia por um processo de massificação de seus produtos, o que permitia a concorrência:

O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, que formava grande número de profissionais para a indústria e para a construção desde fins do século XIX, passaria por grandes mudanças entre as décadas de 1930 e 1940, seguindo as novas leis relativas ao ensino técnico no país, que

⁶⁴ Como afirma a reportagem do Jornal “Última Hora” (TEATRO MUNICIPAL..., 1955, p.7) sobre a reforma do Teatro Municipal, para além do Liceu, outras empresas estiverem envolvidas como: a Companhia Brasileira de Construção Fichet & Schwartz- Hautmont; “Spiral”- Sociedade Paulista de Instalações e Revestimento Artísticos Ltda.; Máquinas Piratininga S.A.; Pinturas e Decorações Prolar Ltda.; Zade Projetos e Instalações Ltda.

viriam a separar a escola da indústria, ainda que fossem mantidas algumas interfaces entre ambas. Seja como for, a indústria do Liceu de Artes e Ofícios se tornaria, um pouco mais adiante, uma das poucas empresas brasileiras capaz de processar o ferro, agora produzido nacionalmente, dobrando, cortando, montando caixilhos, esquadrias e grades, em escala, para os edifícios em construção da nova capital do país e também para os outros grandes edifícios. (CONTIER, 2014, p. 169).

Em 1967, a empresa foi selecionada para a fabricação de peças para a construção do Museu de Arte de São Paulo. Apesar das transformações vivenciadas pelo Liceu, a arquiteta responsável pelo projeto, Lina Bo Bardi, acusou-o de ser uma instituição retrógrada e pouco afeita às modernas técnicas de construção. Conforme já tratado no Capítulo 1, ela chegou a enviar uma série de cartas de protesto para a prefeitura pedindo que outra indústria fosse responsável pelas atribuições que o Liceu estava ocupando. Suas reivindicações, contudo, não foram atendidas. É interessante perceber que ainda persistia um imaginário a qual vinculava o Liceu a uma tradição arcaica. Embora houvesse o caso da marcenaria que trabalhava a partir da figura do mestre artesão, a metalurgia já tinha se inserido nos parâmetros de uma moderna indústria no sentido do capitalismo:

O que a arquiteta não devia saber era que o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo havia também passado por uma transformação na sua estrutura e o processo de trabalho praticado pela instituição pouco tinha a ver de fato com as artes e ofícios na década de 1960, e mais com uma grande indústria. O nome e o significado da instituição faziam lembrar os setores mais tradicionais da construção em São Paulo, pois o Liceu havia fornecido materiais para obras como o do Teatro Municipal de São Paulo e muitos outros edifícios decorados. No entanto, àquela altura a fábrica do Liceu havia feito também os caixilhos dos ministérios, palácios e da Câmara dos Deputados em Brasília e tinha uma indústria equipada. (CONTIER, 2014, p. 232-233).

Em 1972, a indústria mudou para o parque da Água Branca, deixando o terreno da Cantareira apenas para a escola. Ela ainda financiava as atividades educativas (como até os dias atuais realiza), no entanto, os estudantes já não tinham o mesmo contato com o maquinário e os operários conforme podia ser visto até os anos 60. Ou seja, o traslado da indústria significou também uma transformação nas próprias práticas pedagógicas, algo discutido com maior profundidade no Capítulo 4 da presente dissertação.

A marcenaria, que sempre esteve associada à instituição, começou a ser desativada nos anos 80. A justificativa dada pelo presidente da Indústria Carlos Cardoso Almeida em uma entrevista de 1993 (TRADIÇÃO..., 1993, p. 4-7) é que a marcenaria não conseguiu a se adequar às novas exigências do mundo contemporâneo. A tradição do mestre ensinando o seu aprendiz era visto como um elemento de atraso que não estava consonante com o que o mercado exigia no momento:

A marcenaria era a mais antiga atividade do Liceu e junto ao público fornecia móveis de altíssimo nível. Por que não foi possível adequá-la ao mercado? Por uma questão de mentalidade, de “caldo de cultura” interno. A tradição do Liceu, que estava embustida na sua

marcenaria, era transmitida do antigo marceneiro ao novato sem adaptações ao mercado. O “Caldo de cultura” interno fazia com que as pessoas que ali trabalhavam insistissem em manter uma atividade formatada ao modelo antigo. (TRADIÇÃO..., 1993, p. 5).

Quando questionado se o setor de marcenaria não poderia ser alterado para se modernizar, o presidente respondeu dando maiores detalhes a respeito do funcionamento do setor:

Apesar de muita luta, que incluiu duas transferências de local, não conseguimos a modernização. Na década de 70, chegamos a mudar o tipo de clientela, deixando de fazer mobília para residências e partindo para o setor hoteleiro, que requeria a produção em série: 200, 500 camas com criados mudos e armários iguais. Quase todas os grandes hotéis do Brasil foram mobiliados pelo liceu. Só que ocorreu um problema de falta de constância. Por vezes, tínhamos a mobília de dois ou três hotéis para fazer. Em outras ocasiões, contudo, não tínhamos encomenda nenhuma, e a fábrica ficava quase parada. Além disso, nossos móveis tinham tanta qualidade e durabilidade que nunca precisam ser substituídos ou reformados. Assim, não só foram virando antiguidade como atingiram um nível de preço incompatível com o mercado. A cultura interna impediu que se fizesse alguma coisa semelhante ao que os concorrentes faziam. Nos últimos tempos da marcenaria aconteciam absurdos como o de um marceneiro oferecer a inclusão de um friso ou de um módulo que não estavam previstos nos orçamentos, custavam mais e não eram cobrados. A coisa chegou a tal ponto que, segundo os nossos cálculos, nos últimos dez anos de funcionamento da marcenaria, se ela não existisse, teríamos tido o dobro de superávit. (TRADIÇÃO..., 1993, p. 5-6).

As tarefas realizadas pelos artesãos eram vistas como elementos arcaicos pelos anos 80 e 90 e a modernização, nesse sentido, significaria a produção massificada e em série. Os produtos também deveriam ter uma maior liquidez no mercado e o fato de ficarem parados no estoque era um problema para os acionistas. Assim, o Liceu encerrou o ramo da marcenaria por considerá-lo incompatível com o mundo contemporâneo. Nos anos 90, a produção estava dividida em 4 áreas: saneamento, gás, construção civil e fundição. Os hidrômetros e os medidores de gás eram e continuavam sendo os principais motores da indústria, uma mudança de perfil que visou excluir de forma mais acentuada os traços dos artífices. Tal postura no ambiente de ensino já estava sendo assinalada nos anos 30 e 40. No entanto, o seu golpe final deu-se muitos anos depois com a separação definitiva entre o local de aprendizagem e o do trabalho. Nos anos 70, mantinha-se um curso técnico que dura até os dias atuais. Por outro lado, os estudantes já não eram mais os aprendizes da indústria que tinham parte de sua formação nas oficinas. O perfil dos estudantes havia mudado.

3.4 As leis de equiparação do ensino profissional nos anos 50 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961

Enquanto a escola Industrial Ramos de Azevedo do Liceu encontrava-se desoficializada, ocorreram transformações no campo da legislação no ramo do ensino profissional. As Leis

Orgânicas de Ensino de 1942 foram criticadas por instaurar um código rígido de cursos a serem dados com programas pré-definidos. Isso inviabilizou mudanças no currículo que eram necessárias para atender as demandas de um setor econômico em constante transformação. Além disso, é preciso recordar que o ingresso no ramo profissional conduzia o aluno à possibilidade de um único destino. Se o estudante viesse realizar um curso de industrial básico, por exemplo, ele não poderia progredir nos cursos de segundo ciclo de ensino médio (colegial, comercial ou agrícola) que não fosse vinculado ao ramo industrial. Isso era diferente do que ocorria com quem fizesse o ginásio e poderia optar por qualquer um dos cursos de segundo ciclo de ensino médio.

Ao longo dos anos 50, diversas leis foram promulgadas com o intuito de equiparar os ramos de ensino para que houvesse uma maior liberdade na trajetória escolar do aluno. Foram as chamadas Leis de Equivalência. A primeira delas foi a lei nº 1076, de 31 de março de 1950 que, em seu primeiro artigo, declarava:

Art.1º Aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, de acôrdo com a legislação vigente, fica assegurado o direito à matrícula no curso clássico, bem como no científico, estabelecidos no Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, desde que prestem exame das disciplinas não estudadas naqueles cursos e compreendidas no primeiro ciclo do curso secundário. (BRASIL, 1950).

Isso fez com que houvesse uma pressão para que os cursos profissionais possuissem uma grade curricular que incorporasse disciplinas do ginásio, não tornando necessária a realização de exames. De um conteúdo quase exclusivamente baseado em disciplinas técnicas, passou-se a ter uma formação muito mais geral. Isso acabou contribuindo para uma progressiva perda de especificidade do conteúdo do 1º ciclo profissionalizante, deslocando a formação mais profissional para o segundo ciclo. Isso foi um processo que foi se materializando em diversos regulamentos ao longo do tempo (como o decreto nº 50.492 que criava a categoria de ginásio industrial) até culminar na extinção da modalidade de primeiro ciclo restando apenas a categoria de técnico.

O artigo número 2 da lei nº1076 também garantia que o aluno que cursasse o segundo ciclo do curso comercial pudesse se candidatar a qualquer curso de nível superior, não ficando restrito apenas a cursos que tivessem relacionados com o secundário. Esse processo de articulação com as Leis de Equiparação não se deu apenas entre os níveis médios, mas também entre o nível médio e o superior.

A lei nº 1821, de 12 de março de 1953 permitiu que os estudantes que concluíssem o ensino normal e o curso de formação de oficiais pelas polícias militares pudessem se matricular no primeiro ano do curso clássico ou científico, uma lacuna que havia na lei anterior. Além disso,

possibilitou acesso a qualquer curso de ensino superior a quem tivesse concluído os cursos técnicos, desde que satisfeitas as complementações de currículo.

O decreto nº 34.330, de 21 de outubro de 1953 passou a regulamentar a lei 1.821/53, fornecendo maiores detalhes sobre o seu funcionamento. Ela ampliou a possibilidade de ingresso nos primeiros anos dos cursos técnicos para os que tivessem concluído o ginásio, comercial básico, industrial básico, mestria agrícola, normal regional e os seminários. Era possível que um estudante do primeiro ciclo do comercial pudesse optar por seguir um ramo industrial no segundo ciclo, e não apenas para o secundário colegial ou o comercial técnico como era antes. O artigo terceiro do decreto permitia também a transferência entre os cursos de primeiro ciclo do ensino médio, dando a possibilidade de o estudante trocar de modalidade durante a sua trajetória escolar desde que prestasse exames das disciplinas que não configuravam no curso de origem.

No entanto, o decreto acabou por restringir algumas das conquistas da lei que procurava regulamentar ao fixar os cursos de nível superior que eram permitidos para os estudantes que tivessem concluído o segundo ciclo do ensino médio. Os alunos dos cursos técnicos poderiam ter acesso a apenas alguns cursos específicos, enquanto quem concluísse o colegial teria uma liberdade maior na escolha do caminho a seguir. Isso é deixado explícito no artigo 5:

Art. 5º Além dos habilitados em curso colegial poderão inscrever-se em exames vestibulares ou concursos de habilitação:

- a) aos cursos de Faculdade de Ciências Econômicas, aos de Faculdade de Direito, aos de Geografia e História, e Ciências Sociais de Faculdade de Filosofia, e de Jornalismo, os candidatos que houverem concluído os cursos técnicos de ensino comercial, com duração mínima de três anos;
- b) às Escolas de Engenharia, de Química Industrial e de Arquitetura e aos cursos de Matemática, Física, Química e Desenho de Faculdade de Filosofia, os candidatos que houverem concluído os cursos técnicos de ensino industrial;
- c) às Escolas de Engenharia, de Agronomia e Veterinária e aos cursos de Física, Química, História Natural e Ciências Naturais de Faculdade de Filosofia, os candidatos que houverem concluído os cursos técnicos de ensino agrícola;
- d) aos cursos de Pedagogia, Letras Néo-Latinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia de Faculdade de Filosofia, os candidatos que houverem concluído o segundo ciclo do curso normal, nos termos da lei número 1.759, de 12 de dezembro de 1952;
- e) aos cursos de Faculdade de Direito e aos de Filosofia, Letras Clássicas, Letras Néo Latinas, Letras anglo-Germânicas e Pedagogia de Faculdade de Filosofia, os candidatos que houverem concluído curso de Seminário com a duração mínima de sete anos;
- f) à seção de Pedagogia de Faculdade de Filosofia, os candidatos que houverem concluído o curso pedagógico, além do curso técnico, ambos de ensino industrial. (BRASIL, 1953).

Os ramos da educação e o ensino industrial passaram a ser discutidos extensivamente na década de 50. A situação negligenciada na qual se encontrava a educação profissionalizante nos primeiros anos do século XX, que possuía pouquíssimas políticas públicas, começou a se transformar de modo profundo na segunda metade do século. Para além das menções na Constituição, esse ramo da educação começou a ficar mais evidente também nos planos de governo

como, por exemplo, no plano de Metas de JK (1956)⁶⁵ que possuía um tópico referente ao ensino. O poder público passou a refletir mais acerca desta modalidade.

Como já foi dito, em 1954 houve uma Mesa Redonda organizada pelo próprio Ministério da Educação que discutiu questões referentes a autonomia das escolas perante o rígido código curricular estabelecido pelas Leis Orgânicas. Esses trabalhos resultaram na lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e no decreto nº 47.038, de 16 de outubro que a regulamentava. Nessa reforma do ensino industrial, procurou-se flexibilizar a oferta de cursos e transformar as escolas em autarquias com autonomia didática e financeira. Foram criados órgãos no interior da própria escola para que se pudesse haver um olhar mais atento ao que concerne as particularidades de seu público como, por exemplo, o Serviço de Orientação Educacional e Profissional⁶⁶, a Caixa Escolar⁶⁷ e um Conselho de Professores que poderia elaborar o regimento da escola, o currículo e aprovar programas de diferentes matérias.

Para além disso, modificou-se a própria estrutura de organização e administração dos estabelecimentos de ensino industrial. O ensino industrial era ministrado em cursos ordinários e extraordinários (qualificação, aperfeiçoamento, especialização e divulgação), sendo que os primeiros foram divididos entre aprendizagem industrial e industrial básico. Comparando com a Lei Orgânica, pode-se encontrar diferenças, afinal, 1942 prenunciava a existência do ensino de mestria e o de artesanal, algo inexistente na lei de 1959. Os cursos de aprendizagem eram destinados a jovens de 14 anos pelo menos que possuíam o intento de aprender um ofício qualificado, sendo que é a partir destes que o SENAI teve um papel preponderante no ensino. Depois de receberem o certificado de conclusão, os alunos ainda poderiam realizar exames práticos para obterem a sua carta de ofício, que dava ao titular a condição de artífice.

Segundo o artigo 15 do decreto 47.038/1959, os objetivos do industrial básico eram outros e bem mais amplos:

⁶⁵ O Plano de Metas de JK consistia no desenvolvimento de cinco principais áreas: energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação. Dentre esses cinco, o último é o que menos possuía metas a serem atingidas. Todavia, é importante ressaltar que o objetivo principal almejado para esse setor era justamente o de formação de pessoal técnico. Como consequência do projeto, aumentaram-se as verbas orçamentárias para o Ministério da Educação e Cultura e deixou subsídios, que posteriormente resultaram nos trabalhos da ENATEC (Grupo Executivo do Ensino e Aperfeiçoamento Técnico, criado em 1959) (LAFER, 1975, p. 48).

⁶⁶ Segundo os próprios termos do artigo 79 do decreto nº 47.038, o Serviço de Orientação Educacional e Profissional tinha como objetivo “prestar auxílio aos alunos através de atuação pessoal que os ajude e oriente em suas atividades escolares profissionais, de lazer e eventual liderança” e “cooperar para que o processo educativo, em geral, se desenvolva com equilíbrio”. (BRASIL, 1959).

⁶⁷ Através de uma administração em conjunto com a diretoria, professores e alunos, a Caixa Escolar serviria como uma espécie de fundo para ajudar os estudantes mais necessitados, distribuir bolsas de estudos e prêmios e realizar excursões, visitas e festividades escolares com fins educativos.

- a) ampliar o fundamento de cultura;
 - b) explorar aptidões e desenvolver capacidades;
 - c) orientar, com a colaboração da família, na escolha de oportunidades de trabalho ou de estudos ulteriores;
 - d) proporcionar conhecimentos e iniciação em atividades produtivas, revelando, objetivamente, o papel da ciência e da tecnologia no mundo contemporâneo.
- (BRASIL, 1959)

Era a partir deste ramo que se construía a articulação com os níveis de ensino. O ramo da aprendizagem industrial não articulava com nenhum outro nível referente ao segundo ciclo. No entanto, o concluinte, através de exames, poderia ingressar na série em que a escola julgasse competente do curso industrial básico. Não havia apenas disciplinas específicas de nível profissionalizante no Industrial Básico. Havia também uma gama de matérias relacionadas a uma formação mais geral. Algo que apenas se acentuou de acordo com os anos.

O já mencionado decreto nº 50.492, de 25 de abril de 1961 trouxe como inovação a categoria de ginásio industrial como substituição do industrial básico. Para além das modificações curriculares que deixavam a grade um pouco mais parecida com o ginásio secundário, o concluinte do ginásio industrial teria um certificado de conclusão equivalente ao de conclusão do primeiro ciclo do ensino secundário, não sendo mais necessário prestar exames para equiparar o seu nível com o propedêutico. O artigo 10 desse mesmo decreto dava a possibilidade de as instituições transformarem o ginásio em ginásio industrial. Percebe-se que, embora ainda houvesse especificidades na modalidade profissionalizante, como o trabalho nas oficinas, aos poucos foi se perdendo o seu caráter de formação profissional. Segundo Cunha (2000b, p. 161), todo esse processo se tratou de um projeto de “(...) extinguir o curso industrial básico, cuja ineficácia era evidente, e reconhecer a hegemonia do SENAI como agência de preparação de operário qualificados”. Sobre essa ineficácia, Cunha (2000b, p. 154-155) acusa para a falta de autonomia do industrial básico, que não conseguia atingir as demandas locais em detrimento das escolas do Senai, que possuíam uma maior maleabilidade.

No entanto, essas alterações no ensino não devem ser entendidas apenas como pressões dos administradores do Senai. Nos anos 50 houve uma grande presença dos membros do SENAI e também de educadores liberais⁶⁸ nas políticas de ensino. Enquanto os primeiros possuíam o interesse de firmar a sua hegemonia na formação de operários, os segundos possuíam um interesse

⁶⁸ Esses educadores liberais voltam ao cenário político com maior força influenciando as decisões na educação após um breve período de tempo em que estiveram eclipsados devido ao Estado Novo Vargasista. Como exemplo, Cunha (200, p. 155) apresenta a Associação Brasileira de Educação, que teve um papel fundamental na Constituição de 1934. No entanto, esta ficou marginalizada durante o período ditatorial da Era Vargas, apenas voltando a desempenhar uma função de influência na Constituição de 1946.

de fomentar disciplinas de educação geral na formação dos artífices. Estes também tiveram impacto na formulação desses conjuntos de leis, e pode se perceber que ambos os grupos foram contemplados. O ensino de 1º ciclo tornou-se cada vez mais uma formação geral que possuía práticas de oficina, mas que também se aliava a conteúdos ginasiais. Segundos esses, apenas um ensino de matérias profissionalizantes constituiria como um mecanismo de discriminação social.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 consolidou muitas das inovações conseguidas a partir dos decretos e leis dos anos 50 como, por exemplo, a equivalência dos ramos do ensino médio e as mudanças curriculares referentes ao primeiro ciclo⁶⁹. Montou-se um novo tipo de sistema de educação que concedia uma configuração distinta das Leis Orgânicas de ensino no que concerne as articulações entre os ramos de ensino. A partir do infográfico abaixo é possível ter uma noção melhor a respeito da articulação entre os níveis de ensino do sistema da educação montado em 1961⁷⁰.

Figura 10 - Articulação tendencial entre os níveis de ensino segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961) e legislação correlata

⁶⁹ No inciso 3 do artigo 35 da lei 4.024/1961 está escrito: “O currículo das duas primeiras séries do 1º ciclo será comum a todos os cursos de ensino médio no que se refere às matérias obrigatórias”. Este é mais um esforço para atenuar as diferenças existentes entre o primeiro ciclo.

⁷⁰ É importante assinalar que a porcentagem de crianças e jovens no sistema educacional brasileiro eram baixíssimos. No início dos anos 60, somente 7% dos alunos do curso primário chegavam à 4ª série, apenas 14% dos que procuravam o ensino secundário conseguiam se matricular nesse nível e 1% dos estudantes alcançavam o ensino superior. (ZIBAS, 2005, p. 5).

Fonte: Adaptado de Cunha (2000b).

O Liceu, contudo, não alterou as suas dinâmicas em função dessas mudanças ocorridas na legislação dos anos 50 e 60. A instituição ofertava apenas um diploma que certificava a habilidade em um determinado curso, mas que não concedia o nível ginásial ou o colegial e, assim, o estudante não poderia prosseguir nos estudos até chegar à faculdade. De 1952 a 1971, a escola funcionou como um núcleo de ensino profissional livre.

No início dos anos 50, isso foi visto como uma política saudável por eliminar a rigidez do que foi estabelecido pelas Leis Orgânicas de 1942. O Liceu poderia lecionar diversos outros cursos profissionalizantes que não estavam previstos por lei e modificar o currículo a fim de incorporar as demandas de uma sociedade que passava por grandes transformações socioeconômicas. Além disso, juntamente com o SENAI, estaria mais focado no ensino dos trabalhadores manuais ao invés dos técnicos ou ao que era considerado uma mão de obra mais “intelectualizada”.

Todas essas questões que envolviam as Leis Orgânicas de Ensino passaram a ser revistas ao longo dos anos 50, quando o Liceu já se encontrava desoficializado. Nos anos 60, as escolas de ensino profissional já apresentavam uma outra configuração. Havia uma maior liberdade do aluno

para escolher cursos de nível superior e possibilidades de realizar a sua trajetória escolar no ensino médio, podendo transferir de um ramo para outro (colegial secundário ou os ramos profissionalizantes- industrial, comercial, agrícola e normal). Esse sistema educativo era bem diferente do que foi apresentado nos anos 40 e no final dos anos 60, já sendo possível encontrar uma crítica pelo fato de o Liceu de Artes e Ofícios não possuir um currículo capaz de dar ao aluno a possibilidade de continuar seus estudos no ensino médio e superior.

3.5 As críticas à desoficialização

No já citado livro das solenidades (que guarda as assinaturas das pessoas que visitaram as mostras de arte), é possível encontrar um depoimento que ocupa quase uma página inteira. Nesse texto, há o elogio às obras, mas também uma crítica no que concerne ao ensino da instituição por não estar enquadrado pela Lei de Diretrizes e Bases, sendo impossibilitada de conceder o diploma ginásial ou colegial. Abaixo, está transcrito integralmente o depoimento:

Esta exposição provoca-nos dois sentimentos contraditórios: alegria e sofrimento.

Alegria, por vermos a alma nacional brasileira, através destes jovens formandos, revelando-se de forma tão auspiciosa, como uma amostra da capacidade de nosso povo. Por isso, os felicitamos e congratulamo-vos conosco mesmo por termos patrícios tão habilidosos. Que Deus continue a abençoar suas mãos.

Sufrimento, por havermos sabido que estes maravilhosos técnicos e artistas não têm direito de receber nem um certificado de nível ginásial, após quatro anos de estudos, sendo seu curso considerado apenas como de formação de mão-de-obra especializada e o seu diploma de nível primário.

Quando o Governo da Revolução está empenhadíssimo em fazer da educação uma meta prioritária para o desenvolvimento nacional e, dentro desse desiderato, vem cuidando particularmente do ensino técnico, é lamentável que isto ocorra no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, talvez por lapso ou omissão da sua própria diretoria. Com mais algumas matérias de humanidades, estes cursos poderiam ser enquadrados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em nível Colegial. E, sem dúvida alguma, teriam generosas verbas públicas para a sua manutenção e expansão.

Dessa forma, os seus formandos teriam possibilidades de prestarem exames vestibulares nas Escolas de Engenharia, como os alunos da Escola Técnica Nacional de São Paulo – do Ministério da Educação- e também os do Colégio Industrial “Getúlio Vargas”, no Ipiranga- do Governo do Estado de São Paulo- têm.

É de se cortar o coração ver os moços que projetaram e construíram aquele pantógrafo- que orgulharia qualquer indústria mecânica de qualquer país desenvolvido do mundo- ou aqueles outros que detalharam os seus projetos arquitetônicos, não poderem, sequer, matricular-se em quaisquer cursos de nível colegial.

Assim, enquanto deveriam ter a oportunidade de, em uma faculdade de engenharia, desenvolverem a sua capacidade e o seu talento em prol do Desenvolvimento Nacional, vêm-se condenados, de imediato, a duas amargas frustrações:

Primeira, de ordem material pois, sendo menores, vão receber baixos salários aonde fôrem trabalhar, mesmo porque “não têm nem Ginásio”...

E torna-se óbvio que não podem levar consigo o Pantógrafo, para mostrarem a sua competência.

A segunda, de ordem moral, por sentirem, nos seus futuros empregos, que estarão desempenhando tarefas muito baixas para o seu alto nível de conhecimentos, decorrente do elevado preparo técnico e prático que tiveram no Liceu de Artes e Ofícios.

E quando, juntamente com isso, perceberem que os seus chefes, contra-mestres ou mestres sabem menos do que eles?!...

Se tivessem direito a um diploma de nível Colegial, ou pelo menos Ginásial, tais fatos não ocorreriam.

Acreditamos, sinceramente, que esta situação vá ser corrigida, pois debitamos mais à modéstia da D.D. Diretoria do inigualável Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo do que a quaisquer outras razões.

Aquí deixo os meus respeitosos cumprimentos aos professores e mestres que tão eficientemente cumprem a sua missão.

Ao mesmo tempo censuro-os pela sua excessiva humildade.

À D.D. Diretoria, após as observações feitas, quero transmitir meus parabéns pelo trabalho efetuado.

Aos caríssimos formandos, desejo que sejam o mais felizes possível, incentivando-os a continuarem a, pela vida afora, continuarem a fazer tudo tão bem feito como o que nesta exposição mostraram.

Que Deus Todo Poderoso os abençoe,

São os ardentes votos do amigo e admirador.

Carlos Amadeu Lima Ferreira

São Paulo, 12.12.69

Há uma preocupação com a diplomação dos alunos, pois somente a partir dela se poderia conseguir maiores salários e melhores cargos. No entanto, desde 1952 o Liceu funcionou de maneira desoficializada. A instituição era vista como algo à parte do sistema educativo oficial e isso foi feito não pela “modéstia” como o autor do texto do livro das solenidades sugere, mas sim por uma estratégia política e pedagógica de se manter com um ensino mais “autônomo”, afastado das concepções de ensino das leis orgânicas. Tal estratégia, no entanto, com o passar dos tempos, começou a causar certos ruídos. Pode-se perceber que o mundo do início da década de 50 tornou-se diferente do mundo do final da década de 60. No campo da educação, novas possibilidades de trajetórias poderiam ser seguidas pelo estudante. Além do mais, começou a surgir uma preocupação maior com o vestibular para o ensino superior. A crítica de Carlos Amadeu ao Liceu, de a instituição não estar de acordo com as Leis Orgânicas, incluía o fato de o estudante não conseguir chegar até a faculdade. Esse é um elemento de extrema importância para se pensar as mudanças nos objetivos do ensino do Liceu. Atualmente, uma das propagandas da própria escola é que ela é responsável por ser uma das instituições educativas que mais aprovam alunos no vestibular. Conforme será visto adiante, essa preocupação apenas se acentuou com o passar dos anos.

Gordinho (2000, p. 99) acusou também uma desatualização do Liceu frente ao que estava ocorrendo na sociedade dos anos 60. Segundo a autora,

A crise dos anos sessenta também afetara as atividades de ensino do Liceu de Artes e Ofícios. Em 1965 havia apenas duzentos alunos matriculados. Os currículos já não eram adequados às exigências do mercado, o número de matrículas oferecidas decrescera, as instalações estavam desatualizadas e os alunos já não saíam plenamente preparados para o mundo do trabalho. Preocupado em manter o padrão de excelência da formação profissional e em permanecer coerente com a missão de proporcionar educação às classes desfavorecidas, o Liceu adotara uma grade curricular bastante rígida e, de certa forma, radical. Como pré-requisito para a admissão, exigia-se apenas o primário completo. Mantendo a linha dos cursos vocacionais, nos primeiros anos o aluno começava fabricando as próprias ferramentas. (GORDINHO, 2000, p. 99).

Exigia-se, assim, um currículo rígido com a dedicação exclusiva do aluno que, como já foi mencionado, possuía a intenção explícita de retirar o jovem de seu ambiente doméstico “resgatando-o” para o mundo do trabalho. No entanto, isso não era muito compatível com o período de recessão dos primeiros anos da ditadura militar, quando os jovens tinham que conciliar de forma mais orgânica o trabalho e os estudos. Foram necessárias mudanças que pudessem dar conta das novas dinâmicas que a sociedade impunha à educação (GORDINHO, p. 99-102).

Assim, nos anos 70 o Liceu passou por transformações no sentido a aceitar a oficialização a partir dos pressupostos da Lei 5.692 de 1971. Encerrou-se, assim, uma fase em que a instituição se encontrava desoficializada, alterando de maneira significativa a sua forma de atuação.

Essa nova fase não foi apenas demarcada por um retorno ao status de conceder diplomas de nível médio (o que representa por si só uma grande transformação), mas também do próprio espaço físico no qual se estabelecia o ensino. O setor industrial do Liceu mudou para o parque da Água Branca, consolidando o divórcio entre fábrica e escola que já tinha começado em 1943, quando se montou a Escola Técnica Ramos de Azevedo. Para além disso, houve também o próprio traslado do Liceu de Artes e Ofícios da Avenida Tiradentes até a Rua da Cantareira. Apesar de grande parte das atividades educativas terem sido rapidamente deslocadas, houve um atraso significativo da instituição com a mudança. Foi criada uma identidade forte com o prédio da atual Pinacoteca⁷¹ projetado pelo escritório Ramos de Azevedo. Nos anos 50, começaram reformas no terreno da Rua João Teodoro para suportar as novas estruturas da instituição:

Num terreno da Rua João Teodoro, iniciou em 1950 a construção de novos escritórios e de vastas oficinas para a produção em escala da marcenaria. O projeto era moderno: incluía um subsolo, que concentrava a maquinaria acessada por polias e dutos para aeração e remoção da serragem. A instituição começava a investir no desenho de móveis modernos que tivessem um mercado mais amplo. Remodelaram-se também as oficinas de metalurgia e as oficinas-escolas de mecânica (GORDINHO, 2000, p. 79).

3.6 O lento processo de saída do Liceu do prédio da Avenida Tiradentes

Conforme foi enunciado no capítulo anterior, o Liceu foi desapropriado em 1946. Todavia, o atraso na entrega dos terrenos da Cantareira impediu que a saída fosse realizada de modo mais imediato. A permanência do Liceu, no entanto, gerou incômodos que foram fartamente registrados

⁷¹ Uma identidade tão forte que emergia até os finais do século XX com pessoas que acreditavam que o Liceu permanecia no prédio da Avenida Tiradentes. Existe uma série de documentos da época que procuravam desfazer esse mito que circulava no senso comum das pessoas. É possível identificar que havia também uma certa confusão entre o que era o Liceu de Artes e Ofícios e a Escola de Belas Artes, sendo que esta que perdurou por muito mais tempo ocupando o mesmo espaço da Pinacoteca.

nas correspondências entre os responsáveis das instituições que ocupavam o estabelecimento. Como exemplo, há uma carta de 22 de julho de 1954 do diretor da Escola de Belas Artes, Carlos Gomes Cardim Filho, ao diretor da Pinacoteca: “No momento, é necessário uma ação conjunta das entidades interessadas na posse definitiva do prédio do governo, para poderem desenvolver as suas atividades, caso contrário, o Liceu sem que faça algum pagamento, irá se perpetuar no prédio, em prejuízo das instituições do Governo” (CARDIM FILHO, 1954). O diretor da Pinacoteca Tulio Mugnaini repassou as reclamações ao Liceu que, por sua vez, respondeu em uma carta de 28 de julho de 1954 que não podia fazer nada até que o governo cumprisse as cláusulas contratuais:

Damos em nosso poder, o ofício nº 78 e respondendo, cumpre-nos informar-vos não ser possível ao Liceu entregar à Pinacoteca do Estado as dependências do andar superior, isto por motivos independentes à nossa vontade, entre os quais avultam a falta de espaço com quem vem lutando o Liceu e também pela falta do cumprimento contratual por parte do governo. (DIRETOR ADMINISTRATIVO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO, 1954).

A partir das correspondências é possível perceber as tensões e conflitos entre as diretorias derivadas do uso de um mesmo prédio. Um exemplo de desacordo bem documentado foi a questão da necessidade de conserto das instalações elétricas. Em 4 de julho de 1950 (DIRETOR ADMINISTRATIVO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO, 1954), em 11 de agosto de 1952 (OLIVEIRA, 1952) e em 30 de outubro de 1953 (BRAGA, 1953), cartas do Liceu foram enviadas à coordenação da Pinacoteca, alertando para o risco de incêndio se nada fosse feito. Como o prédio já não pertencia à escola, a diretoria alegava que não era de sua responsabilidade o custeio pela reforma. A carta de 1952 demonstra este incômodo:

São Paulo, 11 de agosto de 1952
 Senhor diretor da Pinacoteca do Estado de São Paulo
 Em 3 e 4 de julho, este Liceu dirigiu a Pinacoteca duas cartas nas quais chamava atenção de V.S. para o estado precário da instalação elétrica da parte do prédio que estamos ocupando, pondo em perigo todo o edifício.
 Infelizmente o Liceu não pode refazer a instalação por sua própria conta, porque o prédio pertence ao Estado, e ocupa o mesmo em caráter provisório, pois como é do conhecimento de V.S. o prédio foi desapropriado em 1946 e na escritura de desapropriação ficou estabelecido que somente depois de três anos após a entrega do terreno da Cantareira, deveria o Liceu entregar a parte que ocupa atualmente neste prédio.
 Por razões que desconhecemos, ainda não nos foi entregue o terreno da Cantareira e o terreno ocupados pelo “DER” que nos foi dado em parte de pagamento, somente em 8 de dezembro de 1951 nos foi entregue, quando pela escritura, deveria ter sido em dezembro de 1947.
 Portanto, o Estado ocupou sem qualquer ônus, por 4 anos, o terreno que é propriedade do Liceu e nos permitindo a liberdade a V.S. que o Liceu não ocupa “graciosamente” o prédio, mas sim por força do que foi estabelecido e que consta de escritura pública.
 Deveríamos entregar o prédio há 3 anos, época em que as instalações elétricas ainda serviam e, se não o fizemos, foi única e exclusivamente por falta do Governo em cumprir as cláusulas contratuais.
 Como as obras de arte que estão sob a guarda de V.S. têm valor inestimável e insubstituível, chamamos a V.S. de que, um possível incêndio nesta parte do prédio, poria em perigo as citadas obras de arte.

Em vista das considerações acima, pedimos a V.S. que interceda junto a Secretaria de Viação e Obras Públicas, para que proceda com a maior urgência a reforma da instalação elétrica do prédio.

Agradecemos suas providências, subscrevemo-nos com elevada consideração e distinto apreço.

Fabio Azevedo Oliveira
Diretor Administrativo
(OLIVEIRA, 1952).

As reclamações entre as instituições que habitavam o prédio da Pinacoteca perpassam os anos 50 e chegam até os anos 60. Em setembro de 1963, é possível encontrar uma carta a qual o diretor da Pinacoteca pede ao governador que sejam tomadas as providências necessárias para a retirada do Liceu de Artes e Ofícios do espaço:

Senhor governador,

Com os seus respeitosos cumprimentos, pelo presente venho solicitar de Vossa Excelência, para que volva suas vistas em benefício da Pinacoteca do Estado, precioso acervo artístico, que conta mais de 50 anos de existência, representando uma das melhores coleções de obras de arte do país.

Há anos, Excelentíssimo Senhor Governador, isto é, após 1951, a nossa Pinacoteca vem sendo quase completamente esquecida pelos poderes públicos.

Com a devida vênia, tomo a liberdade de sugerir algumas providências mais importantes, que são do interesse desta Repartição.

1ª- Providências junto a quem de direito, a fim de liquidar o assunto pendente entre o Governo e o Liceu de Artes e Ofícios, objetivando a posse definitiva do Prédio do liceu, o qual ainda continua, em parte, ocupado pelo referido Liceu.

O prédio foi adquirido em 9-12-946. A escritura foi passada no 11º Tabelião. Toda a documentação referida ao assunto, deve estar na Secretaria de Estado dos Negócios do Governo. Na Pinacoteca do Estado nada existe a respeito, porquanto a transação foi feita por intermédio do extinto Conselho de Orientação Artística. A entidade que atualmente representa aquele antigo Conselho de Orientação Artística. A entidade que atualmente representa aquele antigo Conselho, é o Serviço de Fiscalização Artística.

2ª- Uma vez liquidado o assunto do Prédio, seriam necessárias substanciais reformas a começar pelo telhado e fôrro, que ameaçam a desfazer-se aos poucos em virtude das goteiras que aparecem, especialmente na época das chuvas. Com a posse definitiva do prédio, a Pinacoteca poderia ocupar todo o andar superior, ampliando assim as suas instalações, que ora conta com apenas 6 salas. Dêse modo, poderíamos pedir fôssem devolvidas a Pinacoteca, numerosas telas que se encontram espalhadas em várias repartições públicas (cerca de 130), cedidas que foram por empréstimo.

3ª- Seria de todo oportuno, que se procedesse, além do que disse acima, ao revestimento externo do prédio, dando-lhe uma aparência melhor, pois assim como está têm-se a impressão de um prédio abandonado, pouco condizente para uma Pinacoteca.

Sua excelentíssima Senhora, Da. Leonor Mendes de Barros, que, nesta data, nos deu o imenso prazer e a honra de visitar a Pinacoteca, bem poderá testemunhar o estado em que se encontra atualmente o Prédio da Pinacoteca.

Aguardando suas digníssimas providências, que, por certo, não deixará de tomar, sabedor que eu sou do seu interesse pela Arte, e pelo que já fez, em outras oportunidades, em benefício da Pinacoteca, apresento-lhe, Excelentíssimo Senhor Governador, meus cumprimentos de estima e distinta consideração

Tulio Mugnaini Oteló
Diretor

A sua Excelência o Senhor,
Doutor Adhemar de Barros
Digníssimo Governador do Estado.
(OTÉLO, 1963).

O relato demonstra o estado precário de conservação do espaço da Pinacoteca. Para além da questão elétrica, havia o problema das goteiras e do revestimento externo. Esses eram fatores que emergiam ao tratar desse espaço “coletivo” e que foram retomadas ano após ano. Esta carta foi também o estopim de uma série de outras correspondências trocadas a fim de determinar os motivos para não ter sido efetivado traslado do Liceu. Abaixo está a resposta da Estrada de Ferro Sorocabana para o Serviço Estadual de Planejamento:

- 1- Em atenção ao ofício G.C.G. 81/63, de 17 de outubro último, cumpreno-nos informar a Vossa Senhoria que esta Estrada já vem estudando a transferência da nossa Estação da Tamanduateí (Rua João Teodoro), para outro local, pois, com a construção da ponte da Avenida Cruzeiro do Sul sobre o rio Tietê, será suprimido o tráfego da linha da Cantareira entre a citada estação e o rio Tietê.
- 2- Feito isso, entregaremos ao Liceu de Artes e Ofícios o restante do terreno ocupado pela dita estação, visto já se achar na posse daquela instituição, desde há muitos anos, grande parte da área de 12.100,00 m² que pertencia a esta ferrovia e que foi cedida ao referido Liceu por permuta com o imóvel da Avenida Tiradentes, tudo de dito, conforme escritura de 9-12-46, do 11º Tabelião de São Paulo.
- 3- Esclarecemos que a transferência da Estação Tamanduateí não foi até esta data efetivada em virtude do interesse público, pois o nosso serviço de transporte de passageiros vem suprimindo o “déficit” dos meios de transportes coletivos à zona norte da Capital, e mesmo a opinião pública sempre se manifestou contrário a retirada da estação da cidade, salvo sua substituição por linhas de ônibus elétricos da CMTC, ou da Sorocabana. Também por determinação do Senhor Governador do Estado, consubstanciando no decreto nº 24.307, de 7-2-55, ficou em suspenso os estudos de nova estação em outro local em virtude dos vultuosos encargos financeiros para esse fim.
- 4- Atualmente, de acordo com os projetos da Prefeitura Municipal, referente à construção da ponte da Avenida Cruzeiro do Sul, a transferência das nossas instalações, da Rua João Teodoro é assunto consumado.
- 5- Assim, tão logo os nossos órgãos técnicos se pronunciarem a respeito da matéria, daremos, para os devidos fins, conhecimento do assunto a esse digno órgão do Governo do Estado.
- 6- Valemo-nos da oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os protestos de nossa estima e consideração. (ARAUJO, 1963).

A documentação de todo este processo é bem farta, o que possibilita realizar uma análise dos lugares e das negociações realizadas entre os diversos agentes dessa história. Além das correspondências, é possível captar alguns fragmentos sobre a utilização do espaço na imprensa. Como exemplo, há o jornal “Diário Popular”, que no dia 31 de março de 1968 noticiou uma retrospectiva da história do Liceu e sobre o seu atual funcionamento (O LICEU, 1968). Nele, afirmava-se que os novos escritórios e oficinas que passaram a funcionar entre 1953 e 1956 ficaram localizadas na Rua João Teodoro, enquanto no prédio da Luz restaram ainda os cursos teóricos e noturnos que eram ministrados nos porões. O Estatuto do Liceu de 1955 já afirmava que a sede estava localizada em edifício próprio na Rua João Teodoro, indicando que a instituição já estava presente no que viria ser o seu lugar definitivo, onde se estabelece até os dias atuais (LICEU, 1955, p. 3). No entanto, nos anos 50 e 60 ainda havia partes da instituição no prédio projetado pelo escritório Ramos de Azevedo.

Antes da sua retirada definitiva da Avenida Tiradentes, o Liceu foi registrado ainda como a sede provisória da Escola de Arte Dramática em 1961. Essa movimentação pode ser acompanhada pelas notícias de jornais. Em uma pequena nota de 11 de dezembro de 1960 do “O Estado de S. Paulo” é revelado que:

A escola de Arte dramática de São Paulo se transferirá provisoriamente, no ano vindouro, para o edifício do Liceu de Artes e Ofícios, na Avenida Tiradentes, 141. Os exames de admissão dos candidatos ao primeiro ano letivo já serão feitos nesse novo endereço, em fevereiro vindouro. Funcionará a EAD no Liceu até que se construa sua sede, na rua Barra Funda, em terreno cedido pelo Serviço Nacional de teatro. (SEDE..., 1960, p. 15).

Ao invés de a Escola de Arte Dramática (EAD) se mudar para a Barra Funda, ela foi transferida para a Cidade Universitária da USP. Essa transferência foi fruto de diversas negociações e já estava sendo gestada há algum tempo. O artigo 4 do decreto estadual 46.419, de 16/6/66 autorizava a Universidade de São Paulo a incorporar a EAD, algo que gerou uma série de debates dentro da própria instituição. Assim, a escritura que oficializava a união foi assinada no dia 16 de outubro de 1968. A documentação do Arquivo Geral da Universidade de São Paulo registra essa transição de um local para outro, o que incluiu toda a catalogação do material pertencente à escola e que se encontrava na Avenida Tiradentes. E segundo o jornal “O Estado de S. Paulo”, a saída definitiva foi dada em 1970:

Alfredo Mesquita pondera, que como a Escola funcionará durante todo este ano no prédio do Liceu, seria de desejar uma reforma, ao menos para que não haja mais goteiras e se resolva o problema da falta de água e da eletricidade precária. Até a biblioteca e o guarda-roupa correm sérios riscos de serem danificados, em virtude da falta de conservação do imóvel. Como a EAD, se transferirá, em 1970, para a Cidade Universitária, Alfredo Mesquita gostaria também que se tratasse, com antecedência, do transporte noturno, o momento muito deficiente. (EAD..., 1969, p. 9).

Percebe-se que a questão da infraestrutura com a parte elétrica debilitada e o problema das goteiras ainda era uma permanência na construção da Avenida Tiradentes. Também é curioso perceber que o prédio foi denominado como “Prédio do Liceu” nas duas reportagens do Estado de S. Paulo e não como o prédio da Pinacoteca, revelando um pouco dessa construção simbólica com o lugar. Apesar das intempéries, a ocupação do espaço não trouxe apenas inconveniências. Os lugares também são construídos a partir da memória e da sua subjetividade:

Isso fazia com que, por exemplo, o ator Rodrigo Santiago identificasse a E.A.D. com um “clima cheio de magia” completado pelo inspirador edifício na rua Tiradentes (último endereço da EAD antes da anexação) e do qual ele amava cada parede, cada escada, cada detalhe da construção. Ao lado, a tranquilidade do jardim da Luz que o acolheu em seus primeiros encontros com a leitura de seus personagens. (SILVA, 1988, p. 20).

Segundo o relato do arquiteto Bernardo Castello Branco, que trabalhou no Liceu entre 1956 e 1958, a instituição se constituiu como um marco em uma rica paisagem de diversos monumentos no Bairro da Luz:

Arquitetonicamente e também urbanisticamente, o bairro da Luz manteve-se quase intacto nas últimas décadas- pode-se dizer que desde o começo deste século, com os seus grandes volumes, que lhes dão as características marcantes, ainda preservados: a igreja de São Cristóvão, o convento da Luz, a estação, com sua estrutura de ferro, a Pinacoteca, e a praça com seu belo tanque de água, a gruta e o coreto. Muito trabalho de conservação a ser feito hoje. O Liceu de Artes e Ofícios destacava-se no bairro não só pela grande área de suas oficinas, mas principalmente pelo suntuoso prédio da atual Pinacoteca, concebido pelo famoso escritório de arquitetura de Ramos de Azevedo para abrigar os seus cursos e oficinas para aprendizado (BRANCO, 1998, p. 137).

O local onde o Liceu permaneceu por tanto tempo possuía uma vivência artística: quadros na parede, aulas noturnas de teatro, apresentações musicais, exposições de arte. Os estudantes que procuravam os cursos de mecânica se deparavam com esse ambiente, ainda que as suas atividades educativas nem sempre estivessem localizadas na Avenida Tiradentes. A saída da Avenida Tiradentes significou um desprendimento com o campo das artes, que posteriormente, em 1980, se procurou resgatar com a construção do Centro Cultural.

Sobre esse contato com o mundo das artes, a partir de um documento encontrado no acervo do Liceu denominado livro das solenidades é possível registrar a existência de exposições de arte realizadas de 1936 até 1971. O livro em questão guarda as assinaturas das pessoas que visitaram as mostras e alguns comentários que tecem elogios e críticas a respeito das obras realizadas pelos próprios alunos da escola. A partir disto, é possível concluir que o Liceu não perdeu todas as suas conexões com o mundo das exposições mesmo em uma etapa de sua história em que é reconhecidamente como sendo mais industrial. Essas características não podem ser entendidas como sendo completamente dissonantes. A marca do operário e o da exposição artística acabaram convergindo nesse processo. No livro comemorativo do 85º aniversário do Liceu é possível encontrar alguns dados acerca do que era exposto:

Quem hoje visitar o Salão Permanente de Exposição e Vendas no palácio da Avenida Tiradentes, nêle encontra modelos de arte decorativa de todos os estilos, proveniente de suas oficinas:

em madeiras nacionais- esculturas, filigramas de marchetaria, esmaltes e laqueados;
em ferro- reproduções perfeitas de estrangeiros, trabalhos artísticos de ferro forjado e repuxado;
em terra cota- as mais variadas aplicações de cerâmica decorativa com esmaltes especiais;
em latão e bronze- desde a fundição de estatuária monumental até as aplicações cinzeladas e douradas do mobiliário, de portas e janela, de aparelhos de iluminação, da variada quinquilharia doméstica, pantógrafos e outros aparelhos de precisão;
em obras de ornamentista- todo o trabalho de modificações em gesso e as aplicações das mais perfeitas tapeçarias, couros, marroquins e estofos;

em artes gráficas- os trabalhos mais correntes e artísticos, tendo sido o 1º estabelecimento que aplicou a encadernação às madeiras nacionais.

Essa Exposição Permanente do LICEU demonstra, assim, a habilidade dos operários que se formaram nesse ambiente de arte e técnica, capazes de realizar desde o objeto mais simples até a luxuosa peça de grande estilo, completando a série máxima da sua arte e ofício. A marca LAO do LICEU DE ARTES E OFÍCIOS representa o selo de garantia e de valor de seus produtos e o seu diploma constitui para o operário uma garantia na vida profissional. (LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO, 1958).

A mostra ocorreu em um salão localizado no prédio da atual Pinacoteca no qual eram exibidos produtos que o Liceu comercializava. Havia nessa proposta algo parecido a uma galeria de arte, mas também a uma vitrine na qual os consumidores passavam a conhecer as peças a serem compradas. No jornal “A Gazeta” ainda é possível encontrar uma outra caracterização sobre a mostra que a instituição patrocinava:

Na Galeria de Arte do Liceu, existem 380 exemplares de estatuas, grupos de estatuária, altos e baixos relevos, 83 de elementos arquitetônicos, 109 de motivos ornamentais, 65 de anatomia artística, 130 de elementos naturais e ornatos da fauna e flora, estilizações para modelos escolares, 7 maquetes de monumentos cívicos e 1060 modelos de ornamentação arquitetural, compreendendo as seções de Arte Antiga (Greca, Romana e Oriental), Idade Média, Arte Bizantina, Renascença, Arte Moderna e contemporânea. (83 ANOS..., 1956, p. 17).

Apesar dessa descrição, não é possível conhecer ao certo tudo o que era exposto, mas pistas podem ser encontradas na documentação do acervo da escola. No Livro das solenidades é possível depreender sobre a relação estabelecida entre a exposição e sua conexão com o mundo da indústria e da arte. Destacam-se alguns comentários referentes à exposição anual de 1968:

“Senhores diretores,
Estou desiludida com esta Exposição: deveria ser mais artística e menos técnica. Se não concordam comigo, por favor, mudem o nome da Instituição para Liceu de Técnicas e Ofícios
Atenciosamente,
Vicente de Amaral Garboggini – 11-8-68”

“Técnica e Arte, dois extremos que se movem através desta exposição”

“Faz lembrar que assim como ofício só tem valor com arte, a Arte só vale quando SERVE para algum serviço em legítimo benefício de todos”.

Esse último comentário, em específico, acaba recebendo uma resposta de um outro visitante que indica a sua desaprovação:

“Discordo. Isto é uma negação do belo estético puro da arte. Resumir a arte em utilitarismo é materialização do sentido do belo estético”.

É curioso perceber este pequeno debate sobre o significado de arte que a exposição acabou

mobilizando no livro de assinaturas. As questões da “técnica” e do utilitarismo foram mobilizados nos discursos das pessoas que visitaram a exposição. Em uma concepção mais tradicional, a arte estaria associada ao belo, à contemplação, ao objeto único. Todavia, as discussões do século XX contribuíram para dissociar tais aspectos. As dinâmicas do mundo industrial acabaram também sendo incorporadas no mundo artístico, como o clássico exemplo do mictório⁷² exposto em uma galeria como obra de arte ou movimentos como a pop-art ou arte conceitual, que destacavam objetos entendidos como cotidianos.

A partir de um comentário da exposição de 1969 do Liceu de Artes e Ofícios, é possível depreender que foi exposto um pantógrafo, um instrumento usado para copiar desenhos. Pode-se perceber uma certa transformação do significado da arte, que deixa de ter apenas a conotação artesanal e de apreciação do belo. Mesmo um equipamento com uma determinada utilidade prática também poderia ser exposto como obra de arte. Assim, em uma exposição, o sujeito podia se deparar com não só mais estátuas e quadros, mas também com máquinas e instrumentos. Segundo as reflexões de Jorge Coli (1995), a definição de arte está associada ao discurso proferido pelo sistema de arte que, por sua vez, é composto por diversas instâncias como a crítica, a história, o espaço de exposição, entre muitos outros que possuem o poder de conferir o status de arte mesmo a objetos ordinários, retirando-os de seu contexto original de utilização. Este espaço de exibição do Liceu pode ser considerado como uma dessas instâncias pertencentes ao sistema da arte.

A ideia de um acervo com tais materiais não era exclusividade do Liceu. O Programa do curso industrial de fundição disponibilizado pela Superintendência do Ensino Profissional em 1943 dispunha sobre a necessidade de realizar um museu de tecnologia em cada escola. Essas eram algumas proposições que surgiram após o advento da Lei Orgânica de Ensino Industrial, mas que possuíam um intuito mais pedagógico de demonstrar aos alunos as ferramentas e objetos de trabalho:

Com o auxílio dos alunos, os mestres deverão organizar um mostruário completo dos materiais, ferramentas e utensílios empregados no ofício, bem como reunir uma coleção de gravuras relativas às máquinas operatrizes especiais ou ferramentas e utensílios ou aparelhos que não possam ser examinados objetivamente. Dessa maneira será constituído o museu de tecnologia e a sala ambiente (SUPERINTENDÊNCIA, 1943, p. 3-4).

A partir desse programa, as escolas que ofertassem o curso industrial deveriam ter o seu pequeno mostruário. A exposição do Liceu, contudo, possuía um outro caráter: a de exibição de

⁷² Em 1917, Marcel Duchamp expôs uma obra intitulada “A fonte”. Ela era apenas um urinol invertido. Um simples objeto do cotidiano que se transformou em uma obra de arte. Questionava-se, assim, o status elevado, desafiando as definições tradicionais do que seria um objeto artístico.

obras realizadas por estudantes para o público externo. Havia uma cultura de convocar o público discente para mostras de arte. Na placa comemorativa abaixo, havia uma convocação de 1956 para os alunos da escola participarem da homenagem a Santos Dumont.

Figura 11 – Placa a qual convidava os alunos da escola “Ramos de Azevedo” a realizarem trabalhos para a exposição de Santos Dummond em 1956

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo

O gigantesco Livro das solenidades, no entanto, terminou suas anotações em 1971. Ainda havia muitas páginas em branco que poderiam ser completadas com novas exposições, mas estas já não eram mais realizadas. Isso coincide com a mudança de postura pedagógica da instituição, que passou a fornecer cursos técnicos baseados na lei nº 5692/71. Tal fato vai de encontro ao divórcio definitivo da indústria, que ganhou um espaço próprio desarticulando com o setor educativo e que, por fim, também coincide, em um tempo relativamente próximo, com a mudança completa do espaço do prédio da atual Pinacoteca para a Rua João Teodoro⁷³. Apenas em 1980 retomou-se a essa tradição de exposições com a formação do Centro Cultural, no entanto, com uma proposta diferente que não incluía a exibição de obras realizadas pelos estudantes, mas sim um resgate de um passado associado mais ao mundo artesanal com a apresentação de cópias de estátuas clássicas que, por

⁷³ Recordando que as exposições eram realizadas em um salão na Avenida Tiradentes.

muito tempo, ficaram armazenadas nos porões.

As mudanças de espaço impactam na produção do conhecimento escolar. Segundo Augustín Escolano e Antonio Viñao Frago (2001), a arquitetura pode ser compreendida como um programa que transmite saberes e valores a partir da sua própria materialidade. Entre as paredes de uma escola há um currículo oculto que também influencia no trabalho pedagógico. O fato de haver oficinas de produção próxima aos estudantes e espaços de exposição de obras foram características que definiram o Liceu de Artes e Ofícios nesses anos todos. No entanto, nos anos 70 uma nova fase começou apresentando outras propriedades. Para além das transformações que levaram a indústria a apartar da escola, levando consigo todas as oficinas, o Liceu saiu definitivamente do espaço da Pinacoteca. Ainda que muitas das suas atividades já tivessem sido deslocadas para a Rua João Teodoro, a saída do prédio da Avenida Tiradentes representou um certo desenraizamento, uma perda de identidade com aquele espaço que pode ser entendido através do exemplo do encerramento das exposições de produto dos alunos. As transformações espaciais merecem ser levadas em consideração para a melhor compreensão das alterações da cultura escolar de uma instituição.

4 A formação da escola técnica do Liceu de Artes e Ofícios

Estou no setor de Expedição desde que fui contratado pela LAO em 72. Comecei como ajudante e fui evoluindo até o meu cargo atual. A LAO cresceu ao longo desses anos. Até pouco tempo atrás, quando tínhamos a serralheria na Água Branca, trabalhamos muito para clientes como o Banco Central, o aeroporto do Galeão, a Petrobrás. Hoje em dia, a informática tornou tudo mais rápido
(Depoimento de Edson Peixoto. OS FUNCIONÁRIOS..., 1993, p. 5).

Era tudo muito rígido. Era tudo muito certinho e muito bom. Eu acho que era uma boa escola. Você podia falar de boca cheia que você tinha estudado no Liceu de Artes e Ofícios. Era um cartão. Eu acho que muitas portas se abriram para muitos profissionais por conta disso. Da fama que o Liceu tinha. Era a escola técnica federal menos e o Liceu mais. Eram as duas escolas que eram muito top.
(FASTELLINI, 2018).

José Carlos Sérgio formou-se em 1975, na 1ª turma de Desenho de Construção Civil do Liceu. Até o primeiro ano do curso, trabalhou como auxiliar de cobrança. Já no segundo ano, iniciou estágio no escritório de arquitetura de Fernando Karazawa, onde foi efetivado como desenhista. Hoje, com 23 anos, José Carlos é um dos projetistas da equipe que executa projetos de residências e edifícios, utilizando os conhecimentos adquiridos no Liceu.
(Texto obtido no manual da instituição denominado “Bolsas de Estudo LICEU para alunos com segundo grau completo”)

Os anos 70 representaram uma nova etapa para o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, alterando profundamente as suas dinâmicas em relação à educação. Primeiramente, houve a transformação de um Núcleo de Ensino Profissional Livre para uma Escola Técnica, ofertando a instrução equivalente ao grau de colegial. Ou seja, se antes o ensino do Liceu era dado de modo desoficializado, em 1972 a instituição passou a se adequar à lei nº 5692, que fixava bases e diretrizes para o ensino de 1º e 2º grau. A lei, que por sua vez concebia um outro modelo de sistema educacional com o primário de 8 anos, eliminava as modalidades de ginásio profissionalizante, tornava compulsória a habilitação profissional em nível médio e muitas outras mudanças que redefiniram o modelo constituído das décadas anteriores.

Além disso, o setor industrial do Liceu de Artes e Ofícios começou a se transferir da Rua da Cantareira para a região da Água Branca, local onde começaram a serem concentradas as atividades produtivas da instituição, separadas das escolares⁷⁴. Logo, o aprendizado dos alunos já não era mais feito junto com os operários e as máquinas como era realizado nos anos 60. Então, surgiu uma nova conformação que se assemelha com o que é dado nos dias atuais: um ensino com cursos técnico-profissionalizantes e, de outro lado, uma fábrica que financia as atividades da escola, mas que não possui interferências na prática pedagógica.

Para analisar essas transformações, é necessário compreender os projetos de educação

⁷⁴ Em 1985, para além do Parque Industrial da Água Branca, o Liceu de Artes e Ofícios comprou terrenos em Santa Fé, Osasco, para operar as oficinas de serralheria e fundição sob pressão de ligas de alumínio. Alguns anos depois, passaram a funcionar, em Osasco também, a fundição de bronze e latão (CASAGRANDE, 1997, p. 91), até que em 2003 a fábrica da Água Branca foi vendida. Por volta dos anos 90 e 2000, houve uma crise financeira que fez com que o Liceu tenha que se especializar nos produtos que possuíam maior competitividade, como os hidrômetros e os medidores de gás. Deixava-se aos poucos a diversidade de produção, até que em 2000 foram encerradas a serralheria e a fundição de alumínio.

profissionalizante que estavam sendo discutidos na época e as alterações no mundo do trabalho decorrente dos novos agentes econômicos e políticos. Este foi o período da consolidação da ditadura militar brasileira em que as liberdades democráticas foram suprimidas e uma visão tecnicista de educação foi implantada.

4.1 A política educacional brasileira para o ensino técnico profissionalizante

O golpe de 1964 instaurou uma ditadura militar encerrando um período de democracia a qual o Brasil vivenciara. Sob o contexto da Guerra Fria e com o pretexto de enfrentar um suposto perigo comunista no Brasil, os militares assumiram o poder com amplo apoio de setores da classe média, da elite econômica e do governo norte-americano. Este último, por sua vez, almejava garantir a sua hegemonia no continente americano, principalmente após alguns eventos que afetaram parte do seu controle na América Latina, como a Revolução Cubana. Assim, houve uma considerável influência dos Estados Unidos nas políticas educacionais do governo brasileiro, que se tornaram cada vez mais fortes com o advento do regime militar. A maior expressão disso foram os acordos Mec-Usaid, acordos com agências norte-americanas e o Ministério da Educação e Cultura que procuravam agir sobre todo o espectro do ensino e implantar uma concepção voltada para a produtividade e despolitização a partir de critérios que, segundo a lógica do sistema, deveriam ser entendidos como algo "neutro" e isento de ideologia.

Tais acordos, todavia, não foram as únicas políticas que afetaram o campo educativo. As decisões na economia também tiveram o seu impacto. Segundo Luis Antônio Cunha (2014), ao afetar o poder de acumulação de capital de setores médios, ficou cada vez mais difícil a ascensão econômica para os que possuíam pequenos negócios. Assim, tal ascensão ficou cada vez mais dependente de cargos que necessitavam de um diploma de ensino superior. Isso fez com que houvesse uma pressão cada vez maior para que o governo abrisse novas vagas nas faculdades:

(...) a política econômica implementada a partir de 1964 estreitou as possibilidades empresariais de ascensão para os indivíduos das camadas médias. Tornou-se cada vez mais dificultoso não só a abertura de novos negócios como também a acumulação de capital em pequenos estabelecimentos no comércio, indústria e na prestação de serviços. Assim, a ascensão ficava dependente da escalada nas burocracias públicas e privadas, para o que um diploma de nível superior tornava-se um requisito cada vez mais necessário, embora não suficiente (CUNHA, 2014, p. 918).

A partir de tal análise, é possível compreender melhor a pressão para que o Liceu se enquadrasse no sistema oficial de ensino. Na mensagem deixada por Carlos Amadeu Lima Ferreira

no livro das solenidades criticando o fato de a instituição não ofertar o ensino ginasial ou colegial, está impresso o desejo para que esta pudesse fornecer o acesso ao ensino superior. Apesar de a escola do Liceu ter funcionado sem a necessidade de tais diplomas nos anos 50, no final dos anos 60 começaram a surgir reivindicações para que o aluno tivesse a possibilidade de ingressar em outros níveis.

A questão do acesso ao ensino superior apenas se acentuou com o passar dos anos. Os estudantes do Liceu, a partir do novo regulamento dos anos 70, já almejavam uma posição na faculdade e muitos, dos quais eu pude conversar depoimentos para esta pesquisa, optaram por continuar os seus estudos. Apesar disso, a partir dos próprios relatos de ex-alunos e de propagandas da instituição, o curso do Liceu era voltado muito mais para a profissionalização a uma função propedêutica. Os objetivos da escola foram, aos poucos, se transformando. Se nos anos 70 já era possível ingressar no ensino superior, ainda que esta não fosse uma de suas principais metas, nos dias atuais a propaganda oficial ressalta que a instituição é uma das que mais permitem que os estudantes ingressem nos exames vestibulares sem a necessidade de cursinhos. Nos anos 70 esta ainda não era a principal tônica do Liceu, mas a demanda para o ensino superior começou a surgir durante a época da ditadura militar.

Apesar de a ditadura militar ter ampliado as vagas no ensino superior, esse crescimento não foi suficiente para atender as demandas. A política econômica do novo governo não permitia acumulação de capital nas classes médias e muitos se viram impelidos para as faculdades para conseguir uma ascensão maior. Isso pode ser percebido pelo fato de que uma das reivindicações mais pujantes do movimento estudantil na época era para que se abrissem mais vagas. A partir do final dos anos 60, também começava a haver uma ampliação do sistema privado de ensino superior a partir do consentimento do Estado, que concebia verbas públicas para donos de escolas privadas, formando verdadeiras empresas de ensino. Essa expansão incorporou partes de um público que visava a faculdade, no entanto, excluía a maioria que não possuía dinheiro suficiente para pagar as mensalidades.

Em 1971, foi decretada a lei nº 5692 que constituiu como um marco na legislação educacional (BRASIL, 1971). Ela estabelecia as diretrizes e bases do ensino do 1º e 2º grau e concebeu o ensino primário de 8 anos obrigatórios a todos os cidadãos. Eliminava-se, assim, o teste de admissão que dava acesso ao ginásio, elemento esse que selecionava estudantes e excluía uma grande parte da população do sistema educacional. Para além disso, houve a eliminação da modalidade de ginásio profissionalizante. Conforme foi dito no terceiro capítulo, houve um esforço

para que o 1º ciclo do industrial perdesse as suas especificidades, tornando-se cada vez mais parecido com o ginásio secundário. Esse processo culminou, em 1971, em apenas uma modalidade a ser seguida nos anos que corresponderiam ao antigo ginásio, que se converteu em primário.

Para o ensino médio, a política educacional tornou compulsória uma habilitação profissional. Essa medida visava garantir que os estudantes tivessem a capacidade de exercer uma profissão sem que fosse necessário um diploma de bacharel. No entanto, esse aspecto da legislação não foi muito bem-sucedida. A maior parte das escolas não possuía a infraestrutura necessária para manter esses cursos profissionais. Assim, o sistema não conseguiu produzir a profissionalização almejada e nem o ensino propedêutico.

Em um primeiro instante, pode parecer que a questão da dualidade do ensino, com uma educação para os trabalhadores manuais e a outra para uma elite condutora, foi resolvida com a compulsoriedade que deveria atender a todas as classes sociais. No entanto, Jailson Alves dos Santos (2015, p. 220) chama a atenção para o fato de que apesar de os determinantes da dualidade não se encontrarem na escola, elas estavam na própria estrutura de classes da sociedade. Na época, havia altos índices de evasão e repetência que impediam o acesso de grande parte da população ao segundo grau. A história do ensino médio no Brasil no século XX é uma história de uma minoria de jovens que conseguiu concluir o primário e decidiu permanecer no sistema educacional. Segundo o Censo de 2002, apenas 40,1% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam matriculados no ensino médio. Enquanto isso, para efeitos de comparação, o censo de 1999 do Chile acusava uma presença de 80% dos jovens entre 14 e 17 anos inscritos no ensino médio (ZIBAS, 2005, p. 3).

Os antigos ginásios industriais converteram-se nas Escolas Técnicas Federais e em algumas foram até mesmo implementados cursos superiores, transformando-se em Centros Federais de Educação Tecnológica. Estas, ao contrário das outras que foram obrigadas a fornecer uma habilitação profissional, obtiveram uma grande reputação no mercado de trabalho.

É importante afirmar que continuaram os debates a respeito dos objetivos do ensino médio e de como deveria se dar a articulação com o ramo profissionalizante. O decreto nº 2208/1997 apartava o ensino médio propedêutico da educação profissional, fazendo com que cada um tivesse uma organização curricular própria e independente (BRASIL, 1997). O ensino profissional de nível técnico poderia ser apenas dado de forma concomitante ou sequencial ao nível médio. Isso partia de uma concepção de que as disciplinas, para a formação dos trabalhadores de nível técnico, não precisavam estar tão conectadas com as outras áreas de ensino (CORDÃO, 2005, p. 93-105). Em 2004, no entanto, tal postura mudou, ao menos no campo legislativo, com o decreto nº 5154

(BRASIL, 2004). Este possibilitou que, para além da articulação realizada de forma concomitante e sequencial, o ensino pudesse ser integrado ao médio. Por outro lado, apesar dessa integração, o vestibular foi cada vez mais assumindo a preocupação principal da direção das escolas e dos estudantes, não havendo necessariamente um diálogo entre as áreas de formação profissional e a formação geral. O Liceu de Artes e Ofícios acompanhou toda essa trajetória, modificando seus currículos a fim de atender aos princípios legais. No entanto, também possuía uma vida própria, o que faz com que para entender suas transformações seja necessário realizar uma análise para além da documentação oficial

4.2 A Escola Técnica do Liceu de Artes e Ofícios

Informalmente, as pessoas chamavam a instituição educativa de “Liceu de Artes e Ofícios”. Todavia, o seu nome original era Colégio Industrial Francisco Paula Ramos de Azevedo. Tal fato causava tantos transtornos administrativos, que, em 1973, o nome foi mudado para Colégio Industrial Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (CAMUSSO; SILVEIRA, 1993, p. 7). No entanto, esta não foi a única grande alteração da instituição nos anos 70.

A partir da orientação da lei 5692/71, o Liceu sofreu transformações na forma como encarava o seu ensino. Esse foi o momento em que a instituição optou por oficializar seu ensino, adequando-se ao segundo grau. Teve início uma fase bastante distinta da educação da escola e os jornais não poderiam deixar de registrar sobre isso:

O Liceu, que sempre formou profissionais ferramenteiros, mecânicos, ajustadores, torneiros, fresadores e outros técnicos no Núcleo de Ensino Profissional Livre, está entrando num campo novo este ano, iniciando a preparação de especialistas, mestres, contramestres e encarregados, que se formarão no Colégio Industrial, de segundo ciclo, diplomando-se em máquinas e motores, edificações ou em decoração. A razão dessa mudança é que, na formação de técnicos-oficiais, além do Liceu, trabalha também o Senai, com apoio oficial e grande potencialidade econômica, estando preenchida a lacuna do setor. Num nível de formação mais alto, entretanto, há muita falta de profissionais e é comum a indústria utilizar engenheiros, com salários de engenheiros, em funções que deveriam ser executadas por especialistas formados em segundo grau, capazes de assumir certas responsabilidades importantes e servindo de ligação entre empresa e o operário. (CURSOS..., 1972, p. 26).

Percebe-se que o SENAI se firmou como a instituição capaz de fornecer formação para os trabalhadores, superando a concorrência do Liceu em um determinado nível de ensino. Além do mais, os artesãos e os trabalhadores fabris, funcionários do Liceu, começaram a deixar o espaço do educativo. O setor industrial apartou-se da Rua da Cantareira e se expandiu para a região da Água Branca. Ou seja, dissociou-se ainda mais a relação entre o setor produtivo e o educativo. Esta

divisão já podia ser identificada desde 1942 com as Leis Orgânicas de ensino e a formação da escola técnica. No entanto, como já foi visto no capítulo anterior, os estudantes ainda possuíam acesso aos produtos de fabricação e, muitas vezes, se encontravam junto aos operários realizando algumas funções nas oficinas. Nos anos 70 apartaram-se os espaços, sendo criado um totalmente exclusivo para o ensino e outro somente para as atividades fabris. No início do século XX, defendia-se uma concepção de oficina-escola na qual os próprios estudantes faziam os seus produtos e os vendiam para o mercado. Esta é uma ideia que foi, aos poucos, sendo esgotada e que em 1972 teve o seu golpe final.

A fábrica ainda possuía o papel de financiar as atividades educativas. Sendo uma instituição filantrópica, o ensino era gratuito e toda a infraestrutura do colégio era pago pelo Conselho da Indústria. Prática essa que permitia à instituição a isenção de algumas taxações, como o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias). No entanto, no que se refere ao projeto pedagógico, não havia nenhuma influência por parte da indústria⁷⁵. Esta é uma conformação que existe até os dias atuais, com a diferença de que há a possibilidade de o aluno fazer um ensino médio sem ser profissionalizante mediante o pagamento de mensalidades. O ensino técnico atualmente é gratuito, sendo necessário que o estudante passe nos exames vestibulares.

Todos esses anos 70 representaram um período de total remodelação do projeto pedagógico da escola, sendo que toda a sua estrutura teve de se adequar para estar em concordância com a legislação educacional:

A Entidade Mantenedora se comprometia: 1- Não manter classes com mais de 50 alunos, observando o critério de um aluno por metro quadrado, no mínimo. 2- Respeitar intervalo de pelo menos cinco minutos entre uma aula e outra. 3- Organizar os horários com aulas de pelo menos 50 minutos no período diurno e 40 minutos no período noturno. 4- Respeitar um intervalo no mínimo de 30 minutos entre um turno e outro para fins de higienização das salas de aulas e das instalações sanitárias, bem como de quinze minutos, para igual finalidade, se durante o mesmo turno o estabelecimento mantiver duas ou mais turmas de alunos, com horários sucessivos e utilização das mesmas salas de aulas. Também seriam incentivados os Centros Cívicos, as Associações, os Círculos de Estudos e Pesquisas e tudo mais que pudesse contribuir para a integração do educando à vida nacional. (CASAGRANDE, 1997, p. 79-80)

Em 1973, foi solicitada a transferência da sede do Núcleo de Ensino Profissional Livre, da escola “Ramos de Azevedo”, nº 2, para a Rua da Cantareira, nº 1351, momento que vai se

⁷⁵ Isto pode ser confirmado a partir da entrevista com ex-professora de história Ilze Mari dell'Erba realizada para esta dissertação (DELL'ERBA, 2018) e a partir de uma entrevista de 1992 com o diretor da escola realizada pelos alunos do próprio Liceu como material para a publicação de uma revista estudantil que circulava na instituição, o “Sci-Licet” (neste caso, foi o primeiro volume e a entrevista pode ser encontrada na página 8). Ambos afirmam que a indústria não possuía nenhuma relação com o ensino, apenas se dedicando a confecção de seus produtos para o mercado.

concluindo a transição do núcleo para um colégio técnico. Nesta mudança, foram trazidas réplicas em gesso de clássicos da arte mundial como “A Pietá”, “Davi”, “Laoconte e os seus dois filhos”, entre outros. Essas estátuas iriam compor o Centro Cultural fundado em 1980 que será discutido melhor posteriormente (CASAGRANDE, 1997, p. 82).

Em 1974, foi aprovado um outro plano de organização didática em que se garantia as habilitações de Mecânica (substituindo o curso de Máquina e Motores), Edificações e Decoração e uma habilitação de Desenho de Arquitetura. No entanto, apenas em 1976, que foram encerradas as últimas classes do curso de Máquina e Motores. No mesmo ano foram homologados os atos escolares do Curso técnico em Construção Civil.

Em 1975, a instituição solicitou alteração do seu nome novamente. De “Colégio Industrial Liceu de Artes e Ofícios” para “Escola de 2º Grau- Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo”. Buscava-se, assim, apartar um pouco mais o ensino das dinâmicas fabris, algo que sempre caracterizou a educação da escola. Todavia, a Delegacia de Ensino apenas aprovou a mudança de nome em 1991 com a Portaria de Ensino 02/08/91 (CASAGRANDE, 1997, p. 82-93).

O Curso Técnico em Decoração foi encerrado em 1981 e, no ano seguinte, surgiram os cursos técnicos em Eletrônica e Eletrotécnica. Em 1982, houve uma pequena experiência de transformação dos cursos em uma dinâmica semestral ao invés da tradição de padrão anual, atendendo assim a um maior número de alunos. No entanto, em julho de 1983 retornou à forma anual. A última turma semestral encerrou-se em julho de 1987 (CASAGRANDE, 1997, p. 91).

Como já foi mencionado anteriormente, em 1997 o sistema educativo foi pensado de modo a apartar o ensino secundário do ensino técnico. Isso não passou despercebido pelo Liceu e a direção, ao tentar remodelar a educação da escola, passou a sofrer oposição por parte dos alunos e professores, que realizaram protestos em 2000⁷⁶. Estas medidas eram justificadas a partir da retórica da necessidade de renovação para acompanhar a realidade do país. No entanto, os manifestantes se queixavam de que não houvera uma discussão mais ampla com o restante da comunidade e que, na verdade, tais ações serviriam muito mais para diminuir os gastos com a escola, focando-se, assim, recursos para a produção industrial do Liceu. A escola apenas manteria os cursos técnicos, deixando de lecionar o ensino médio regular. A grade dos cursos profissionalizantes também seria toda remodelada, apenas mantendo o curso de desenho de construção civil. Seriam abertas novas áreas, como a de telecomunicações, informática, web design e produção cultural para substituir as antigas.

⁷⁶ Toda essa movimentação de alunos e professores foi registrada nas reportagens do jornal O Estado de S.Paulo: “Alunos farão protestos no Liceu de Artes e Ofícios” (16 de setembro de 2000), “Liceu de Artes enfrenta a pior crise em 127 anos” (22 de setembro de 2000) e “Liceu de Artes e Ofícios discute o seu futuro” (28 de outubro de 2000).

Essas alterações já estavam implicando na desativação temporária do Centro Cultural e na suspensão do exame para o vestibular até a definição da nova grade. Apesar de tudo isso, sabe-se que essas reformas não conseguiram ser totalmente concluídas e, em 2004, o decreto 5154 já possibilitava novamente o ensino médio e o técnico de forma integradas (BRASIL, 2004). O aluno, portanto, poderia concluir o ensino médio garantindo um diploma profissionalizante.

No final do século XX e primeiros anos do século XXI, a grade curricular estava baseada nos cursos de Edificações, Eletrônica, Mecânica e Desenho de Construção Civil. Em 2007, surgiram novos cursos que estavam voltados para o terceiro setor: Gestão de Negócios Culturais, Produção de Eventos Culturais e Produção de Multimídia. No entanto, apenas o de Multimídia conseguiu ter uma duração maior. Os outros dois foram encerrados em 2009. Assim, neste ano foram abertas apenas turmas de Edificações, Eletrônica e Multimídia.

Posteriormente, o curso de eletrônica foi substituído pelo de automação industrial e, atualmente, não há mais oferta para o curso de Edificações. Para além dos cursos técnicos, o Liceu também oferece vagas para o Ensino Médio. No entanto para esta categoria, são ofertadas apenas algumas bolsas e a maioria dos estudantes pagam mensalidades, diferentemente do que ocorre com o nível profissionalizante, que é gratuito.

4.3 Fontes orais e o cotidiano da escola

Para analisar as dinâmicas escolares do Liceu de Artes e Ofícios durante os anos 70 foram realizadas algumas entrevistas com ex-alunos e uma ex-professora de história que trabalhou na instituição. Ao todo, foram 4 depoimentos. Esses foram transcritos integralmente e, em seguida, enviados para os depoentes para que eles pudessem realizar as alterações que considerassem mais apropriadas: trechos que gostariam que não fossem mostrados no trabalho ou discordâncias quanto à forma de transcrição.

A realização de uma entrevista deve ser tratada como uma cocriação que envolve tanto o depoente quanto o entrevistador (PORTELLI, 2016, p. 10). Este último seleciona perguntas, cria um roteiro sobre o que almeja entender e transcreve para o papel a fala. Não se trata simplesmente de dar a voz às pessoas, mas sim de construir uma fonte em conjunto. Por isso ambas as partes devem estar de acordo com o que está sendo produzido. A relação não deve terminar apenas quando o gravador pára, mas há um compromisso ético de mostrar ao depoente o trabalho feito e dar a ele a possibilidade de modificá-lo. Isso porque a transcrição é também um ato de interpretação da

oralidade. O ato de traduzir os elementos auditivos em visuais carrega consigo uma subjetividade que lhe é intrínseca. Não existem regras fixas para transcrever o que é dito, ficando sob responsabilidade do pesquisador se deve haver pontuações para identificar hesitações ou ressaltar conteúdos emocionais, se ele deve retirar ou não os vícios de linguagem, registrar elevação de voz ou não e muitas outras variáveis (PORTELLI, 1981). Muitos dos elementos que compõe a oralidade acabam sendo descartados no processo de transcrição, sendo impossível haver uma tradução “perfeita”. Ressalta-se, assim, a necessidade de o depoente estar de acordo com aquilo que foi escrito.

A forma como é feita a coleta do depoimento interfere significativamente no que é dito. O espaço no qual há o encontro, o modo como o entrevistador se porta durante o evento, como foram os contatos prévios até chegar ao momento da gravação; tudo isso são fatores que devem ser levados em consideração na análise a ser realizada. Alessandro Portelli (2016, p. 12-15) dedica parte de seu livro sobre história oral para justamente tratar sobre essa relação de diálogo que existe durante o processo da entrevista. São dados diversos exemplos, como no caso de uma pesquisadora que entrevistava mulheres que tinham passado por uma cirurgia de câncer de mama. Ao contar que ela também passou pelos procedimentos cirúrgicos, a própria relação com a depoente mudava, passando a tratar como alguém mais próximo. O inverso também pode ocorrer, como no caso em que Portelli (2016, p. 14) descreve a sua experiência ao entrevistar uma mulher negra operária americana que afirmou categoricamente não confiar nele: um homem branco, europeu, de classe média. Assim, é também importante situar a história de cada um dos participantes e como foi realizado o processo de encontrar a pessoa e gravar sua fala.

A partir das entrevistas/memórias, foi possível compreender melhor o cotidiano da instituição, obtendo algumas informações que seriam impossíveis de conseguir se fossem por meio de outro tipo de fonte. Cada pessoa apresentou detalhes muito importantes para si e descreveu aspectos que não só estavam presentes no âmbito mais formal da instituição, como também atividades de lazer no recreio, a relação com os professores, as amigadas, expectativas quanto ao ensino. Este é um meio de se conhecer a escola muitas vezes ausente nos documentos da administração. A instituição é formada por seres humanos que possuem a sua capacidade de influenciar decisões, responder a certas demandas e criar novas. Eles são agentes de sua própria história e, conforme será explorado mais adiante, ressignificam e refletem sobre os espaços escolares.

Há toda uma cultura da instituição que é formada em cada estabelecimento de ensino.

Professores, alunos e diretores possuem as suas próprias expectativas quanto ao projeto de educação e influenciam o ambiente. Para analisar o cotidiano das escolas afastando-a de uma perspectiva que apenas a enxergava como fruto do aparelho ideológico do Estado, Dominique Julia (2001, p. 10) utiliza-se do conceito de “Cultura escolar” e a caracteriza como:

(...) um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas às finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Esse conceito pode extrapolar o âmbito das práticas formais de escolarização e considerar outros espaços que também estão imbuídos de normas de transmissão de conhecimentos e condutas como, por exemplo, o pátio do recreio. A forma como era dada a socialização dos adolescentes pode contribuir para se estudar diversas práticas mantidas pela escola. Alguns depoentes relataram que eram realizadas algumas brincadeiras como se aventurar no subsolo do Liceu, onde estavam as estátuas do futuro Centro Cultural. Esses espaços eram proibidos, mas isso não impedia que alguns viessem a conhecer o conjunto de obras, que naquele tempo, estavam guardadas e desconhecidas do público.

A memória pode servir como acesso a essa cultura. Os antigos alunos e professores passam a recordar de suas vivências e trazem à tona informações sobre esse passado. Algo que é necessário levar em consideração ao analisar tal tipo de fonte é que a todo momento ela está sendo reconstruída, pois essa emerge no presente, no dado momento em que se procura resgatá-la. As relações mantidas no presente interferem na forma como são encaradas as lembranças. O fato da maior parte dos depoentes estarem integrados em grupos de amizade, que permanecem até os dias atuais, contribuiu para criação de uma imagem muito favorável da instituição, afinal, foi a partir dela que criaram ligações afetivas para toda uma vida. Um ex-aluno que não tivesse essa relação tão forte possivelmente poderia ter algum olhar diferente para a escola. Não se trata de ser uma mentira ou uma verdade: a representação construída por cada um não pode ser analisada sob tais critérios. Afinal, trata-se dos sentimentos e percepções sobre a época, sendo que todas as representações são válidas para a pesquisa. Lembrar não é reviver o acontecimento pretérito, mas reconstruir.

A subjetividade não deve ser compreendida como algo prejudicial à pesquisa, afinal, ela existe em todo tipo de documentação. Como qualquer fonte histórica, ela deve ser analisada e compreendida em toda a sua complexidade, o que implica apontar os seus alcances e limitações. A memória por si só não é suficiente para resolver todos os problemas relacionados à pesquisa. Para a obtenção de certos dados é preciso que haja o confronto com outras documentações. O cruzamento

com demais fontes é necessário e enriquece o trabalho. Não é apenas através da fonte oral que se pode conseguir informações acerca da cultura de uma escola. Relatos escritos em revistas e jornais, comerciais, documentos administrativos podem também dar uma boa dimensão acerca do cotidiano. Em um primeiro momento, serão focalizadas as entrevistas obtidas para esta pesquisa por constituírem parte fundamental do presente capítulo. No entanto, em um segundo momento serão mescladas às diversas fontes para que se possa ter uma visão mais completa das relações educacionais no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

4.3.1 As personagens da história

É importante situar quem foram as pessoas entrevistadas, as suas histórias de vida e como entrei em contato com elas para a realização da pesquisa. Foram três ex-alunos (Paulo César da Silveira, Cristina Fastellini e Elias Martins de Souza) e uma ex-professora (Ilze Mari Dell'Erba da Silva). Eles são apresentados de acordo com a ordem em que foram entrevistados.

Paulo César da Silveira

Período que frequentou o Liceu: 1975-1978 (como aluno); 1987-2003 (como professor)

Curso que realizou no Liceu: Desenho de Construção Civil

Data da entrevista: 5 de abril de 2018

O contato do Paulo César da Silveira foi obtido a partir de uma mensagem que eu enviei para a AEXALAO (Associação dos Ex-Alunos do Liceu de Artes e Ofícios). Esta é uma organização de amigos que se dedica a encontros anuais. Essa tradição foi herdada de um grupo anterior liderado por estudantes do curso de mecânica dos anos 40. Devido ao avançar da idade, eles pediram que uma geração mais jovem passasse a organizar os eventos e foi fundada a AEXALAO. Apesar disso, eles ainda possuem contatos com a geração mais antiga. Nesses almoços de final de ano, era possível encontrar ex-estudantes das décadas de 40, 50 e 60. Todavia, em 2018 o integrante mais velho era de 1972 e ele foi o único representante dos anos 70.

Este grupo possui uma página no Facebook (<https://www.facebook.com/aexalao/>) e, a partir dela, passamos a nos comunicar com alguns de seus integrantes. Infelizmente, não consegui conversar com a quantidade de pessoas que eu esperava encontrar que haviam frequentado o Liceu durante o período analisado nesta pesquisa. Apenas consegui coletar o depoimento de Paulo César da Silveira, que conseguiu um pequeno espaço de tempo em sua apertada agenda. A entrevista foi

realizada na Etec das Artes (Avenida Cruzeiro do Sul, 2630), escola na qual ele leciona.

Paulo foi morador de uma região próxima ao Liceu e os seus irmãos já tinham estudado na instituição. Ainda no ginásio, o seu interesse pelas artes começou a crescer devido algumas aulas em que se fazia desenho, pintura e esculturas em gesso. Assim, em 1975, ele ingressou no curso de desenho de construção civil do Liceu no período noturno. Logo no primeiro ano, enviou o seu currículo para o mercado de trabalho e conseguiu um emprego realizando plantas para a prefeitura. Ele apenas interrompeu a sua trajetória profissional por um breve momento quando saiu do Liceu e passou a realizar o curso de graduação de arquitetura na USP, que era integral. Segundo o próprio Paulo, a sua experiência no curso técnico foi responsável pela base da sua formação. Na faculdade inclusive foi responsável, em 1983, por um trabalho denominado “O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo: arte e indústria em São Paulo”. Nesse escrito, foram catalogadas obras realizadas pelas oficinas do Liceu entre o período do final do século XIX e as três primeiras décadas do XX; este que é considerado como o período áureo da escola.

Trabalhou em diversas áreas de arquitetura e chegou a fazer um bacharelado em alemão e russo. Em 1987, retornou ao Liceu como professor, onde lecionou até 2003. Em 2010, tornou-se funcionário do Centro Paula Souza, onde leciona até então.

Cristina Fastellini

Período que frequentou o Liceu: 1975- 1976

Curso que realizou no Liceu: Desenho de Construção Civil

Dia da entrevista: 5 de junho de 2018

Foi o próprio Paulo que me passou o contato da Cristina Fastellini. Ela foi colega do Paulo tanto no tempo do ginásio quanto no do Liceu. Além disso, ela é uma das responsáveis pela organização dos encontros da turma de desenho de arquitetura de 1975. Esta foi uma classe bem unida e que mantêm bastante contato entre si até os dias atuais. Hoje, ela vive em Jundiaí e para conseguir o depoimento, eu fui até sua cidade.

Cristina também morava perto do Liceu e tomou ainda mais contato com a escola quando um amigo da família, que fazia móveis coloniais e entalhes de urnas funerárias, falou que estudou por lá. Então, ela prestou o vestibular e conseguiu, para a sua felicidade, o ingresso no curso de desenho de arquitetura. Esta recordação lhe impactou de uma forma tão grande que ela se lembra da própria posição que ela obteve no concurso: quadragésimo nono lugar.

Ela destacou a rigidez da instituição, mas também os laços de amizade que foram formados

durante o seu período no colegial. Laços estes que não foram desmanchados mesmo quando ela teve que sair da escola. Na época, o Liceu não possuía recuperação e, caso algum aluno não tirasse nota suficiente para passar de ano, ele era expulso do quadro de alunos. Isso fez com que muitos estudantes não conseguissem concluir o curso na instituição. Cristina foi um desses casos e, em 1976, após dois anos de curso, ela foi obrigada a procurar uma outra escola juntamente com outros que foram também reprovados. Apesar disso, ela continuou a afirmar que o Liceu foi um divisor de águas em sua vida, pois a ajudou a redefinir trajetórias. Foi lá que ela passou a apreciar o campo do desenho e a ingressar neste mercado de trabalho.

Concluído o colegial em outro estabelecimento, Cristina foi prestar o vestibular para o bacharel em arquitetura, tendo como segunda opção o curso de desenho industrial. Ela conseguiu a segunda opção e o seu plano original era prestar novamente arquitetura após um ano. No entanto, ela gostou tanto do curso de desenho industrial que resolveu mantê-lo. Trabalhou por um tempo em uma firma de engenharia elétrica e logo conseguiu um serviço como Trainee em uma empresa de malas, bolsas e sacolas, empresa na qual ficou trabalhando por 13 anos.

Esse não foi o único ramo na qual Cristina trabalhou. Após isso, ela passou a fazer massas e nhoques para serem comercializados em supermercado familiar. Com a mudança para Jundiaí e a chegada do filho, este projeto foi abandonado. Atualmente está aposentada e faz parte de um grupo de voluntários que fazem kit de enxovais e entregam em hospitais para bebês carentes recém-nascidos.

Cristina continua organizando diversos encontros da sua turma do Liceu. Reuniões para se reverem e conversarem sobre as novidades. Em uma delas, eu cheguei a participar e pude escutar um pouco mais sobre as suas vivências escolares na instituição. Nesse evento, que ocorreu em uma pizzeria, um nome nos chamou atenção: Ilze Mari Dell'Erba da Silva, uma professora de história.

Ilze Mari Dell'Erba da Silva

Período que frequentou o Liceu: 1972- 1977

Professora de história

Data da entrevista: 05/10/2018

Embora o grupo de Cristina mencionasse esta professora de história, eles não sabiam ao certo o nome completo dela. Eu fui descobrir esse dado depois que realizei uma série de perguntas nos grupos de ex-alunos do Liceu que estão no Facebook. Segundo os comentários, ela tinha tido uma participação bem ativa nas aulas contra o regime da ditadura militar. Inicialmente, até pensei

em consultar o arquivo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) para ver se eu encontrava algum dado a respeito, mas recebi a notícia que eu poderia ter acesso à própria professora. Durante estas conversas na internet, eu descobri o seu contato no Facebook e eu pude entrevistá-la na cidade onde ela está morando atualmente, Ribeirão Preto.

Ilze realizou a graduação de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo e inicialmente não tinha a pretensão de ser professora. No entanto, os rumos da vida acabaram conduzindo-a para a sala de aula. Foi nesse tempo que apareceram as aulas de história para lecionar. Ela era bastante jovem e o tempo no Liceu serviu de enorme aprendizagem para ela, que estava conhecendo melhor este mundo da educação. Foi a partir dessa experiência que ela descobriu a vocação para o magistério.

Ilze relatou diversas histórias sobre como era dar aula na instituição e as suas iniciativas, como a formação de um pequeno festival de calouros em que os alunos apresentavam suas habilidades e artes. Ela foi bem conhecida devido a sua militância e por trazer mensagens de liberdade e autonomia nas classes.

Em 1977, surgiu a oportunidade de ela dar aula na Faculdade de Filosofia e na Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas da UNISO (Universidade de Sorocaba). Assim, ela saiu do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e começou uma nova vida no interior. Da área de história, aos poucos, foi rumando para a de sociologia, que era de seu maior interesse. Lá ficou por uns 35 anos e, mesmo depois de aposentada, continuou dando aulas. Após esse período, ela se mudou para Ribeirão Preto para ficar mais perto do filho. Ilze, atualmente, realiza um trabalho voluntário em uma ONG na qual acompanha pessoas na elevação de sua autoestima.

Elias Martins de Souza

Período que frequentou o Liceu: 1972- 1975

Curso que realizou no Liceu: Desenho de Arquitetura

Data da entrevista: 01/12/2018

Todo final de ano, há um almoço promovido pela AEXALAO que reúne ex-alunos do Liceu de Artes e Ofícios. Eu participei deste evento e tive a oportunidade de conversar com muitas pessoas. No entanto, no recorte temporal da pesquisa, encontrei o Elias Martins de Souza. Ele estudou no período de 1972 a 1975 e eu já tinha o conhecido a partir dos grupos online e de uma festa junina que foi promovida pela escola. Apesar de já ter tido encontrado pessoalmente, eu não havia gravado a sua fala, oportunidade essa que eu encontrei na ocasião. Este encontro da

AEXALAO foi o primeiro que Elias participou. Ele mesmo não tinha o conhecimento deste grupo até então e, após o seu almoço, conversamos um pouco sobre a experiência no Liceu.

Como a entrevista não se deu em um local mais reservado, o depoimento acabou sendo o mais curto e não pude realizar todas as perguntas que estavam no roteiro. Tínhamos acabado de almoçar e havia um clima mais festivo de reencontro de colegas. Apesar disso, as informações conseguidas através dele foram extremamente valiosas para se compreender algumas dinâmicas da instituição.

Elias sente muito orgulho da escola técnica, discursando com bastante carinho sobre o passado. Ele morava e ainda mora em Guarulhos e ter passado no vestibular do Liceu foi um grande acontecimento de sua vida. Assim como Cristina, ele mantém um grupo de amigos que se reencontram esporadicamente, grupo este que se chama “Dinos do Liceu”. Nesse dia, no entanto, o seu grupo não estava presente e ele estava só, procurando conhecer quem eram os outros integrantes da AEXALAO.

Para além dos laços de amizade, Elias reafirmou a importância do Liceu em sua vida no que se refere a sua trajetória profissional. O seu diploma garantiu uma situação privilegiada no mercado de trabalho. Embora já aposentado, continua trabalhando em uma unidade da Petrobrás em São Paulo.

4.3.2 As entrevistas

Para a realização das entrevistas, foram selecionadas perguntas referentes à vivência estabelecida nesse lugar e como a instituição contribuiu na vida do depoente. Essas questões associadas ao cotidiano trouxeram à tona uma série de informações variadas que foram aglomeradas em tópicos sobre como foi o ingresso na escola, como eram os professores, o material didático, os espaços físicos e as amizades. No que tange aos tópicos sobre o mercado de trabalho e o Centro Cultural do Liceu, para além das fontes orais, foram utilizadas outras mais, complementando-as.

Eu já possuía perguntas pré-definidas como: “Como você conheceu o Liceu?”, “Por que decidiu realizar esse curso técnico?”, “Como eram as disciplinas e os professores?”, “Que tipo de material didático era usado?”, “Como eram os espaços e as oficinas do Liceu?”, “Você acha que o Liceu foi importante na sua carreira profissional?”, entre outras. No entanto, conforme o desenrolar da entrevista, outras perguntas eram formuladas a partir do que o próprio depoente contava. Portanto, apesar de eu ter em mãos um roteiro, este não foi entendido como um manual rígido que

não poderia ser adaptado. Cada experiência é única e a memória remete a toda uma subjetividade que é inerente de cada indivíduo. O roteiro foi mais um guia para manter uma direção da pesquisa e não se perder diante de tudo o que era contado. A intenção era construir um clima agradável de conversa em que o ex-aluno ou a ex-professora sentisse livre e confortável para relatar toda a sua vivência, mesmo os pormenores que, aparentemente, não teriam relação com os objetivos pedagógicos da instituição, tema da dissertação. Isso contribuiu para uma fluidez no depoimento e para que diversos elementos da cultura escolar que eu sequer possuía conhecimento pudessem ter sido trazidos à tona.

Toda essa relação do indivíduo com a instituição não poderia ser obtida através da documentação administrativa e traz consigo dados que contribuem para explicitar as intenções e expectativas de cada agente escolar a respeito do lugar onde realizou o ensino médio. Essas memórias foram transcritas e depois enviadas para que os entrevistados certificassem que concordavam com o modo pela qual a sua fala foi escrita. Por fim, as memórias foram analisadas como qualquer outra fonte.

4.3.3 Entrando no Liceu de Artes e Ofícios

Algo que foi bastante recorrente nas entrevistas foi o fato de como o ingresso no Liceu de Artes e Ofícios era difícil. A alegria de ter conseguido uma vaga constituiu como um marco para alguns estudantes. Isso pode ser visto na própria fala de Elias Martins de Sousa: “Lá pela manhã, eu não acreditei quando o meu nome saiu na lista dos convocados. Naquele tempo era muito difícil, como ainda é. E é de se imaginar a oportunidade que eu estava, que ia iniciar” (SOUZA, 2018).

É interessante notar que, se as notícias de jornais dos anos 60 representavam o Liceu como uma instituição de fácil ingresso, nos anos 70 encontrava-se um outro tipo de representação: a de uma escola em que era muito difícil se inserir:

Então, eu entrei lá em 1975. Nessa época, você fazia um vestibulinho. As pessoas não saíam do ginásio e entravam direto. Você tinha... Era muito difícil entrar. Muito difícil. E eu me lembro que eu fiz um vestibulinho... tinha as apostilas de história e matemática.
(...)

Foi interessante porque eu tinha três amigos no ginásio que também prestaram Liceu e eu estava indo e eles estavam voltando. E um deles era muito inteligente. O Nasson. Ele, por sinal, é arquiteto hoje e depois posso até te dar o endereço dele porque ele seria uma pessoa legal para você entrevistar. O Nasson. Ele é muito solto, ele fez os quatros anos. E o Miguel, que fez o ginásio. Eles fizeram comigo. E, na hora, que eu estava indo para pegar o resultado, eles estavam voltando. E o Nasson teve uma redação, que no ginásio ele fez e que ficou famosa na escola e que a professora de português gostou. Então, ele era considerado um hiper-mega-aluno. Escrevia muito bem, muito criativo. E aí, quando eu estava indo, os três

viam voltando. O Rubens Fará, Miguel Angel, que eu também tenho contato até hoje, só o Rubinho que eu nunca mais eu vi. E o Nasson, que é o meu afilhado de casamento e já venho aqui em casa e tudo mais. E aí eu perguntei “- E aí?”. Eles falaram “- Eu não entrei”. Nenhum dos três tinha entrado, e aí pensei “- Se eles três que eram bons não entraram, principalmente o Nasson, eu não vou entrar”. Aí eu fui lá, e passei em quadragésimo nono lugar. Mas eu tinha errado também. Assim não foi de graça, eu ralei bem. (FASTELLINI, 2018).

Esse tema do ingresso voltou a aparecer depois na entrevista, ressaltando ainda mais o caráter seletivo:

Aí quando a gente venho morar ali na Avenida do Estado. O Liceu estava muito próximo. Então, eu me lembro de ter... mas sempre considerado uma escola difícil entrar. “Ih, mas lá é difícil de entrar”. Então tinha essa coisa que é difícil de entrar. Não era para qualquer um entrar lá. Você tinha que ralar, ralar. (FASTELLINI, 2018)

Não era uma prova fácil e muitos eram barrados na seleção. Não se pode negar as condições materiais de cada estudante que auxiliavam ou dificultam a aprovação nos exames vestibulares.

Além do mais, o ensino do Liceu passou a ser direcionado ao segundo grau. Em uma sociedade em que os índices de evasão eram altíssimos e que nem todos conseguiam cumprir sequer o antigo ginásio, chegar até o segundo grau já era um feito para poucas pessoas. O exame de ingresso do Liceu apenas aumentava a seletividade.

É possível concluir que o público discente mudou nessa época. Nas décadas anteriores, eram garotos de uma classe mais pobre à procura de uma qualificação profissional aos 12 anos. Já nos anos 70, começou uma maior prevalência dos setores médios da população. Estes podiam ingressar no nível superior a partir do diploma de colegial do Liceu, nível que apenas foi obtido quando se transformou em uma escola técnica. Ainda não era uma instituição de elite. A escola fornecia bolsas de estudo e o objetivo principal ainda era a profissionalização. No entanto, já ocorreu uma mudança significativa no perfil dos alunos e nos objetivos pedagógicos.

4.3.4 Os professores

Os professores ficaram muito marcados na memória dos estudantes. Todos os ex-alunos entrevistados fizeram questão de rememorar acontecimentos e histórias acerca dos seus educadores.

Eu vou te contar uma história que eu normalmente relato para os meus alunos. Eu não sei se foi no segundo. Acho que foi no segundo ano. Então, o professor já bem velhinho, cabelo branco, usando luvas porque ele tinha alergia ao giz. Cuspe-giz, o curso que a gente tinha. E eu também ensinei assim durante muito tempo- quase dez anos dessa forma. E ele entrou na sala de aula, fez chamada e começou a colocar um monte de fórmulas na sala de aula na lousa. Ele dava a

parte de estática de resistência dos materiais. A gente ficou... Todo mundo assim... A gente sempre olhava e falava assim “- O que que vai acontecer nessa aula?”. Aí, ele pegou e fez um risco. Deixou um espaço, a direita, vazio. E falou: “- Olha. Esses são as fórmulas fundamentais que vocês vão ter na minha disciplina. Está relacionada à resistência. Estática de Resistência dos materiais”. Explicou como isso... Explicou o que era estática e resistência dos materiais. Como isso era aplicado na construção civil e como isso iria nos ajudaria a projetar, dimensionar coisas como pilares, ligas. Descreveu estes objetos. A gente já conhecia de desenho essas partes. Aí, de repente, ele vira de costas e coloca na lousa um poema do Carlos Drummond de Andrade. Aí, gente começou a pensar,... se olhar de novo: “-Acho que ele não está bem. Já está meio gaga esse professor”. Ele olhou para gente e perguntou: “- Que que vocês acham mais bonito? O que está a esquerda de vocês ou o que está a direita de vocês?”. A gente ficou sem saber o que responder porque a gente pensou que fosse algum tipo de pegadinha. Porque tinham as fórmulas... Que eram as fórmulas que ele iria ensinar. A missão dele. A profissão dele. Sobre o que gostava de fazer e ensinar. E a direita tinha outra coisa que não tinha nada a ver com aquilo. Quando ele percebeu a nossa dúvida, ele disse: “- Decorem o poema de Drummond de Andrade. De Carlos Drummond de Andrade. Ele vai dizer muito sobre a vida de vocês. As fórmulas vão dizer a respeito da profissão que vocês abarcarem. Quando a gente projeta, vocês acham que a gente guarda todas estas fórmulas de memória? Para quê guardar de memória? A gente tem um formulário. A gente consulta quando é necessário. A gente tem tabelas”. E mostrou algumas tabelas para gente. “- Então, quando vocês fizerem as provas, eu quero que vocês conheçam os conceitos. As fórmulas e as tabelas vão ser dadas para vocês. Se vocês souberem os conceitos, vocês vão saber quais fórmulas e quais tabelas que serão utilizadas no exercício, mas eu não quero que vocês decorem nenhuma”. (SILVEIRA, 2018).

Paulo César da Silveira ainda ressaltou que alguns destes professores davam aulas em outras instituições de ensino superior de elevado reconhecimento, como a Escola Politécnica e a Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Os professores do Liceu, que eu tinha na época, eram professores fantásticos. Eu tinha professores que davam aula na Poli. Geometria descritiva, por exemplo. Eu não vou lembrar o nome do professor agora, mas se não me engano agora era algo como Enzo. E ele era um professor que simplesmente dava geometria descritiva na Poli e isso era uma coisa de muito incentivo para os alunos. Não porque seja a Poli, mas se você fala: “- Poxa vida! Estou aqui, tendo ensino gratuito com as pessoas que são os professores que são os top na área deles”.

(...)

Eu tinha um professor, José Nicolas Vieri, que depois me levou a ser professor e depois eu fui ser coordenador em função dele. Ele era o coordenador de edificações, ele me levou para lecionar. Ele era, por exemplo, o vice-diretor do curso de engenharia do Mackenzie. Então quando você chegava lá e... "Meu, eu tenho muito que aprender aqui". (SILVEIRA, 2018)

Cristina Fastellini também contou sobre os professores que davam aulas em lugares prestigiados.

E nós tínhamos professores que tinham frases que a gente lembra até hoje. O professor de resistência dos materiais chamava Enéas Baldo. Ele dizia que ia fazer uma prova Chevera e a correção ia ser ser cheveríssima. Todo mundo lembra da história do Chevera e do cheveríssima. Tinham professores excelentes. Tinha o professor... como que era o nome? Um professor que era engenheiro naval pelo ITA. Ele era professor de geometria... desenho geométrico... não. Que tinha épuras e espaços... DG... Desenho geométrico, mas não era desenho geométrico. Era épuras e espaços. Tinha um ponto que rebatia. Era uma matéria diferente. Desenho geométrico? Mas não é isso, é outro nome. Vou me lembrar. E aí, conclusão. Esse professor... eram professores muito competentes. . (FASTELLINI, 2018).

O corpo docente do Liceu circulava em diversas instituições de ensino na cidade de São Paulo e, como se percebe nos discursos, muitos deles possuíam qualificação para dar aula no ensino

superior. Para além dessa admiração profissional, havia os contatos entre professores e alunos que não se davam apenas na sala de aula. Por vezes, formam-se vínculos que ultrapassavam a mera relação profissional:

E os professores tinham... você tinha aquele respeito por todos os professores e alguns deles abria... Tinha o Carlos Alves, professor de português, ele tinha uma chácara. E aí, um dia, ele convidou para ir na chácara dele. Nós fizemos um churrasco. Teve gente que foi com o pai. Eu levei minha irmã, o outro levou o pai... foi de carro, de fusquinha. Então, você tinha uma vida muito boa. Mesmo sendo politicamente difícil, as pessoas ali... Era muito complicado tudo, sabe? Mas era... você tinha muitas amizades e essas amizades ficaram. (FASTELLINI, 2018)

Os tempos de dificuldade política são evidenciados em diversos fragmentos das entrevistas realizadas. Nos anos 70, no Brasil, houve uma ditadura militar que procurava eliminar focos de oposição e, apesar de, na época, serem estudantes de segundo grau, os jovens percebiam o clima de repressão. Para além disso, conforme já foi explicado no Capítulo 2, os regulamentos do Liceu de Artes Ofícios possuíam normas rigorosas para a manutenção da sua ordem, as quais impediam, inclusive, a profissão de ideias contrárias às instituições do país. No estatuto de 1968 da instituição foi escrito:

Não poderão ser propostos, nem permanecer como membros do Liceu ou integrar qualquer um de seus quadros, aqueles que professarem ideias ou fizerem parte de agremiações contrárias à moral, a ordem e a segurança das instituições do País, assim como os que forem condenados por crimes ou delitos dessa natureza. (LICEU, 1968)

O parágrafo não esmiúça os detalhes sobre o que poderia ser considerado uma contravenção passível de demissão, dando uma grande margem à interpretação. Este é um enunciado que apenas foi extinto no estatuto de 1989, ou seja, ficou vigente por todo o período da ditadura militar. Isso é um indício do poder coercitivo da escola e de como o Liceu refletia as suas posições ideológicas. No entanto, através de uma análise do cotidiano das práticas escolares, pode-se enxergar um cenário muito mais complexo. Apesar do que estava escrito, os professores não eram agentes passivos obedecendo incontestes ao que era estabelecido. Cristina recorda que eram tempos difíceis, mas ainda assim havia pessoas que questionava o sistema: “Mas sabe, era uma época de repressão política. Então, nós tínhamos uma professora de história que era muito politizada mesmo e dizia que a gente devia ser contra isso, contra aquilo” (FASTELLINI, 2018).

Essa professora de história é Ilze Mari Dell'Erba Silva, uma das entrevistadas. Ela possuía um grupo de colegas professores que organizava diversas ações, como festivais de arte e música. Apesar do momento político e das normas da instituição, era possível fazer diversas intervenções em sala de aula.

Eu era bem maluquinha. Agora eu me lembrei. Eu levei para fazer uma palestra uma das mulheres do Lampião. Uma das mulheres do Lampião não. Da turma do Lampião. Não era a Maria Bonita. Uma, mas eu não me lembro do nome dela agora, tinha sido mulher de um dos auxiliares do bando do Lampião e isso em plena ditadura militar. Uma participante do cangaço. (Risos).

(...)

A gente fazia essas coisas mais..., mas sabendo do chão que a gente estava pisando. Nunca foi indiciada pelo Dops, nunca tive que responder nada. Acho que sou uma sobrevivente da ditadura. Sem marcas. (DELL'ERBA, 2018).

Além do mais, algumas vezes havia uma cumplicidade entre os estudantes e professores nas mais diversas atividades:

Tínhamos casos de ajuda dos próprios alunos que eram militares. Que eram da polícia militar. Nós tínhamos muitos alunos que vinham fazer curso técnico em busca de uma formação específica e alguns que eram da tropa de choque: Doi, Codi, Dops. E a gente tinha uma relação muito próxima com eles, apesar de todo clima institucional, político. Eles até nos avisavam “- Olha não vai até tal manifestação porque o batalhão de choque está pronto para ir para lá”. Então, havia uma cumplicidade que ultrapassava diferenças ideológicas e diferenças políticas. . (DELL'ERBA, 2018)

Da mesma maneira que os ex-alunos resgataram as suas histórias com seus professores, a professora entrevistada também narrou alguns eventos que evidenciavam o contato que havia com a turma:

Nós tivemos um problema de um aluno que foi encontrado usando maconha. Fumando cigarro de maconha. O diretor queria expulsá-lo. Juntamos 3, 4 professores e era sempre assim: da área de humana, ou de português, ou de inglês, ou ... Enfim, da área de formação geral, não da área da formação técnica. Mas tínhamos também pessoas legais da arquitetura que vinham formando este grupo. E nós juntamos, fomos falar com o diretor que nós não podíamos nos livrar dos alunos que apresentassem problemas, que, então, não seria uma escola. Enfim, conseguimos convencer o diretor a não expulsar o rapaz por causa da maconha. Mas nós nos comprometemos a acompanhar esse aluno, conversando diariamente com ele para que ele abandonasse o vício. Não sabemos se ele abandonou o vício e nem sabemos se era vício. Mas sabemos que ele não teve mais problemas de comportamento dentro da escola. E isso para nós, já foi uma vitória.

Um outro caso, muito mais sério ainda, foi uma aluna dizendo que tinha engravidado. Que estava desesperada, que queria fazer aborto, mas que se ela não conseguisse, que ela iria se matar porque os pais eram muito conservadores. Ela sabia que iria matar os pais de desgosto. Enfim, aquela conversa. Nós resolvemos juntar esse grupo de professores, fazer uma “vaquinha”, juntar um dinheiro e entregar para ela, que, no sentido dela fazer um aborto, que pelo menos ela procurasse uma clínica que oferecesse alguma segurança física para ela. Mas ficamos morrendo de medo de estarmos sendo contraventores. Estávamos apoiando algo ilegal e, no fim, depois de alguns meses, essa menina volta com um neném no colo e agradecendo e falando que não podia devolver o dinheiro porque ela tinha gasto para comprar o enxoval do bebê. E estava toda muito feliz e agradecida. Claro que ela não voltou a estudar porque é algo mais ou menos comum. Triste, mas comum. Mas nós ficamos muito felizes quando vimos essa menina chegar com o bebê no colo. Nós olhávamos uma para outra, assim para outro professor “- Gente, ai que bom. Um pecado a menos que nós temos para carregar”. E assim nós tínhamos uma série. (DELL'ERBA, 2018).

Quando perguntado sobre sua relação com o restante do corpo docente, ela afirmou que era positiva, mas que havia dois grupos: um mais relacionado à formação geral e outro com a formação técnica.

Acho que, como em todo lugar, havia maior empatia com pessoas que partilhavam mais ou menos da mesma concepção de educação, de vida, de valores. Havia uma aproximação maior daqueles que pensavam igual. É normal isso. E a questão da divisão de formação geral e de formação técnica é... isso acabava interferindo. Embora, por exemplo, como eu te falei, eu me lembro muito bem de um professor da área de arquitetura que ele era do nosso grupo. Ele não era do grupo do pessoal mais da área técnica. Mas havia uma convivência boa. Porque, por exemplo, naquela história que eu te contei de formação de teatro, muitas vezes eu tinha que pedir para o professor de mecânica e não sei das quantas me liberar os alunos para ir para o ensaio. E havia uma relação muito boa da gente com os dois grupos. Mas havia dois grupos com certeza. (DELL'ERBA, 2018).

Apesar de a escola integrar o ensino de segundo grau com o profissionalizante, havia uma divisão entre as duas áreas conforme a afinidade entre as pessoas e os seus programas de ensino. Isso não significava que não havia pontos de contato. Estes eram promovidos pela própria iniciativa dos professores, que procuravam trazer um pouco de referência das outras disciplinas. Para se adequar aos cursos técnicos, a professora de história pedia auxílio de alguns de seus colegas para ver o que ela poderia introduzir de diferente em seu programa. No entanto, isso era mais uma iniciativa pessoal do que uma política promovida pela instituição para garantir a interdisciplinaridade:

Os programas eram os mesmos para todos os cursos, mas a gente podia ir fazendo adaptações. Então, por exemplo, eu te falei de decorações. Tinha a professora de história das artes, então eu entrava muito em contato com ela para que eu montar meu programa que caminhasse dentro do possível com o que ela estava fazendo também, para ser um suporte de uma para outra. O pessoal de edificações, a questão, assim, desses amigos arquitetos que trabalhavam... que eram professores também. Eu vivia pedindo para eles darem uma olhada sobre o que eu poderia introduzir para que ajudasse naquilo que eles estavam fazendo. Mecânica também. (DELL'ERBA, 2018).

4.3.5 Material didático

Quando perguntado sobre o material didático, os depoentes trouxeram uma série de informações a respeito das práticas docentes em sala de aula. Uma recordação foi a da importância da lousa nas atividades de ensino:

Então, parte do material didático que eram os exercícios, eram uns... de copiadora mesmo, como a gente tem até hoje. Mas a maior parte dos professores - Quase que uns 90 por cento dos professores - eles faziam aula na lousa. Então, nós tínhamos professores de desenho de arquitetura que eram capazes de 20 minutos colocar para você os exercícios na lousa. Em proporção. Quer dizer, não é em escala. Ele não media nada. Ou seja, a olho, com giz, ele fazia toda parte do exercício. Uma planta de uma casa, por exemplo. E dizia para gente: "- Copiem em folha tal". E dava as instruções. A maior parte das aulas era desse jeito. (SILVEIRA, 2018).

A gente fazia alguns trabalhos e provas no mimeógrafo a álcool ainda. Mimeógrafo a álcool. Não lembro de indicação de livro didático. Provavelmente indicavam, mas não me lembro. Não tenho... Mas não usava muito. Era mais a lousa, o quadro negro, o giz. (DELL'ERBA, 2018).

Apesar de Ilze não ter recordado tanto dos livros didáticos, Cristina Fastellini possuía boa recordação e contou algumas histórias pessoais com o universo da leitura. Uma vez, ao fazer um trabalho para o Liceu sobre as guerras mundiais, acabou dormindo na biblioteca Mário de Andrade, sendo acordada posteriormente pelo seu pai no momento em que iam fechar o estabelecimento. Como ela mesmo afirmava, ela preferia não gastar o seu dinheiro em roupas ou outros utensílios e investir nos livros que a escola recomendava:

Então, você chegava na biblioteca, pedia o livro, procurava o livro, trazia e você sentava e pesquisava. E eu me lembro que nessa época, o meu pai me dava. Eu não comprava roupa. O dinheiro do meu pai eram para os livros e para as coisas de artes. Isso era uma coisa minha. Aí, eu me lembro que tinha um "Neufert". Neufert era um livro desse tamanho. (...) E o Neufert era um Bê-a-ba. Era um livro enorme assim que eu paguei em umas seis ou dez vezes. Porque era muito caro. Então eram livros que você pesquisava na biblioteca ou você comprava. Lógico, os livros de português eram livros básicos que nem "O cortiço", "Incidente em Antares", Érico Veríssimo. Quer dizer, aquele Dom Casmurro, que era um livro difícil de ler. O outro lá, "Vidas Secas". Então eram livros que você... era mais fácil. Agora os livros técnicos eram difíceis. Desenho técnico, Thomas French. Eu tenho esse livro ainda. (...) Então eram livros caros e o meu dinheiro era para isso. Eu não tinha muita vaidade para usar assim nada. Meu dinheiro era para os livros. porque eu achava que era importante, eu focava nisso. Então, os livros eram isso. Tinha a biblioteca muito ativa. (FASTELLINI, 2018).

Os depoentes também ressaltaram algumas particularidades dos cursos técnicos através da utilização de alguns instrumentos que eram próprios de suas áreas. Ao fazerem isso, eles sempre retomavam as diferenças entre o presente e o passado, apontando o que mudou. Abaixo está o fragmento do depoimento de Elias Martins, que detalhou algumas das práticas cotidianas nas salas de aula do Liceu:

(...) os projetos não eram como hoje, autocard. Era tudo uma régua T. Eu não sei se alguém conhece. Os antigos vão saber o que que eram. Se alguém não souber, depois dá uma olhada na internet e você vai ver o que era uma régua T. Era de um formato de um T mesmo e as pranchetas eram assim... E a gente... Os desenhos eram feito em papel vegetal. Hoje, muita gente não sabe nem o que é isso. Eu tenho até um calo no dedo de tanta lapiseira que eu usei. Escrever na planta não era que nem hoje, autocard. Era um aparelhinho que a gente usava que se chamava normógrafo. Também se você quiser saber, vai lá ver também normógrafo. Tinha... Não era um aparelhinho, na verdade, o aparelhinho de escrever se chamava aranha. Não sei porque parecia uma aranha. Eram umas réguinhas de baixo relevo com vários tamanhos de letras. Aí você seguia aquela referência, aquela guia e do outro lado era uma caneta e você... O movimento que você fazia na letra era o mesmo movimento que você fazia na caneta e você escrevia. Tudo no nanquim. O nanquim era uma tinta que você usava e você usava caneta de várias penas que a gente chamava: 01, 02, 03, 04, 05. Eram caras estas canetas. Entupia. Para você limpar esse desenho quando você errava, não era com borracha não. Você tinha que esperar secar o nanquim e passar um gilete. Gilete também ninguém mais sabe o que é hoje, mas gilete era uma lâmina de barbear. O fabricante chama Gilete. A gente cortava ela no meio e raspava o desenho. Então o melhor desenhista era aquele que não precisava rasurar o desenho, não tinha nada raspado. Aquele que era todo raspado era o mais sofrido. Aí depois você tirava cópia desse desenho. Te mandava uma cópia azul que chamava heliográfica. Cheiro de almodido, cópia fedida lascada. Vinham uns desenhos meio azul. Hoje também nem existe mais essas máquinas. A máquina que fazia essas cópias chamava-se OSEF. Uma fábrica famosa também, essas máquinas heliográficas. Você ia tirar cópia e você ficava tonto. Tanta cópia que você tirava. Era amonico puro. Aí também não tinha calculadora também. Calculadora nossa era coisa de luxo. A gente foi começar a

ver calculadora quase no fim do curso. Existia uma régua que se chamava régua de cálculo. Inclusive eu fui recentemente no Liceu e encontrei essa régua de cálculo (SOUZA, 2018).

Eram instrumentos que eram próprios de um curso técnico e de uma época específica. Por eu ser uma pessoa jovem e que não realizou o curso técnico na área de desenho de arquitetura, os entrevistados tinham uma preocupação especial de me indicar como eram esses objetos que faziam parte da sua vivência. Cristina Fastellini inclusive chegou demonstrar como se utilizava alguns desses. Ela ainda os possui e, durante a entrevista, demonstrou como era a utilização de um normógrafo:

Isso aqui era para você escrever no seu projeto. Eram as réguas. Você colocava a sua régua T aqui. Então isso aqui apoiava em cima da régua T. Aí você pegava isso e direcionava aqui. E o que ia aqui? Aqui ia uma canetinha que não está aqui, está no outro estojo. Era uma caneta com uma tinta em cima. Era uma canetinha com uma ponta fina com uma tinta e o que você fazia? Quando fazia isso, a canetinha fazia aqui exatamente o seu N. Então, você ia fazer a sua planta de arquitetura e você escrevia perfil, elevação, projeto. Tudo o que você escrevia, você fazia com este objeto. (FASTELLINI, 2018).

4.3.6 O espaço físico

Quanto ao espaço físico, é possível encontrar divergências quanto ao grau de radicalidade das transformações. Quando perguntado se a escola sofreu muitas alterações com o tempo, Paulo César da Silveira respondeu:

Não, não mudou muito. O que mudou foram as coisas de lugar nessa época toda. Porque por exemplo, a quadra. Quando entrei, ela era onde é o jardim agora. E, se não me engano, a quadra migrou depois na esquina da cantareira com a Jorge Miranda e pelo que eu vi de foto do site do Liceu, parece que há uma quadra interna do Liceu, lá onde era a nossa oficina de marcenaria e era o centro cultural. (SILVEIRA, 2018).

Isto contraria as observações dos outros depoentes, que sentiram uma transformação grande da época em que estudaram para os dias atuais. Estes identificavam, inclusive, mudanças no espaço físico da época em que estudavam, que se afastaram de uma arquitetura escolar propriamente dita:

Pegamos a escola bastante diferente do que é hoje. Na verdade, parecia o fundo de uma fábrica lá. (SOUZA, 2018).

Tinha um pátio muito restrito. Era na rua da Cantareira. Não era nada parecido com uma escola. Não diria que a estética escolar... não era muito bonita não. (...). Eu só me lembro que era assim: a gente entrava, tinha lá o cartão do ponto, tinha um pátio. Escada para cá, escada para lá. E as salas dos professores era ali pequena, aí ia para uns corredores, mas assim... A aparência não lembrava uma escola, uma escola moderna. Não tinha aparência muito simpática não. (DELL'ERBA, 2018).

Nos anos 70, a escola já estava assentada definitivamente entre a Rua João Teodoro e a da Cantareira, local este a qual permanece até os dias atuais. No entanto, o ambiente possuía algumas diferenças físicas no que concerne ao prédio atual. Não fazia muito tempo que as atividades produtivas do Liceu tinham deixado o local, o que pode ter deixado algumas marcas perceptíveis a quem frequentava a escola. Como Elias Martins pontuou, havia semelhanças com uma fábrica.

No entanto, como já foi dito, a memória carrega consigo as marcas da subjetividade e cada pessoa pode interpretar acontecimentos de maneira distinta. A minha hipótese é de que Paulo César não sentiu tanto as transformações por ter acompanhado mais de perto estas fases de mudança. Ele não apenas foi aluno do Liceu nos anos 70, como também foi professor da instituição no período de 1987 até 2003. Ou seja, ele presenciou, por mais tempo que todos os outros, as mudanças que o ambiente passava, não constituindo como uma ruptura ao seu olhar. Assim, para ele houve mais continuidades.

O Liceu por muito tempo caracterizou o seu ensino profissionalizante com a questão do fazer o produto, permitindo o aluno estar junto às oficinas de confecção. No entanto, tal postura sofreu alterações com a saída da indústria da Rua da Cantareira. O setor pedagógico perdera as tradicionais áreas de oficina. Quando perguntado a respeito delas, estas estavam muito mais associadas às salas de aulas que possuíam pranchetas para desenho:

Quanto as oficinas, eu não tenho muito a acrescentar. Porque... Aquilo que eu te falei. Na minha área, as oficinas, na verdade, eram as salas de aula que a gente tinha. Eram os laboratórios de desenho com as pranchetas, eram os ateliês para as aulas de arte. (SILVEIRA, 2018).

As oficinas do Liceu eram bárbaras porque você tinha um professor só para quarenta alunos e a coisa funcionava. Interessante isso, não é? Você vê, hoje é diferente. A coisa é diferente e eu me lembro que a gente usava uma sala para a aula de projetos. Que eram as salas que tinham as pranchetas grandes e uma outra sala para as aulas normais. Eu me lembro disso. (FASTELLINI, 2018).

O fato de os estudantes não estarem junto aos operários como ocorria nos anos 60 não significava que não havia aulas práticas no Liceu. Muitos experimentos eram realizados dentro dos muros da escola e havia um maquinário e salas especializadas para o exercício de algumas atividades específicas do curso técnico. Os próprios laboratórios de desenho eram essenciais para cursos ministrados pela instituição e tinham que ter uma organização diferente de uma sala destinada às disciplinas de cultura geral, por exemplo.

Para além disso, o depoimento de Elias Martins traz um dado bastante relevante para entender as dinâmicas do ensino, que foi a parceria que a escola estabeleceu com o SENAI. Certas

atividades que não podiam ser realizadas no Liceu eram dadas fora de seu espaço escolar:

Naquele tempo o Liceu tinha um convênio com o SENAI e as aulas práticas eram ao sábado. O SENAI era uma instituição forte também e a gente tinha aulas práticas dentro do SENAI, que, no Liceu, não comportava. A gente aprendia muita coisa: hidráulica, elétricas, levantar paredes, tubulação.

(...)

As oficinas, na época, não eram tão grandes. Como eu falei, ainda estava montando muita coisa. A gente tinha, na verdade, os ateliês que a gente chamava. O ateliê para desenhar... para desenhar só. Mas as oficinas, essas tradicionais... Tanto é que na época, o Liceu não tinha essa sala e eles fizeram uma parceria com o SENAI. A gente ia para o SENAI. (SOUZA, 2018).

Como certas atividades não eram possíveis de serem realizadas no próprio Liceu, o SENAI forneceu o espaço de algumas oficinas.

4.3.7 Os laços de amizade e sociabilidades estudantis

A escola é um importante local de sociabilidade e, nas memórias das pessoas da qual eu entrevistei, isso fica muito evidente. Todos eles ressaltaram as vivências com os colegas e como isso contribuiu para a própria formação de seu caráter. Algo que é necessário levar em consideração é que eu consegui os contatos desses através de grupos de amizade, ou seja, todos os entrevistados continuam a se reunir até os dias atuais. Eles mantiveram as suas parcerias formadas e possuem grupos no Facebook e WhatsApp para conversas e para organizar futuros encontros, o que teve influência nos depoimentos. Ao tratar sobre a importância da escola, o tema da amizade sempre foi algo destacado:

E, voltando ao que eu estava falando, eu percebo que essa coisa da reverência em relação à escola e a contribuição que ela deu para os alunos - tanto do ponto de vista pessoal quanto do ponto de vista profissional - era o que mantinha as pessoas durante... sei lá... uns 60 anos fazendo encontros anuais sem falhar uma única vez. E há outros grupos, além desse grupo que existe. (SILVEIRA, 2018).

O grupo a qual Paulo César da Silveira se refere nesse fragmento é de um que começou a se organizar em 1946. Inicialmente eram membros da turma de mecânica, mas aos poucos mais pessoas foram adicionadas. É possível identificar algumas reportagens realizadas sobre eles em mídias que pertenciam à própria instituição como, por exemplo, a revista LAO:

Como fazem há mais de quatro décadas, eles se reuniram mais uma vez em dezembro num animado almoço, realizado no restaurante La Tavola, na famosa Rua 13 de Maio, no Bixiga. Eles fazem parte da turma de formando de 1945/1947 do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Em 1946 alguns deles formaram uma comissão que teve a ideia de renovar anualmente a amizade nascida nos bancos escolares e bancadas do instituto. Esta comissão é constituída por Plínio Cusinato, Renato Guazelli, Rodolpho Miriani e Yosefu Fujita.

Com o tempo, mulheres e filhos passaram a figurar na longa lista de adesões, vivendo de perto os mais pitorescos episódios, sempre lembrados e repassados como se tivessem acontecido durante o ano que se encerrava. (REVISTA LAO, n. 4, 1993, p. 19).

Nessa notícia, foi possível encontrar a seguinte ilustração que revela a comissão que organizava esses encontros de ex-estudantes:

Figura 12 – Paulo, Plínio, Rodolfo, Renato e Fujita: a comissão organizadora

Fonte: Revista LAO (n. 4, 1993).

Na revista estudantil Sci-Licet, nº 8, ano 2, p. 9, há uma outra reportagem realizada por uma aluna do 3º ano, Ana Cristina Saracini, que noticiou a visita dada por esse grupo na própria escola. Assim, os antigos estudantes representados por João Folloni (que estudou entre 1935 a 1939), Oswaldo Colombo (entre 1936 a 1940), Alberto Jewger (entre 1941 a 1944), Yosefu Fujita (entre 1941 a 1944), Plínio Cusinato (entre 1942 a 1945) e Paulo de Oliveira Barros (entre 1946 a 1949), encontraram-se com os mais novos que estavam cursando o Liceu em 1993. Lá, eles tiveram a oportunidade de contar um pouco sobre as suas histórias que foram em parte publicadas na revista.

Os antigos alunos do curso de mecânica continuaram a se organizar por diversos anos, chamando outras pessoas que haviam também sido estudantes do Liceu, ampliando-o:

Cusinato, que é responsável pelo encontro anual dos ex-alunos do Liceu, diz: “Temos pelo menos um ex-aluno de cada década de trinta até a década de setenta, mais ou menos. Todos de Mecânica, com exceção de alguns ex-alunos de desenho. Aliás, a primeira

mulher que almoçou conosco foi na década de setenta, e era do curso de desenho”⁷⁷. (SARACINI, 1993, p. 9).

É interessante notar também que todos os estudantes desse grupo que cursaram mecânica seguiram com a carreira até a aposentadoria. Algo que como será visto posteriormente já não constitui como um padrão nos dias atuais.

Há mais de quatro décadas esses ex-alunos reúnem-se todo final de ano para um almoço de conagração. A maior parte deles, com idades entre 65 e 75 anos, continua ativa até hoje, trabalhando no mesmo ramo de atividade em que se formou, a mecânica. (A VOLTA..., 1993, p. 37).

Esse grupo foi o embrião da AEXALAO (Associação dos Ex-Alunos do Liceu de Artes e Ofícios). A partir de uma determinada época, eles deixaram de organizar os encontros transferindo a tarefa para os mais jovens.

Mas eles tinham uma reunião de pessoas que iam da década de 30 e poucos. Eles devem estar com uns 80 anos. Alguns devem ter muito. Aí, chegou uma época que a gente começou a frequentar. Eu já era professor do Liceu e eles me convidaram para participar e a gente descobriu que aquilo era uma espécie de truquezinho deles(...). A gente ia todo ano. Era o encontro anual dos ex-alunos. E tinham mulheres que tinham feito desenho de construção civil e decoração, junto com os homens. Famílias, muitas vezes. E, depois de algumas vezes que a gente foi, eles propuseram que a gente começasse a se organizar. Que eles já estavam passando o bastão. A gente aceitou de bom grado. A gente até conseguiu fazer numa determinada época. Fundamos a Associação dos Ex-alunos do Liceu de Artes e Ofícios. (SILVEIRA, 2018).

Esse é o grupo em que Paulo César da Silveira está inserido. Esse encontro anual continua ocorrendo sempre na primeira semana de dezembro. No entanto, em 2018 foi a primeira vez que não apareceu nenhum dos ex-alunos dos anos 60, 50 ou 40. A elevada idade já estava influenciando na mobilidade de alguns para a reunião anual. Apesar disso, ele ainda é um espaço amplo de sociabilidade que junta alunos de diversos cursos e ex-professores que também acompanham.

Para além deste grupo, há outros que se organizam até os dias atuais e compartilham diversas experiências em conjunto, como o da Cristina Fastellini. Apesar de ela não ter conseguido se formar no Liceu, a sua turma permaneceu em constante contato com ela e, assim, fomentaram diversos encontros que ocorrem ao longo do ano:

Esses cinquenta eram bastante ligados. Lógico, tinham os seus grupos. Cada um escolhia o

⁷⁷ Sobre a presença, ao longo da história, de mulheres no Liceu, não foi possível determinar ao certo quantas haviam em cada ano. No entanto, a partir da análise do **livro de notas de exames entre 1946 e 1948** é possível determinar a presença absoluta de homens como alunos. No que tange à indústria, ainda que se possa identificar algumas mulheres trabalhando na fábrica do Liceu, como o caso de Ana Bárbara Jordão (como já foi explanado anteriormente nesta dissertação), o seu número não parece ser tão alto ou pelo menos não possuem tanta visibilidade nas fotos do acervo ou em reportagens sobre a instituição. Nos anos 70, as mulheres começavam a aparecer com maior força nas classes de aula e, em alguns casos, superando o número de homens como no curso de Decoração, segundo o depoimento da ex-professora Ilze Mari Dell'Erba da Silva (DELL'ERBA, 2018).

seu grupo, mas ficaram boas amizades. Eu acho que da minha turma, para você ver... quando a gente se encontrou... Nós nos encontramos dessa vez, na foto que eu te enviei que tinha o Paulo César. Eu já namorava o meu marido. Isso foi 87, 86, 87. Depois nós nos encontramos quando fizemos 25 anos de turma. Aí foi legal, foi muito emocionante porque fomos no liceu. Nós conseguimos entrar no Liceu. Eu tinha feito o aniversário de 1 ano do meu filho e, então, aquela moça que tinha o bufet, ela se prontificou a levar tudo no Liceu e a gente faria a festa dos 25 anos lá. E foi bonito, porque aí a gente viu o Centro Cultural. Aí, a gente foi ver as obras de arte. E aí eles tinham feito tudo o que a gente viu... tudo o que já tinha visto quebrado, acabado, destruído à 25 anos atrás. Foi muito emocionante. Aí, gente foi ver a sala de aula que nós estudamos. O pessoal chorou muito. Muito. Muito. Então, é interessante isso, porque... Não sendo saudosista, mas era uma época que a gente era um grupo. A gente era um grupo. (FASTELLINI, 2018).

Quando perguntado para ela o Liceu tinha sido importante para sua carreira profissional, Cristina respondeu que sim e deu a sua justificativa sobre como a instituição a tinha auxiliado no mercado de trabalho. No entanto, não demorou muito tempo para que ela explorasse muito mais a dimensão humana da amizade. O Liceu havia possibilitado criar vínculos com pessoas que foram muito queridas para ela. A importância da instituição não estava apenas na sua formação, mas também nos laços firmados entre as pessoas:

(...) Então, mas o que que ele é importante para além do profissional. Porque eu acho que o profissional cada um segue o seu caminho. Como isto te faz crescer como pessoa. (...) Existe um carinho dessa turma. Eu vou te contar. No velório da minha mãe, foram uns seis. Minha mãe morreu e foram seis pessoas que estudaram comigo. Às vezes não vai um vizinho seu que mora ao lado e que tem convívio com sua mãe. Entendeu? Foi uma menina da Granja Viena, outro de Piracicaba, outra de Piracicaba e o Nasson, que é meu amigo. O Douglas também. Então são amizades que crescem. A gente ficou contando na semana passada “- Como vocês estão se virando?” no grupo. A menina que fez...a fisioterapeuta. “- Gente, eu vou ficar no hospital e...”. Eu perguntei a história da gente fazer a pizza na segunda-feira. Aí, essa menina ia ficar no hospital. Ela falou: “- eu vou dormir no hospital. Eu não sei como eu vou fazer. Os meus pacientes não podem.... eu não posso. Eu vou na segunda e não vou na terça, então eu vou dormir no hospital”. Então, existe aquela preocupação pelas pessoas, entendeu? Existe este carinho da gente. Foi neste encontro que nós tivemos a uns cinco anos atrás que foi a última vez que eu vi o Serginho, que ele estava vivo ainda. Você vê... tudo cara barbado chorando. Entendeu? Chorando, chorando. Ainda tinha esse cara que tinha ficado doente e diz que era um privilégio estar com todo mundo. A gente chorou. Esse dia que a gente fez 25 anos de Liceu, o povo chorou entrando na sala de aula. Chorou de emoção. Chorou pelo que foi. Os amigos, sabe. Você encontra os caras... tem uns que a gente não encontra faz tempo. Quando você encontra, a impressão que dá e que você encontrou com a pessoa ontem. Porque o carinho, as histórias, um gosta do outro. Então, sempre tem alguma história para contar. Então, é muito forte essa ligação do grupo mesmo. (FASTELLINI, 2018).

O terceiro grupo a qual eu encontrei em contato foi a do Elias Martins, que se chama “Dinos do Liceu”. Esse grupo também realiza diversos encontros, principalmente no próprio Liceu, quando a escola é aberta para as festas juninas. Foi em uma destas festas que eu conheci o Elias e a sua turma. Voltamos a nos encontrar mais uma vez no encontro anual da AEXALAO, quando ele forneceu o seu depoimento. Ele também deu enorme importância aos laços de amizade, destacando o seu grupo e as histórias pelas quais passou durante a sua juventude no Liceu de Artes e Ofícios. A

partir dessas vivências, é possível se aproximar um pouco mais do universo estudantil e como ele enxergava todo o seu ambiente ao redor:

Fiz boas amizades, fiz amigos. Amigos malucos. Um amigo falou para bater um papo aqui em São Paulo e fomos parar no Rio de Janeiro. Fomos acampar na Barra da Tijuca, uma barraca. E a minha mãe pensando que eu estava aqui pertinho. Apareci quatro dias depois lá. Ficamos lá acampando.

(...)

Era assim a turma, bem santinha. Aí tinha um amigo que lia jornal bem no meio da sala de aula. O nome dele é Gabi. Parecia o Garibaldi, a gente chamava de Gabi. Até hoje ele está... Ele gostava de ler jornal e aí um colega que se chamava Rasputin, foi lá e tocou fogo no meio do jornal dele, dentro da sala de aula. E ele lendo o jornal e o fogo subindo em cima. Subindo e subindo. (SOUZA, 2018).

O estudo da cultura escolar pode contribuir para desconstruir certos mitos que são propagados no senso comum. Um deles refere-se à escola de tempos passados em que era muito mais disciplinadora e extremamente repressiva com seus estudantes. Apesar de ser possível encontrar elementos que afirmem tal narrativa, estudar as vivências estudantis contribui para tornar o cenário um pouco mais complexo. Como se pode perceber, mesmo em uma escola tida como rigorosa, era possível identificar formas de transgressão dessa ordem e, nessa transgressão, podemos perceber as sociabilidades. Como nesse exemplo relatado por Cristina Fastellini:

Ele não lia os livros de português. E a professora - não me lembro do nome dela, mas eu vou lembrar. Era Geni? Não me lembro se era Geni - ela pedia para você resumir os livros e é interessante porque eu fui indo do primário, para o ginásio sem gostar muito de ler. Aí eu me lembro que ela deu o “Incidente em Antares” e foi dali que eu comecei a gostar de ler. E aí vieram o circo do livro. Que tudo era nessa época. E voltando ao Paulo: o Paulinho não gostava de ler e ficava perguntando para todo mundo: “- Como que a história era?” E cada um contava a história, o que tinha entendido. Aí, conclusão. Quando a professora dava nota e a nota dele era sempre a melhor. E aquilo foi deixando o pessoal meio cabreiro. Você perdia um certo tempo, você deixava de fazer os seus projetos, você entregava tudo correndo no final. E, aí, o cara não lia e... não dava. Aí, o que fizeram um dia. Resolveram contar a história errada para ele. Todo mundo combinou e a gente vai contar a história errada para ele. E deu azar de nesse dia, a professora chamar em voz alta. E chamou ele e ele começou a contar a história que não existia. E aí, conclusão. Foi aquele auê. Foi aquele auê. Foi muito divertido. Então, os meninos lembram, na verdade, de histórias que são muito boas. (FASTELLINI, 2018).

No que tange ao rigor, um aspecto que desagradava muitos aos estudantes era a impossibilidade de realizar a recuperação caso alguém tirasse uma nota insuficiente para passar de ano. Nas palavras de Elias: “No Liceu não podia repetir. Se você repetia, você caía fora. Não tinha segunda época, eu vou voltar a fazer” (SOUZA, 2018). Isso fazia com que os índices de reprovação fossem muito altos na instituição. Cristina foi uma dessas que acabou reprovando⁷⁸.

⁷⁸ Apenas em 1978 foram promovidas alterações no Regimento Escolar que fizeram com que fosse criado o Conselho de Classe no Liceu. Essas transformações também alteraram os sistemas de avaliação, de recuperação e o de estágio (CASAGRANDE, 1997, p. 85).

Porque era difícil, a gente estudava muito. Eu me lembro de ter estudando diversas noites de madrugada. Estudando, estudando, estudando, estudando. Porque era muito exigida. Eu me lembro que, quando repeti, eu precisava tirar 7 na prova. Eu não me lembro se eu precisava tirar 9 e eu tirei 7 e aí eu falava para o professor: “- Você precisava saber 90 por cento da matéria, mas se eu sei 70 por cento da matéria, eu sei bastante. Eu posso passar com 70 por cento da matéria”. Mas eu tinha ido muito mal. Eu tinha tirado 2 e aí, quando você ia para o exame final, você não ia só precisando de 5, você precisava de muito mais que os pontos aumentavam. Não era negócio fazer o exame e você não tinha segunda época também. Eu não me lembro de ter feito segunda época. Não tinha segunda época.. ou tinha? Não me lembro. Acho que a gente tinha sim. E..., mas não teve jeito. (FASTELLINI, 2018).

Segundo Cristina Fastellini, alguns alunos acabaram sendo favorecidos na obtenção de pontos ao conversar com os professores. No entanto, isso não acabou sendo aplicado a todos:

Teve notas que não foram coerentes. Mas eu penso que foi por eu ser muito do contra. Eu era muito do contra. Era muito de encher. Eu me lembro de ter ido lá falar com o diretor e o diretor rindo da minha cara. “- Ah, você repetiu? Hahahahaha”. Esse Arnaldo tinha um olho azul. Eu me lembro desses olhos falando comigo. Então, eu não sei se de repente... se era uma fase difícil politicamente, que você falava mais do que você podia. Eu não sei. (...)
Os meninos lembram dessa história. E aí, a gente pensou. Será que era porque a gente era influente. Influente em reclamar coisas. Porque lógico não existe escola perfeita e talvez a gente reclamasse alguma coisa que eu não me lembro agora o que era e, às vezes, incomodava. Pode ser isso também. Ou de repente, não. Eu não sei te dizer. Ou de repente, não podia dar para um, podia dar para outro. Eu não entendo como era isso.. (FASTELLINI, 2018).

Apesar do que ocorreu na escola, ela guarda boas memórias do tempo que ficou lá. Isso muito por conta do grupo de amigos com o qual manteve o contato. Mesmo não estando no espaço escolar no Liceu propriamente dito, essas redes de sociabilidade permaneceram e consolidaram em amizades que perduram até os dias de hoje:

Foi cair a terra, mas o que me salvou foi encontrar esses meus amigos, que já tinham feito Liceu e que tinham sido reprovados. E falaram “- Não, vocês vem para cá. Nessa escola do Tremembé, no jardim Tremembé”. Uma tal de Chafic, Chafic Jabali. Alguma coisa assim. A Escola chamava Chafic. Isso eu me lembro. E nós entramos lá no terceiro ano e fizemos a disciplina como d.p. (FASTELLINI, 2018).

4.4 O ensino técnico e o mercado de trabalho

Nem todos os ex-alunos do Liceu com os quais tive a oportunidade de conversar foram entrevistados, e isso por motivos variados. No entanto, ao invés de contarem a sua história de vida, alguns trouxeram alguns documentos da época que estudavam no Liceu. Uma dessas pessoas foi Walkiria André, que fez o curso técnico de Decoração, e que me enviou o seu histórico escolar. A partir deste, é possível identificar quais eram as disciplinas cursadas.

Quadro 2 – Currículo do Curso Técnico de Decoração do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo
(1975- 1978)

Currículo do Curso Técnico de Decoração		
	Disciplinas de formação geral	Disciplinas de nível técnico
1º ano (1975)	Língua portuguesa e literatura brasileira; Inglês; Educação Artística; Geografia; História; Matemática; Física	História da Arte; Desenho Geométrico; Tecnologia dos Materiais; Composição e Projetos; Geometria Descritiva
2º ano (1976)	Língua portuguesa e literatura brasileira; Inglês; Educação Moral e Cívica; Matemática; Física; Química	História da Arte; Desenho Geométrico; Tecnologia dos Materiais; Materiais e Revestimento; Composição e Projetos; Geometria Descritiva
3º ano (1977)	Língua Portuguesa e literatura brasileira; Organização Social e Política do Brasil; Matemática; Biologia e Programa de Saúde	História da Arte; Desenho de Móveis; Materiais e Revestimento; Marcenaria; Modelagem e projeto de decoração
4º ano (1978)		Higiene e Segurança do Trabalho; Elementos de Custo Industrial; Elementos de Legislação Aplicada; Organização e Normas; Desenho de móveis; Marcenaria; Maquetaria; Projeto de Decoração.

Fonte: Adaptado de acervo pessoal de Walkiria André (1975- 1978).

A partir dessa grade de disciplinas é possível extrair algumas conclusões, como a pouca presença, se comparado com os dias atuais, de matérias como geografia, história, química e biologia. Segundo este programa, essas disciplinas possuem apenas um ano de estudo. Além disso, percebe-se que o quarto ano era todo voltado para as disciplinas técnicas, não havendo nenhuma referente a formação propedêutica. Tais dados corroboram a teoria de que nas décadas de 70 e 80 havia um maior empenho na formação profissionalizante no Liceu de Artes e Ofícios. Segundo Cristiano Hernandez (2011), há uma transformação na grade curricular dos anos 90, que denota uma preocupação maior com os exames vestibulares para o ingresso no ensino superior:

No caso do Liceu de Artes e Ofícios, durante as décadas de 1990 e de 2000, essa mudança foi concomitante a uma mudança de perfil do aluno de ensino técnico, pois este procurava, geralmente, uma formação sólida também nas disciplinas que não pertenciam a sua formação profissional, dada a cobrança de conteúdos que “caiam” em vestibulares ou no ENEM e algumas evidências de que o currículo das escolas estava sendo alterado não apenas devido à legislação, mas devido a uma nova cultura escolar que foi sendo forjada a partir da LDB de 1996. Por exemplo, analisando documentos como diários ou planos de ensino, documentos oficiais da instituição que relatam dados importantes sobre conteúdos, avaliações, metodologias e alguns outros dados sobre os referidos cursos analisados, principalmente a partir de meados da década de 2000, percebe-se um alinhamento do que seria ensinado com os conteúdos e as habilidades exigidas pelos principais vestibulares de São Paulo e pelo Enem, além das habilidades solicitadas pela própria LDB de 1996. Muitos alunos do ensino técnico integrado ao médio reconheciam uma oportunidade de, ao mesmo tempo em que se especializavam em uma determinada profissão, também se prepararem para tentar a aprovação em vestibulares públicos e, assim, cursarem uma universidade e ampliarem suas formações profissionais ou até mesmo escolherem outras áreas profissionais.

Outro indício é o de que muitos alunos formados pelo Liceu não seguiam uma carreira profissional ligada à área na qual havia se formado necessariamente. Por exemplo, muitos alunos que se formaram no curso de Edificações acabavam por optar, na universidade, por cursos como Engenharia Civil ou Arquitetura, porém muitos outros optavam por cursos universitários muito diferentes de sua formação profissional, como o curso de Medicina ou de Direito (HERNANDEZ, 2011, p. 26-27).

Esta preocupação com os exames vestibulares pode ser vista até os dias atuais. Grande parte da propaganda do Liceu de Artes e Ofícios está vinculada ao fato de a instituição ser uma das que estão bem pontuadas no ranking do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e de concursos de faculdades públicas.

A partir do site oficial, é possível perceber que a instituição procura destacar os estudantes que tiraram as maiores notas nos exames vestibulares, apresentando histórias de exemplos como o de Isabelle Hyppolito, aluna do técnico multimídia, que tirou nota cem na redação da Unesp (Universidade Estadual Paulista) e que foi aprovada em Engenharia Ambiental pela Unifesp (Universidade Federal de São Paulo)⁷⁹. Ainda há o exemplo de Rafaela Tanimura, do ensino técnico de edificações, que tirou a nota máxima no Enem e conseguiu o primeiro lugar em Medicina na Universidade Federal do Pampa⁸⁰. Percebe-se que nenhuma das duas optou por seguir um curso de nível superior correlato ao que foi escolhido no curso técnico. No entanto, a escola as destaca justamente por elas apresentarem um forte discurso de agradecimento pela instituição ter dado à elas um ensino que possibilitou essas conquistas de acesso ao ensino superior.

Percebe-se que a possibilidade de ingresso no ensino superior é um atrativo que a escola procura ressaltar em sua propaganda. Como mais um exemplo, cito outra reportagem que o Liceu apresenta em sua página oficial em que apresenta a instituição como uma das melhores escolas por

⁷⁹ PARISOTTO, 2019b. Disponível em: <<http://www.liceuescola.com.br/noticias/aluna-do-liceu-tira-nota-100-na-redacao-da-unesp/>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

⁸⁰ PARISOTTO, 2019a. Disponível em: <<http://www.liceuescola.com.br/noticias/aluna-do-liceu-rafaela-tanimura-tira-nota-maxima-no-enem/>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

justamente apresentar os melhores resultados no Enem⁸¹. Essa valorização dos alunos que passaram no vestibular se contrapõe ao fato de a escola não apresentar tanta ênfase em quanto a instituição foi importante para alguns no mercado de trabalho. Apesar de ser uma escola de ensino técnico, não se pode perceber um discurso tão forte no que concerne a profissionalização. Na edição de 25 de setembro de 2016 do jornal O Estado de S.Paulo discute-se a importância de se escolher uma escola para o filho. Na página 128, afirma-se:

Houve uma época em que muita gente sem pretensão ou condição de cursar uma universidade optava pelo ensino técnico como garantia de conseguir um emprego ao fim da educação básica. Isso mudou. Atualmente, a maioria dos alunos desses cursos- em geral públicos e com processos seletivos concorridos- está de olho no ensino superior e a escolha por essa formação é exatamente com o objetivo de sair melhor preparado para os vestibulares. (DE OLHO, 2016, p. 128).

A reportagem segue dando o exemplo de Lucas Passeti, aluno do Liceu que realizou o curso de multimídia, mas que jamais tinha pensado em substituir o técnico pelo diploma de nível superior. Segundo a mãe do jovem, havia um desejo dele de ter um primeiro contato com o mundo do trabalho e que, quando ele escolhesse a profissão a ser seguida no ensino superior, ele tivesse mais subsídios e experiências para uma escolha mais acertada. Ou seja, a sua trajetória profissional não estava sendo definida pelo curso técnico. É bastante elucidativo também o seguinte trecho da reportagem em que a diretora do Liceu demonstra ter pleno conhecimento que o egresso, em sua maioria, não finaliza os seus estudos apenas com o técnico, optando posteriormente pela faculdade:

Em geral, nosso egresso opta pelo prosseguimento dos estudos”, afirma Patrícia Loureiro Marques Macedo, diretora-geral do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. “Em muitos casos, a formação técnica desenvolvida no colégio possibilita uma base bastante sólida que contribui para seu desempenho e formação no curso superior. (DE OLHO..., 2016, p. 128).

O elemento profissionalizante não desaparece por completo na escola, mas ele se dilui perante as outras obrigações impostas à escola de nível médio, como o de passar no vestibular. Ainda existem os cursos técnicos de “multimídia” e o de “automação industrial” e os panfletos da escola que os promovem ainda usa termos como “emprego” e “mercado de trabalho”, no entanto não com a mesma força da propaganda referente ao acesso ao ensino superior. Isto pode ser percebido até mesmo pelo tamanho desproporcional dos panfletos e o espaço obtido para tratar dos objetivos da instituição. Enquanto aquele que se refere à profissionalização é bem menor, apresentando um texto mais simples, a propaganda para o ensino médio é bem maior, apresentando

⁸¹ BUSTAMANTE; IZIDORO, 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/as-50-escolas-com-os-melhores-resultados-no-enem/>>. Acesso em: 4 mar. 2020.

dados estatísticos sobre o “ranking” da escola conforme a classificação dos exames das faculdades públicas.

Essa imagem de um curso excelente para o ingresso no vestibular não é encontrada nos discursos de publicidade da escola nos anos 70. A propaganda da instituição divulgada pelo jornal O Estado de S.Paulo no dia 3 de fevereiro de 1972, página 32, contém um texto que inclusive procurava desincentivar o acesso ao bacharel para que o jovem escolhesse o nível técnico.

Mais vale um técnico bem sucedido do que um bacharel sem emprego

O Liceu de Artes e Ofícios está com você nesta luta para vencer na vida. Ele tem mil vagas para os seus cursos de decoração, edificação e máquinas e motores. Esses cursos formam técnicos que fazem coisas que muito cara com anel no dedo não faz e ganham o que muito cara com anel no dedo não ganha. Os horários das aulas combinam certinho com aquele tempo que você sempre tem de sobra. Ou de manhã, ou de tarde, ou de noite. O curso dura três anos e vale como o Colegial de 2º ciclo. Mas, o mais importante de tudo isso é que é tudo de graça. O Liceu mantém o Colégio Industrial Francisco de Paula Ramos de Azevedo, para que você estude os três anos sem pagar um centavo pelo preço da fama. Agora que você já sabe que no Brasil de hoje e de amanhã os técnicos tem bons empregos garantidos, venha fazer sua inscrição no Liceu. Lembre-se de que um técnico bem remunerado, vale muito mais do que um doutor sem nenhum tostão no bolso. (MAIS..., 1972, p. 32).

Nos anos 70, a escola não possuía a preocupação de fazer com que os seus alunos passassem no vestibular. O seu curso visava a profissionalização dos estudantes e a inserção destes no mercado de trabalho. De certo modo, nessa época, o Liceu competia com as universidades no processo de formação da mão de obra. Diferentemente do que é encontrado em termos de publicidade da escola atualmente, em que o Liceu se compreende como não um concorrente, mas uma instituição que permite com maior facilidade o ingresso à faculdade.

Nos depoimentos coletados de ex-alunos, é possível perceber a ênfase dada ao mercado de trabalho proporcionado pelo ensino técnico. Paulo César da Silveira chegou a comentar que alguns de seus conhecidos preferiram não realizar o ensino profissional por já ter um diploma do Liceu.

As chances eram muito grandes! E eram muito grandes para muitas pessoas que até deixaram de fazer faculdade para se dedicar já imediatamente na área. Eu conheço ex-colegas que fizeram isso. Quero dizer: “- Para que que eu vou fazer?”. E não fizeram USP ou outra escola. Meu irmão também. Ele não fez, por exemplo, um curso de engenharia mecânica e só ficou com um curso lá. (...) E na época, ele também estava empregado em uma indústria multinacional, que era uma indústria holandesa que fazia um trabalho... faz até hoje... um trabalho junto aos abatedouros avícolas, com a carne que é exportada. Então, ele me dizia, em trânsito por São Paulo... o Brasil Todo... Holanda. Ganhando muito bem. Não teria nexo parar para fazer faculdade. Então essas oportunidades que o ensino no Liceu e o ensino profissional que normalmente dão. Elas são muito gratificantes.. (SILVEIRA, 2018).

No depoimento de Cristina Fastellini, percebe-se que ela não sabia ao certo a carreira que seguiria, estando em dúvida entre Decoração e Desenho de Arquitetura. No entanto, ela reafirma o caráter profissionalizante da instituição ao indicar que a grade curricular estava defasada se

comparado ao que era cobrado nos exames vestibulares:

Porque quando a gente faz o curso técnico, você tem algumas matérias que você não tem. Química eu acho que era uma delas. A gente não tinha química. Se não me falha a memória, a gente não tinha química no Liceu. Então você ia para o vestibular com déficit em algumas coisas porque você tinha feito um curso profissionalizante de 4 anos. Você tinha outro diploma. Tanto é que eu me lembro que a gente podia assinar... assinar plantas de dois andares, eu lembro que tinha uma definição de quanto a gente podia construir. Assinar no caso. (FASTELLINI, 2018).

Não foi possível determinar se, de fato, o curso de desenho de arquitetura não possuía a disciplina de química. No entanto, a justificativa de o curso não estar concatenado ao que era cobrado no vestibular, justamente por ser profissionalizante, já é um indicativo sobre o projeto pedagógico da escola. Um projeto que diverge daquele que será estabelecido posteriormente, com uma ênfase muito maior no acesso ao ensino superior.

Dando vazão a essa argumentação, a professora de história Ilze Mari Dell'Erba Silva comparou a situação da época em que dava aula no Liceu com o que ela presenciava no período em que lecionava no curso superior de administração em Sorocaba. Segundo ela, o acesso ao mercado de trabalho era muito mais garantido pelo curso técnico do Liceu do que pelo bacharel.

E tinha um aspecto, assim, muito positivo do Liceu que era o fato de que a grande maioria dos alunos ao se formar saíam já praticamente com emprego. Sabe, já com um emprego. E empregos bons. Não era... O que eu via acontecer é que o nível técnico que tinha um salário X e o nível superior... E assim, por exemplo, nas edificações isso era visível. Tinha o teto de edificações. Tinha o do engenheiro civil. A diferença era relativamente grande de salário entre um e outro, mas o que acabou acontecendo é que a do engenheiro civil que abaixou. Sabe? E o de técnico de edificações não baixou tanto quanto baixou do engenheiro. Porque havia uma falta de mão de obra qualificada nesse nível técnico, muito grande. Então, os nossos alunos saíam com empregos e empregos bons. Se bobeasse, se a gente vê, eles já estavam ganhando mais do que a gente estava ganhando como professores; no nível técnico. Então, o que eu lembro assim... Essa angústia que eu passei, por exemplo, dando aulas por 35 anos numa universidade particular dos alunos saindo, por exemplo, do curso de administração de empresas. Eles entravam no curso de administração de empresas como vendedores de uma loja de tinta. Eles saíam do curso de administração de empresa e, depois de um ano, eu calhava de encontrar, na loja de tinta, eles ainda como vendedores. Essa angústia de não ter a colocação adequada no mercado de trabalho pelo inchaço e pelo... pela queda mesmo do nível das escolas. Isso no Liceu eu não tinha. Os alunos já saíam 2 ou 3 anos e estava todo mundo trabalhando. Alguns iam para a faculdade, mas não era o curso que era feito para ingressar na universidade. E nem precisava, na verdade. Eles tinham uma colocação boa e depois de algum tempo. A gente ficava sabendo que entravam em faculdade. Mas era um curso técnico profissionalizante de verdade. Não era de faz de conta. (DELL'ERBA, 2018).

Tal ênfase na profissionalização pode ser encontrada no terreno dos discursos até os anos posteriores. Como no discurso do diretor da escola no início dos anos 90, em que se ressalta a capacidade da instituição de formar mão de obra para as empresas:

No final do século passado, todos os artífices-aprendizes da escola do Liceu que se tornavam artífices-operários especializados, obtido o diploma de habilitação, conseguiam rápida

colocação na indústria paulista. Hoje, mais de cem anos depois, os cerca de 300 alunos que a Escola Técnica do Liceu forma por ano ainda contam com a mesma facilidade de seus predecessores. “Temos em média quatro ofertas de empregos ou estágio para cada formando”, revela o prof. Valdemar Carusso, diretor da escola. “Entre as empresas que contratam nossos alunos estão a Autolatina, Telesp, Rhodia, Itaotec, Embratel, Olivetti, TV Globo, Sabesp e Encol, só para cita alguns”. (À FRENTE..., 1993, p. 34).

Durante algumas conversas com ex-estudantes, eu cheguei identificar alguns que apenas preferiram realizar o curso técnico, abdicando do ensino superior. Apesar desses comentários, muitos dos estudantes que realizaram o curso técnico optaram por realizar o ensino superior. Alguns em áreas que tinham correspondência com o curso profissionalizante de nível médio, mas outros que optaram por algo totalmente diferente. Em um certo trecho da entrevista de Cristina Fastellini, ela mostrou as fotos de seus colegas indicando a formação profissional deles. Entre alguns arquitetos que fizeram o curso de desenho, havia também gente que se formou em educação física, em administração, em história e muitos outros (FASTELLINI, 2018).

Percebe-se que a escola possuía um projeto pedagógico voltado mais à profissionalização. No entanto, isto não significava que os estudantes não pudessem fazer escolhas diferentes daquelas planejadas pela instituição. É preciso reconhecer a própria capacidade dos alunos agirem de forma autônoma, como atuantes de seu processo histórico. Cristiano Hernandez (2011) aponta para uma reestruturação da grade curricular nos anos 90 e 2000 a fim de atender as demandas para o ingresso no ensino superior. Estas demandas não surgiram de forma instantânea e podemos encontrar suas raízes desde os anos 70, quando o Liceu voltou a se inserir no sistema oficial de ensino permitindo a continuação dos estudos até a faculdade.

As mudanças no Liceu seguiram as transformações da economia nacional e internacional. Foi nos anos 70 que também ocorreu uma sucessão de eventos que gerou uma crise no capitalismo, afetando a sua estrutura produtiva, o que impactou o mercado de trabalho. Em 1973 e em 1979, a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) elevou o preço do petróleo causando um desequilíbrio nas contas de muitos países importadores. Além do mais, as altas oscilações do dólar, que se valorizava e desvalorizava, gerava uma preocupação no mercado. Devido esse quadro, ocorreram as primeiras grandes variações nas taxas de câmbio das economias nacionais e, com elas, o processo de especulação. A instabilidade no cenário macroeconômico arrefeceu os investimentos industriais e ao invés de estratégias de produção que visavam a padronização em larga escala buscou-se uma maior qualidade e personalização dos produtos (PINTO, 2007, p. 38). Tudo isto permitiu um questionamento do modelo taylorista/fordista e uma rápida difusão do toyotismo, que preconizava uma acumulação flexível sob a égide do livre mercado. Para tal projeto, foram eliminados direitos dos trabalhadores, minando a sua capacidade de articulação (PINTO, 2007, p.

41-42), algo que se acentuou no Brasil a partir da década de 90 a partir de certas políticas governamentais, seguindo até os dias de hoje (PINTO, 2007, p. 45).

Isto afetou principalmente os mais jovens, que se veem impedidos de ingressar no mercado de trabalho por já haver uma grande demanda de mão de obra melhor qualificada. Assim, devido a precarização e a pouca oferta de empregos, muitos acabam trabalhando em áreas que não correspondem ao seu grau de qualificação. Não é difícil, por exemplo, perceber que um cargo de nível técnico pode ser disputado por várias pessoas que possuem um nível superior⁸². O discurso neoliberal faz com que o indivíduo se culpabilize e passe a procurar cada vez mais cursos e instrução para se situar melhor nesse mundo (FAGIANI; PREVIATALI; LUCENA; FRANÇA, 2013, p. 209-210).

A partir de tal constatação, é possível compreender a crescente busca pela vaga no ensino superior e o desejo dos alunos em realizar um curso técnico. A partir de altos investimentos na rede de ensino técnico e devido ao seu caráter de ingresso, que seleciona os alunos a partir de uma prova, foi criada uma ideia de ensino de excelência que permite aos estudantes maiores possibilidades de alcançar boas notas nos exames vestibulares.

Todavia, este não é o único motivo pelo qual os alunos optam pelas escolas profissionalizantes. Geralmente há uma escolha do curso no ensino médio que se procura prestar e, apesar de nem sempre darem prosseguimento a ele no ensino superior, expressam que haviam um interesse sincero em conseguir a habilitação profissional. Isso pode ser explicado pela própria precarização do mercado de trabalho, que exige das pessoas cada vez mais qualificação. Ainda que o jovem não saiba ao certo qual será o seu rumo profissional, é preferível que ele tenha algum tipo de qualificação profissional para se situar numa posição melhor daquele que não tem.

As transformações do final dos anos 90 também estão associadas a reestruturação do mercado de trabalho sob a égide do neoliberalismo a partir de um dismantelamento dos direitos trabalhistas em nome dos ajustes fiscais. Emergiu uma crise do trabalho assalariado em que os vínculos entre patrão e empregado ficaram mais frouxos. Procurava-se elevar a produtividade com menor número de funcionários que acabam, por sua vez, em um regime extremamente precarizado. Para que isso ocorresse, o Estado Nacional realizou uma série de políticas públicas com o intuito de privatizar e reduzir a sua participação no exercício pleno da cidadania (como, por exemplo, o direito

⁸² Como exemplo dessa dinâmica, os autores Fagiani, Previtali, Lucena e França (2013, p. 209), no texto “Trabalho e Educação Profissional no Brasil: formação humana ou para o mercado?”, citam o caso do concurso público realizado na Universidade Federal de Uberlândia, em dezembro de 2011. Este estava relacionado ao cargo de “assistente administrativo”, que possuía a exigência mínima de um ensino médio profissionalizante. Todavia, a maior parte dos candidatos possuía qualificação superior.

ao trabalho) (KREIN, 2013, p. 15- 18).

Os alunos realizam um curso técnico não apenas porque a instituição apresenta uma boa qualidade para o ingresso no sistema superior, mas também para conseguir uma qualificação melhor em um mercado de trabalho que se precariza. Ainda que a pessoa não se decida ao certo sobre qual será o seu rumo profissional, é preferível que tenha algum tipo de qualificação adicional. Assim, ela já pode ter um primeiro contato com o mundo do trabalho e aumentar o seu leque de possibilidades de emprego.

Diferentemente do fordismo, que exigia a alta especialização do trabalhador, no final do século XX, ao menos no âmbito do discurso, passa-se a procurar um trabalhador polivalente, multifuncional e qualificado. Um sujeito que possa exercer diversos tipos de funções e que tenha disciplina, envolvimento e participação. Assim, o neoliberalismo não está presente somente nas políticas do Estado, mas também numa gama de pensamentos conservadores que valoriza a individualidade e a competição. Essas características das épocas atuais podem explicar a razão da procura de escolas técnicas, mesmo que o estudante já tenha em sua cabeça seguir por um outro caminho na universidade.

Nos anos 70, principalmente através de acordos com instituições norte-americanas, chegou no Brasil com bastante força a Teoria do Capital Humano, uma teoria com um viés calcado no discurso técnico e no da eficiência e produtividade, que preconizava investimentos na educação do indivíduo para a geração de riquezas no país. Assim, a educação ficava sujeita aos ditames da economia formando o sujeito para o mercado de trabalho, mas sem um ensino mais crítico que situe a sua posição no mundo. Contribuía-se, portanto, para uma despolitização e para uma competição entre os membros da sociedade, que procuravam cada vez mais qualificação para obter um emprego⁸³. Nessa perspectiva, acentua-se um individualismo exacerbado que passa a ignorar o planejamento do Estado na geração de postos de trabalho e na educação de qualidade:

Agora é o indivíduo que terá de exercer sua capacidade de escolha visando a adquirir os meios que lhe permitam ser competitivos no mercado de trabalho. E o que ele pode esperar das oportunidades já não é o acesso ao emprego, mas apenas a conquista do status de empregabilidade. A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do

⁸³ Nesse novo contexto, o conceito de competência é ressignificado a partir do quanto o trabalhador possui flexibilidade para atender as diversas demandas do mercado de trabalho, incluindo ter que mudar de profissão ao longo de sua vida. Ao conseguir estar empregado, exige-se uma pró-atividade agindo e pensando pela instituição, como se os interesses do empregador e do empregado fossem absolutamente os mesmos. Trata-se de sempre se manter atualizado e em constante alerta para conseguir a empregabilidade tão desejada. Todo esse investimento que o sujeito faz para si mesmo para conseguir uma posição no mercado de trabalho pode ser entendido como um revigoramento da teoria do capital humano, em que o seu crescimento econômico estaria associado a quanto mais o indivíduo investisse na sua autoformação (BATISTA; ARAUJO, 2009).

indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo (SAVIANI, 2013, p. 430).

A teoria do capital humano refundou-se diversas vezes, de tal modo que é possível encontrar seus traços até os dias atuais. Segundo Saviani (2012, p. 429-431), é como uma pedagogia da exclusão que prega às pessoas a necessidade cada vez mais formação educacional para sair de sua condição. Os que não conseguem acompanhar carregam consigo uma culpa, como se a responsabilidade fosse apenas a sua. Ademais, o mercado de trabalho informal cresce cada vez mais com essa perspectiva.

O projeto neoliberal não se encerrou no século XX⁸⁴, alcançando os dias de hoje com suas formas precárias de contratação, de terceirização e de “uberização”. Algo que gera rotatividade e pouco tempo de permanência nos postos de serviço (KREIN; ABÍLIO; FREITAS; BORBASI; CRUZ, 2018). Os altos níveis de desemprego, criando exércitos de reserva, também comprometem a estabilidade no mercado de trabalho e fazem com que muitos jovens passem muito mais tempo estudando para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

Todos os entrevistados ressaltaram bastante o papel profissionalizante do Liceu e a sua posição no mercado de trabalho. E ainda que tenham se referido ao ensino superior, percebe-se que não havia uma preocupação tão grande como nos dias atuais de que a escola fosse responsável por dar um ensino que contemplasse os vestibulares. É interessante notar que, se na contemporaneidade a escola destaca alunos que tiveram altíssimas notas em exames vestibulares, expondo a sua imagem como propaganda da instituição e pedindo para que eles deem o seu depoimento, nos anos anteriores havia um destaque maior dos alunos em sua carreira profissional. Em um manual da instituição denominado “Bolsas de Estudo LICEU para alunos com segundo grau completo”, há uma seção em que se rememora a trajetória de alguns ex-alunos dos anos 70. O que se destacou na redação do texto não foram os cursos de nível superior, mas sim os postos de trabalho ocupados.

José Carlos Sérgio formou-se em 1975, na 1ª turma de Desenho de Construção Civil do Liceu. Até o primeiro ano do curso, trabalhou como auxiliar de cobrança. Já no segundo ano,

⁸⁴ Ainda que o governo do Partido dos Trabalhadores tivesse tomado algumas iniciativas a favor da regulamentação pública do mercado de trabalho, como a política de valorização do salário mínimo, ampliação do seguro desemprego e uma nova regulamentação do estágio, por outro lado, houve um reforço da flexibilização das relações de trabalho a partir da lei de falência e recuperação judicial, a legitimação do trabalho aos domingos, a contratação de intelectuais e artistas como não assalariados e a reforma da previdência. Além do mais, segundo José Krein (2013), houve pouco avanço na ampliação de direitos e grande parte das medidas de maior impacto estiveram relacionadas à revogação no Congresso de projetos que tornariam mais precários os vínculos empregatícios. O processo de terceirização, contudo, foi cada vez mais se expandindo. Em 2016, aumenta-se demasiadamente os contratos de trabalho informais e os níveis de desemprego (algo que tinha abaixado nos governos anteriores) (KREIN; ABÍLIO; FREITAS; BORBASI; CRUZ, 2018).

iniciou estágio no escritório de arquitetura de Fernando Karazawa, onde foi efetivado como desenhista. Hoje, com 23 anos, José Carlos é um dos projetistas da equipe que executa projetos de residências e edifícios, utilizando os conhecimentos adquiridos no Liceu.

Wagner Margoelano, também formado em Desenho de Construção Civil, na turma de 1976, é projetista no escritório da Petrobrás, em São Paulo. Wagner trabalhava como vendedor na Cia. Antártica, quando entrou para o Liceu. No decorrer do curso, estagiou por seis meses na Prefeitura de Guarulhos e prestou concurso na Petrobrás, onde começou a trabalhar como desenhista. Promovido a projetista, Wagner era responsável por toda a parte de elaboração de layouts, desenhos de formulários e acompanhamentos do serviço de obras. Participa da equipe que supervisiona a construção da nova sede da indústria no Morumbi.

Osmir Tadeo Pereira formou-se em 1975 como Técnico em Mecânica. Trabalha há quatro anos na DF Vasconcellos, firma especializada na produção de instrumentos óticos. Osmir começou como estagiário, passando por todos os departamentos da engenharia industrial. Efetivado logo após o curso como técnico em mecânica, elabora projetos de dispositivos para fabricação de peças óticas, projetos de máquinas para usinagem de vidros e aparelhos de medição para lentes e prismas.

Fádua e João Carlos de Oliveira estão casados há três anos. Ambos cursaram juntos o curso de Edificações no Liceu e trabalharam na mesma empresa, a Dersa- Desenvolvimento Rodoviário S.A. O primeiro emprego de Fádua, ainda durante o curso, foi um estágio na L.A. Falcão Bauer, onde após três meses foi contratado como tecnólogo, passando a realizar ensaios de laboratórios com materiais, além de fiscalizar materiais nas obras. Após dois anos, Fádua entrou para a Dersa, onde atualmente é calculista no Departamento de programação e Controle. João Carlos trabalha na Divisão de Obras da Dersa, onde é assistente técnico na quantificação. Começou como auxiliar de escritório enquanto cursava o Liceu. No segundo ano, conseguiu um estágio remunerado na CTM Engenharia, local onde ficou por três meses, indo então para a RIC (Recuperação Industrial de Caldeiras e Equipamentos Técnicos) como responsável pela elaboração de projetos de tubulação. Ao se formar, João Carlos foi convidado a trabalhar na Dersa, onde começou como assistente técnico de medição. Atualmente é responsável pelo levantamento quantitativo de projetos, como os da Rodovia dos Bandeirantes e dos novos viadutos da Via Anchieta. João Carlos afirma: “O Liceu teve grande importância em minha vida profissional”.

No século XX, a ênfase na profissionalização pode ser encontrada em diversos discursos que procuram homenagear a instituição. Em uma edição comemorativa dos 120 anos do Liceu, portanto, publicada em 1993, é possível perceber que mesmo nos anos 90, a postura oficial da escola continuava sendo a de garantir o foco no nível técnico, havendo até mesmo uma certa “competição” com a profissionalização obtida pelo diploma universitário. Como pôde ser analisado, tal postura sofreu significativas transformações ao longo do século XXI:

Como os cursos são gratuitos, algumas pessoas também acham que a Escola Técnica do Liceu tem algo a ver com o Governo. Não tem. A manutenção da escola técnica, onde estudam 1.500 alunos, é garantido pela LAO Indústria através da comercialização de seus produtos. A vocação do Liceu é essencialmente profissionalizante.

Dos nossos cursos técnicos de segundo grau saem alunos com uma sólida formação técnica. E sentimos orgulho em dizer que, quando a LAO Indústria precisa contratar alguns dos nossos formandos, tem de disputar esses requisitos profissionais com as demais indústrias, todas ávidas por mão-de-obra qualificada.

A grande demanda por esses profissionais recém-formados é explicada pela nossa tradição de educação ao ensino e busca permanente da excelência tecnológica.

Na terra do diploma universitário sem emprego, o Liceu forma técnicos com trabalho garantido desde o primeiro dia da sua vida profissional (MUYLAERT, 1993, p. 43).

4.5 A formação do Centro Cultural do Liceu de Artes e Ofícios

O Liceu possuía uma coleção de estátuas que datava do final do século XIX e início do XX.

Eram réplicas de obras da antiguidade e do renascimento que possuíam a sua função de servir de estudo para as primeiras aulas que foram dadas na instituição. No entanto, conforme pode ser visto no fragmento de notícia do jornal abaixo, estas deixaram de cumprir o seu papel e ficaram no estoque esperando que algum dia fossem reutilizadas. Isso está associado às próprias mudanças de orientação da instituição que, aos poucos, começou a deixar o mundo da arte e do artesanato para o da indústria.

Assim a escola mantém a maior gipsoteca do Brasil- milhares de peças em gesso, cópias autênticas das mais famosas esculturas do mundo. Elas foram feitas quando ainda não havia a proibição de serem copiadas diretamente. Amanhã, se houver interesse, com base nessas peças poderão ser tiradas cópias em bronze, exatamente iguais às estátuas originais. Da mesma maneira, o Liceu está preparado para reabrir seus cursos de escultura e modelagem se, algum dia, essas artes voltarem a ser procuradas por um número grande de alunos; hoje, isso não dá dinheiro e, por isso, a escultura está em estoque, esperando uma outra época para ser divulgada e ensinada. (O LICEU..., 1969, p. 14).

Na mesma reportagem é afirmado que a arte estava ficando no passado e que não garantia mais a lucratividade para a escola como foi em uma época pretérita. Assim, esse acervo acabou sendo guardado, mantendo-se reservado dos olhos exteriores da comunidade do Liceu.

Nos anos 70, as estátuas eram armazenadas em um escuro subsolo, o que atraía atenção dos estudantes para saber o que de fato o que havia lá. Este acabou sendo um local onde os adolescentes se aventuravam, havendo diversas histórias que ficaram em seu imaginário:

Então, às vezes, a gente ia lá para fuçar o que tinha e na época de junho... Tinha um tal de Chancão. Tinha esse nome. Tinha um Sérgio Luiz, que era o chanquinho, e tinha esse tal de Chancão, que era um cara muito alto. Eu não me lembro. Ele era Wilson, alguma coisa. Ele tinha um ponche. Sabe, um ponche... aquele ponche e aí eu me lembro que a gente foi lá fuçar. Não sei o que a gente tinha na cabeça para ver, na hora do intervalo... descer para ver o que é que tinha. E eram umas obras de arte mesmo. A Vênus de Milo, obras de arte, de gesso. E um dia esse cara abanou o xale lá no escuro e tal da mulherada gritar e sair correndo. Sabe. Quer dizer, foi muito legal isso. (FASTELLINI, 2018).

Em 1980, inaugurou-se o Centro Cultural do Liceu de Artes e Ofícios. Um espaço de exposição aberto ao público que procurava resgatar a imagem artística de seu passado. Conforme já foi explicitado no capítulo anterior, o próprio traslado da Pinacoteca até os terrenos da Cantareira contribuiu para que a instituição se afastasse mais do mundo da arte. A formação de um Centro visava recuperar esses traços que sempre estiveram presentes na instituição. Foi uma própria tentativa de resgate de uma identidade que, inclusive, é responsável pela nomenclatura “Artes e Ofícios”. Ainda que já se estivesse em uma fase mais industrial, pairava sobre a instituição um certo discurso a respeito das artes:

Desde 1873, o ofício do Liceu é aliar tecnologia e arte. Como instituição mantenedora, temos há 120 anos uma série compromisso com a estética. Não é à toa que o edifício-sede do Liceu até 1951, projetado por Ramos de Azevedo e situado na Av. Tiradentes, bairro da Luz, em São Paulo, abriga hoje a Pinacoteca do Estado, uma das mais importantes instituições ligadas à arte em nossa terra. Nas atividades-fim, ou seja, na manutenção da Escola Técnica e do Centro Cultural, e também na instituição do Prêmio Tecnologia Liceu, é natural que a preocupação com nossas tradições de apuro artístico sejam preservadas. Mas também nas atividades-meio-fabricação de produtos industriais e execução de serviços- não descuidando da arte de projetar e executar aliando eficiência, beleza e tecnologia. (MUYLAERT, 1993, p. 7).

Assim, foi inaugurada a exposição “Arte é humanismo”, com um conjunto de 26 esculturas e uma apresentação audiovisual que contava sobre a história da arte. Eram 109 refletores de luz e um sistema sonoro que era comandado por um computador que conduzia os visitantes a um panorama sobre a produção artística do Ocidente, da Antiguidade até os dias atuais. Ainda havia uns 89 painéis fotográficos espalhados pela mostra que tratavam sobre a história da cidade de São Paulo e o papel do Liceu de Artes e Ofícios no seu crescimento.

A exposição possuía uma ampla divulgação pelos jornais da época e foram realizados convênios para que o espaço pudesse estar na rota de turismo de diversos pacotes. Como exemplo, cito o Novotel-Morumbi (PACOTE..., 1984, p. 49) e o projeto Turismetrô (ESPAÇO..., 1983, p. 36), que realizavam visitas guiadas a marcos da cidade de São Paulo. O Centro Cultural também continha um ônibus que servia para trazer o público de outras escolas para a visita. Foi criada toda uma infraestrutura para permitir que o espaço sempre fosse visitado e frequentado pelos demais:

Sob a coordenação de Carmen Pousada, o espetáculo passou a atrair público amplo: estudantes e clientes da indústria. “Arte e Humanismo” era oferecido às escolas públicas e particulares. Em convênio com a Prefeitura, o Liceu mantinha dois ônibus para que as escolas públicas pudessem transportar seus alunos até o Centro Cultural. O Centro Cultural tornou-se parte do circuito cultural da cidade e “a sala de visitas” do Liceu. Ali aconteceram recepções para clientes especiais, lançaram-se produtos e fecharam-se contratos. O objetivo de comunicação foi atingido plenamente e a relação custo-benefício foi muito positiva. A implantação do primeiro centro cultural da cidade foi, portanto, um sucesso. Partindo de cem mil visitantes em 1980, o espetáculo “Arte e Humanismo” atingiu em 1993 a extraordinária marca de 640 mil espectadores. (GORDINHO, 2000, p. 107).

Contudo, ao longo dos anos e aos poucos, essa influência acabou sendo desmontada e o público visitante tornando-se cada vez menor, de tal modo que as atividades começaram a se encerrar no século XXI.

Para além da exposição de peças clássicas, havia também cursos ofertados para toda a comunidade. Cursos esses que possuíam muito mais uma ênfase no artesanato e na arte, contrariamente a tendência que se apontava pela escola de um ensino voltado mais para a indústria. Em um panfleto disponibilizado pelo acervo da escola, denominado “Uma escola livre de arte e um

espetáculo aberto ao público”, é possível encontrar informações a respeito das atividades ofertadas pelo Centro Cultural:

Uma escola livre de arte e um espetáculo aberto ao público

Os cursos do Centro Cultural, por serem livres, estão abertos a todas as pessoas interessadas. vezes por semana e têm duração de três horas.

Desenho Artístico. O curso visa desenvolver a capacidade estética do aluno. Para isso é dividido em dois semestres: desenho, tratamentos gráficos, cor e composição, e figuras humanas. Aborda os fundamentos básicos da representação gráfica bem como as principais técnicas: grafite, aquarela, nanquim, pastel, essenciais na preparação de uma base sólida para o desenvolvimento de estudos superiores em artes visuais.

Pintura a óleo. Proporciona ao aluno fundamentos básicos em relação à pintura, nos seus mais diversos temas e tendências, assim como o perfeito entendimento da composição, equilíbrio, formas e cores.

Escultura em bronze. O curso desenvolve a criatividade, a sensibilidade e confere a capacitação técnica, através da modelagem em argila, criação livre e figurativa, moldagem e fundição em bronze, o aluno, ao término do curso tem condições de montar seu próprio atelier.

História da arte. Abrange da Pré-História à Arte dos dias de hoje. O objetivo é fornecer uma compreensão maior da transformação da humanidade através do prisma da arte. Oferece farta documentação bibliográfica, audiovisual e visitas a exposições.

Escultura em madeira. Proporciona ao aluno o aprendizado de várias técnicas de modelagem como também do desenvolvimento do processo criativo. O aluno inicia o curso com a modelagem manual, desenvolvendo as várias técnicas por ordem de dificuldade: rolinho, placas e aprendizado de pintura com englobe. Passa depois à modelagem no torno elétrico e à esmaltação de alta temperatura, para melhorar a qualidade final dos objetos produzidos.

Escultura em barro. Proporciona conhecimentos sobre escultura em termos gerais e desenvolve a técnica de confecção de formas em gesso e reprodução de objetos em série. Depois de aprender técnicas de desenho e modelagem, o aluno começa a esculpir em argila, por ser um material de fácil manuseio e que permite correções em qualquer etapa. Leva ao desenvolvimento da capacidade da leitura tridimensional.

Entalhe em madeira. Prepara o aluno para execução de baixos relevos em madeiras através do aprendizado técnico e do manuseio de ferramentas.

Gravura. Dá aos alunos e oportunidades de aplicar todas as técnicas de reprodução artesanal, através da confecção de matrizes para impressão.

Encadernação. Ensina teóricos sobre a história da encadernação. Ensina práticos sobre estruturação, empastamento e revestimento para os mais variados tipos de materiais e encadernações. Aborda ainda processo de cartonagem e inicia o aluno na restauração de livros. Cursos rápidos de caixas e álbuns.

Tecelagem e Tapeçaria. Fornece conhecimentos técnicos e práticos de tecelagem e tapeçaria em teares manuais com vários tipos de fios e materiais diversos, estimulando a criatividade. Procura também desenvolver no aluno a consciência de que a tapeçaria é uma expressão plástica e não simples arte manual.

Os cursos apresentados por esse flyer não se mantiveram os mesmos durante toda a existência do Centro Cultural. Houve transformações que excluíam alguns desses em determinadas épocas do ano e outras que incluíam outros cursos, como o de interpretação para o teatro e o de História em quadrinhos. No entanto, o que é importante destacar é que a educação dada nesse estabelecimento retomava certos princípios de arte e artesanato do Liceu de Artes e Ofícios do final do século XIX e início do século XX. Enquanto o ensino escolar estava voltado para o técnico de segundo grau com vistas à profissionalização para o mercado industrial ou de serviços, o do Centro rememorava uma tradição que tinha ficado um tanto esquecida pela instituição.

Esses cursos tiveram bastante impacto no público discente. Como está escrito nas

reportagens abaixo, muitos deles realizavam obras de arte e chegavam a expor os seus trabalhos em diversas galerias:

Os professores que ministram os cursos de artes e ofícios no Centro Cultural do Liceu não têm nenhuma pretensão de formar artistas e intelectuais, nem em transformar a instituição numa espécie de universidade. Mas os resultados são cada vez mais surpreendentes, superando as expectativas e ambições- muitos alunos saem de lá e vão diretamente a uma galeria montar a sua própria exposição. Outros ingressam no corpo docente, ensinando aos novos alunos as técnicas aprendidas em dois anos de estudo.

(...)

Os cursos práticos, com duração máxima de dois anos, são os de desenho, pintura, aquarela, nanquim e pastel, artes gráficas, decoração, artes decorativas, papel artesanal, entalhe em madeira, escultura em madeira, cerâmica e modelagem, escultura em barro, tecelagem, arte têxtil, e encadernação. As disciplinas teóricas: história da arte, arte no século 20 e uma breve análise de uma obra de arte. As aulas, dadas, em média, duas vezes por semana, duram três horas. Eventualmente, promovem-se cursos extras e palestras. O número de alunos matriculados por semestre fica em torno de 1.200.

(ARTESÃOS..., 1992, p. 13).

De 2 a 9 de setembro cerca de 100 alunos dos cursos de pintura, gravura e cerâmica do Centro Cultural do Liceu participaram de uma mostra didática, realizada no prédio central, onde expuseram os melhores trabalhos da safra de 93. O evento foi aberto com uma apresentação do Conjunto de Flautas Novo Barroco, formado por alunos da 4ª série do colégio Salesiano Santa Teresinha, de São Paulo. Em seguida, realizou-se em coquetel com a presença de mais 200 pessoas.

Segundo a coordenadora geral do Centro Cultural, Carmem Pousada, a mostra teve um caráter de incentivo e por essa razão foi aberta à participação voluntária, independente do nível de conhecimento dos alunos. “O visitante pôde ter uma noção geral das várias técnicas ensinadas nesses cursos e do momento em que o processo criativo é detonado”, diz ela.

(O MELHOR..., 1993, p. 2).

Paulo César da Silveira, que foi professor da instituição na época, relembrou alguns aspectos do Centro e do seu contato com o restante da comunidade escolar. Havia um espaço destinado à exibição das obras de arte e do espetáculo de audiovisual. No entanto, o Centro não se restringia apenas a esse lugar. Os cursos, por exemplo, não poderiam ser realizados no mesmo lugar que a mostra de estátuas. Assim, dentro da própria escola poderiam ser disponibilizados espaços para as atividades organizadas pelo Centro:

O centro cultural. Era uma coisa também muito interessante para os estudantes porque trazia pessoas de fora e pessoas de nível de formação muito variadas. Porque eles transitavam... O centro cultural não se remetia, não se reduzia ao espaço ao que hoje está sendo reformado,.. o galpão que queimou. Que era o galpão... na verdade aquele era o galpão, se não me engano, da oficina de serralheria artística. Ele era um espaço museológico que trazia toda a parte do que estou te falando: dos moldes, dos modelos, dos desenhos que os alunos copiavam, balaústres. Não sei se há fotos de referência desta parte. Como tinha também espaços de aula lá. Os porões, nos próprios desenhos de observação. Mas o prédio, também, que é atrás do prédio central do Liceu, que é o prédio de alvenaria, havia oficinas do Centro Cultural ali embaixo também. E haviam também oficinas na própria marcenaria. Nas várias oficinas. Então, a gente convivia com aquilo. Por que havia...- não no prédio que é o Centro Cultural- mas nesse outro prédio havia nos corredores que a gente passava... Porque a gente tinha aula nesse prédio também. Então a gente via os profissionais ensinando o pessoal que estava fazendo nas oficinas do Centro Cultural: de marcenaria, de mobiliário, ou o que seja. (SILVEIRA, 2018).

Apesar de toda efervescência nos anos 2000, as atividades do Centro Cultural foram

cessando. Primeiramente os cursos e as oficinas e depois a própria exposição, que nunca havia mudado desde 1980. Houve um certo abandono das práticas que ocorriam no espaço e o número de visitantes cada vez mais foi se escasseando. O Liceu de Artes e Ofícios não estava mais tão preocupado na divulgação de seu passado artístico e outras prioridades estavam cobrando maior atenção, como, por exemplo, o vestibular. Em 2011, o espaço do Centro, que já tinha se encerrado há algum tempo, sofreu um incêndio que consumiu grande parte das suas obras.

Apenas em 2018 foi inaugurado o Novo Centro Cultural do Liceu, que é bastante representativo da identidade que a instituição construiu para si. Conforme já foi explicitado no primeiro capítulo, consiste em um prédio branco com um design moderno que se afasta da arquitetura mais clássica. São dois pisos: um com uma exposição temporária e um outro, que expõe a história da escola em uma linha do tempo envolta de uma série de objetos de cultura material. Sobreviveram algumas estátuas do incêndio e que foram expostas, mas não houve um projeto de resgate da tradição artesanal a partir de cursos e palestras, como foi em 1980. A reconstrução do Centro deu-se a partir de outros paradigmas e o discurso dos novos tempos e da necessidade de atualização ganhou mais força.

No que refere à educação, a instituição preferiu se reservar muito mais ao ensino técnico e médio adotando uma ênfase na preparação para o vestibular. Isso é bastante perceptível ao se analisar as reportagens de jornais sobre o Liceu e as propagandas realizadas sobre instituição. Ainda que o Liceu não abandone por completo o discurso da profissionalização, é possível perceber que esse não possui a mesma força que possuía nos anos 70. Além do mais, o discurso de como a escola situa o aluno no mercado de trabalho e encontra diluído frente às necessidades de se ingressar no ensino superior. Destaca-se o estudante que tirou a maior nota no vestibular e as estatísticas, que revelam quantos conseguiram ingressar em faculdades públicas sem a necessidade de cursinho preparatório. No entanto, não é destacado quantos alunos conseguiram ingressar no mercado de trabalho a partir dos cursos técnicos do Liceu.

As práticas educativas do Liceu também estão consonantes com essa imagem criada sobre uma instituição que, de certo modo, substitui o cursinho. Há uma cultura escolar que estabelece como um dos eixos principais o ingresso ao ensino superior. Isto pode ser percebido a partir da formação de simulações para o vestibular e, conforme é analisado pela tese de Cristiano Hernandez (2011), pelas próprias grades curriculares que começam a se voltar cada vez mais para o conteúdo cobrado pelas instituições de nível superior.

Ao longo do século XX, é possível perceber uma série de transformações acerca dos

objetivos pedagógicos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Elas não partiram apenas das decisões individuais de uma diretoria, havendo também diversos outros fatores da sociedade ao redor que contribuíram para as mudanças percebidas na educação. Assim, para compreender melhor as dinâmicas de uma instituição de ensino, é necessária uma análise que dê conta da complexidade envolvida na relação entre escola-sociedade. Uma não pode ser considerada apartada da outra ou apenas um objeto sem autonomia que apenas reproduz os comportamentos de um mundo maior. A história do Liceu não é apenas um mero reflexo de uma legislação do ensino profissional, sendo que diversos agentes contribuíram para se pensar qual era o tipo de ensino que foi construído para atender as demandas de cada época. Em certos momentos, ele se adequa às leis, em outros resiste. Pensa em uma educação para trabalhadores de indústria, em outros tempos foca-se mais no ingresso no ensino superior, e assim por diante. Esses fatores evidenciam todo o dinamismo de uma escola.

Conclusão

Os anos 40 do século XX representaram uma nova etapa na história da educação brasileira em que teve início a articulação dos ramos de ensino em torno de um sistema único. Assim, o primário, o secundário, o superior e o profissionalizante tornaram-se conectados entre si a partir um modelo seriado e que foram regulamentados a partir das Leis Orgânicas (CUNHA, 2000b, p 38-39). Ao todo foram seis: a do ensino industrial, em 30 de janeiro de 1942 pelo decreto nº 4073; a do ensino secundário, em 9 de abril de 1942 pelo decreto nº 4244; a do ensino comercial, em 28 de dezembro de 1943 pelo decreto nº 6141; a do ensino primário, em 2 de janeiro de 1946 pelo decreto nº 8529; a do ensino normal, no mesmo dia pelo decreto nº 8530 e, por fim, a do ensino agrícola, em 20 de agosto de 1946 pelo decreto nº 9613.

O fato de a Lei Orgânica de Ensino Industrial ter sido a primeira a ser promulgada não foi por acaso. Este foi um momento da história brasileira em que a industrialização se constituía como uma pauta de extrema importância na agenda política do governo. Depois da crise de 29 e dos conflitos entre as principais potências do globo, tornou-se imprescindível que o Brasil transformasse a sua economia voltando-se mais para o segundo setor. Para capacitar esses operários, foram necessárias escolas profissionalizantes. Essa foi uma preocupação que começou no século XX e que se acentuou após os anos 40.

No século XIX, não havia esta emergência tão grande em investimentos no setor do ensino fabril. Existiram algumas iniciativas de fomento ao ensino profissionalizante, como a Casa de Educandos Artífices, o Asilo dos Meninos Desvalidos, Academia da Marinha, Academia Real Nacional, Academia de Artes, entre outras. No entanto, não havia uma política pública em escala nacional bem consolidada. Um marco da educação profissionalizante foi justamente 1909, no século XX, quando foi promulgado um decreto do presidente Nilo Peçanha com o intuito de criar uma escola de Aprendizes e Artífices em cada estado do Brasil.

Ao longo do século XIX, contudo, não houve uma política mais ampla de incentivo ao ramo profissionalizante, que sequer possuía menções na constituição. Destacou-se, na época, as iniciativas privadas que compuseram sociedades civis fomentando um ensino para capacitar trabalhadores. A primeira deles foi no Rio de Janeiro com a Sociedade Propagadora de Belas Artes em 1857. Depois vieram outras, como a Associação Liceu de Artes e Ofícios, em Salvador; a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, em Recife; a Associação de Instrução Popular, em Maceió e a Sociedade de Instrução Popular, de São Paulo.

Todas elas se transformam em Liceus e um dos que mais tiveram articulação com o restante

da sociedade foi o de São Paulo. Aproveitando-se do amplo crescimento que a cidade estava possuindo, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo conectou-se a partir de uma rede de contatos de autoridades políticas e econômicas, conseguindo produzir diversas encomendas para o município. A instituição funcionava como uma oficina-escola. Ao mesmo tempo em que os mestres ensinavam os seus aprendizes, produziam-se mercadorias que circulavam pela sociedade. Esse é um período do Liceu que foi bastante estudado pela historiografia do ensino profissional e pelos trabalhos na área de arquitetura. Afinal, a área da construção civil foi uma das que mais impulsionou a instituição.

Arquitetos famosos, como Francisco Paula Ramos de Azevedo e Ricardo Severo, compuseram a diretoria do Liceu e formaram diversos marcos na paisagem. O prédio da atual Pinacoteca do Estado de São Paulo, por exemplo, foi realizado pelo escritório de arquitetura de Ramos de Azevedo e foi a sede do Liceu no final do século 19 e início do 20. As oficinas da instituição produziram os monumentos de Duque de Caxias na Praça Princesa Isabel e o das Bandeiras no Ibirapuera, além de comporem a fachada do edifício dos Correios e Telégrafos e o mobiliário do Theatro Municipal de São Paulo. Houve toda uma produção de saberes que foi construída nesse lugar e que contribuiu para a formação de estilos como o da art nouveau, algo bastante marcado na cidade. Com uma relativa autonomia, cada artesão compunha um elemento da edificação, formando o conjunto da obra (ARANTES, 2004). Tal *modus operandi* foi criticado apenas nos anos 30/40, quando uma determinada corrente de pensadores passou a pregar a modernização, que consista na centralidade da figura do arquiteto com o desenho e a sua planta controlando as diversas etapas de produção.

Outra experiência que é bastante recordada nos estudos acadêmicos é a escola de mecânica anexa ao Liceu de Artes e Ofícios. Esta que foi administrada por Roberto Mange e que se constituiu como uma primeira experiência na realização das chamadas séries metódicas. As séries metódicas eram instruções de um ensino pautado a partir de uma lógica fordista/taylorista de produção em massa. O próprio Mange foi um dos idealizadores do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), que, por sua vez, almejava construir as bases de uma sociedade industrial orientada para controlar as relações de trabalho a partir de um ponto de vista de exploração capitalista.

Ainda que o trabalho do artesão não tenha desaparecido completamente, o início do século XX foi um momento recordado por muitos estudiosos como uma transição para uma sociedade que utilizava predominantemente uma força de trabalho industrial, sendo que o Liceu possuiu um papel significativo nessa transformação. Tal aspecto foi explorado com alguma frequência pelo mundo acadêmico, o que contrasta com o escasso volume de publicações sobre a instituição após os anos

40 do século XX. Isso porque a Academia concentrou-se muito mais nos impactos econômicos na cidade e no papel do Liceu no processo de transição de mão de obra aos impactos educativos e dos elementos da cultura escolar propriamente ditos.

Nos anos 40 do século passado existe todo um processo já mencionado de se constituir um sistema escolar com graus articulados entre si. Isso implicou em mudanças no posicionamento da instituição para se adequar à legislação. Em 1943, fundou-se a escola Ramos de Azevedo, que seguia os parâmetros da Lei Orgânica de Ensino Industrial, apartando a educação do setor fabril. Este foi um momento em que surgiu uma estrutura escolar mais bem definida e que uma grande parte da historiografia não tratou de analisar.

A forma como isso se construiu não foi isenta de conflitos e tensões e, em 1952, o Liceu de Artes e Ofícios optou pela desoficialização de seus cursos. Ou seja, ao invés de ofertar uma educação formal que desse um diploma de nível médio, seja ele o básico industrial ou o técnico industrial, era dado um diploma que habilitava o estudante para uma profissão sem dar a possibilidade da permanência de estudos em outros graus. Eram cursos livres de desenho arquitetônico, desenho de máquinas, de mecânica e formações em oficinas como a de serralheria, de funilaria, de torneiro mecânico, entre outros. A partir dessa “desarticulação”, concluiu-se que a instância educativa do Liceu estava muito mais preocupada com a formação de um tipo de mão de obra que realizasse tarefas de artífices, podendo alcançar os títulos de meio-oficial, oficial ou mestre de ofícios. Não havia pretensão de se atingir um nível técnico ou de fornecer um ensino que possibilitasse ao aluno o acesso ao ensino superior.

A educação continuava apartada do setor industrial. No entanto, é possível perceber a existência de laços entre eles. O aluno aprendia diversas lições estando no mesmo ambiente de trabalho que o operário e fazia algumas pequenas tarefas, como a pintura de um hidrômetro, o principal produto da fábrica. Isso porque não havia uma distância física muito grande entre as salas e as oficinas e o intuito era justamente capacitar o estudante para utilizar o mesmo maquinário usado na indústria. Portanto, o jovem podia passar por diversos ambientes de trabalho dentro do próprio Liceu adquirindo saberes variados, não recebendo um ensino específico como era realizado em outras escolas. O aprendiz não era sujeito a um mesmo currículo prenunciado pelas instâncias oficiais, o que lhe rendeu uma liberdade maior de composição.

Essa rigidez foi uma das razões pela qual o Liceu desoficializou o seu currículo. Aliás, uma das críticas ao sistema educativo e que foi bastante fundamentada na Mesa Redonda de 1954 organizada pelo Ministério da Educação era que a legislação dos anos 40 fixaram o currículo de tal

modo a não suportar as transformações da sociedade dos anos 50. A partir desse trabalho, foram sancionados a lei nº 3352/59 e o decreto nº 47038/59 (BRASIL, 1959), as quais deram uma maior autonomia para as escolas profissionalizantes (CUNHA, 2000b, p. 158).

Os anos 50 foram um período em que houve também toda uma discussão a respeito das articulações propostas pelas Leis Orgânicas. Segundo as leis promulgadas nos anos 40, se um aluno optasse por cursar, por exemplo, o industrial básico, caso quisesse progredir em sua trajetória na educação avançando de grau, ele apenas poderia prosseguir através do técnico industrial. E, por sua vez, o técnico industrial apenas possibilitaria alguns cursos específicos no nível superior. Enquanto havia essas restrições para os ramos profissionalizantes de nível médio, o nível propedêutico (ginásio e colegial) poderia, livremente, escolher qualquer área. A partir de debates sobre esses aspectos, aos poucos, começam a surgir as chamadas leis de equivalência, como a nº 1076/50 e a nº 1821/53, com o intuito de fazer com que o estudante tivesse maior liberdade de escolha para continuar a sua trajetória escolar (CUNHA, 2000b, p. 156- 158). Ao largo de todo esse processo estava o Liceu, que funcionara de um modo a não ofertar diploma de nível médio.

O ensino da arte no Liceu, que teve a sua importância no final do século XIX, constituindo até mesmo o nome da instituição, acabou sendo relegado a um segundo plano em detrimento das práticas industriais. Os cursos de escultura e modelagem foram extintos e a gipsoteca ficou guardada, longe da vista do público, até a formação do Centro Cultural em 1980. Toda essa desconexão com o campo artístico foi se realizando aos poucos ao longo do século XX. A própria desapropriação do Liceu do prédio da atual Pinacoteca (ocorrida oficialmente em 1946, mas que se estende para além do prazo devido ao atraso da entrega do terreno à escola, conforme estava previsto no acordo) foi bastante sintomático dos novos rumos que a instituição tomava para si.

Estudar a história de uma escola é perceber que ela se transforma o tempo todo e não permanece inerte perante os acontecimentos do globo. Os seus propósitos alteram-se e novas dinâmicas são criadas. Assim, nos anos 70, de um Núcleo Livre de Ensino Profissional, o Liceu transformou sua parte educativa em uma escola técnica, formando outras possibilidades de articulação com os demais ramos do sistema educativo. O seu ensino passou a fornecer o diploma de nível médio profissionalizante, capacitando o estudante para profissões diferentes daquelas que remetiam aos mestres de ofícios. Ao invés do ferramenteiro e do ajustador, a escola formava o técnico em mecânica, edificações e decoração. De acordo com o tempo, outros cursos se assomavam a esses, como os de eletrotécnica ou eletrônica (autorizados para começar no ano letivo de 1982) ou eram retirados da grade curricular em momentos adversos. No entanto, o que é

importante ressaltar é que o Liceu construiu um outro projeto pedagógico sobrepondo os outros objetivos que estavam presentes nos anos 50 ou 60. Segundo a direção da escola, outras instituições, como o SENAI, já tinham preenchido a lacuna da formação de técnicos-oficiais e, assim, o Liceu passou a enveredar por diferentes caminhos que estavam em expansão nessa década.

As transformações espaciais na Rua da Cantareira, sede do Liceu, também contribuíram para as alterações do currículo. As oficinas que se localizavam na região foram transladadas para o Parque Industrial da Água Branca, o que resultou em mais espaços para as atividades educativas e no afastamento dos estudantes do setor produtivo. Ainda que 1943 já tivesse representado uma dissociação entre as duas áreas, ainda havia contatos dos alunos com as oficinas que eram, inclusive, permitidas pela proximidade geográfica. Nos anos 70, estes contatos não podiam ser mais estabelecidos da mesma maneira que ocorriam anteriormente. Os objetivos eram outros e o contato com o âmbito profissional era dado através dos estágios de nível técnico.

Em 1980, foi criado o Centro Cultural do Liceu de Artes e Ofícios com o intuito de expor as esculturas de gesso que tinham sido usadas no início da instituição para o estudo do desenho, da confecção de obras e da história da arte. Estas estátuas eram cópias idênticas, em tamanho e proporção, de esculturas clássicas e do Renascimento. Para além disso, o Centro possuía uma série de cursos abertos à comunidade sobre questões referentes ao artesanato e à arte, como gravura, desenho, entalhe em madeira, cerâmica, tecelagem, entre outros. Isso representou uma aproximação com o campo artístico que o Liceu havia se afastado devido a ênfase no ensino industrial. Contudo, isso não significava um retorno em absoluto das práticas que regiam o Liceu em sua origem. É importante ressaltar que o Centro mantinha-se como uma entidade apartada da escola técnica, ou seja, possuía autonomia, não se envolvendo com o ensino formal⁸⁵.

Nesses primeiros anos como escola técnica, é possível registrar um enfoque pedagógico voltado predominantemente para a formação para o mercado de trabalho. As propagandas do Liceu e a imagem que ele construiu para si nesse período enfatizavam o caráter profissionalizante do seu ensino médio em detrimento de um propedêutico. Apesar de o diploma da escola também permitir o acesso ao ensino superior, não era esse o elemento mais valorizado, e os depoimentos dos ex-alunos apenas confirmam esse viés de capacitação para um emprego.

Isso, contudo, não permaneceu durante toda a trajetória da escola técnica. Aos poucos, a instituição transformou-se, deixando de priorizar o mercado de trabalho para atender as demandas

⁸⁵ Com o passar dos tempos, as atividades foram cessando até o momento em que o próprio Centro foi fechado já no século XXI. Em 2011, o lugar foi destruído devido um incêndio. Apenas em 2018, um novo centro é construído no mesmo espaço, porém, adotando uma nova organização e sem os cursos que caracterizavam o primeiro.

do vestibular. Essa transformação não se deu apenas a partir de iniciativas da direção e do corpo docente, mas também dos próprios estudantes que ingressavam no Liceu e que passaram a focar-se mais nas atividades referentes ao ensino superior. Para compreender essa mudança, torna-se necessário examinar as relações de trabalho presentes no final do século XX e início do século XXI, que está associado ao processo de flexibilização do vínculo empregatício e da precarização. Estas determinaram a forma como os agentes escolares percebiam o curso técnico.

As políticas neoliberais, que tiveram impulso no globo como um todo a partir da crise do petróleo, afetaram o Brasil sobretudo nos anos 90, precarizando os vínculos empregatícios. A partir de uma ideologia que pregava a necessidade de uma flexibilização, houve um desmonte de políticas do bem-estar social e da segurança trabalhista em prol de uma acumulação maior de capital para uma elite. Os níveis de desemprego também compõem uma parte essencial desse projeto, formando um exército de reserva a fim de tornar menos custosa a mão de obra para o empregador.

Logo, ao perceber a dificuldade existente em encontrar um emprego e de se manter nele, passa-se a exigir cada vez mais do jovem um nível de qualificação maior e que ele consiga exercer múltiplas funções nessa sociedade, algo que acaba gerando também um sentimento de competição entre os cidadãos. Portanto, dependendo de algumas áreas, ter apenas um diploma de nível técnico significa ter uma dificuldade, muito maior do que havia nas décadas passadas, de conseguir ser aceito pelo mercado. Outro fator que não merece ser descartado é o preconceito dos empregadores em contratar mão de obra técnica, preferindo o sujeito que possui o bacharel, como se este fosse necessariamente melhor para a tarefa designada.

O fato de o Liceu ter um ensino que apresenta altos índices de aprovação nos vestibulares é um elemento de atração significativo para os jovens e que justifica o desejo de grande parte deles em ingressar na instituição. Todavia, esse não é o único elemento que leva alguém a prestar o curso técnico. Os estudantes refletem sobre qual curso desejam prestar e não escolhem um curso por acaso apenas porque a escola possui êxito nos rankings de instituições que mais aprovam nos cursos superiores.

Para muitos alunos, o curso técnico é encarado como um pequeno contato com o mundo profissional para entender se realmente é isso que ele deseja como área para prosseguir no ensino superior. Ou até mesmo para adquirir uma habilidade que pode ser útil no futuro, mesmo que esta habilidade não contemple exatamente a carreira profissional pretendida. O diploma por si só também é um valor que não pode ser ignorado, afinal, em uma sociedade competitiva, ter uma qualificação a mais pode representar uma posição melhor no mercado de trabalho.

Estes são fatores que justificam os jovens optarem pelos cursos técnicos no Liceu. No entanto, se constata o grande número de pessoas que realizam um curso técnico diferente da área escolhida na faculdade e que não se inserem no mercado de trabalho somente pelo diploma da escola. Tais dados elucidam as prioridades dos egressos do ensino médio no Liceu e como o seu público percebe a educação fornecida pela instituição.

A própria propaganda da escola alterou-se, evidenciando-se maior ênfase em sua capacidade de fornecer um ensino propedêutico. Ainda que o discurso da profissionalização não tenha desaparecido por completo, a imagem que a instituição criou para si nesse momento foi a da excelência para se preparar para o vestibular. Isso impactou na forma como o Liceu criou as suas mensagens no site oficial, nos folders e nas próprias práticas em sala de aula. Nos anos 70, a articulação com o ensino superior já era permitida, mas apenas no período próximo ao século XXI que esse vínculo se tornou uma meta da direção.

O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo é uma instituição com uma longa trajetória temporal, sendo testemunha de diversos acontecimentos que alteraram a sociedade brasileira e a sua própria proposta educativa. A escola não está parada no tempo e responde às diversas demandas surgidas em cada época. Os objetivos para com o ensino e como se estrutura para atingi-los são questões históricas, logo, passíveis de transformação. Conforme a escola se inseriu em um sistema educativo articulado em graus, ela teve que se adaptar e repensar os seus elos com os demais ramos de ensino e como ela contribuiria para a trajetória do seu estudante. Esses aspectos foram variando de acordo com as decisões dos próprios agentes escolares a partir das pressões advindas da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. **A vitória da razão(?)**: o IDORT e a Sociedade Paulista. São Paulo: Editora Marco Zero, 1993.
- ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2004.
- BATISTA, Eraldo Leme. **Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil**: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT. Campinas: Autores Associados, 2015.
- BATISTA, Roberto Leme; ARAÚJO, Renan. A reestruturação produtiva e o festival de teses sobre educação e qualificação profissional. **Revista HISTEDBR-Online**, Campinas, p. 162-180, maio 2009. Número especial.
- BELLIZIA, Ana Paula. **Educação Profissional e Organizações Não Governamentais**: panorama dos cursos de formação profissional de jovens trabalhadores no município de São Paulo. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **Artesanato**: arte e indústria. 1988. 523 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, civilização e trabalho**: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- BOSI, Eclésia. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz; Edusp, 1979.
- BRANCO, Bernardo Castello. O Liceu de Artes e Ofícios, São Paulo, **Revista do Departamento do Patrimônio Histórico** - Secretaria Municipal de Cultura, ano V, n. 5, p. 136-137, jan. 1998.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Escritório Técnico de Ramos de Azevedo, Severo & Villares: longevidade, pluralidade e modernidade (1886-1980). **Revista CPC**, n. 19, São Paulo, p. 194-214, jun. 2015.
- BUSTAMANTE, Luisa; IZIDORO, Isabela. As cinquenta escolas com os melhores resultados no Enem. **Veja**, São Paulo, 08 nov. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/as-50-escolas-com-os-melhores-resultados-no-enem/>>. Acesso em: 4 mar. 2020.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2013.
- CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo, Editora Unesp, 2009.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 29- 60.

CASAGRANDE, Sandra Regina. **Desenvolvimento do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e o seu papel na formação da mão de obra qualificada para a arquitetura paulistana nos seus 124 anos**. 1997. 135f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 1997.

CASTANHA, André Paulo. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. **Revista HISTEDBR-Online**, Campinas, p. 309-331, abr. 2011. Número especial.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHEVALLARD, Yves. **La transposición didáctica: del seabr sabio al saber enseñado**. Buenos Aires, Aique, 2000.

CHIARELLI, Tadeu. **Um jeca nos vernissages**. São Paulo: Edusp, 1995.

COLI, Jorge. **O que é Arte**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. (Primeiros passos, 46).

CONCEIÇÃO, Marcelo Rodrigues. **Historiografia do Ensino Profissional Paulista: as marcas do modo de produção**. 2010. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CONTIER, Raquel Furtado Schenkman. **Do vitral ao pano de vidro: o processo de modernização da arquitetura em São Paulo através da vidraçaria (1903-1969)**. 2014. 266 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco de. **Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. São Paulo: Editora Senac, 2017.

CORDÃO, Francisco Aparecido. A educação profissional no Brasil. In: PARDAL, Luís; VENTURA, Alexandre; DIAS, Carlos (Orgs.). **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 43-109.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 89-107, maio/jun./ago. 2000a.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília, DF: Flacso, 2000b.

_____. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília, DF: Flacso, 2005a.

_____. **O ensino de ofícios artesanais nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília, DF: Flacso, 2005b.

_____. Ensino Profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 154, p. 912-933, out./dez 2014.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p 185- 191, 2009.

D'ANGELO, Márcio. **Caminhos para o advento da escola de aprendizes e artífices de São Paulo (1910- 1930)**: um projeto das elites para uma sociedade assalariada. 2010. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880- 1945)**. São Paulo: Edusp, 1971.

D'ELBOUX, José Roberto. O ensino de caligrafia, desenho de letras e tipografia no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. In: 12º CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 2016, Belo Horizonte. **Proceedings...** São Paulo: Editora Blucher, 2016. p. 369-381.

DURAND, José Carlos. **Arte, privilégio e distinção**: artes plásticas, arquitetura e classes dirigentes no Brasil (1855- 1985). São Paulo: Perspectiva, 1989.

ESCOLANO, Agustín; VIÑAO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

EXPILLY, Charles. **Mulheres e Costumes do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

FAGIANI, Cilson César; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Carlos; FRANÇA, Robson Luiz de. Trabalho e educação profissional no Brasil. Formação humana ou para o mercado? In: BATISTA, Eraldo Leme; MULLER, Meire Terezinha (Orgs.). **A Educação Profissional no Brasil**: história, desafios e perspectivas para o século XXI. Campinas: Editora Alínea, 2013. p. 203- 218.

FAUSTO, Boris. **Trabalhador urbano e conflito social (1890-1920)**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1986.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. **Memórias de Ofícios**: história dos artesãos de Ofício em São Paulo. São Paulo: Intermeios, 2018.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961.

FONSECA, Sônia Maria. O “Ensino Profissional” no Brasil Colônia: a propósito de três planos de estudos e ensino- Nóbrega, Pombal e Lebreton. In: BATISTA, Eraldo Leme; MULLER, Meire Terezinha (Orgs.). **A Educação Profissional no Brasil**: história, desafios e perspectivas para o século XXI. Campinas: Editora Alínea, 2013. p. 17-37.

GITAHY, Maria Lucia Caira. Qualificação e urbanização em São Paulo: a experiência do Liceu de Artes e Ofícios (1873-1934). In: RIBEIRO, Maria Alice Rosa (Org.). **Trabalhadores urbanos e ensino profissional**. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1986. p. 19- 118.

GOMES, Hélica Silva Carmo. Os Modos de Organização e Produção do Trabalho e a Educação Profissional no Brasil: uma história de dualismos e racionalidade técnica. In: BATISTA, Eraldo Leme; MULLER, Meire Terezinha (Orgs.). **A Educação Profissional no Brasil**: história, desafios e perspectivas para o século XXI. Campinas: Editora Alínea, 2013. p. 59- 81.

GORDINHO, Margarida Cintra. **Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo**: missão excelência. São Paulo: Marca d'água, 2000.

GOUVEIA, Rosita. **A exposição de arte francesa de 1913 na Pinacoteca do Estado**. 1983, 13p., mimeografado.

HERNANDES, Cristiano. **As Ciências Humanas no ensino técnico profissionalizante do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (1992- 2012)**. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

KREIN, José Dari. As transformações no mundo do trabalho e as tendências das relações de trabalho na primeira década do século XXI no Brasil. **Revista NECAT**, Santa Catarina, ano 2, n. 3, p. 6-25, jan./jun. 2013.

KREIN, José Dari; ABÍLIO, Ludmila; FREITAS, Paula; BORBASI, Pietro; CRUZ, Reginaldo. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, SP, n. 52, p. 41-62, 2018.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

LAFER, Celso. O Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956- 1961). In: LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975. p. 29- 50.

LICEU DE ARTES DE OFÍCIOS DE SÃO PAULO. **Livrete comemorativo do 85º aniversário da Fundação do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo**. São Paulo: [s.n.], 1958.

LIMA, Silvia Elena de; SANTOS FILHO, Salvador dos; SANTOS FILHO, Clovis Roberto dos. **Os (des)caminhos da educação profissional e tecnológica no estado de São Paulo**: das raízes às reformas neoliberais: aspectos históricos e reflexões políticas. São Paulo: Sintesp, 2008.

LOVETRO, José Alberto. Quadrinhos- a linguagem completa. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 2, p. 94- 101, jan./abr. 1995.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANGE, Roberto. Ensino Profissional racional nos cursos de ferroviários da escola profissional de

Sorocaba. **Revista de Organização Científica**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 16-34, jan. 1932.

MARQUES, Vera Regina Beltrão; PANDINI, Silvia. Feios, sujos e malvados: os aprendizes marinheiros no Paraná Oitocentista. **Revista Brasileira de história da educação**, Campinas, n. 8, p. 85-104, jul./dez. 2004.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Instrução “popular” e ensino profissional: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana; HILSDORF, Maria Lúcia. (Orgs.). **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 169-204.

_____. **A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo (1873-1934)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MOTTA, Flávio. **Contribuição ao estudo do Art Nouveau no Brasil**. 1957. 83 f. Tese (Cátedra) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1957.

MILANI, Eduardo Hofling. **Imagem Corporativa: Aspectos teóricos e aplicativos do projeto do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo**. 1995. 106. f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 1995.

MULLER, Meire Terezinha. A educação profissionalizante no Brasil e no SENAI: a formação para o trabalho. In: BATISTA, Eraldo Leme; MULLER, Meire Terezinha (Orgs.). **A Educação Profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o século XXI**. Campinas: Editora Alínea, 2013. p. 85- 121.

MUYLAERT, Roberto. **Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo: 120 anos**. São Paulo: RMC Comunicação, 1993.

NAGAMINI, Marilda. **Contribuições para a história da construção em São Paulo: o ensino e a pesquisa**. 1999. 253. f. Tese (Doutorado em história) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

NASCIMENTO, Ana Paula. 1913 - A exposição de arte francesa no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo: o que fazer com o que restou? In: HISTÓRIAS DA ARTE EM EXPOSIÇÕES, 2014, Campinas. **Anais...** Campinas: Modos, 2014, p. 214- 226.

NASCIMENTO, Oswaldo Vieira do. **Cem anos de ensino profissional no Brasil**. Curitiba: Editora IBPEX, 2007.

PARISOTTO, Silvio. Aluna do Liceu Rafaela Tanimura tira nota máxima no Enem. **Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo**, São Paulo, 26 jul. 2019. Disponível em: <<http://www.liceuescola.com.br/noticias/aluna-do-liceu-rafaela-tanimura-tira-nota-maxima-no-enem/>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

_____. Aluna do Liceu tira nota 100 na redação da UNESP. **Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo**, São Paulo, 26 jul. 2019. Disponível em: <<http://www.liceuescola.com.br/noticias/aluna-do-liceu-tira-nota-100-na-redacao-da-unesp/>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e**

toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.

_____. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

RIBEIRO, Maria Izabel Meirelles Reis Branco. **O museu doméstico**: São Paulo, 1890-1920. 1992. Dissertação (Mestrado em Artes)- Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ROSSI, Mírian Silva. **Organização do Campo Artístico de São Paulo**: 1890- 1920. 2001. 220 f. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SALMONI, Anita; DEBENEDETTI, Emma. **Arquitetura italiana em São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; LOPES, Eliane Maria Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 205-224.

SANTOS, Renato Marinho Brandão; AFONSO, José António Martin Moreno. Leituras higienizadas: análise dos manuais adotados nas Escolas de Aprendizes Artífices (1909-1937). **History of Education in Latin America- HistELA**, v. 1, p. 1- 20, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SEVERO, Ricardo. **O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo**: historico, estatutos, regulamentos, programas, diplomas. Liceu de Artes e Ofícios, São Paulo, 1934.

SILVA, Armando Sérgio da. **Uma oficina de atores**: a escola de arte dramática de Alfredo Mesquita. São Paulo: Edusp, 1988.

SILVEIRA, Paulo César da. **O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo**: arte e indústria em São Paulo. São Paulo: FAU, 1983.

SUPERINTÊNCIA do Ensino Profissional da Secretaria da Educação e Saúde Pública. **Programa do Curso Industrial de fundição em experiência nas escolas industriais do Estado**. São Paulo, 1943.

TARASANTCHI, Ruth Sprung. **Pintores paisagistas**. São Paulo: Edusp/ Imesp, 2002

THOMPSON, P. A entrevista. In: THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WEINSTEIN, Barbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez; CDAPH-USF, 2000.

VIDAL, Diana. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e práticas escolares. **Currículo sem fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 25- 41, jan./jun. 2009.

ZANETTI, Augusto; VARGAS, João Tristan. **Taylorismo e fordismo na indústria paulista**: o empresariado e os projetos de organização racional do trabalho, 1920- 1940. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007.

ZIBAS, Dagmar M. L. Breves anotações sobre a história do ensino médio no Brasil e a reforma nos anos de 1990. In: PARDAL, Luís; VENTURA, Alexandre; DIAS, Carlos. **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal**: raízes históricas e panorama atual. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 3- 15.

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA

ACERVO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO

Acervo fotográfico da escola Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo

À FRENTE no mercado de trabalho. **Revista LAO**, n. 9, São Paulo, RMC Comunicação Ltda., p. 34-36, 1993.

A JUVENTUDE da velha turma de 1945. **Revista LAO**, n. 4, São Paulo, RMC Comunicação Ltda., p. 19, 1993.

ARTESÃOS: mestres do ofícios. **Revista LAO**, n.3, São Paulo, RMC Comunicação Ltda., p. 13, 1992.

AS LEMBRANÇAS de João Folloni. **Jornal LAO**, n.1, São Paulo, RMC Comunicação Ltda., p. 8, 1992.

A VOLTA da velha Turma. **Revista LAO**, n.9, São Paulo, RMC comunicação Ltda., p. 37, 1993.

CAMUSSO, Valdemar; SILVEIRA, Paulo César da. **Uma história sempre atual.** Revista Sci-Licet, n. 8, p.7, 1993.

ELA cresceu e casou no Liceu. **Jornal LAO**, n.2, São Paulo, RMC Comunicação Ltda., p.6, 1993.

ESCOLA Técnica “Ramos de Azevedo” do Liceu de Arte e Ofícios. **Programa de Cursos. Admissões e outras disposições.** São Paulo, 1943.

LICEU de Artes e Ofícios. **Estatutos.** São Paulo, 1903.

_____. São Paulo, 1934a.

_____. São Paulo, 1939.

_____. São Paulo, 1942.

_____. São Paulo, 1955.

_____. São Paulo, 1968.

_____. São Paulo, 1972.

_____. São Paulo, 1973.

_____. São Paulo, 1978.

_____. São Paulo, 1987.

_____. São Paulo, 1989.

_____. São Paulo, 1996.

LICEU de Artes e Ofícios. **Regulamento das oficinas.** São Paulo, 1927.

_____. São Paulo, 1934b.

_____. **Escola Prática de Artes e Ofícios.** Programa e Organização das classes profissionais e oficinas. São Paulo, 1934c.

_____. **Excerpto do seu regulamento geral e regulamento interno (regimento**

disciplinar). São Paulo, 1943.

Livreto com informações sobre o Centro Cultural do Liceu de Artes e Ofícios

Livreto “Use o Liceu- Projeto de obras civis e arquitetura de interiores”

Livro das solenidades com assinaturas de 1936 até 1972

Livro de notas de alguns exames dados em 1946 até 1948

Livro “Ensaio de fadiga em hydrometros LAO”

Livro para registro dos professores e auxiliares de administração escolar

Manual da instituição denominado “Bolsas de Estudo LICEU para alunos com segundo grau completo”

Mapa de notas dos alunos de curso primário de 1948 e 1950

O MELHOR do ano. **Jornal LAO**, n.8, São Paulo, RMC Comunicação Ltda., p. 2, 1993.

OS FUNCIONÁRIOS com 120 anos. **Jornal LAO**, n.8, São Paulo, RMC Comunicação Ltda., p. 5, 1993.

Panfleto “Uma escola livre de arte e um espetáculo aberto ao público”

Panfletos sobre os cursos do Centro Cultural: Papel artesanal, escultura em madeira, pastel seco, cerâmica, escultura em bronze, escultura cerâmica, entalhe em madeira, pintura, encadernação-restauro de capas e pequenos reparos, encadernação clássica, arte têxtil, tear manual, aquarela, história em quadrinhos, arte sobre tecido, assistente de arte, tapeçaria persa- arte em smyrna, torno, tingimento natural e fiação, frutas em papietagem, papel machê, curso de fotografia, curso livre de interpretação para o teatro.

Placa a qual convidava os alunos da escola “Ramos de Azevedo” a realizarem trabalhos para a exposição de Santos Dummond em 1956

REVISTA LAO, n. 10, São Paulo, RMC Comunicação Ltda., 1993.

SARACINI, Ana Cristina. **Os 408 anos do Liceu**. Revista Sci-Licet, n. 8, p. 9, 1993.

ACERVO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Correspondências

ARAUJO, Urbano. **[Correspondência]**. Destinatário: Antenor da Silva Negrini. São Paulo, 14 nov. 1963. Carta informando sobre a aquisição pelo Estado da sede do Liceu.

BRAGA, Theophanes. **[Correspondência]**. Destinatário: Diretor da Pinacoteca. São Paulo, 30 out. 1953. Carta solicitando os bons ofícios do Diretor da Pinacoteca junto àquela Secretaria, para a reforma da instalação elétrica ou melhora na sua segurança.

CARDIM FILHO, Carlos Gomes. **[Correspondência]**. Destinatário: Tulio Mugnaini Otelo. São Paulo, 3 jul. 1954. Carta solicitando esclarecimentos sobre uso das quatro salas ocupadas pela Escola de Belas Artes no andar superior tendo em vista ampliação das instalações da Pinacoteca, conforme pleiteado junto à administração do Liceu de Artes e Ofícios.

CARDIM FILHO, Carlos Gomes. **[Correspondência]**. Destinatário: Tulio Mugnaini Otelo. São Paulo, 22 jul. 1954. Carta informando necessidade de ação conjunta para posse definitiva do prédio para que o Liceu se perpetue no prédio.

DIRETOR ADMINISTRATIVO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO. **[Correspondência]**. Destinatário: Diretor da Pinacoteca de São Paulo. São Paulo, 4 jul. 1950. Carta pedindo providências para que os funcionários não modifiquem a instalação elétrica no forro do prédio ocupado pelo Liceu.

DIRETOR ADMINISTRATIVO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO. **[Correspondência]**. Destinatário: Tulio Magnaini Otelo. São Paulo, 28 jul. 1954. Carta informando não ser possível ao Liceu entregar à Pinacoteca as dependências do andar superior solicitadas.

OLIVEIRA, Fábio Azevedo de. **[Correspondência]**. Destinatário: Diretor da Pinacoteca do Estado de São Paulo. São Paulo, 11 ago. 1952. Carta enviando cópia do ofício do diretor administrativo do Liceu de Artes e Ofícios sugerindo que reforma seja executada por esta Secretaria.

OTELLO, Tulio Mugnaini. **[Correspondência]**. Destinatário: Adhemar de Barros. São Paulo, 21 set. 1963. Carta informando sobre a aquisição pelo Estado da sede do Liceu.

ACERVO DE JORNAIS

83 ANOS de ensino profissional. 80.000 alunos já passaram pelos bancos e oficinas do Liceu de Artes e Ofícios de S.Paulo. **A Gazeta**, São Paulo, p. 17, 23 maio 1956.

83 ANOS de ensino profissional. 80.000 alunos já passaram pelos bancos e oficinas do Liceu de Artes e Ofícios de S.Paulo. **A Gazeta**, São Paulo, p. 32, 23 maio 1956.

A PINACOTECA. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 1, 24 dez. 1905.

A SOLENIDADE da colação de grau no Liceu de Artes e Ofícios. **Diário Popular**, São Paulo, 21 dez. 1941.

ALUNOS farão protestos no Liceu de Artes e Ofícios. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 15, 16 set. 2000.

BOLSAS. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 36, 6 fev. 1979.

COMUNICADO. **Diário Popular**, São Paulo, p. 14, 9 abr. 1974.

CONCERTO nos bairros. **Jornal de Notícias**, São Paulo, p. 7, 22 set. 1948.

CURSOS técnicos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 26, 28 mar. 1972.

DE OLHO no profissional. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 128, 25 set. 2016.

DEMISSÕES geram protesto no Liceu. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 14, 14 dez. 1977.

DISCURSO pronunciado pelo sr. Alípio Henrique, na 60ª sessão ordinária do dia 5.6.52. **Diário Oficial**, São Paulo, p. 41-44, 11 jul. 1952

EAD: 5.a os vestibulares. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 9, 14 fev. 1969.

ENCERRAMENTO do ano escolar no Liceu de Artes e Ofícios. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 5, 21 dez. 1941.

ESCOLA técnica de São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 18 dez. 1942.

ESPAÇO Cultural no centro da cidade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 36, 30 dez. 1983

GRUPO Escolar “Prudente de Moraes”. **Diário Popular**, São Paulo, p. 12, 17 ago. 1942.

HOMENAGEM do Liceu de Artes e Ofícios a Ricardo Severo. **Diário Popular**, São Paulo, p. 14, 4 abr. 1941.

LICEU de Artes e Ofícios de São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 5, 17 dez. 1965.

LICEU de Artes e Ofícios discute o seu futuro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 de outubro de 2000, p.10

LICEU de Artes e Ofícios. **A Gazeta**, São Paulo, p. 18, 23 dez. 1946.

LICEU de Artes enfrenta a pior crise em seus 127 anos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 13, 22 set. 2000.

LYCEU de Artes e Ofícios. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 13 dez. 1915.

MAIS uma turma de técnicos formado pelo Lyceu de Artes e Ofícios. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 1, 10 dez. 1935.

MAIS vale um técnico bem sucedido do que um bacharel sem emprego. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 32, 3 fev. 1972.

NO LYCEU de Artes e Ofícios. **Diário Popular**, São Paulo, p. 14, 8 dez. 1937.

O LICEU de Artes e Ofícios. **Diário Popular**, São Paulo, p. 6, 31 mar. 1968.

O LICEU faz o que não se faz mais. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 14, 15 jan. 1969.

O LYCEU de Artes e Ofícios de S. Paulo: a primeira universidade nacional e popular do trabalho. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 5, 31 jul. 1934.

O SR. interventor dr. Fernando Costa visitou ontem o Liceu de Artes e Ofícios. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 1, 5 fev. 1942.

PACOTE cultural no Novotel. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 49, 31 ago. 1984.

SEDE provisória para EAD em fevereiro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 15, 11 dez. 1960.

TEATRO Municipal. **Última Hora**, São Paulo, p. 7, 29 out. 1955.

UMA INSTITUIÇÃO benemerita: o Lyceu de Artes e Ofícios. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 2 ago. 1910.

DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS

SILVEIRA, Paulo César da. Entrevista cedida a Raphael Leon de Vasconcelos. São Paulo, 5 abr. 2018. [A entrevista encontra-se transcrita no anexo O desta dissertação]

FASTELLINI, Cristina S. Entrevista cedida a Raphael Leon de Vasconcelos. São Paulo, 5 jun. 2018. [A entrevista encontra-se transcrita no anexo P desta dissertação].

DELL'ERBA, Ilze Mari. Entrevista cedida a Raphael Leon de Vasconcelos. São Paulo, 5 out. 2018.

[A entrevista encontra-se transcrita no anexo Q desta dissertação].

SOUZA, Elias Martins de. Entrevista cedida a Raphael Leon de Vasconcelos. São Paulo, 1 dez. 2018. [A entrevista encontra-se transcrita no anexo R desta dissertação].

LEGISLAÇÃO

Federal

BRASIL. Decreto nº 11300, de 13 de janeiro de 1943. Dispõe sobre o reconhecimento da Escola Técnica Ramos de Azevedo. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10 fev. 1943. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=421041&id=14399187&idBinario=15719110&mime=application/rtf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Decreto nº 19850, de 11 de abril de 1931. Crêa o Conselho Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1931. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. Decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 abr. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 14 ago. 2019.

_____. Decreto nº 34330, de 21 de outubro de 1953. Regulamenta a lei nº 1821, de 12 de março de 1953. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 3 nov. 1953. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34330-21-outubro-1953-326101-republicacao-60374-pe.html>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

_____. Decreto nº 36268, de 1 de outubro de 1954. Dispõe sobre os Cursos Pedagógicos de Ensino Industrial e o seu funcionamento. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 4 out. 1954. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-36268-1-outubro-1954-335797-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. Decreto nº 394, de 28 de outubro de 1935. Declara de utilidade o Lyceu de Artes e Offícios de São Paulo. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1935. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=387414&id=14420510&idBinario=15768997>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

_____. Decreto nº 4073, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica de ensino industrial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 9 fev. 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrelei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Decreto nº 4127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimento de ensino industrial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 27 fev. 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Decreto nº 47038, de 16 de outubro de 1959. Aprova o regulamento do Ensino Industrial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 23 out. 1959. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47038-16-outubro-1959-386194-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. Decreto nº 50492, de 25 de abril de 1961. Complementa a regulamentação da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, dispondo sobre a organização e funcionamento de ginásio industrial. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 1961. Disponível <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50492-25-abril-1961-390234-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

_____. Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do arts. 39 a 41 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jul. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 14 ago. 2019.

_____. Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 26 set. 1909. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

_____. Decreto nº 8.673, de 3 de fevereiro de 1942. Aprova o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10 fev. 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-8673-3-fevereiro-1942-459565-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. Decreto-lei nº 2072, de 8 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 11 mar. 1940. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Decreto-lei nº 4048, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). **Câmara dos Deputados**, Rio de Janeiro, 22 jan. 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-normaatuizada-pe.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Decreto-lei nº 4119, de 21 de fevereiro de 1942. Disposições transitórias para execução da lei orgânica do ensino industrial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 27 fev. 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4119-21-fevereiro-1942-414099-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. Decreto-lei nº 4244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10 abr. 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Decreto-lei nº 6141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1943. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Decreto-lei nº 8529, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 4 jan. 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Decreto-lei nº 8530, de 2 janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 4 jan. 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Decreto-lei nº 8621, de 10 janeiro de 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8621.htm>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Decreto-lei nº 8622, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8622-10-janeiro-1946-416558-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Decreto-lei nº 9613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 23 ago. 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Lei nº 1076, de 31 de março de 1950. Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássicos e científicos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1950. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1076-31-marco-1950-363480-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

_____. Lei nº 1821, de 12 de março de 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de graus médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1953. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1821-12-marco-1953-366631-normaactualizada-pl.html>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

_____. Lei nº 3552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 17 fev. 1959. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3552-16-fevereiro-1959-354292-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

_____. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm>. Acesso em: 5 jan. 2017.

_____. Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 5 jan. 2017.

_____. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

_____. Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública. **Câmara dos Deputados**, Rio de Janeiro, 28 ago. 1935. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-91-28-agosto-1935-398006-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

Estadual

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 46419, de 16 de junho de 1966. Cria na Universidade de São Paulo, a Escola de Comunicações Culturais, e dá outras providências. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 jun. 1966. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1966/decreto-46419-16.06.1966.html>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

_____. Decreto nº 52353, de 6 de janeiro de 1970. Institui a escola integrada de 8 (oito) anos que unifica o ensino primário e ginasial. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 jan. 1970. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1970/decreto-52353-06.01.1970.html>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Decreto nº 5884, de 21 de abril de 1933. Institue o Código de Educação do Estado de São Paulo. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 abr. 1933. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

_____. Decreto nº 6841, de 4 de dezembro de 1934. Estabelece condições para registro funcionamento e equiparação das escolas e cursos profissionais particulares. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, 4 dez. São Paulo, 1934. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6841-04.12.1934.html>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

_____. Decreto nº 7096, de 10 de abril de 1935. Estabelece condições para o reconhecimento de diplomas expedidos por estabelecimentos de educação técnica-profissional, e dá providências sobre o ensino profissional oficial. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 abr. 1935. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1935/decreto-7096-10.04.1935.html>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. Decreto-lei nº 16.078, de 13 de setembro de 1946. Dispõe sobre permuta de imóveis. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 set. 1946. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1946/decreto.lei-16078-13.09.1946.html>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

_____. Lei nº 6052, de 3 de fevereiro de 1961. Dispõe sobre o sistema estadual de Ensino Industrial e de Ensino de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas, e dá outras providências. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 fev. 1961. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1961/lei-6052-03.02.1961.html>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

PARECERES

CORDÃO, Francisco Aparecido. **Equivalência de Estudos – 2º Grau – Técnico em Edificações – Escola Técnica “Ramos de Azevedo”**. São Paulo: Conselho Estadual de Educação, 1992. 5 p. Parecer CEE nº 0020/92 - CESG aprovado em 05 fev. 1992. Disponível em: <http://www.ceesp.sp.gov.br/ceesp/textos/1992/par_0020_92_pro_309_91_s_mari_c_Cath_w_Cath.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

CYRILLE JUNIOR. PARECER n. 1630 de 1941. In: Departamento Administrativo do Estado (São Paulo). Projeto de Resolução, n. 1521 de 30 de outubro de 1941. Diário Oficial de Estado de São Paulo, São Paulo, 31 out. 1941. P. 7-8. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento114.aspx?link=%2f1941%2fdiario%2520oficial%2fotubro%2f31%2fpag_0008_98ER8PD31T66Ge6JJVSJ1J9K0SI.pdf&pagina=8&data=31/10/1941&caderno=Diário%20Oficial&paginaordenacao=100008>. Acesso em: 16 set. 2019.

ANEXO A – Planta da Cidade de São Paulo (1868). Nela se encontram os locais da cidade de São Paulo onde a Escola Propagadora de Instrução Popular e o Liceu de Artes e Ofícios instalaram-se ao longo do século XIX e início do XX.

ANEXO B - Foto de alunos do Liceu retirada em 1933.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

ANEXO C - Na placa, ao meio, está escrito “São Paulo, 26 de maio de 1956. Comemoração do lançamento de hidrometros LAO para grandes vazões”.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios

ANEXO D - Fotos do acervo do Liceu de Artes e Ofícios referentes à oficina de marcenaria. A oficina de marcenaria localizava-se na rua da Cantareira, onde atualmente funciona a escola.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

ANEXO E - Fotos do acervo do Liceu de Artes e Ofícios sobre a metalurgia.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios

ANEXO F - Fotos do acervo do Liceu de Artes e Ofícios sobre a serralheria.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios

ANEXO G - Foto em virtude da comemoração do 85º aniversário do Liceu de Artes e Ofícios.
Acervo da escola.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

ANEXO H - Quadro de professores e diplomados dos cursos de mecânica de máquinas, desenho arquitetônico e desenhos de máquinas de 1950.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

ANEXO I - Foto área com vista para o Liceu de Artes e Ofícios, entre a rua Cantareira e a João Teodoro.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios

ANEXO J - Fotos da escola do Liceu de Artes e Ofícios. Acervo da escola.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

ANEXO K – Imagens do antigo Centro Cultural que foi fundado em 1980.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

ANEXO L - Fotos do antigo Centro Cultural que foram retiradas de um panfleto de propaganda da instituição. O documento pertence ao acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

OBRAS DO ESPETÁCULO MULTIVISÃO.

1. Afrodite, conhecida como Vênus Genitrix
escultura grega, escola de Fídias, séc. V/IV a.C.
2. Afrodite Agachada
atribuída a Dédalo de Bitínia, séc. III a.C.
3. Afrodite saindo do Banho
escultura do período helenístico (séc. III/II a.C.)
4. Vênus de Milo (Afrodite)
período helenístico, séc. II a.C.
5. Hermes em Repouso
por Lisipo, séc. IV a.C.
6. Laocoonte
por Agesandros, Atanodo e Polydoro
escola de Rhodes, séc. I a.C.
7. Apolo
obra de Praxíteles ou da escola de Praxíteles,
séc. IV a.C.
8. Jovem Dionísio Coroado
escultura do período helenístico (séc. III/II a.C.)
9. Jovem Sátiro tocando Flauta
escultura do período helenístico
10. Orador
por Clemenes de Atenas, escola neo-ática,
séc. I a.C.
11. Gladiador
por Agasías de Éfeso, escola neo-ática,
séc. I a.C.
12. Discóbolo de Naukydes
escultura grega, escola de Policeto, séc. IV a.C.
13. Antínoos
escultura romana, séc. II d.C.
14. O Espinário
escultura do período helenístico
15. Altar a Nossa Senhora
Renascimento Italiano, séc. XIV
16. Painel da Cantoria
por Luca della Robbia (1400-1482)

17. As Três Graças
por Germain Pilon (c. 1531-1590)
18. Davi
por Andrea del Verrocchio (c. 1435-1488)
19. A Virgem e o Menino
por Jean Goujon (1510-1568)
20. Túmulo de Lourenço de Médicis
por Michelangelo Buonarroti (1475-1564)
21. Túmulo de Juliano de Médicis
por Michelangelo

22. Davi
por Michelangelo
23. A Virgem e o Menino
por Michelangelo
24. Davi (detalhe: a cabeça)
por Michelangelo
25. Pietà
por Michelangelo
26. Moisés
por Michelangelo

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios

ANEXO M - Ônibus do Liceu de Artes e Ofícios que tinha como principal função levar estudantes de outras escolas para ver a exposição do Centro Cultural.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

Fonte: Acervo do Liceu de Artes e Ofícios.

ANEXO N - Fotos do Novo Centro Cultural. Acervo pessoal. As duas primeiras foram tiradas no dia 8 de março de 2019 e o restante, na inauguração, no dia 11 de agosto de 2018.

Fonte: Acervo pessoal (2019).

Fonte: Acervo pessoal (2019).

Fonte: Acervo pessoal (2018).

Fonte: Acervo pessoal (2018).

Fonte: Acervo pessoal (2018).

Fonte: Acervo pessoal (2018).

ANEXO O - Panfleto “Uma escola livre de arte e um espetáculo aberto ao público”- referente ao Centro Cultural Antigo

Fonte: Acervo Do Liceu De Artes E Ofícios

Fonte: Acervo Do Liceu De Artes E Ofícios

Fonte: Acervo Do Liceu De Artes E Ofícios

Fonte: Acervo Do Liceu De Artes E Ofícios

ANEXO P - Panfletos de cursos do Centro Cultural antigo

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS **CENTRO CULTURAL**

ESCULTURA EM MADEIRA

O curso de **ESCULTURA EM MADEIRA** é um curso livre para iniciantes ou para quem deseja aprimorar seus conhecimentos. A didática é voltada para a expressão artística.

Principais abordagens:

- ✎ Desenvolvimento da linguagem tridimensional;
- ✎ Estudo prévio da forma;
- ✎ Desenho de proporções;
- ✎ Técnicas de manuseio das ferramentas específicas para escultura;
- ✎ Identificação de madeiras para escultura;
- ✎ Técnicas de desbaste e acabamento;

As ferramentas necessárias para o curso de **ESCULTURA EM MADEIRA** são fornecidas pelo LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO.

Duração: quatro semestres
Frequência: duas vezes por semana
Matrícula: R\$ 106,00 - Mensalidade: R\$ 106,00

VAGAS LIMITADAS

MAIORES INFORMAÇÕES
Rua Cantareira, 1351 - Bairro da Luz - SP
(a 300 metros do metrô Tiradentes)

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS													
S	<p>HISTÓRIA EM QUADRINHOS</p> <p>Ministrado pelo prof. Arthur Oliani Andrade, o curso tem como proposta o desenvolvimento e reconhecimento da Arte Seqüencial como forma expressiva de comunicação e arte.</p> <p>PROGRAMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ☆ Compreensão de aspectos técnicos, estéticos, plásticos, formais e históricos da Arte Seqüencial (História em quadrinhos); ☆ Desenvolvimento crítico e analítico das produções no meio e seus aspectos históricos e estéticos fundamentais; ☆ Desenvolvimento da parte perceptiva, reflexiva e plástico-analítica; ☆ Desenvolvimento prático de HQs e Story Boards. <p>O curso tem a duração de dois semestres com aulas uma ou duas vezes por semana, pela manhã ou à noite.</p> <p>Lista de material será fornecida ao aluno no ato da matrícula.</p> <p>Público alvo: pré adolescentes e adolescentes (10 a 18 anos).</p> <table border="0"> <tr> <td>INSCRIÇÕES:</td> <td>até 09 de fevereiro</td> </tr> <tr> <td>MATRÍCULA:</td> <td>R\$ 90,00</td> </tr> <tr> <td>MENSALIDADE:</td> <td>R\$ 90,00</td> </tr> <tr> <td>DURAÇÃO:</td> <td>2 semestres</td> </tr> <tr> <td>HORÁRIOS:</td> <td>3ª e 5ª feira (09:00 às 12:00hs.) 4ª feira (19:00 às 22:00hs.)</td> </tr> <tr> <td>INÍCIO DAS AULAS:</td> <td>05 de fevereiro</td> </tr> </table>	INSCRIÇÕES:	até 09 de fevereiro	MATRÍCULA:	R\$ 90,00	MENSALIDADE:	R\$ 90,00	DURAÇÃO:	2 semestres	HORÁRIOS:	3ª e 5ª feira (09:00 às 12:00hs.) 4ª feira (19:00 às 22:00hs.)	INÍCIO DAS AULAS:	05 de fevereiro
INSCRIÇÕES:	até 09 de fevereiro												
MATRÍCULA:	R\$ 90,00												
MENSALIDADE:	R\$ 90,00												
DURAÇÃO:	2 semestres												
HORÁRIOS:	3ª e 5ª feira (09:00 às 12:00hs.) 4ª feira (19:00 às 22:00hs.)												
INÍCIO DAS AULAS:	05 de fevereiro												
<p>drade, o mento e o forma</p> <p>éticos, seqüencial</p> <p>roduções téticos</p> <p>flexiva e</p> <p>y Boards.</p> <p>res com na, pela</p> <p>o no ato</p> <p>escentes</p> <p>s 12:00hs.) 2:00hs.)</p>	<p>HISTÓ</p> <p>Ministrado pelo prof. Arthur Oliani Andrade, o curso tem como proposta o desenvolvimento e reconhecimento da Arte Seqüencial como forma expressiva de comunicação e arte.</p> <p>PROG</p> <ul style="list-style-type: none"> ☆ Compr plástico (Histór ☆ Desenv no mei fundam ☆ Desenv plástico ☆ Desenv <p>O curso t</p> <p>aulas um</p> <p>manhã ou</p> <p>Lista de m</p> <p>da matríc</p> <p>Público a</p> <p>(10 a 18</p> <table border="0"> <tr> <td>INSCRI</td> <td></td> </tr> <tr> <td>MATRÍC</td> <td></td> </tr> <tr> <td>MENSA</td> <td></td> </tr> <tr> <td>DURAÇ</td> <td></td> </tr> <tr> <td>HORÁR</td> <td></td> </tr> <tr> <td>INÍCIO</td> <td></td> </tr> </table>	INSCRI		MATRÍC		MENSA		DURAÇ		HORÁR		INÍCIO	
INSCRI													
MATRÍC													
MENSA													
DURAÇ													
HORÁR													
INÍCIO													

Fonte: Acervo Do Liceu De Artes E Ofícios

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO		LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO	
TAPEÇARIA PERSA ARTE EM SMYRNA <p>A meta do curso ARTE EM SMYRNA é ensinar ao aluno a técnica da Tapeçaria em ponto Smyrna para possibilitá-lo executar um tapete.</p> <p>O aluno escolhe o desenho, as cores e o tamanho do tapete a ser executado. O curso é ministrado pelo professor MIGUEL SÉRGIO BROZOSKI, e as aulas têm acompanhamento individual de cada obra, tendo a duração de 3 meses.</p> <p>PROGRAMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ☆ Ensino de ampliação do desenho; ☆ Colagem de tela; ☆ Arremate; ☆ Definição de cores e tamanhos; ☆ Contagem de pontos; ☆ Confeção do tapete; ☆ Colocação de franja. <p>INSCRIÇÕES: até 09 de fevereiro PREÇO: R\$ 85,00 / mês DURAÇÃO: 3 meses HORÁRIOS: 5ª feira (09:00 às 12:00hs.) ou (14:00 às 17:00hs.) ou (19:00 às 22:00hs.). INÍCIO DAS AULAS: 05 de fevereiro</p>		TAPEÇARIA PERSA ARTE EM SMYRNA <p>A meta do curso ARTE EM SMYRNA é ensinar ao aluno a técnica da Tapeçaria em ponto Smyrna para possibilitá-lo executar um tapete.</p> <p>O aluno escolhe o desenho, as cores e o tamanho do tapete a ser executado. O curso é ministrado pelo professor MIGUEL SÉRGIO BROZOSKI, e as aulas têm acompanhamento individual de cada obra, tendo a duração de 3 meses.</p> <p>PROGRAMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ☆ Ensino de ampliação do desenho; ☆ Colagem de tela; ☆ Arremate; ☆ Definição de cores e tamanhos; ☆ Contagem de pontos; ☆ Confeção do tapete; ☆ Colocação de franja. <p>INSCRIÇÕES: até 09 de fevereiro PREÇO: R\$ 85,00 / mês DURAÇÃO: 3 meses HORÁRIOS: 5ª feira (09:00 às 12:00hs.) ou (14:00 às 17:00hs.) ou (19:00 às 22:00hs.). INÍCIO DAS AULAS: 05 de fevereiro</p>	
<p>Rua Cantareira, 1351 Bairro da Luz São Paulo - SP (300m do metrô Tiradentes) FONES: (011) 227-5611 Ramais 28 e 29 (011) 229-1087</p>		<p>Rua Cantareira, 1351 Bairro da Luz São Paulo - SP (300m do metrô Tiradentes) FONES: (011) 227-5611 Ramais 28 e 29 (011) 229-1087</p>	

Fonte: Acervo Do Liceu De Artes E Ofícios

Liceu de Artes e Ofícios
CENTRO CULTURAL

ARTE TÊXTIL

Baseado na arte do *Tear Manual*, o curso de **ARTE TÊXTIL** do LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO ensina:

- Tecer em suportes diferentes: tela de arame, de plástico etc.;
- Confeccionar objetos: luminárias, móveis, quebra-cabeças, azulejos, stábeis, peças tridimensionais etc., tudo em tapeçaria;
- Pesquisar materiais e figuras para o desenvolvimento dos trabalhos;
- Projetar e executar trabalhos coletivos;
- Trabalhar coletivamente.

Duração: quatro semestres

Frequência: uma vez por semana

Matrícula: R\$ 78,00 - Mensalidade: R\$ 78,00

VAGAS LIMITADAS

MAIORES INFORMAÇÕES

**Rua Cantareira, 1351 - Bairro da Luz - SP
(a 300 metros do metrô Tiradentes)**

Tel.:(011)227.5611 ou 229.1087

ANEXO Q - Cartazes das exposições do Novo Centro Cultural no dia de sua inauguração

LICEU DE ARTES e OFÍCIOS de SÃO PAULO	EXPOSIÇÕES INAUGURAIS CCLAO	AGRADECIMENTOS
CONSELHO SUPERIOR	CURADORIA GERAL Denise Mattar	Ana Carolina e Carlos Glueck André Bolanho
Presidente Livio De Vivo	CENOGRAFIA Guilherme Isnard	Ana Maria Belluzzo Ana Paula Nascimento Antônio Almeida Beatriz Siqueira Bueno Beatriz Yunes Bia e Pedro Correa do Lago Carlos Dale Junior Castorina de Camargo Cid Racca Cleber Silva Ramos Edmundo Leite Família Rossetti Lopes Graça Bueno Galeria Passado Composto Guilherme Maggio Isabel Maringelli Itamar Musse Julio Moraes Joanna Balabram João de Pontes Junior Jochen Volz Marcelo Mattos Araújo Márcia Camargos Marco Duailibi Maria Cristina Bruno Mauro Lindenberg Monteiro Junior Mônica Tachotte Paulo Vicelli Paulo Villares Pedro Nery Renata Rocco Renato Delucca Sílvia Sassaoka Tarsila Tirapeli Thiago Reis Vera Severo Yuri Quevedo
Vice Presidentes Luís Roberto Severo Lebeis Mauro Lindenberg Monteiro Júnior Oswaldo Ubriaco Lopes Theodoro Carvalho de Freitas Wladimir Antonio Puggina	Curadoria e Textos Design Brasil Século XXI Fernanda Sarmento Produção Executiva Regina Rosa de Godoy Design Gráfico Kaminari Comunicação Cenotecnia Claudio Lux Nice Gaya Lidia Aleixo Rodrigues Julian Becquart Alexsandro da Silva Thales Administração João Isnard Celeste Bartoletti Assistente de Produção Flavia Godoy Ian Naique Assistente de Pesquisa Marina Ippolito Programa Educativo AEP - Arte Educação Mediadores Alexandra Batista de Carvalho Cássia Roberta Araújo Oliveira John Kevin Nunes Silva Assessoria de Imprensa A4 & Holofote Gráfica e Plotagens Insign Comunicação Visual Seguro Affinité Transporte Art World Novo Vale Transportes System Cargo	
Membros Anna Helena de Almeida Pires Altenfelder Silva Carlos Seara da Costa Pinto Cid Luiz Racca Clovis de Barros Carvalho Cristiano Kok Dora Silvia Bittencourt Cunha Bueno Fernando de Castro Reinach Flavio Fava de Moraes Henrique Lindenberg Neto Jacopo Crivelli Visconti José Bastos Thompson Filho Luís Eduardo Americano Araújo Luiz Carlos Pereira de Almeida Luiz Eduardo Reis de Magalhães Manoel Félix Cintra Neto Marcelo Freitas Camargo Marcelo Mattos Araújo Maria Lucia Montoro Jens Maria Zelia Dias Miceli Mário Gilberto Cortopassi Regina Teixeira de Barros Ricardo Augusto Leite Julião Roberto de Olival Costa	Curadoria e Textos Liceu - História e Memória Denise Mattar Assistente de Curadoria Rachel Vallego Pesquisa Fernanda Carvalho Consultoria Paulo Garcez Estagiários Bianca Anacleto Henrique Nunes Design de Luz Augusto Vicente da Costa Edição de Vídeo Caroline de Paula Museologia e Conservação Ana Carolina Glueck Carlos Glueck Montagem André Cruz Rejane Mitiko Filipe Pesquero Naie Levy Assistentes Iluminação Miltom Machado da Costa Leandro Wagner Colaboradores Guilherme Maggio Alice Lara Fotografia Theatro Municipal Ricardo Kleine	
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA José Roberto Baptistella Patrícia Loureiro Marques Macedo Gualter dos Santos Braz Valdir de Mello Galante		

Fonte: Acervo Pessoal (2018)

O NOVO CENTRO CULTURAL LICEU

O novo CENTRO CULTURAL LICEU (CCLAO) ocupa o mesmo espaço onde funcionou entre 1980 e 2000 com grande sucesso. Em 2014, o prédio foi consumido por um incêndio de grandes proporções, que causou grandes prejuízos estruturais.

Das cinzas surgiu a vontade de transformar o local, mantendo-o, ainda assim, ligado à sua essência. Hoje, o Liceu de Artes e Ofícios tem o orgulho de poder brindar São Paulo com um centro cultural moderno e multifacetado capaz de abrigar eventos culturais, sociais e as próprias atividades da escola.

Projetado pelo arquiteto Ricardo Julião, o atual CCLAO manteve as principais características arquitetônicas do espaço. Do prédio original, permanecem o pórtico, os pilares e toda a estrutura metálica que até então sustentava a edificação - agora como componente meramente decorativo.

Apesar dos traços originais, que permanecem como vestígios da história, o projeto atribuiu ao prédio um olhar contemporâneo. Na fachada, o antigo pórtico e a nova entrada para o século XXI são ligados por uma linha horizontal que reforça a ideia da fusão de duas épocas.

As duas mostras que inauguram o espaço, História e Memória e Design Brasil Século XXI, estabelecem essa mesma ponte entre Passado e Presente, e, principalmente, abrem as portas para o Futuro.

Sejam bem-vindos!!

Livio De Vivo
Presidente do Conselho do
Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo

Fonte: Acervo Pessoal (2018)

Cada vez mais nos tornamos conscientes da interdependência entre as esferas econômica, social e ambiental e da importância de conhecer a origem, os processos de transformação ou de descarte de materiais e produtos.

A exposição Design Brasil Século XXI apresenta um panorama da produção contemporânea do design brasileiro, colocando em foco soluções que refletem a preocupação com questões socioambientais e com a perspectiva da sustentabilidade.

Os produtos selecionados têm como objetivo apresentar uma leitura de soluções projetuais criadas por designers brasileiros relacionadas à redução de impactos ambientais na produção, na circulação, no consumo e no descarte de produtos.

A percepção da crescente escassez de recursos naturais tem levado a cultura do design a uma redefinição dos modelos de produção e consumo, fomentando uma mudança de posição por parte do designer, que não mais se pauta exclusivamente em projetar para atender aos desejos da sociedade de consumo. Os projetos contemporâneos incorporam a percepção da temporalidade dos materiais e produtos, assim como dos impactos ambientais e sociais do processo produtivo e dos resíduos gerados ao longo de seu ciclo de vida.

Os produtos estão apresentados na exposição em eixos temáticos que são complementares e, em alguns casos, se sobrepõem. Foram assim divididos para contemplar fins didáticos, demonstrando a conexão do design com importantes questões da atualidade.

O conjunto dos trabalhos e postos está organizado de acordo com os seguintes princípios: redução de materiais e de recursos energéticos, reaproveitamento de materiais e recursos renováveis, reciclagem ou reuso de resíduos e inclusão social, produtiva e cultural.

Fernanda Sarmiento

Curadora da exposição Design Brasil Século XXI

Fonte: Acervo Pessoal (2018)

LICEU - HISTÓRIA E MEMÓRIA

A exposição aqui apresentada resgata o percurso do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, porém, longe de esgotar a sua história, vem abrir as portas para o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa mais aprofundado e revelador.

A mostra está dividida em dois núcleos: *Linha do Tempo*, que conta ordenadamente a história do Liceu, utilizando como guia os documentos do acervo da instituição e *Memórias de Excelência*, um passeio no tempo, por dentro da indústria-escola que ajudou a construir a cidade de São Paulo.

Linha do Tempo se inicia em 1873 e finaliza em 2018, demonstrando que, embora as oficinas não mais existam, a missão educativa do Liceu não acabou. A instituição é considerada hoje a melhor Escola Técnica do Brasil e seu Ensino Médio é reconhecido como um dos melhores da cidade. Pelas mesas desfilam as preciosas contribuições de seus patronos e também os momentos de derrota e vitória do Liceu.

Memórias de Excelência é apresentada nos nichos entre as colunas de centenários tijolos. De um lado está o comovente registro das oficinas de serralheria, marcenaria, decoração e desenho, do outro a intrínseca relação do Liceu com a cidade de São Paulo, representada por alguns dos projetos públicos realizados nas suas oficinas, como o mobiliário do Theatro Municipal, o monumento a Duque de Caxias, obras que não mais existem e outras que resistiram ao tempo. O núcleo finaliza com um tributo ao antigo Centro Cultural do Liceu, para o qual foram restauradas 8 réplicas em gesso, entre elas a *Pietà* e o *David*, de Michelangelo e o *Discóbulo*, de Naukydes.

Para contar toda essa história foi realizada uma extensa pesquisa a cargo de Fernanda Carvalho, Rachel Vallego e Paulo Marins Garcez. Mais de 3.000 fotos armazenadas na Biblioteca foram digitalizadas pelos alunos Bianca Anacleto Francisco e Henrique Nunes Vieira, e parte delas é apresentada nos vários vídeos que compõem a mostra.

Durante esse processo de trabalho, nossa equipe se emocionou muitas vezes com os registros encontrados e temos certeza de que o mesmo acontecerá com os nossos visitantes.

Denise Mattar
Curadora

ANEXO R - Transcrição da entrevista de Paulo César da Silveira. Acervo pessoal. Depoimento coletado em 2018.

A primeira pergunta, Paulo, é: Como você conheceu o Liceu?

Bom, primeiro eu sou... eu era, na realidade, morador da região. E desde o início da década de 70... Eu fiz o Liceu de 75 a 78. Mas desde o final da década de 70 e início da década... No final da década de 60 e início da de 70, os meus irmãos já tinham feito cursos, como o de tornearia mecânica e desenho mecânico no Liceu. Que era um curso de outra modalidade. Assim que eu me formei num colégio que ficava quase ao lado, que era o antigo ginásio estadual do Pari, que não existe mais. Hoje é o Oreste Guimarães. Se abriu a oportunidade de escolher uma área lá. Já que eu conhecia a escola, eu conhecia o padrão de excelência de ensino da escola... Eu optei por desenho de construção civil porque era a atividade que eu me identificava mais.

Bacana. Bom, por que decidiu estudar no Liceu? E por que este curso?

Por que o curso de desenho de construção Civil?

Isso.

Eu te falei do Ginásio Estadual do Pari. Então, no Ginásio Estadual do Pari, eu tive professores de educação artística e, por incrível que pareça, também de educação musical que incentivavam muito. No caso de educação artística... Claro né. Muito... Atividades em diversas áreas. Então a gente fazia esculturas em madeira, fazia esculturas em gesso, fazia pintura, fazia desenho. Desenhos de observação, desenhos de memória, desenhos de criação e era muito interessante o trabalho nessa escola porque, às vezes, o professor, por exemplo, de educação artística pegava algo que estava sendo dado em geometria, por exemplo, uma espiral e transformava aquilo em um desenho, que virava uma mandala e que a gente fazia em educação artística.

E música também, por incrível que apareça. O professor usava de conhecimentos ou contava histórias a respeito dos grandes compositores, a respeito de... Com imagens, imagens de época. Usando pintura, ou seja, colocando no que a gente chama de recorte temporal, o *Zeitgeist*, em alemão. Assim a área de artes sempre esteve muito ao meu lado. E eu tinha um prazer em desenhar, no caso.

Bacana. E como era estudar no Liceu?

Como era estudar no Liceu? Bom, é aquilo que eu disse. Os professores do Liceu, que eu tinha na época, eram professores fantásticos. Eu tinha professores que davam aula na Poli. Geometria descritiva, por exemplo. Eu não vou lembrar o nome do professor agora, mas se não me engano agora era algo como Enzo. E ele era um professor que simplesmente dava geometria descritiva na Poli e isso era uma coisa de muito incentivo para os alunos. Não porque seja a Poli, mas se você fala: “- Poxa vida! Estou aqui, tendo ensino gratuito com as pessoas que são os professores que são os top na área deles”. Então, a parte de estrutura, de estática de resistência dos materiais, topografia, por exemplo. Eu tinha um professor, José Nicolas Vieri, que depois me levou a ser professor e depois eu fui ser coordenador em função dele. Ele era o coordenador de edificações, ele me levou para lecionar. Ele era, por exemplo, o vice-diretor do curso de engenharia do Mackenzie. Então quando você chegava lá e... “Meu, eu tenho muito que aprender aqui”. E é muito interessante que - apesar do estágio ser só no último ano, junto no quarto ano - nessa época, mesmo os alunos da manhã e da tarde, os alunos migravam para noite. Eu já comecei a trabalhar na área. Como eu já estudava a noite. Nos primeiros anos, nos primeiros meses, praticamente no primeiro ou segundo semestre, eu já coloquei o meu currículo para uma empresa de alguns conhecidos. O pessoal fazia plantas para prefeitura. Eu comecei a fazer... Eu acho que tinha uns o que... uns quinze anos de idade. Com quinze anos de idade, eu estava, depois de um ano como desenhista-projetista, ganhando mais do que um arquiteto recém ou um engenheiro recém-formado no mercado. Como desenhista-projetista! Porque eu conhecia muito toda a parte da legislação relativa à prefeitura, eu pensei que essa área poderia... além de ser uma área de interesse para mim. Quer dizer, eu gostava da área, eu gostava de desenho. A construção civil também é algo que tem a ver com os meus parentes. Apesar da gente vir do interior de Minas, nós construíamos as nossas próprias casas. Então tem essa coisa do fazer que já estava incorporado na cultura familiar. A gente tinha, então, essa possibilidade. A gente vislumbrava que, depois fazendo um estágio, entrando no mercado de trabalho... As chances eram muito grandes! E eram muito grandes para muitas pessoas que até deixaram de fazer faculdade para se dedicar já imediatamente na área. Eu conheço ex-colegas que fizeram isso. Quero dizer: “- para que que eu vou fazer?”. E não fizeram USP ou outra escola. Meu irmão também. Ele não fez, por exemplo, um curso de engenharia mecânica e só ficou com um curso lá. Ele ficou, como eu te disse, como aprendiz; mas depois ele fez o curso regular. Ou seja, o curso regular é aquele que tinha os quatro anos. A pessoa se formava e tinha as matérias teóricas e as matérias práticas. Ele se formou e depois falou:

“- Como é que eu vou entrar para uma faculdade de engenharia mecânica, se o que eu tinha de conhecimento acumulado...” - Ele já trabalhava desde uns onze anos. Ele já estava com uns vinte. Ele é mais velho que eu. Vinte. Vinte e poucos anos. - "O professor que está lá vai conhecer o quase menos que eu". E na época, ele também estava empregado em uma indústria multinacional, que era uma indústria holandesa que fazia um trabalho... faz até hoje... um trabalho junto aos abatedouros avícolas, com a carne que é exportada. Então, ele me dizia, em trânsito por São Paulo... o Brasil Todo... Holanda. Ganhando muito bem. Não teria nexo parar para fazer faculdade. Então essas oportunidades que o ensino no Liceu e o ensino profissional que normalmente dão. Elas são muito gratificantes. Porque às vezes você tem uma pessoa que... Tudo bem, a gente não sai de uma condição de miséria, mas nós saímos do campo. Quer dizer, a gente sabia plantar e colher e construir, como eu te falei. Para uma etapa de, assim, você ter acesso a uma... Naquela época, era isso. Hoje em dia, eu sei... Você com sua pesquisa, talvez você vai descobrir que hoje não seja tanto assim. Os tempos de formação diminuíram. As competências e habilidades ficaram reduzidas às mínimas. Bom, enfim, mas naquela época a gente tinha uma formação que praticamente beirava... Eu não me lembro do número de horas, mas... Os professores também não pretendiam isso. A gente tinha uma formação que era superior, às vezes, ao número de horas de muitas universidades de engenharia e arquitetura.

Bacana. E como eram as matérias? Os professores? Como eram as matérias, as disciplinas?

As disciplinas?

Isso.

Então, como eu falei para você... As disciplinas eram muito interessantes porque os professores tinham- além de uma formação dentro da área muito boa- eles tinham uma formação pessoal muito boa. Eu vou te contar uma história que eu normalmente relato para os meus alunos. Eu não sei se foi no segundo. Acho que foi no segundo ano. Então, o professor já bem velhinho, cabelo branco, usando luvas porque ele tinha alergia ao giz. Cuspe-giz, o curso que a gente tinha. E eu também ensinei assim durante muito tempo- quase dez anos dessa forma. E ele entrou na sala de aula, fez chamada e começou a colocar um monte de fórmulas na sala de aula na lousa. Ele dava a parte de estática de resistência dos materiais. A gente ficou... Todo mundo assim... A gente sempre olhava e

falava assim “- O que que vai acontecer nessa aula?”. Aí, ele pegou e fez um risco. Deixou um espaço, a direita, vazio. E falou: “- Olha. Esses são as fórmulas fundamentais que vocês vão ter na minha disciplina. Está relacionada à resistência. Estática de Resistência dos materiais”. Explicou como isso... Explicou o que era estática e resistência dos materiais. Como isso era aplicado na construção civil e como isso iria nos ajudaria a projetar, dimensionar coisas como pilares, ligas. Descreveu estes objetos. A gente já conhecia de desenho essas partes. Aí, de repente, ele vira de costas e coloca na lousa um poema do Carlos Drummond de Andrade. Aí, gente começou a pensar, ... se olhar de novo: “-Acho que ele não está bem. Já está meio gaga esse professor”. Ele olhou para gente e perguntou: “- Que que vocês acham mais bonito? O que está a esquerda de vocês ou o que está a direita de vocês?”. A gente ficou sem saber o que responder porque a gente pensou que fosse algum tipo de pegadinha. Porque tinham as fórmulas... Que eram as fórmulas que ele iria ensinar. A missão dele. A profissão dele. Sobre o que gostava de fazer e ensinar. E a direita tinha outra coisa que não tinha nada a ver com aquilo. Quando ele percebeu a nossa dúvida, ele disse: “- Decorem o poema de Drummond de Andrade. De Carlos Drummond de Andrade. Ele vai dizer muito sobre a vida de vocês. As fórmulas vão dizer a respeito da profissão que vocês abarcarem. Quando a gente projeta, vocês acham que a gente guarda todas estas fórmulas de memória? Para quê guardar de memória? A gente tem um formulário. A gente consulta quando é necessário. A gente tem tabelas”. E mostrou algumas tabelas para gente. “- Então, quando vocês fizerem as provas, eu quero que vocês conheçam os conceitos. As fórmulas e as tabelas vão ser dadas para vocês. Se vocês souberem os conceitos, vocês vão saber quais fórmulas e quais tabelas que serão utilizadas no exercício, mas eu não quero que vocês decorem nenhuma”. As aulas tinham muito disso. As aulas de arte, como eu falei para você, a exemplo do Ginásio do Pari, tinham muito dessas coisas da interdisciplinaridade. De você trabalhar com outros assuntos. De repente, você pegar um texto que tinha a ver com determinada época. Eles trabalhavam. Assim os professores trabalhavam de maneira integrada, mas sem um plano de integração. Era uma coisa que era de cultura. Era a cultura da época. Essa coisa da formação geral, sólida, firme. Inclusive isso está desde o início do Liceu. Era algo dos professores. Estou falando agora dos professores. Mas se você for ver... Se você pegar o plano de Ramos de Azevedo de 1885, que tem aquela inspiração liberal-positivista, já tinha essa coisa de uma formação geral ampla e sólida.

E o material didático? Como que eram os livros?

O material didático... Então, parte do material didático que eram os exercícios, eram uns... de copiadora mesmo, como a gente tem até hoje. Mas a maior parte dos professores - Quase que uns 90 por cento dos professores - eles faziam aula na lousa. Então, nós tínhamos professores de desenho de arquitetura que eram capazes de 20 minutos colocar para você os exercícios na lousa. Em proporção. Quer dizer, não é em escala. Ele não media nada. Ou seja, a olho, com giz, ele fazia toda parte do exercício. Uma planta de uma casa, por exemplo. E dizia para gente: "- Copiem em folha tal". E dava as instruções. A maior parte das aulas era desse jeito.

As oficinas? Alguma coisa a acrescentar?

Bom, não. Quanto as oficinas, eu não tenho muito a acrescentar. Porque... Aquilo que eu te falei. Na minha área, as oficinas, na verdade, eram as salas de aula que a gente tinha. Eram os laboratórios de desenho com as pranchetas, eram os ateliês para as aulas de arte. E fora isso, a gente tinha poucas aulas... Porque mesmos as aulas teóricas, tipo português, elas eram dadas logo no início do curso. Mas muitas vezes, essas matérias também eram dadas no próprio ambiente de aula. Então, a gente tinha quase como se fosse uma sala-ambiente, como o pessoal fala. Quer dizer, a gente tinha os nossos trabalhos expostos. Tinha o material da turma. Isso era uma maneira dos professores de inglês, português, interagirem com o pessoal. Pedirem para gente comentar ou escrever. Fazer uma redação que fosse, por exemplo, uma dissertação e assim por diante. Era um ambiente de muita troca de ideias, não era uma coisa estanque. Hoje eu vejo o ensino de hoje de uma maneira um pouco mais estanque, um pouco mais fragmentado. Cada um fica no seu e esquece de extrair um pouquinho disso aí. Que, na verdade, apesar de estar naqueles ideários da formação ampla da maneira como era feita... Mesmo sem esse projeto integrador que estou falando... Os professores não tinham um projeto, como hoje. Por exemplo, aqui na escola, nós temos um projeto, para cada um de nós, de integração. Mas esses professores faziam isso em função da formação geral deles e por incrível que pareça, eu ligo isso com uma coisa que parece que não tem nada haver com o liberal-positivismo, mas com um professor- que você deve conhecer- que é o Paulo Freire, que a gente reverencia todo ano aqui no Centro Paula Sousa com uma semana, como agora no mês de maio. Que a formação lembra muito aquilo que ele prega. A coisa do construtivismo, de você pegar a partir da experiência do aluno ou até do que ele já produziu, que é o caso das nossas oficinas. Os professores trabalhavam isso em outras.

E Paulo, você voltou à escola? Mudou muita coisa em relação ao espaço, as salas?

Como assim?

Questão física, eu digo.

Questão física?

Sim, se mudou alguma coisa?

Não. Não muda. Porque a história é um pouca essa. A gente não tem como fazer diferente aqui. Por exemplo, aqui é um laboratório. Eu não tenho como fazer algo diferente. Eu posso dizer: “- Vamos colocar em círculo”. Tem gente que gosta de círculo. Como os alunos vão enxergar os desenhos na lousa? E tem a questão da leitura do desenho. Eles tem que estar mais perpendicular possível com relação à lousa para que eles captem bem a questão dos tipos de linhas, das espessuras e das proporções. A única coisa que é interessante para nós que trabalhamos em oficinas é o datashow. O datashow facilitou bastante. Como eu disse para você. O professor colocava as plantas do material na lousa e, hoje em dia, eu costumo fazer isto também usando o próprio corpo, materiais com barbante. Eu faço isso mais para impressionar os alunos. Para eles verem que é preciso saber desenhar. Porque, hoje em dia, o pessoal... eles dão muito valor ao autocard, por exemplo. Eu sou professor de ensino de desenhos instrumentados. Eu explico para eles. É árido. É norma técnica, O que vou exigir é o que está na norma. Eu não vou exigir nada mais do que isto. “- Ah, mais a gente vai aprender no computador”. E não. Não é a mesma coisa. Se você não sabe desenho normativo, desenho técnico, você não vai conseguir fazer no computador porque no computador... Eu mostro para eles um lápis e uma caneta. É isto aqui. É um instrumento de desenho. Ele não vai desenhar para você. Então, eu gosto muito de - quando estou dando desenho geométrico, por exemplo - fazer tangências, concordâncias. Fazendo tudo isto. Usando, sei lá... como gabarito, sei lá... a tampa do cesto do lixo. Usando barbante. Usando a própria régua de madeira. Para que eles vejam que a habilidade de desenho tem que ser o que? Ela tem de ser constituída para que você possa desenhar em qualquer outro tipo de material, mas o bom do datashow -voltando ao datashow- é que muitas de nossas aulas... elas são postas passo-a-passo. E isso dá uma agilidade maior para a aula. Porque no passo-a-passo... você tem alunos que estão em estágios distintos de progressão- tipo, habilidade motora

final, acuidade visual. Então, quando você faz o passo... Quando eu faço... fazia na lousa, eu tinha que esperar o último aluno, o que terminou por último para dizer: “- Ok, pode passar para a etapa seguinte”. Só que já tinha um aluno que já tinha terminado uns 10 minutos antes. Hoje em dia, com o datashow, eu posso montar um pdf ou um power point, ou o que seja, em que eu vá colocando as construções aos poucos e posso usar um código, tipo um vermelho. Eles sabem que cor está sendo utilizado. Então se eu percebo que tem um aluno que está quase terminando e um aluno que já terminou. Eu posso, por exemplo, colocar na etapa seguinte para o outro aluno. Então isso agilizou muito esta parte.

Bacana. Mas também digo quanto aos espaços na escola. Porque em 80 é a criação do Centro Cultural. Mudou muito?

Você diz lá na escola?

Sim. Lá escola. Os espaços. Digo, o pátio,...

Não, não mudou muito. O que mudou foram as coisas de lugar nessa época toda. Porque, por exemplo, a quadra. Quando entrei, ela era onde é o jardim agora. E, se não me engano, a quadra migrou depois na esquina da cantareira com a Jorge Miranda e pelo que eu vi de foto do site do Liceu, parece que há uma quadra interna do Liceu, lá onde era a nossa oficina de marcenaria e era o centro cultural. O centro cultural. Era uma coisa também muito interessante para os estudantes porque trazia pessoas de fora e pessoas de nível de formação muito variadas. Porque eles transitavam... O centro cultural não se remetia, não se reduzia ao espaço ao que hoje está sendo reformado, o galpão que queimou. Que era o galpão... na verdade aquele era o galpão, se não me engano, da oficina de serralheria artística. Ele era um espaço museológico que trazia toda a parte do que estou te falando: dos moldes, dos modelos, dos desenhos que os alunos copiavam, balaústres. Não sei se há fotos de referencia desta parte. Como tinha também espaços de aula lá. Os porões, nos próprios desenhos de observação. Mas o prédio, também, que é atrás do prédio central do Liceu, que é o prédio de alvenaria, havia oficinas do Centro Cultural ali embaixo também. E haviam também oficinas na própria marcenaria. Nas várias oficinas. Então, a gente convivia com aquilo. Por que havia...- não no prédio que é o Centro Cultural- mas nesse outro prédio havia nos corredores que a gente passava... Porque a gente tinha aula nesse prédio também. Então a gente via os profissionais ensinando o pes-

soal que estava fazendo nas oficinas do Centro Cultural: de marcenaria, de mobiliário, ou o que seja. E tem um detalhe muito interessante que, em alguns espaços, haviam modelos e moldes de coisas que foram usados em prédios antigos. Eu lembro que havia nesse galpão do lado da lateral que tinha entrada pela João Teodoro - eu acho que ali era a oficina de marcenaria- dos banheiros, a cerâmica que estava na parede é aquela mesma cerâmica que tem ps besouros, os animais da fauna brasileira que estão no museu... Biológico? No Ipiranga, como que se chama?

De arte natural? Não lembro.

Não lembro o nome, mas se você olhar na fachada tem umas placas decorativas feitas de cerâmica. Algumas dessas placas - provavelmente foram as que foram reprovadas, que não foram para lá ou que foram os primeiros moldes, as primeiras experiências... Eu me lembro que a gente entrava naquele banheiro e ficava maravilhado, pois elas estavam lá presentes. Então, esse ambiente era um ambiente muito interessante de troca entre várias áreas do saber. E áreas do saber que não são só propedêuticas. Elas são também pragmáticas, ou seja, são praticadas na prática. Então, essa questão da empatia pelo fazer que é importante, sendo um profissional nessa área. Ela se produzia ali. Quer dizer, o profissional da nossa área não pode ter uma ojeriza burguesa pelo trabalho. Se não, ele não faz nada. Ele tem que gostar de colocar, como a gente diz, a mão na massa.

E você acha que o Liceu foi importante na sua carreira profissional? Por que?

Se ele foi? Bom, eu posso dizer o seguinte. A faculdade de arquitetura e urbanismo da Usp, ela... além do urbanismo que eu não havia estudado... Porque a gente havia estudado história da arquitetura. A gente não teve arquitetura, é claro, nos desenhos de construção civil, mas a gente teve contato com área. E como eu te falei, eu trabalhei na área nesse período todo. Aliás eu só parei de trabalhar na área para fazer a faculdade de arquitetura e urbanismo que era o período integral. A faculdade de arquitetura e urbanismo me deu verniz acadêmico. Além da parte do urbanismo, do planejamento urbano que eu gosto, a história das cidades - não só São Paulo como outras cidades do mundo- era algo que eu achava muito interessante. Eu sempre aprendi muito com geografia no ensino que eles chamam hoje de... fundamental. Isso, não é? Fundamental. Então, essa parte me acrescentou. Agora, todo o resto da minha formação. Quer dizer, Todo resto, não. A base, o fundamento, o pilar da minha formação- é aquilo que eu te falei- foram essas aulas do ginásio estadual do Pari no

ensino fundamental que me levaram para o mundo da arte- que me levou a escolher o mundo da arte- e no Liceu, dentro do mundo da arte, escolhi esta parte, que é a parte ligada ao processo de fazer, na área de desenho de construção civil. Então, foi uma formação capital. Se eu não tivesse passado por lá, eu não sei o que eu seria. Quer dizer, a minha história é o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Não tem como. E acho que não é só. Seria bom, então, que talvez você entrasse em contato- não sei se o Plínio Cusinato ainda está vivo- com o pessoal mais antigo. Eles se reuniam anualmente, mas depois pararam. Mas eles tinham uma reunião de pessoas que iam da década de 30 e poucos. Eles devem estar com uns 80 anos. Alguns devem ter muito. Aí, chegou uma época que a gente começou a frequentar. Eu já era professor do Liceu e eles me convidaram para participar e a gente descobriu que aquilo era uma espécie de truquezinho deles. Eles queriam...- que tal chegar num dia? A gente ia todo ano. Era o encontro anual dos ex-alunos. E tinham mulheres que tinham feito desenho de construção civil e decoração, junto com os homens. Famílias, muitas vezes. E, depois de algumas vezes que a gente foi, eles propuseram que a gente começasse se organizar. Que eles já estavam passando o bastão. A gente aceitou de bom grado. A gente até conseguiu fazer numa determinada época. Fundamos a Associação dos Ex-alunos do Liceu de Artes e Ofícios. E, voltando ao que eu estava falando, eu percebo que essa coisa da reverência em relação à escola e a contribuição que ela deu para os alunos - tanto do ponto de vista pessoal quanto do ponto de vista profissional- era o que mantinha as pessoas durante... sei lá... uns 60 anos fazendo encontros anuais sem falhar uma única vez. E há outros grupos, além desse grupo que existe. Depois posso tentar te ajudar a localizar. Tem o grupo do Miguel Ângelo e da Cristina, que fez o ginásio comigo no Estadual do Pari. E tem outro grupo que eu já entrei em contato. Só não sei se vou passar o seu e-mail ou o e-mail dela... Para ela ficar a vontade... Que é o da Cristina, que ela fez o Ginásio Estadual do Pari comigo e fez o Liceu de Artes e Ofícios e ela é promotora de um desses encontros anuais.

Ah, Bacana. Vou querer sim os contatos. Vai ser útil para a pesquisa.

Então, é muito interessante isso. Porque a gente não sabe quantos grupos existem. Mas a maior parte dos alunos.. Porque é assim... é setorizado. O pessoal de mecânica, então. Mas acho que assim a maior parte dos alunos que se formou no Liceu, as turmas se reúnem até hoje.

Bacana. Porque eu estava procurando... eu só entrei em contato com a AEXALAO. Eu não sabia desses outros.

É e, assim, se eles se reúnem até hoje é porque a questão da memória, da lembrança... Aí já entra a questão da inteligência emocional, a parte afetiva é muito importante. Aí eu volto para aquela pergunta que você disse da importância. Importância capital.

Bom, eu já não tenho mais perguntas sobre o Liceu. Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa sobre a escola? Sobre a matéria...?

Não.

Então acho que a gente pode encerrar aqui. Então, muitíssimo obrigado.

ANEXO P -Transcrição da entrevista de Cristina Fastellini. Acervo pessoal. Depoimento coletado em 2018.

Então, eu entrei lá em 1975. Nessa época, você fazia um vestibulinho. As pessoas não saíam do ginásio e entravam direto. Você tinha... Era muito difícil entrar. Muito difícil. E eu me lembro que eu fiz um vestibulinho... tinha as apostilas de história e matemática. E eu queria fazer decoração. Porque decoração era um curso que tinha a noite e eu queria trabalhar. E aí, depois, apareceu desenho de arquitetura. É isso mesmo. O único curso que tinha a noite era desenho de arquitetura. E então, o que eu fiz: Coloquei desenho de arquitetura sem saber o que era e passei. Foi interessante porque eu tinha três amigos no ginásio que também prestaram Liceu e eu estava indo e eles estavam voltando. E um deles era muito inteligente. O Nasson. Ele, por sinal, é arquiteto hoje e depois posso até te dar o endereço dele porque ele seria uma pessoa legal para você entrevistar. O Nasson. Ele é muito solto, ele fez os quatros anos. E o Miguel, que fez o ginásio. Eles fizeram comigo. E, na hora, que eu estava indo para pegar o resultado, eles estavam voltando. E o Nasson teve uma redação, que no ginásio ele fez e que ficou famosa na escola e que a professora de português gostou. Então, ele era considerado um hiper-mega-aluno. Escrevia muito bem, muito criativo. E aí, quando eu estava indo, os três viam voltando. O Rubens Fará, Miguel Angel, que eu também tenho contato até hoje, só o Rubinho que eu nunca mais eu vi. E o Nasson, que é o meu afilhado de casamento e já venho aqui em casa e tudo mais. E aí eu perguntei “- E aí?”. Eles falaram “- Eu não entrei”. Nenhum dos três tinha entrado, e aí pensei “- Se eles três que eram bons não entraram, principalmente o Nasson, eu não vou entrar”. Aí eu fui lá, e passei em quadragésimo nono lugar. Mas eu tinha errado também. Assim não foi de graça, eu ralei bem. E aí, começamos a fazer. E naquela época, tinha... nós éramos em 50 ou 52, ou alguma coisa assim. Eu não tenho bem certeza. E nessa época, tinha a escola Liceu e esse Centro Cultural, que não era Centro Cultural ainda. Era ainda um monte de obras de arte. Eu me lembro bem. Embaixo. Sabe? Alguém comentou isto com você?

Eu acho que não.

Então, às vezes, a gente ia lá para fuçar o que tinha e na época de junho... Tinha um tal de Chancão. Tinha esse nome. Tinha um Sérgio Luiz, que era o chanquinho e tinha esse tal de Chancão, que era um cara muito alto. Eu não me lembro. Ele era Wilson, alguma coisa. Ele tinha um ponche. Sabe, um ponche... aquele ponche e aí eu me lembro que a gente foi lá fuçar. Não sei o que a gente tinha na cabeça para ver, na hora do intervalo... descer para ver o que é que tinha. E eram umas obras de

arte mesmo. A Vênus de Milo, obras de arte, de gesso. E um dia esse cara abanou o xale lá no escuro e tal da mulherada gritar e sair correndo. Sabe? Quer dizer, foi muito legal isso. Mas era uma época de repressão política. Então, nós tínhamos uma professora de história que era muito politizada mesmo e dizia que a gente devia ser contra isso, contra aquilo. E a gente tinha um diretório acadêmico que era a Chapa Azul, que eu era membro desta chapa azul. E..., mas era legal. E era muito assim... Você tinha limites com as saias, você tinha obrigação de levar bolsos. Os bolsos tinham que ter o timbre do L-A-O, que era o Liceu, e eu me lembro que quem não tinha bolso, não entrava. E eu morava muito perto da escola, muito perto. O Liceu era ali na rua Cantareira e se você sair do Liceu, à esquerda, você vai ter a bifurcação da Cruzeiro do Sul com a Avenida do Estado. E eu morava ali, na Avenida do Estado. E aí, não dava outra. A minha mãe conhecia todo mundo porque quem não tinha bolso, ia lá pregar bolso. A gente arranjava o bolso e o cara ia até a minha casa. Minha mãe pregava o bolso e a pessoa ia para a aula porque tinha que assistir aula. Mas era muito legal, mas era uma fase muito difícil. Difícil porque... porque a gente estudava, a gente estudava, para mim que não conhecia nada. Então, eu não sabia se o compasso Kern era o melhor. Eu não tinha referência nenhuma. Aí, tinha o Douglas, esse meu amigo que é meu amigo até hoje e ele falava “- Eu te levo na Santa Efigênia. Vamos juntos”. Só que a gente ia a pé e naquela época a gente andava de ônibus, ninguém tinha carro. Poucos tinham carros. A gente era menor. E aí, conclusão. Eu ia com ele a pé, procurar esses materiais: que era a régua T, os esquadros e o tal do compasso Kern. Que era o bam-bam-bam você ter o compasso Kern. Era como a calça Levis quando apareceu. Hoje eu dia, eu não sei. O meu filho tem esses tênis. Como que é? Esses... não é nike. Essas outras marcas diferentes. Então, era assim. O compasso Kern. E a gente tinha um relacionamento muito bom com esses cinquenta. Esses cinquenta eram bastante ligados. Lógico, tinham os seus grupos. Cada um escolhia o seu grupo, mas ficaram boas amizades. Eu acho que, da minha turma, para você ver... quando a gente se encontrou... Nós nos encontramos dessa vez, na foto que eu te enviei que tinha o Paulo César. Eu já namorava o meu marido. Isso foi 87, 86, 87. Depois nós nos encontramos quando fizemos 25 anos de turma. Aí foi legal, foi muito emocionante porque fomos no liceu. Nós conseguimos entrar no Liceu. Eu tinha feito o aniversário de 1 ano do meu filho e, então, aquela moça que tinha o bufet, ela se prontificou a levar tudo no Liceu e a gente faria a festa dos 25 anos lá. E foi bonito, porque aí a gente viu o Centro Cultural. Aí a gente foi ver as obras de arte. E aí eles tinham feito tudo o que a gente viu... tudo o que já tinha visto tudo quebrado, acabado, destruído à 25 anos atrás. Foi muito emocionante. Aí, gente foi ver a sala de aula que nós estudamos. O pessoal chorou muito. Muito. Muito. Então, é interessante isso, porque... Não sendo saudosista, mas era uma época

que a gente era um grupo. A gente era um grupo. Deixa eu te contar uma coisa engraçada. Tinha o Paulo César Silveira e o Paulo César Pereira Carvalho, que também é arquiteto. Virou arquiteto. A gente fala tanto das pessoas passarem cola e ele virou arquiteto. E aí, conclusão: Ele não lia os livros de português. E a professora - não me lembro do nome dela, mas eu vou lembrar. Era Geni? Não me lembro se era Geni - ela pedia para você resumir os livros e é interessante porque eu fui indo do primário, para o ginásio sem gostar muito de ler. Aí eu me lembro que ela deu o "Incidente em Antares" e foi dali que eu comecei a gostar de ler. E aí vieram o circo do livro. Que tudo era nessa época. E voltando ao Paulo: o Paulinho não gostava de ler e ficava perguntando para todo mundo: "- Como que a história era?" E cada um contava a história, o que tinha entendido. Aí, conclusão. Quando a professora dava nota e a nota dele era sempre a melhor. E aquilo foi deixando o pessoal meio cabreiro. Você perdia um certo tempo, você deixava de fazer os seus projetos, você entregava tudo correndo no final. E, aí, o cara não lia e... não dava. Aí, o que fizeram um dia. Resolveram contar a história errada para ele. Todo mundo combinou e a gente vai contar a história errada para ele. E deu azar de nesse dia, a professora chamar em voz alta. E chamou ele e ele começou a contar a história que não existia. E aí, conclusão. Foi aquele auê. Foi aquele auê. Foi muito divertido. Então, os meninos lembram, na verdade, de histórias que são muito boas. Mas é interessante isso. E eu me lembro que eu não gostava de estudar lá. Eu gostava de fazer os projetos a noite em casa porque eu sou da noite, infelizmente. Eu casei com uma pessoa que gosta de dormir a noite e eu gosto de ficar acordado. Entendeu? E eu ficava de madrugada fazendo os trabalhos do Liceu. Os projetos, eram plantas... Naquela época, você.. era esquadro e régua T. Sabe? Papel vegetal... você colocava aquilo na prancheta, fazia o seu projeto. Era uma outra época. Não tinha computador, nada disso. A gente usava régua de cálculo. Eu devo ter por aí, em casa. Você calculava tudo em uma reguinha. Era muito interessante. Muito interessante. E nós tínhamos professores que tinham frases que a gente lembra até hoje. O professor de resistência dos materiais chamava Enéas Baldo. Ele dizia que ia fazer uma prova Chevera e a correção ia ser ser cheveríssima. Todo mundo lembra da história do Chevera e do cheveríssima. Tinham professores excelentes. Tinha o professor... como que era o nome? Um professor que era engenheiro naval pelo ITA. Ele era professor de geometria... desenho geométrico... não. Que tinha épuras e espaços... DG... Desenho geométrico, mas não era desenho geométrico. Era épuras e espaços. Tinha um ponto que rebatia. Era uma matéria diferente. Desenho geométrico? Mas não é isso, é outro nome. Vou me lembrar. E aí, conclusão. Esse professor... eram professores muito competentes. Muito. E os professores tinham... você tinha aquele respeito por todos os professores e alguns deles abria... Tinha o Carlos Alves, professor de português,

ele tinha uma chácara. E aí, um dia, ele convidou para ir na chácara dele. Nós fizemos um churrasco. Teve gente que foi com o pai. Eu levei minha irmã, o outro levou o pai... foi de carro, de fusquinha. Então, você tinha uma vida muito boa. Mesmo sendo politicamente difícil, as pessoas ali... Era muito complicado tudo, sabe? Mas era... você tinha muitas amizades e essas amizades ficaram. As pessoas foram sendo padrinhos de casamento, padrinhos de... e continuaram, sabe.

E havia um grêmio estudantil?

Havia. Havia um grêmio estudantil que era a chapa... Eram duas chapas: a chapa azul e a outra chapa, eu não me lembro. Eu era da chapa azul. O Douglas era da chapa azul. Tem o Antônio Dias também da chapa azul. O Douglas é advogado, eu tenho contato com ele até hoje. Eu posso passar o contato dele para você perguntar mais sobre como que era esse grêmio estudantil. O que que a gente reivindicava? Eu não me lembro. Eu me lembro que na época o diretor era um tal de Arnaldo e esse Arnaldo... E esse Arnaldo era muito severo. Muito severo. E a gente tinha uma certa dificuldade porque você era bolsista, então era diferente. Era uma época totalmente diferente. Então é isso.

Então, mas desse grêmio, o que eu me lembro... Então, eu posso te passar o endereço e o telefone do Douglas. O Douglas é advogado, ele vai lembrar melhor. O que que eu ia te dizer? Mas era interessante isso. Porque o Paulo César disse que, hoje em dia, tem uma associação dos ex-alunos do Liceu. E ele me falou de pessoas que eu não sei e talvez a gente até encontre este resto da turma que a gente nunca acha nessa Associação dos ex-alunos do Liceu.

Sim. Eu entrei em contato com ela. Foi ali que eu descobri o Paulo.

Ah, Foi ali que você encontrou. E por onde você achou? Foi pelo Facebook?

Pelo facebook. Eu enviei uma mensagem e aí, ele me deram o Paulo para contato.

Olha, legal. Mas o Paulo dava aulas lá no Liceu. Ele não chegou a dar?

Dava

Ele ainda dá?

Não, ele já saiu. Ele chegou a dar aulas no Liceu e agora está dando aulas em Etec. Foi pela AEXALAO que eu encontrei o Paulo.

E ele está em qual Etec? Você sabe?

Sabe aquela Etec... Etec das Artes. Chama-se Etec das Artes. Aquela que era o antigo Carandiru. Então, era lá.

Você falou que era lá, mas eu não conheço ali.

Sim. Se chama Etec das Artes e como o nome já diz tem aulas de teatro, tem aulas... acho que de desenho. E ele está dando aulas lá.

Que legal. Porque ele fez arquitetura. Ele fez USP... que eu me lembro ele fez USP. E ele vive das aulas. E ele tem algum escritório? Então, ele me pediu o telefone de uma pessoa, um tal de Pedro. Eu nem sei que é esse Pedro. Eu não me lembro desse Pedro. Ele me mandou nesse final de semana. Eu não sei quem é esse Pedro. Aí, ele me escreveu isso, mas eu não sei. Eu perdi contato. O Paulo é um menino que eu conheço desde o Ginásio. Nós fizemos o Ginásio juntos. O Paulo César da Silveira. Ele me perguntou um tal de Pedro Guelekian. Eu me lembro de um Pedro, mas... é talvez fosse Guelekian. Esse menino estudou com a gente. É verdade, na época do ginásio. Olha. Que interessante. E é uma pena porque seria legal se a gente... Então ele deve ter contato com esses meninos ainda do tempo do ginásio. Olha, que coisa maluca. Nós estamos falando de cinquenta anos atrás. De quarenta e cinco anos atrás. É muito tempo. Vamos lá.

E como você conheceu o Liceu? Como o Liceu apareceu pela primeira vez na sua vida?

Bom, eu morava lá perto e eu tinha um amigo que fazia caixão. Porque antigamente, você... Isso é legal. Esse cara fez o Liceu de Artes, ele fez um curso. Eu não sei se foi um curso dentro do Liceu, mas ele ainda é vivo. Posso te passar o telefone dele. Ele entalhava caixão e cadeiras, assim de sala. Por exemplo, a minha cadeira. A minha cadeira da sala. Essa creminha. As cadeiras de madeira eram pesadas antigamente. As cadeiras eram entalhadas aqui. Você tinha uma madeira e a pessoa...

como se fosse um negócio... É uma aparelhinho assim... Ele ia entalhando, trabalhando nessa madeira. Ele fazia a madeira e fazia caixão para colocar defunto. E ele era também aluno do Liceu. Então, eu me lembro que, por ser amiga da família, eu já escutava sobre o Liceu. Aí quando a gente venho morar ali na Avenida do Estado, o Liceu estava muito próximo. Então, eu me lembro de ter... mas sempre considerado uma escola difícil de entrar. "Ih, mas lá é difícil de entrar". Então tinha essa coisa que é difícil de entrar. Não era para qualquer um entrar lá. Você tinha que ralar, ralar. Então, era difícil para você sair depois de quatro anos. Aí, eu comecei a trabalhar. Então, sai um pouco do foco e eu perdi o ano. Mas tudo bem. Aí eu fiquei sabendo por conta deste amigo que eu tinha feito um curso no Liceu.

E como era esse vestibular? Que matérias ele cobrava?

Então, você sabe que eu não me lembro, mas eu penso que eram as básicas. A gente tinha educação moral e cívica que era coisa que você tinha no ginásio. Então, eu não me lembro das matérias do liceu. Eram português, matemática, com certeza. Eu só me lembro que eu passei em quadragésimo nono lugar. Mas eu posso perguntar para um deles. Eu posso anotar isso que você está me perguntando que eu não sei e aí eu jogo no meu grupo. Boa. Eu jogo no grupo. Nós temos o grupo do Liceu. Nós temos o nosso Grupo do Liceu 1975. E aí, pelo 1975, eu pergunto para eles. Hoje nós estamos... Eu posso... "O que tinha no vestibular?". Não, acho melhor não escrever agora, escrever num papel e depois eu coordeno isso de uma forma melhor. Eu tenho déficit de atenção, então eu preciso escrever tudo.

Por isso que eu te falei. Na verdade, eu precisava marcar uma pizza. É que esse tempo não ajudou porque aí na pizza seria legal. Eu vou voltar isso com eles. Eu fui para a Itália... eu escrevi para eles só que ninguém me respondeu. Então, as matérias do vestibular... Nosso centro cívico. Chapa Azul, isso eu me lembro. Que eu era da Chapa Azul. Bom a gente vai falando que eu vou escrevendo e aí, eu pergunto para o grupo. Mas eu queria ver se a gente conseguia marcar uma pizza em São Paulo. As meninas... Tem uma menina que mora na Alemanha, Fanifeld. E ela está para vir para cá. Eu não sei quando ela vem. A Lia seria se uma pessoa que eu queria que você tivesse conhecido. A Lia está nos Estados Unidos. Então, seria difícil porque o que eu tinha pensado... Eu vou convidar ele para o almoço, convido a Lia e o Cildão. Nós somos em três, o que um esquece, o outro lembra. Mas a gente ainda pode fazer isso. Você mora onde em São Paulo?

Eu moro perto... Na Catumbi, perto do Belém.

Eu sei onde é. Você mora na rua Catumbi?

Moro na rua Catumbi.

Então, eu nasci na Almirante Barroso. Ali pertinho. E eu morava no Pari. Morei muito tempo no Pari, que é muito legal. Então aí gente combina. Da última vez foi perto da Angélica, mas ali também é fácil. Hoje em dia, de Uber, tudo é perto. Aí a gente pode marcar isso.

Ia ser muito bom. Ia ser muito bom mesmo.

Porque eles são muito legais. Acho que isso seria bom. Porque você vai e tem isto que eu te falei. Tem mais de um... Isso é legal. Vou ver se a gente mexe isso.

Sim. Seria sensacional.

Sim. Vamos lá.

Por que decidiu estudar no Liceu? Acho que já falou um pouquinho. E por que este curso?

Então era o curso que tinha a noite. DCC. Era o único curso... não, era desenho de arquitetura no começo. Era o curso que tinha a noite. Então, a minha opção era por causa disso. Só que depois que eu entrei, eu passei a gostar dos trabalhos e eu comecei a gostar dos professores. Só que tinha muita dificuldade. Com o que eu tinha dificuldade? Com as próprias matérias. Não com os projetos, mas física para mim era uma tortura. Então, esse Douglas que é advogado, ele me dava aula de desenho geométrico. Era de desenho geométrico? Essa matéria que eu não me lembro, que era do professor de engenharia naval. Desenho... Estudava épuras. Eu vou perguntar para eles. A matéria que ... E aí, a gente estudava em equipes. O Douglas estudava comigo. Quem tem mais dificuldades? Aí pegava uns dois ou três e a gente estudava juntos para tentar ir bem. Porque era muito complicado. Lógico, tinha gente que.. tanto é que de cinquenta, eu acho que muitos repetiram no primeiro ano. Muitos, muitos, muitos. E aí, tanto é que aconteceu isso. Eles repetiram no primeiro ano. Eles montaram

uma outra escola no Jardim Tremembé com DP. E aí, depois, quando eu repeti, eu fui para lá também. Eu, Ali, o Cidão, uma maioria... Acho que poucos... Mas eu era tão ligada a eles como eu sou até hoje que outro dia que nós sentamos - a uns seis meses atrás que a gente foi para a casa de uma pessoa. Da Dé - que a gente conversou e eu falei "- Não, eu não acabei os quatro anos". Porque teve gente que só estudou só três e não quis fazer o quarto que nem a Fani, essa menina que mora na Alemanha, ela fez história. Gente, ela seria legal. Eu vou mandar contato para ela. Aí, eu vou perguntar quando ela vem. O seu trabalho vai ficar riquinho. Aí, conclusão: Ela saiu no terceiro ano. Então quer dizer: Pô, algumas saíram no terceiro ano. Então, os meninos nem se tocaram que eu saí no segundo, vamos dizer assim. Todas as reuniões era sempre eu que coordenava. Eu e mais o Miguel. E esse encontro dos meninos. Para você ver... eu não pude desde o ano passado... eu fiquei assim com a história da minha mãe ...a minha mãe ficou aqui comigo e o povo não se reuniu. Para você ver, eu mandei o negócio para eles antes de eu ir embora dizendo de você. Então tem que ficar ali, tem que ficar ali, tem que ficar ali. Tem que ser chato. E aí, vamos ou não vamos? Entendeu. Vamos ou não vamos? E porque é assim. Você vê. Um deles, que acabou fazendo engenharia, está... sei lá... no Acre. O outro está no Rio. Sabe. Então, você vê. Eu estou aposentada. Tem algumas que... uma que repetiu, que fez fisioterapia. A outra casou, fez educação física. Então quer dizer, foi interessante. Alguns bons foram arquitetos e alguns que a gente achava que ia repetir no primeiro ano, acabaram fazendo arquitetura também. Então, não tem: "Ah, o fulano...". Não tem. E alguns bons também não foram fazer engenharia. Saiu um dentista- muito louco- o Laurindo- ele anda de bicicleta até hoje. Esse é divertidíssimo. Ele repetiu o primeiro ano. O Paulinho que ninguém dava nada fez Mogi, depois fez arquitetura Mogi. Aí tem o escritório dele. Entrou em um projeto de casas de condomínio fechado, então acabou dando certo. O Miguel fez administração foi para Shell, trabalhou na Petrobras. Agora, eu sei que ficou afastado. As meninas... era assim. As meninas trabalhavam com edificações, com desenho. Eu mesmo trabalhei com desenho por muito tempo. Trabalhei por uns quatro anos com engenharia elétrica e é o que eu te falei. Não tinha nada de computador. Tinha a pranchetona, a régua T e você ia fazendo. Pegar um normógrafo. Você fazia todas as letrinhas. Eu ainda tenho tudo aí em casa. Mas... Mas... Lógico, foi... cada um foi seguindo um caminho. Mas era um senhor curso, viu. Muito bom, muito bom. As pessoas do Liceu, eu acho que todos eles acabaram... porque era tudo muito regradinho, sabe. Com tudo. Com tudo. Era tudo muito rígido. Era tudo muito certinho e era muito bom. Eu acho que uma boa escola. Você podia falar de boca cheia que você tinha estudado no Liceu de Artes e Ofícios. Era um cartão. Eu acho que muitas portas se abriram para muitos profissionais por conta disso. Da fama que o Liceu que tinha.

Era a escola técnica federal menos e o Liceu muito mais. Eram as duas escolas que eram muito top. Isso a gente está falando de 1970, 1975, 1980. Era bem isso. Vamos lá.

Como era estudar no Liceu? Acho que você já falou um pouco. E como eram as matérias, os professores, os livros, as oficinas?

Vamos lá. Os professores eram super qualificados. A gente tem... Tem foto deles. Eu vou pegar isso para você e foi interessante. Quando a gente fez 25 anos de turma, nós chamamos alguns professores e foi muito bom reencontrá-los. E você percebe que a nossa turma foi uma turma diferenciada. A gente descobre isso depois. Porque o professor, quando ele te olha e fala “- Ah, você!” e lembra de você e lembra da turma. E teve professor que chorou ali. Sabe teve o Franco, eu tenho foto disso, ele chorou de dizer como era bom... Porque a nossa turma era, era muito interessante... Era uma turma boa. Era uma turma muito boa.

Os livros. Então os livros, você não tinha a facilidade que você tem hoje. Outro dia, o meu filho precisava de um trabalho, fui pegar a escadinha, eu fui subir no escritório, fui pegar o livro, fui abrir a página e quando dei para ele: “- Mãe, eu já fiz o trabalho”. “- Como assim você já fez o trabalho?” Ele entrou na internet, pesquisou, colocou. Então, quer dizer, não tem dificuldade. Não tem dificuldade. E aquela época, você tinha. Eu me lembro que a professora de história deu um trabalho sobre a segunda guerra mundial... acho que deve ter sido, a primeira e segunda guerra mundial. E eu me lembro que eu ia para a Biblioteca Municipal Mário de Andrade, que era no começo da avenida São Luis, se eu não estou enganada. Bem no centrinho de São Paulo. E ali, eu fiquei indo para lá. Acho que por uma semana seguida porque você tinha que ler o livro e você ia resumindo para fazer o seu trabalho. Porque era um livro sobre a primeira e a segunda guerra mundial, você quer dizer. Eu me lembro que a biblioteca fechava umas onze horas ou umas dez horas. E na hora que fechava o meu pai ia me buscar de carro. E na hora que fechou - que ia fechar- eu dormi. Eu estava assim e porque chega uma hora que você dorme. Lia, lia e lia e dormi. Aí, o meu pai chegou lá... estava na hora de ir embora. E aí, a moça falou assim “- Mas tem pouca gente lá”. “- Mas a minha filha está, está estudando”. O meu pai era bem assim, era bem companheiro. E aí eu tinha dormido. Aí, a moça veio lá me chamar. Então, você chegava na biblioteca, pedia o livro, procurava o livro, trazia e você sentava e pesquisava. E eu me lembro que nessa época, o meu pai me dava. Eu não comprava roupa. O dinheiro do meu pai era para os livros e para as coisas de artes. Isso era uma coisa minha. Aí, eu me lembro que tinha um "Neufert". Neufert era um livro desse tamanho. O Douglas

deve ter ainda. Eu não tenho. Eu emprestei e quando você empresta, tem muita chance de não voltar. E eu sei quem é e a pessoa fala que eu não emprestei para ela. Aí, fica eu dizendo que emprestei e perdi o livro. De qualquer forma, paciência. Eu nem acabei fazendo arquitetura. E o Neufert era um Bê-a-ba. Era um livro enorme assim que eu paguei em umas seis ou dez vezes. Porque era muito caro. Então eram livros que você pesquisava na biblioteca ou você comprava. Lógico, os livros de português eram livros básicos que nem “O cortiço”, “Incidente em Antares”, Érico Veríssimo. Quer dizer, aquele Dom Casmurro, que era um livro difícil de ler. O outro lá, “Vidas Secas”. Então eram livros que você... era mais fácil. Agora os livros técnicos eram difíceis. Desenho técnico, Thomas French. Eu tenho esse livro ainda, esta lá embaixo. Esta lá embaixo? Não, está aí. Eu devo ter aí. Está encima. Então, era um livro que muito, muito.... Então eram livros caros e o meu dinheiro era para isso. Eu não tinha muita vaidade para usar assim nada. Meu dinheiro era para os livros. porque eu achava que era importante, eu focava nisso. Então, os livros eram isso. Tinha a biblioteca muito ativa. Que mais você perguntou?

As oficinas.

As oficinas do Liceu eram bárbaras porque você tinha um professor só para quarenta alunos e a coisa funcionava. Interessante isso, não é? Você vê, hoje é diferente. A coisa é diferente e eu me lembro que a gente usava uma sala para a aula de projetos. Que eram as salas que tinham as pranchetas grandes e uma outra sala para as aulas normais. Eu me lembro disso. Então era isso. É interessante isso. Vamos lá.

Você já falou do horário. Estudava de noite...

Não, eu estudava de manhã.

De manhã?

Então, o que aconteceu... Então eu fui estudar, eu coloquei o curso para desenho de arquitetura, que era noite. Aí o que aconteceu, eu passei em quadragésimo nono. Aí meu pai falou que não era para eu estudar a noite, que ele me pagaria a escola...

(Interrupção do telefone e Cristina aproveita o momento para pegar um livro).

Lembra do que eu te falei. Desenho técnico, Thomas French.

E era esse livro que os professores usavam?

Era esse livro que a gente usava em uma matéria. Olha isso aqui a gente fazia. Presta atenção. Mesmo fazendo arquitetura, você fazia estas peças porque você estudava profundidade. Você estudava elevação, você estudava o perfil das peças. Porque quando você corta, quando você... É lógico quando você tem uma... quando você faz uma planta. Hoje em dia, eu não sei, mas como a gente fazia... Então, vamos dizer aqui, nossa casa. Você faz aqui, você faz uma planta alta como se estivesse olhando lá do teto, de cima. Então você vê as paredes. Vê tudo bonitinho. Aí, de repente você vai cortar isso. Você vai fazer uma elevação disso. Isso aí eu corto, eu corto a casa aqui. E aí, o que que eu vejo. Aí, eu vejo uma paredinha ali, assim. Aí vejo um quadrado que é a cozinha. Outra paredinha que é essa parede. Eu vejo a porta. Aí, eu vejo um risco, que é o outro lado. E assim, eu vejo. Isso se chama elevação. E aí, você tinha todas as matérias que se juntavam e fechavam para que você conseguisse fazer uma planta e um projeto adequado. Então, o Liceu te dava todos estes recursos. Como? Porque os professores eram super bons e aí você comprava os livros. Quem podia. Eu não sei se todo mundo tinha, mas as letras eram a gente que fazia. A gente que fazia com o normógrafo, que eu ainda tenho. Você sabe o que é uma normógrafo?

Acho que não.

Então, é uma régua e o negocinho vai andando dentro e vai fazendo as letras. Olha as peças. Dá uma olhada que eu vou procurar pra você.

(Cristina procura o instrumento).

Isso aqui era para você escrever no seu projeto. Eram as régua. Você colocava a sua régua T aqui. Então isso aqui apoiava em cima da régua T. Aí você pegava isso e direcionava aqui. E o que ia aqui? Aqui ia uma canetinha que não está aqui, está no outro estojo. Era uma caneta com uma tinta em cima. Era uma canetinha com uma ponta fina com uma tinta e o que você fazia? Quando fazia

isso, a canetinha fazia aqui exatamente o seu N. Então, você ia fazer a sua planta de arquitetura e você escrevia perfil, elevação, projeto. Tudo o que você escrevia, você fazia com este objeto. Muito legal isso. E aí, o meu dinheiro era nisso. Você percebeu?

E esse material? Ele era obrigatório ou os professores só aconselhavam?

Eu acho que não. Ele era obrigatório. Esse aí era obrigatório. Que era o mínimo que você precisava. Desenho técnico. Isso mesmo. Estão nas pranchas. Letras. E era muito legal porque você era... era ferrado... Porque o professor, o professor se chamava Dalcir... Aqui ó, o mecanismo. Você entende fácil. Está vendo. É uma canetinha. Só que essa aqui está para baixo, a minha era para cima. Você colocava naquela parte de metal. Você enganchava e aí riscando na letra, ela aparecia mais em cima. Isso também a gente usava que era a caneta-pena, eu acho. Que você colocava nanquim por dentro. Então, era super difícil, não era qualquer um não. Era muito difícil. Parece que eram peças da mecânica, né? Porque mecânica era o outro curso que tinha. Isso eu me lembro. Era mecânica, edificações, desenho de arquitetura e decoração. Eram os quatro cursos que tinham em 1975, isso eu te falo com muita clareza. Eram só esses quatro cursos que tinham. Mas a gente também tinha isso. Em desenho técnico e era ferrado. Isso era ferrado. Isso era difícil porque você tinha que ver a peça, a profundidade e cortava, e tinha lâmina. Era bem difícil, viu. Por isso que tinha todo esse, Neufert era doido. Era grande, tinha uma capa amarela, era super lindo.

E você falou desses quatro cursos? Eles eram diurnos? Alguns eram noturnos?

O único noturno era decoração. Não, mentira minha. O único noturno era desenho de arquitetura. Porque eu queria fazer decoração, mas decoração era tarde. Olha lá, Boa. Isso mesmo. Eu queria fazer decoração, decoração só tinha a tarde e aí quando eu cheguei lá para ver o que que tinha a noite, tinha só desenho de arquitetura. Eu falei... talvez mecânica, eu não me lembro. E aí, à noite, só desenho de arquitetura. E aí, eu falei: “- Então, eu vou fazer”. Que era o curso que tinha a noite. Ai, nesse espaço de tempo, o meu pai falou “- Não senhora. Você não precisa trabalhar. Eu te pago a escola e você...”. Aí eu descobri que não era pago. Ele falou. “- Você vai continuar estudando, você não vai trabalhar não. Vamos deixar um pouco mais”. Tanto é que o meu pai me levava. Não, isso foi no cursinho. Não. Esquece. Aí, no cursinho também, ele foi me levando e tal. Mas tranquilo. Vamos lá.

Quais eram as disciplinas que tinham no Liceu? Você fazia um curso e quais eram... a grade curricular? Você lembra?

Não. Eu lembro que... Português, tinha. Alguém te falou isso?

Não, acho que não. Não falou.

Português, a gente tinha. Matemática, não. Tinha o curso.. eu posso fazer isso, eu posso perguntar para o pessoal da turma. Que nem a gente tinha aula como Franco que era desenho de arquitetura. É, eu posso ver isso. Tinha física. Física tinha que eu repeti em física. Tinha desenho técnico. Tinha concreto armado que dava aula um japonês. Resistência dos materiais teve os dois anos. Uns dois anos. Física também os dois anos. Português, os dois anos. Desenho Técnico também. Se o desenho técnico era do Alcer, então... eu não lembro, posso perguntar. Mestre tinha matemática. Vamos ver se falha a minha memória. Tinha matemática porque o professor de matemática do primeiro ano foi o meu professor do ginásio. Então, era super gostoso. Ele se chamava Antônio Amorim. E aí, quando nós nos encontramos, quando nós fizemos 25 anos, ele já tinha morrido. Aqui são dois alunos que. Isso aqui quando eu fiz dezessete anos. Este aqui é o Douglas, que é advogado. E esta aqui é Henriquetta que fez educação física. Isso é na minha casa. Esta é a Fani que mora na Alemanha. A Lia e aí depois, em outra casa, já no cruzeiro do sul, o Douglas, o Nasson, o arquiteto, o Duque, que também mexe com informática hoje. O Chanquinho, Sérgio Luis Martins, que virou engenheiro civil. Ele constrói. Ele faz pontes. Ele virou especialista em túnel. Ele virou especialista em túnel. Aqui, é o Nasson. Aqui é a casa do Chanquinho. Ismael ficou arquiteto, esse menino também era fera. Paixão era engenheiro civil. Douglas ficou advogado e o Nasson, aqui. Esse aqui é o Lauro, o que é dentista. Paulo, esse é o cara da história do livro. Cidão. Isso é na casa do Chanquinho. O Miguel é o garoto da Petrobras. Vanderlei desistiu no primeiro ano. Eu não sei nem o que ele fez. Isso foi em... Não, isso foi o nosso encontro de quando... Eu não fazia... Ainda estava de cabelo curto. Deixa. Antes do cursinho. Devia ser setenta e sete, setenta e oito, talvez. Aqui é a mesma coisa. Ainda esse evento. Essa menina mora na França, ele acabou não fazendo arquitetura. Nasson, Miguel. Vamos ver se a gente consegue encontrar. Ele, que é o Nasson. E o Paulinho. Esses que são os caras da pizza. Eles vão. Esse é o menino que estudava com a gente no ginásio, mas no fim a gente não tem mais contato. Então, até estranho porque a gente não sabe porque as pessoas acabam não

indo. Então, a gente não sabe se deu errado na vida e por isso ele não quer encontra a gente. Eu sei que um garoto que fez com a gente, hoje em dia mexe com automóveis, vende carros em concessionária. Então, como você vai encontrar um cara em que um é engenheiro, faz túnel e o outro faz o que? Vende carro. Alguma coisa deu errado no meio do caminho. Só que ele poderia ter humildade de encontrar a gente e dizer: “- Não, o que vale foi aquele tempo. A gente era tudo amigo, hoje a gente não interessa a situação de cada um”. Esse aqui é o Paulo César. O que você conheceu? Ele está assim? (risos). Ficou um pouco diferente, não é? Essa sou eu. Olha, propaganda enganosa, não é. Esse era o Franco, um professor nosso. Esse é o garoto que vende carro, que não quer encontrar a gente. Esse é o Cidão, marido da Lia. Então, teve um casamento na turma. Que é uma coisa boa, não é? Aqui é o Leandro, também é outro advogado. Esse garoto morreu. Infelizmente, ele, nesse último encontro, que a gente fez... Depois a gente vai ver as fotos. Acho que foi uns quatro ou cinco anos. A gente se encontrou e eu não sabia quem era o cara. Ele disse “- Você não está me reconhecendo?”. “- Não”. Mas muito diferente. Coitado. Aí ele contou que teve uma doença. Muito magro, muito diferente. Essa menina. Um desses dois é baterista da banda Malta. Você já viu falar dessa banda Malta? Eles ganharam o primeiro concurso da Globo de um programa que a bonitinha fazia... a ... sabe o menino que cozinha bem... Rodrigo Hilbert. Ele tem um programa de culinária no canal, acho que canal 41, Gnt. É, Rodrigo Hilbert. Ele é casado com a Fernanda Lima, é isso. Fernanda alguma coisa, uma bonitinha que faz sexo sei lá o que. Faz televisão. Faz um programa de sexo e sei lá o que de sexo. Paixão e Sexo... sei lá... alguma coisa assim. E aí, ela apresentou um programa que eu esqueci e a banda Malta foi a banda que ganhou. E o menino é bateirista, é filho dessa ruiva que estudou com a gente. Aqui. Eu queria mostrar os professores. Esse Renato fez uma festa na casa dele. Esse cangaíba virou deputado e ninguém acha o garoto. Esse é o Franco que era o professor. Esse menino era um tal de Chanca. Esse cara também foi professor, mas foi professor dos meninos, eu não. Eu saí antes. Aí é o Paulo. Este é o Chanca. Este é o Franco. Este é o que chorou. E este é o professor Amorim, Antônio Amorim, que era o meu professor no ginásio e acabou sendo o meu professor de matemática no meu primeiro ano do Liceu. Aí, no segundo ano, a gente teve. Ah, isso aqui. Essas meninas estão tudo formadas. No segundo ano, a gente teve aula com um professor chamado de... Olha, meu marido. Ah, essa moça é a Maria Luísa Artusi, ela era boa e ela ficou professora de línguas, não sei. Letras. E trabalhou numa dessas agências trans-Brasil, Varig, algumas dessas, como a pessoa que faz check-in, essas coisas. O Vicente Amorim. O Miguel, foi aluno dele no ginásio. Esse era o Wilson, o professor de educação física. A gente tinha... Ah, é... e era legal porque educação física era muito reprimido. Então, a gente tinha o tamanho certo da ber-

muda. Não podia. Era tudo muito regrado. Você não ia aparecendo como hoje em dia que as meninas vão de shortinho tudo pequenininho. Não, era educação física. Era uma matéria repetida, tudo mais. Olha, aqui é a festa. Aí, esse professor-mestre, ele não pôde ir nesta reunião. Mas a gente tinha deixado um recado para ele. Quando ele pegou o recado, ele “puxa, não pude ter ido e tal”. Aí, ele o que ele fez. Convidou a gente para ir comer uma pizza. Só que depois, a gente foi lá para em São Paulo, em um lugar que se chamava pizzaria Parathy. E fomos 2, 4 e seis, olha. E a gente tirou a foto. Naquela época, um tirava a foto. Aí é a minha turma com o mestre ainda. Sempre com ele. Depois a gente soube que ele morreu. Aí, foi um casamento do Douglas, que é um advogado. Aí quando ele teve filhos. Esse Douglas é o meu amigo, então ele não conta. Aí, o Nasson, o meu outro amigo que foi padrinho de casamento. Aí, a gente se encontrava. Esta aqui sou eu. A gente continua se encontrando. Tem essa turma. A Fani que mora na Alemanha. E ninguém se lembra do Paulo nessa turma aqui. Aí, eu e a Lia. Mas nós fomos, quer ver,... Aqui este foi o ano em nós fomos no Liceu. Esta festa aconteceu no Liceu, dentro do Liceu e, quando chegou na hora, acabou a energia. Imagina a mulher para fritar coxinha, fritar coisas. E aí, nós usamos o espaço do centro cultural para fazer a nossa festa. Eu tenho um quadro ali de bebidas. Desses negócios de bebidas, aí. Aí, o que que eu coloquei. Coloquei as fotos que eu estou te mostrando e um painel só de convites de casamento, cartas que a gente chama. Porque era assim, no Natal, você escrevia cartões para as pessoas e os convites de casamento da turma. Isso eu tenho lá embaixo. E as cartas. O dia em que a gente foi no sítio do Alves, que era o nosso professor. Aqui são os cartões. Olha, 1979, ele mandou. Então, em 1979, “chore”. Esse cartão deve ser do Nasson porque quando você abre... está lá... chore de alegria, choro de sei lá o que. Ele é criativo. É um arquiteto que é supercriativo. Ele é dez. E aqui algumas cartas da turma. E aqui, olha o livro. A gente fez uma mesa e aqui um livro da turma de 1975, que é a nossa turma. Isso foi quando, é foi uns 25 anos depois. Foi em 2000, não é? Aí, a festa. Aí, a gente descobriu que isso pegou fogo. Olha, o que a gente conseguiu catar de pessoas. E nessa turma tem professores que a gente vai ver agora. Então, esse era professor, que era o Franco. Seu Vicente. Essa é a menina da banda Malta. Essa é a Cristina. Aqui, é professor. Eu, o Xanquinha, o Nasson, o Paixão. Esse é o cara que morreu. Este menino, então este menino era um arquiteto de mão cheia, chamava Walter, mas o pai e a mãe acho que tinham uma padaria, uma doceira, alguma coisa e o menino entrou e fez coisas na Ana Maria Braga. Ele fez... não sei se era arquiteto. Ele mexe com a padaria do pai e da mãe, uma doceira. Ele é famoso - sabe aqueles bolos que tem a foto das pessoas- ele que começou. Então, esse é o professor. Este é o Alcides, de desenho técnico. Esse

é o Carlos, dava português. Então, esse aqui eu sei que era professor. Este também. Mas eu não tive aulas com eles. Eles foram do terceiro ano ou do quarto. Este é o Paulo César.

Sim, eu estava reconhecendo.

Deu para reconhecer. Ele está meio assim ainda. Este aqui é o Vicente Amorim. Isso aqui tem a idade do meu filho. Deve ter uns dezoito anos. Ave, credo. Não deve ter uns... Não.. uns dezessete anos para dezoito. Como eu sou amiga do Douglas, aí fica difícil porque aí você convive com a pessoa, viaja com a pessoa. Vou fazer assim para aparecer. Aí quando o Caio fez 1 ano, o Nasson e o Douglas. Paulinho era aquele da história do livro. Não, aí já foi. Mas é uma turma muito boa. Eu tenho uma foto, eu tenho todas as fotos, mas onde é que eu tenho: lá embaixo, no depósito. Mas você vê, a gente se encontrava muito. Aí, aqui vai ter a chácara do Alves que eu acho que eu te mandei. Naquela época, eu tenho essa foto. Eu estou aqui embaixo. Essa foto. A mãe do Sérgio foi. O professor que convidou a gente para o churrasco, mas foi todo mundo. Você vê. Esse Vladimir Gusmão- a gente nunca mais achou esse cara. Esse menino disse que morreu, Tem o Exultano que o Paixão encontrou. Este que o Paixão encontrou, mas ele nunca foi. Essa Nancy Figueiredo que a gente nunca mais achou. E esse Carlos Figueiredo. Aí, é uma irmã do Carlos. O Paulinho. Então esse pessoal é o pessoal que a gente conseguiu encontrar. Esse Leandro virou advogado. Que era. Então essa turma dos ex-alunos, então eu não sei. São ex-alunos só de desenho de construção ou de tudo? Mecânica, edificações?

Então, eu enviei uma mensagem para eles e eles só me deram o Paulo como referência.

Que pena.

Eles até me deram outros, mas eu não consegui entrar em contato com os outros. Eu enviei a mensagem, mas não me retornaram. Mas eu sei que era uma turma que é.. faziam uma espécie de evento anual de se encontrar. E eles encontravam com alguns professores antigos. Alguns até 40, 50. Sabe, bem para atrás.

É mesmo? Que legal.

Sabe, tem o Plínio Cusinato. Eu estava querendo falar com ele. Ele tem uns noventa e poucos anos, agora.

Ele é professor de física?

Ele foi professor... Não. Ele foi aluno do Liceu. Um dos primeiros alunos, sabe.

Por que a gente teve um professor de física que se chamava Plínio, mas não era esse sobrenome. Não, não era.

Não, ele era um ex-aluno e acho que uma das primeiras turmas de quarenta, quarenta e pouco

Gente, que legal.

Eles se encontraram.

E você conseguiu encontra este moço? Esse senhorzinho?

Então, o Plínio eu estava tentando entrar em contato, mas ele já está com noventa e poucos anos e está difícil. Quero ver se eu consigo chegar até ele. Mas vamos ver.

Ia ser legal. Ia ser enriquecedor se você pegasse ele.

Sim, sim.

Vamos lá.

Ah, e assim. Eu percebi que até setenta... Eu encontrei um livro que era o livro das solenidades em que cada ano tinha exposições de arte do Liceu. Essas exposições de arte continuaram? Ou não?

Não me lembro.

Se havia alguma exposição de arte para o público externo?

Não me lembro disso.

É que o livro acaba em 71 e eu fiquei na dúvida. Será que continuaram a fazer só que não registraram no livro ...

Então veja bem, o Miguel passou uns anos atrás, buscando quem tinha conversado com a gente. E aí, o que aconteceu, o Miguel foi atrás. Inclusive ele foi lá no Liceu e ver os livros, mas estão meio estranho. Porque diz que... no caso, então, na turma de 1975... Teve enchente e que as enchentes destruíram o arquivo que tinha. Que era papel. Naquela época era papel. Então, acho que o seu trabalho acaba ficando prejudicado por conta disso. Eu posso muito bem procurar e ver. Isto eu devo ter em algum lugar, algum e-mail, algum lugar, algum papel da turma e te mandar esses nomes. Mas seria legal a gente marcar uma pizza. Deixo ver. Quanto nós somos hoje? Hoje nós somos em, no nosso grupo, por assim dizer. Eu não sei o que é melhor fazer, num final de semana. Quando nós estamos hoje? Estamos em 2,4,6,8,10,12,14,16,18,21. Relativamente um grupo grande. Que nem tem a Fani que não está aqui porque como eu falei... não, ela está aqui sim. Que nem tem essa outra menina que também não está aqui, a Dulce.. Não, está assim. Porque como elas moram fora, sabe elas dizem. Você manda notícia, eu estou dormindo. Então, entendeu? Então, aqui a gente tem 21. Que a gente se encontre. Que nem este menino está fora. Mas que pelo menos uns 5 ou 6 vá. Tinha que esperar a Lia voltar. Deixo ver. Seria legal. Porque a gente marca uma pizza. Quem puder, vai. E aí, com todo mundo, acho que fica muito melhor fazer isto porque a gente vai lembrar e um vai puxar pelo outro. Acho que a sua pesquisa vai ficar super rica. A gente pode fazer isso, sim. A gente fica te devendo isso. Vamos lá.

(Cristina vai pegar o livro sobre reportagens)

As primeiras páginas do jornal A Folha de São Paulo. Entendeu? Foram as primeiras páginas. Assim eu não sei se você queria alguma data. Por exemplo, alguma que tinha acontecido no Liceu. 16 de março de 1939...

Eu acho que eu já tenho algumas dessas notícias aqui na minha pesquisa.

Sério? É mesmo? Que coisa boa.

Sim, porque eu comecei pelas notícias de jornais. Então, já devo ter alguma coisinha aqui. Esse é o Folha de São Paulo?

Folha da manhã.

É, eu acho que até tenho.

É, mas ia ser muito difícil de sair na primeira página, não. Pode ser tudo, como águas de São Pedro... "Inaugura-se no próximo dia 25 a pensão do sanatório Santa Isabel". Quer dizer, assim, coisas que a gente não sabe.

Sim, sim. Vai até qual ano?

Então, começou em 42, 45. É o certo é pegar isso aqui e olhar um por um para ver se você acha alguma coisa do Liceu. Entendeu?

É eu peguei um monte jornais aqui. Deixo ver o que eu peguei mais. Diário de São Paulo.

Olha. Falta de banheiros na reforma do Martinelli. Então, de repente... Quando que o centro cultural pegou fogo? Você sabe?

Então foi algo de agora, agora. Por volta de dois mil e... Ah, não vou lembrar. Mas é Folha da Manhã, não é?

É

21/12/1941 deveria ter notícias. Eu não sei se da primeira página porque é uma notícia bem pequena na verdade.

41?

41

Vamos ver se a gente acha. Não tem. Que pena.

Eu dei uma olhadinha no arquivo do Estado de São Paulo, que eles guardam os jornais,...

E como você procurou isso?

Pelo próprio site do ...

do Liceu?

Não, da... do acervo do arquivo do Estado de São Paulo.

Que legal. Muito legal.

E você acha que o Liceu foi importante para a sua carreira profissional? Por que?

Sim, foi. Por que foi? Porque foi um divisor de águas. Vamos dizer. Eu era uma garota que estudava no ginásio. Num ginásio de bairro que, naquela época, era um ginásio bom, mas eu não tinha muita definição do que eu queria fazer. Para mim, eu queria fazer decoração. E aí, quando entrei no Liceu, eu fui conhecendo desenho de arquitetura e eu fui gostando demais. E quando eu sai do Liceu, eu continuei com desenho de arquitetura, com desenho de construção civil. Aí, eu fui prestar vestibular e prestei para arquitetura. Mas a minha segunda opção era desenho industrial. E aí, o que aconteceu. Eu fui... eu passei em desenho industrial. E aí, eu falei: "- vou fazer seis meses e depois, eu faço LA que era o Liguagem Arquitetônica - que era um curso que você tinha que fazer. Se você não passasse nisso, você não passava, você não entrava na faculdade". E eu derrubei água no meu trabalho e não tive tempo de refazer, então eu sabia que não tinha entrado em LA. E eu fui para a FAU, mas eu não passei na segunda fase da Fuvest. Você fazia uma fase, se você passasse, aí você ia para a

segunda fase e era pergunta e resposta. E você não podia zerar e eu era péssima em química. Porque quando a gente faz o curso técnico, você tem algumas matérias que você não tem. Química eu acho que era uma delas. A gente não tinha química. Se não me falha a memória, a gente não tinha química no Liceu. Então você ia para o vestibular com déficit em algumas coisas porque você tinha feito um curso profissionalizante de 4 anos. Você tinha outro diploma. Tanto é que eu me lembro que a gente podia assinar... assinar plantas de dois andares, eu lembro que tinha uma definição de quanto a gente podia construir. Assinar no caso. E aí, eu fui fazer desenho industrial porque eu ia fazer... mudar um ano depois para a arquitetura. E aí, eu acabei me apaixonando por desenho industrial. Era um curso novo e eu fiz, trabalhei depois com uns 15 anos de desenvolvimento de produtos. Eu fazia uns produtos novos. As malas novas, as mochilas novas. Essa coisas, a linha Pierre Cardin feminina. Então, mas o que que ele é importante para além do profissional. Porque eu acho que o profissional cada um segue um caminho. Como isto te fez crescer como pessoa. Você vê, a nossa turma, nós éramos em cinquenta no primeiro ano. Eu contei... quando deu aqui? uns vinte e poucos. 21, 22. Poxa, é quase cinquenta por cento e nós estamos falando de 40 e poucos anos. Então, é muito difícil. E tem alguns que a gente não conseguiu encontrar, mas a gente percebe que existe um... é por isso que eu queria que você encontrasse a gente. Existe um carinho dessa turma. Eu vou te contar. No velório da minha mãe, foram uns seis. Minha mãe morreu e foram seis pessoas que estudaram comigo. Às vezes não vai um vizinho seu que mora ao lado e que tem convívio com sua mãe. Entendeu? Foi uma menina da Granja Viena, outro de Piracicaba, outra de Piracicaba e o Nasson, que é meu amigo. O Douglas também. Então são amizades que crescem. A gente ficou contando na semana passada “- Como vocês estão se virando?” no grupo. A menina que fez...a fisioterapeuta. “- Gente, eu vou ficar no hospital e...”. Eu perguntei a história da gente fazer a pizza na segunda-feira. Aí, essa menina ia ficar no hospital. Ela falou: “- eu vou dormir no hospital. Eu não sei como eu vou fazer. Os meus pacientes não podem.... eu não posso. Eu vou na segunda e não vou na terça, então eu vou dormir no hospital”. Então, existe aquela preocupação pelas pessoas, entendeu? Existe este carinho da gente. Foi neste encontro que nós tivemos a uns cinco anos atrás que foi a última vez que eu vi o Serginho, que ele estava vivo ainda. Você vê... tudo cara barbado chorando. Entendeu? Chorando, chorando. Ainda tinha esse cara que tinha ficado doente e diz que era um privilégio estar com todo mundo. A gente chorou. Esse dia que a gente fez 25 anos de Liceu, o povo chorou entrando na sala de aula. Chorou de emoção. Chorou pelo que foi. Os amigos, sabe. Você encontra os caras... tem uns que a gente não encontra faz tempo. Quando você encontra, a impressão que dá e que você encontrou com a pessoa ontem. Porque o carinho, as histórias, um gosta do outro. Então,

sempre tem alguma história para contar. Então, é muito forte essa ligação do grupo mesmo. Do grupo mesmo. Não é um grupo que fala bom dia todos os dias, mas é um grupo que... É um grupo que vai se correspondendo. Vai conversando. “- Olha, acabei de receber um posto que vai vender gasolina, sei lá onde”. Então, é por isso que eu acho estranho o Paulo César conhecer... fazer parte e não ter nenhum desses 22 que já tenham ouvido falar disso. E você vê, o Paulo César encontrou essa minha turma aqui no quarto ano. Porque eles fizeram de manhã comigo, dois anos comigo, aí eu repeti e fui embora. Eles continuaram o terceiro ano de manhã. Aí, o quarto ano, eles foram, juntaram uma turma só porque eram poucos alunos. E foram fazer a noite, porque lógico... Os que estão a noite não podem fazer de dia, mas os que estão de dia podem fazer a noite e foram e aí eles caíram na turma do Paulo César. Então, eu acho assim que, profissionalmente... como pessoa me ajudou. O Douglas, no caso, era um cara de boa pinta... boa pinta até hoje, tanto é que eu brinco com ele “- você devia ter me posto na área de direito, não na área de desenho” porque ele acabou sendo advogado. Ele é um grande advogado. Ele trabalha no grupo Outra. Aí, conclusão. Ensina valores, responsabilidades, ensina “nós vamos andar, porque vamos...”, “Você não sabe então. Se você não sabe, você vai comigo então, mas vamos”. Então, são princípios, são valores. Tudo mundo virou gente do bem, todo mundo... são avós. São loucos pelos netos. Então, assim, teve um encontro. Estava difícil de ser na casa de um deles. Então, falaram “- pode ser aqui em casa, lá na estrada Santa Inês”. Aí, imagina a mulher recebendo amigos e falando daquela turma e a mulher entrou no grupo e sentou. Aí, teve um outro encontro na casa de uma outra e aí, “leva a sua mulher junto”. Levou a mulher junto e foi na reunião. Então, é muito legal isso. Então é muito assim, sabe. A minha turma, acho que eles me deram mais como pessoa. Não, mas mais assim. Foi, olha. Então nessa vez que nós fomos na casa dessa menina. Essa aqui é aluna. Essa aqui também é aluna, mas de edificações. Nós somos em poucos, mas foi a mulher do cara que tinha feito reunião na casa dele antes. Aqui 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10. Este menino também era do Liceu. Então, mas a gente não deixou de ir. Foram 10. Fomos em 10, mas a gente não deixa de ir. Sabe. Não deixa de ir. Então isso é legal, isso é uma coisa boa. Aí, a minha mãe estava viva e o Paixão me ligou. O Paixão é um dos meninos também: “- Você mora em Jundiaí. Não mora?”. “- Moro”. “- É caminho passar por aí para Campinas?”. “- Lógico que é. Se passa por aqui, você vem para cá”. Aí, ficou aqui. Comeu com a gente. Então, eu acho que são amigos muito, muito especiais. Muito bons, sabe. Que você acaba levando para uma vida. Eu acho que isso é o mais importante. Esse carinho. Olha, o cara está nos Estados Unidos com o neto. Entendeu? Então, eu mandei mensagem para ele. Porque eu queria que ele viesse para cá. Ele e a esposa. Olha o outro. Esse é o Paulinho, o cara que não gostava de ler os livros.

Olha, “A sutil arte de ligar o foda-se”. Só podia ser ele. Esse é o dentista, Laurinho. Ficou um ano só. A outra manda fotos da neta. Olha só. Então, você percebe, é um grupo que eu acho assim... Um grupo que já quer se reunir como idosos. Montar um grupo. Ó. Esse menino fez engenharia. Passou por aqui, venho aqui em casa e tirou foto comigo e com a minha mãe e eu joguei no grupo. Este é o Laurinho. Então, quer dizer, é uma turma boa. Isso aqui o que que é. É a casa da Dé. Desta vez, nós fomos em pouco, mas nós não deixamos de ir. Porque se começa a deixar de ir, aí não vai mais, entendeu? Então, tem que ir. Leva as netas. Aí, eu fui para viajar. Mandeí fotos. A outra nos Estados Unidos manda fotos. Então é um grupo assim que... Agora alguém tirou fotos do Liceu quando... Este aqui foi a pizza. Quando foi a pizza? Abril de 2017, quando a Fani venho da Alemanha. Está vendo? Já vai fazer um ano. Já fez um ano. E era isso que queria. Que você encontrasse. Olha, essa menina. Na época ela acabou sendo.. ela desfilava pela Core. Aí, ela casou e parou, mas o marido dela também fez Liceu, acabou e mexe com isso. Essa menina parou no primeiro ano. E a fisioterapeuta. Essa é menina que fez na Alemanha. A Henriqueta que fez educação física. E o tal do Paulinho que leu que não leu o livro. Esse é o menino do túnel. Menino do túnel... é o homem do túnel. Esse é o marido da Fani e esse é o garoto da Petrobras. Esse é o engenheiro. Esse foi o dia da Pizza que, na verdade, estava comemorando o aniversário do Paulinho. Aí, o Douglas viajou, mandou fotos de onde estava, Portugal. E não foi no encontro porque estava em Portugal. E aqui... olha porque aqui ele era gatinho. Ele era considerado o cara mais bonito. E para você ver o cara continua bonito. E aí, tirou uma foto só com as meninas. Mas, olha, era aniversário dele. Então eu queria isso, que você encontrasse a gente numa pizzaria. Este é o Nasson, este é um cara ímpar, este é o meu afilhado de casamento. Um sujeito sensacional. Esse é o dia da pizzaria, que a gente comemorou o aniversário do Paulinho. E aí, vem as fotos de todo mundo. Mas é legal e aí, seria legal isso. Entendeu? Aí, o filho do cara se forma, aí ele manda uma foto no grupo. Esse aqui é o que se formou. Aí eu já enviei uma foto quando eu fui visitá-lo na maternidade. Então, quer dizer, tem tudo isso. Essa é a turma. Então, eu acho que assim, essa turma trouxe muito mais de tudo. E isso aqui é de antigamente. A gente mostrou o cara que morreu e de repente, dois caras se encontram no avião. Então, acho que isso é a turma. Isso é legal, sabe. Isso é o que a gente mais tirou. Aí o cara manda o que... Ah, ele mandou.. ele manda a família. A Fani, aquela que mora na Alemanha com o filho. Esse foi um outro encontro que a gente fez na casa do Renato. Foram 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16 e o Vanderlei e outro que chegaram depois. Fomos em 17, olha. Também foi legal. Quarenta anos de turma. Esse aqui é o advogado. Então, eu achei engraçado isso. O Ismael, então esse é o garoto que esta. Esse menino também era inteligente para caramba. O Douglas que é o advogado, que é o meu amigo. Esses

dois aqui são ímpar. Esses dois são amigos do peito. E o Nasson, que é o meu afilhado de casamento. Que é o que mais tenho contato. Esse é o Vicente Amorim. Este repetiu no primeiro ano, é baterista, roqueiro. Eu não sei o que ele fez depois da vida. Esse menino mexe com construção civil, Vicente Mandupa. Ele também repetiu comigo no segundo ano. Tanto é que a gente para a outra escola e acabou fazendo... eu não sei o que ele acabou fazendo de faculdade. Esse é o gatão, o Paulinho. Mas é legal. Essa é a turma. E aí, lógico. Essa menina também estudou. Esse menino fazia edificações, ele não era da nossa turma, mas a gente conta que é porque entrou no mesmo ano e tal. Esse menino que chegou depois. Então a gente estava, uns vinte e não sei quanto, vou chutar. E o Wanderlei e o Paixão chegaram depois. Isso foi na rua, mas está faltando aquele outro. Mas é legal. E aí, o povo vai montando. Aí, alguém passou em frente ao Liceu e falou “Gente, olha como o Liceu está reformando”. Então pegou isso. Eu nem sei como ficou depois. Aí o outro vinha de Santos. Olha a minha carteirinha do Liceu.

Que bacana

Não, essa é do GEP. Esta é do ginásio. A do Liceu, eu te mostro. Aqui a do Liceu. 1975, eu não peguei 1976. Aqui é quem pagou a festa. Aqui, um deles foi homenageado. Este aqui é o garoto da Petrobras. Esse é o nosso amigo advogado. Aí, o Nasson escolheu essa foto para deixar no nosso grupo. Liceu e tal. E aí, vem. Aí, são os encontros. Olha, a carteirinha do outro. Então, a gente até guardou isso porque a gente estava querendo escolher uma foto que gerasse a foto do grupo. Então, é isso, na verdade. Boas lembranças. Acho que é isso. Eu queria que você conhecesse eles. Principalmente porque eles vão lembrar de coisas que eu não lembrei. Vamos ver se a gente consegue fazer esta pizza em São Paulo.

E vocês voltaram para o Liceu depois para fazer a festa.

Sim, nos 25 anos.

Mudou muita coisa?

Mudou muito. Mudou muito. Mas eu acho assim que a emoção.. que muita gente chorou. Então é interessante porque eram uns 25 anos. Que a gente tivesse 17, 18, 19, 20. No mínimo a pessoa tem

45 anos. Então, é... O Caio... Deixa eu tirar do meu filho....16, 18. É isso mesmo, quarenta anos, cinquenta anos. Eu tinha cinquenta anos. Não, quarenta. Em torno de quarenta. Então, a pessoa se emociona por ter vivido uma época e por ter conservado esses amigos. Por aquilo ter sido... Porque era difícil, a gente estudava muito. Eu me lembro de ter estudando diversas noites de madrugada. Estudando, estudando, estudando, estudando. Porque era muito exigida. Eu me lembro que, quando repeti, eu precisava tirar 7 na prova. Eu não me lembro se eu precisava tirar 9 e eu tirei 7 e aí eu falava para o professor: “- Você precisava saber 90 por cento da matéria, mas se eu sei 70 por cento da matéria, eu sei bastante. Eu posso passar com 70 por cento da matéria”. Mas eu tinha ido muito mal. Eu tinha tirado 2 e aí, quando você ia para o exame final, você não ia só precisando de 5, você precisava de muito mais que os pontos aumentavam. Não era negócio fazer o exame e você não tinha segunda época também. Eu não me lembro de ter feito segunda época. Não tinha segunda época.. ou tinha? Não me lembro. Acho que a gente tinha sim. E..., mas não teve jeito. Não, você repetiu em outra coisa. Mas nessa outra coisa, eu sabia que tinha ido bem e aí não. No fim, esse professor, o Plínio, ele deu para o Paulinho mesmo... para o Paulinho mesmo dois pontos. Dois pontos e meio. Quer dizer, então, na verdade, ele não me deu dois pontos e entendeu? Não foi coerente. Teve notas que não foram coerentes. Mas eu penso que foi por eu ser muito do contra. Eu era muito do contra. Era muito de encher. Eu me lembro de ter ido lá falar com o diretor e o diretor rindo da minha cara. “- Ah, você repetiu? Hahahahaha”. Esse Arnaldo tinha um olho azul. Eu me lembro desses olhos falando comigo. Então, eu não sei se de repente... se era uma fase difícil politicamente, que você falava mais do que você podia. Eu não sei. Porque o professor pode dar para um e não dar para... E ele falou “- eu não posso te dar. Você ficou em outra matéria”. “- Não, mas eu não fiquei. Mas eu me justifico com o outro professor”. E no fim, não deu. Eu não achei o outro professor e eu fui reprovada. Reprovada e acabou. Mas é interessante isso. Aí, outro dia, eu lembrava. Os meninos lembram dessa história. E aí, a gente pensou. Será que era porque a gente era influente. Influente em reclamar coisas. Porque lógico não existe escola perfeita e talvez a gente reclamasse alguma coisa que eu não me lembro agora o que era e, às vezes, incomodava. Pode ser isso também. Ou de repente, não. Eu não sei te dizer. Ou de repente, não podia dar para um, podia dar para outro. Eu não entendo como era isso. Mas a gente sabe que para o Paulinho o professor deu muito ponto para ele. E talvez até ficar de duas era mais difícil. Quem ficou de uma só. Mesmo que o professor desse um ponto a mais, mas o cara ficou de uma, não ficou de duas. Eu não, eu tinha ficado de duas. Então, era mais difícil. Talvez até fosse isso. E eu me lembro que, na época, foi muito difícil. Foi cair a terra, mas o que me salvou foi encontrar esses meus amigos, que já tinham feito Liceu e que tinham

sido reprovados. E falaram “- Não, vocês vem para cá. Nessa escola do Tremembé, no jardim Tremembé”. Uma tal de Chafic, Chafic Jabali. Alguma coisa assim. A Escola chamava Chafic. Isso eu me lembro. E nós entramos lá no terceiro ano e fizemos a disciplina como d.p. Eu, no caso, tive física e desenho técnico. Acho que foi isso. Então, eu fazia... eu acho que, de sábado, para conseguir passar para o quarto ano. No meu caso, eu não fiz. Quis fazer cursinho, quis ir embora. Eu sabia o que queria. Então, eu falei: “- Eu não vou ficar aqui”. Eu não queria ser técnica e assinar por dois andares. Eu queria fazer arquitetura, construir prédio, era isso que queria fazer. Aí depois, eu fui fazer garrafas porque venho um trabalho de desenho industrial. Cheguei em casa e falei para a minha mãe. “- Mãe, eu aprendi a fazer.. eu não quero fazer garrafas. Eu quero fazer prédio”. “- É, mas você tem que acabar um ano para depois fazer arquitetura”. Aí, eu falei “- Legal”. Aí eu fui fazer e nesse um ano, vieram uns trabalhos em desenho industrial e eu fui me apaixonando. Me apaixonando literalmente por desenho industrial. Aí, não. Eu vou acabar desenho industrial e depois seu quiser, eu faço arquitetura. Aí, eu fiz. No dia da formatura, um professor meu diz “Não. Tem um serviço na Primicia como Trainee. Você vai que tem a sua cara. Fazer bolsas e tal”. Eu andava com umas bolsas ripongas e cheguei lá na entrevista. Era uma bolsa Pierre Cardin formal, tipo uma bolsa de avó e eu desci o cacete na bolsa. Falei um monte de coisa. “- Mas essa bolsa é sei lá o que... Porque o bolsinho sei lá o que... Sei lá o que... Sei lá o que...”. “- É, mas essa bolsa é a gente que faz”. “- Ah, é ?!”. (risos). Acabei de... E o cara me contratou. Olha que legal. Eu ganhava oitenta ou alguma coisa. Ele me ofereceu sessenta. Aí eu falei para ele. “- Olha, eu não vou vir trabalhar aqui porque eu ganho oitenta”. E ele falou. “Ó, você ganha oitenta, mas você não trabalha a dois ou a quatro anos numa firma de engenharia elétrica? Agora você vai ser Trainee de desenho industrial que é o que você fez na faculdade”. Eu falei: “- Opa, está melhorando, não é?”. Aí fui embora, mas assim não... não vou ficar. Aí depois de um tempo, ele me ligou e falou. “- Vamos fazer uma coisa, então nem oitenta nem sessenta, venha por setenta que a gente te contrata”. Aí, eu falei: “- Legal”. Aí fui. Trabalhei uns 13 anos na Primicia. Depois, eu saí, fiquei trabalhando com pesquisa. Aí, depois eu resolvi fazer macarrão. Era uma coisa que eu fazia. Uns nhoques recheados. Amigos gostavam e eu vou fazer. Aí, eu fui atrás de um professor da faculdade que me levou fazer uma fábrica de macarrão. Aí comecei a comercializar macarrão. Eu tinha, na época, um cunhado que tinha um supermercado e comecei a vender para ele e tal. Depois vim para Jundiaí. Fiquei grávida. Eu diminui com o macarrão. Aí fui diminuindo com o macarrão. Aí apareceu o Caio. Aí depois a minha mãe ficou doente, tiveram outras coisas e acabei deixando. Com o tempo eu me aposentei, mas os amigos do Liceu são sempre os amigos do Liceu, que eu espero que você conheça todos eles. Que você consiga

fechar de uma maneira bem legal a tua pesquisa. Que o que ficou faltando comigo. Porque tem coisa que eu não me lembro realmente e que que a gente consiga fazer com eles. Vamos ver se a gente marca. Para você, segunda-feira é um dia ruim?

Não, eu tenho alguns compromissos, mas eu cancelo. Não tem nenhum problema.

Porque, na verdade, é assim. Eu acho que sexta-feira seria melhor porque sábado é... mas eu não sei a disponibilidade de todo mundo numa sexta-feira. Ou num sábado.

Mas segunda, assim. Perfeito. Tranquilo.

É que acho assim que segunda seria um dia que assim ninguém faz nada. Né? A princípio,... Eu posso jogar isso no grupo e ver. Gente, vamos comer uma pizza e ... mesmo que vá uns três, não faz mal.

Sim, seria ótimo.

A gente pega esses três e a gente tenta fechar isso. Mesmo com as matérias e ... eles vão lembrar melhor que eu. E se a gente puxar as fotos, talvez a gente até lembre de todos os professores e das matérias de cada um dava. Pelo menos a gente enriquece um pouco mais o seu trabalho.

Sim, sim, Vai ser excelente. Vai ser muito bom.

A gente vai entrando em contato, a gente vai conversando.

Sim, sim.

Eu acho legal isso. E de repente, a gente pode fazer isso até. Eu jogo no grupo e a gente pensa num dia. Isso mesmo. Vamos ver. Eu vejo com eles, e aí depois eu te falo. Porque aí vou pelo o que a maioria decidir. Eu vejo, deixa só eu ver alguma coisa. Vou enviar uma mensagem para Lia para ver quando ela vem. E ele falou que vai ver.... 12/06. É muito? Ela vai ficar lá até 12 do 6, até agosto. São só dois. Eu jogo no grupo. Vamos ver se... Nós estamos em junho. Então podemos marcar sim,

meados de junho, mais para o final, eu acho. Eu vou mandando. Quem sabe eu consiga. Por exemplo, esse cara de Santos não não vim, mas eu vejo o que teria mais condição. Uma segunda, uma sexta, ou um final de semana. Aí, eu posso ver com eles, o que é melhor a gente fazer. E aí, eu vou te falando. Porque eu acho que.. Mesmo que tivesse uns 5 para comer a pizza, eu acho que seria muito legal.

Sim, seria excelente. Seria muito bom mesmo.

Porque aí gente fecha isso de uma forma melhor. Gente. Uma hora e meia?

Pois é. (risos)

Mas teve muita coisa fora. Esquece isso.

Então, mas é isso. Tem alguma coisa para acrescentar.

Que eu me lembre assim não.

ANEXO Q -Transcrição da entrevista de Ilze Mari Dell’Erba. Acervo pessoal. Depoimento coletado em 2018.

Algumas experiências foram muito marcantes. Nós tivemos um problema de um aluno que foi encontrado usando maconha. Fumando cigarro de maconha. O diretor queria expulsá-lo. Juntamos 3, 4 professores e era sempre assim: da área de humana, ou de português, ou de inglês, ou ... Enfim, da área de formação geral, não da área da formação técnica. Mas tínhamos também pessoas legais da arquitetura que vinham formando este grupo. E nós juntamos, fomos falar com o diretor que nós não podíamos nos livrar dos alunos que apresentassem problemas, que, então, não seria uma escola. Enfim, conseguimos convencer o diretor a não expulsar o rapaz por causa da maconha. Mas nós nos comprometemos a acompanhar esse aluno, conversando diariamente com ele para que ele abandonasse o vício. Não sabemos se ele abandonou o vício e nem sabemos se era vício. Mas sabemos que ele não teve mais problemas de comportamento dentro da escola. E isso para nós, já foi uma vitória.

Um outro caso, muito mais sério ainda, foi uma aluna dizendo que tinha engravidado. Que estava desesperada, que queria fazer aborto, mas que se ela não conseguisse, que ela iria se matar porque os pais eram muito conservadores. Ela sabia que iria matar os pais de desgosto. Enfim, aquela conversa. Nós resolvemos juntar esse grupo de professores, fazer uma “vaquinha”, juntar um dinheiro e entregar para ela, que, no sentido dela fazer um aborto, que pelo menos ela procurasse uma clínica que oferecesse alguma segurança física para ela. Mas ficamos morrendo de medo de estarmos sendo contraventores. Estávamos apoiando algo ilegal e, no fim, depois de alguns meses, essa menina volta com um neném no colo e agradecendo e falando que não podia devolver o dinheiro porque ela tinha gasto para comprar o enxoval do bebê. E estava toda muito feliz e agradecida. Claro que ela não voltou a estudar porque é algo mais ou menos comum. Triste, mas comum. Mas nós ficamos muito felizes quando vimos essa menina chegar com o bebê no colo. Nós olhávamos uma para outra, assim para outro professor “- Gente, ai que bom. Um pecado a menos que nós temos para carregar”. E assim nós tínhamos uma série.

Tínhamos casos de ajuda dos próprios alunos que eram militares. Que eram da polícia militar. Nós tínhamos muitos alunos que vinham fazer curso técnico em busca de uma formação específica e alguns que eram da tropa de choque: Doi, Codi, Dops. E a gente tinha uma relação muito próxima com eles, apesar de todo clima institucional, político. Eles até nos avisavam “- Olha não vai até tal manifestação porque o batalhão de choque está pronto para ir para lá”. Então, havia uma cumplicidade que ultrapassava diferenças ideológicas e diferenças políticas. Havia ali um laço que eu fui ver

quando eu fui fazer o mestrado em ciências da educação. Alguns autores falam sobre a importância desse vínculo que é o que transforma mesmo, tanto o educador quanto o educando. E eu tive a sorte de experienciar essa relação de professor e aluno de uma forma muito positiva. Muito intensa, muito verdadeira. Se eles aprenderam alguma coisa comigo, com certeza eu aprendi muito com eles também. É um desafio constante. Paulo Freire que nos diga o quanto é importante construir este conhecimento juntos.

E como era dar aulas de história em uma escola técnica? Se havia diferenças entre os cursos? Acho que você já falou um pouco sobre isso, mas...

Já, mas, por exemplo, pessoal de decoração... Eu falei que tinha um perfil um pouco diferente. Eles tinham história da arte e por ter história da arte, elas tinham - E eu falo elas, porque a maioria era mulher - elas tinham mais interesse nas aulas de história do que os demais porque era fundamental para elas acompanharem as aulas de história da arte. Parece que a professora de história da arte era muito exigente. Então, mas a divisão entre formação técnica e formação geral é... sabe, eu já li algumas coisas e já vivi isso na universidade de dar aula. Por exemplo, de curso de engenharia e tinha lá uma aula de história ou uma aula de sociologia do trabalho e os alunos considerarem essas aulas como sendo menos importante que as dos cálculos, etc. No Liceu, eu não sentia isso. Não sei se também por ser um pouco um público mais jovem, menos formatado socialmente. Eles dedicavam o mesmo esforço e empenho em todas as áreas. Eu não via essa divisão, não. De dar mais importância para ela. Está certo. Os professores das áreas mais técnicas reprovavam mais do que nós da área de formação mais geral. Isso é verdade. Mas mesmo não tendo este mesmo critério de avaliação que os outros professores tinham, eles ainda participavam de uma forma muito intensa. Não diminuía a importância não.

E também em 70 tem a LDB de 71?

Sim.

Como ela alterou o ensino? Se alterou?

Olha, eu não vou conseguir lembrar claramente as alterações que foram feitas. Eu sei que era muito discutido, muito falado. Mas, no meu dia a dia, dentro em sala de aula, eu não me lembro de grandes alterações em função disso. Da LDB eu me lembro que teve muita discussão, mas eu não consigo lembrar. Já faz muito tempo e eu já estou velhinha.

Como era a relação com os alunos? Acho que já respondeu, mas...

Ah, deixa eu te contar uma coisa que aconteceu. Eu quando estava dando aula. Eu tive dois filhos. Eu tenho dois filhos. E os dois filhos eu tive quando eu estava dando aula lá. Um filho nasceu em 72 e o outro em 74. E essa cumplicidade que eu comentei anteriormente com os alunos. Eu me lembro de uma cena que em minha segunda gestação... Eles cuidavam de mim. Quando eu estava grávida eles tinham uma preocupação de cuidar de mim. “- Professora, você quer água?” “- Professora, você não quer levantar a perna?” Quando eu estava no final da gestação... Então uma dessas lembranças é que eu fui sentar na cadeira de professor e eu não sei o que aconteceu que essa cadeira quebrou e eu caí sentada. Eu não sabia se o susto maior tinha sido meu ou deles. Eles estavam todos em volta de mim querendo... com cara assustadíssima. “- Professora, o que aconteceu?”. “- O que a senhora quer que a gente faça?”. “- Nada, está tudo bem”. Então, esse cuidado, esse vínculo é algo inesquecível. Eles eram muito, muito especiais nesse trato com as minhas gestações. Queriam cuidar, cuidar de mim.

E como era a relação com os professores?

Acho que, como em todo lugar, havia maior empatia com pessoas que partilhavam mais ou menos da mesma concepção de educação, de vida, de valores. Havia uma aproximação maior daqueles que pensavam igual. É normal isso. E a questão da divisão de formação geral e de formação técnica é... isso acabava interferindo. Embora, por exemplo, como eu te falei, eu me lembro muito bem de um professor da área de arquitetura que ele era do nosso grupo. Ele não era do grupo do pessoal mais da área técnica. Mas havia uma convivência boa. Porque, por exemplo, naquela história que eu te contei de formação de teatro, muitas vezes eu tinha que pedir para o professor de mecânica e não sei das quantas me liberar os alunos para ir para o ensaio. E havia uma relação muito boa da gente com os dois grupos. Mas havia dois grupos com certeza.

E como era a relação com a administração da escola?

Era uma relação que eles... Tinham algumas exigências que eu não quero me enganar, mas a gente passava cartão de ponto. Então, tinha uma disciplina bastante rigorosa com relação a essas coisas burocráticas. Mas é interessante porque tinha, assim, um... Eu só posso te falar como eu me sentia. Tinha uma estrutura de indústria no que se refere à administração, mas dentro de sala de aula tinha um espaço liberdade muito grande, eu poderia fazer o que eu quisesse que ninguém iria interferir. Então, a macro-estrutura parecia ser assim. Negócio de cartão de ponto, exigência com entrega de notas, de faltas. E havia um mecanismo de punição, no caso que não fosse feito. Então, tinha essa estrutura burocrática. Mas ao mesmo tempo... Metodologia, conteúdo, a gente podia. Tinha um grau de liberdade relativamente grande para o trabalho que a gente fazia. Experimentos com os alunos.

Porque a indústria financia a escola.

Sim.

Ela interferia muito?

Não. Não, não. E tinha um aspecto assim muito positivo do Liceu que era o fato de que a grande maioria dos alunos ao se formar saíam já praticamente com emprego. Sabe, já com um emprego. E empregos bons. Não era... O que eu via acontecer é que o nível técnico que tinha um salário X e o nível superior... E assim, por exemplo, nas edificações isso era visível. Tinha o teto de edificações. Tinha o do engenheiro civil. A diferença era relativamente grande de salário entre um e outro, mas o que acabou acontecendo é o que a do engenheiro civil que abaixou. Sabe? E o de técnico de edificações não baixou tanto quanto baixou do engenheiro. Porque havia uma falta de mão de obra qualificada nesse nível técnico, muito grande. Então, os nossos alunos saíam com empregos e empregos bons. Se bobeasse, se a gente vê, eles já estavam ganhando mais do que a gente estava ganhando como professores, no nível técnico. Então, o que eu lembro assim... Essa angústia que eu passei, por exemplo, dando aulas por 35 anos numa universidade particular dos alunos saindo, por exemplo, do curso de administração de empresas. Eles entravam no curso de administração de empresas como vendedores de uma loja de tinta. Eles saíam do curso de administração de empresa e, depois

de um ano, eu calhava de encontrar, na loja de tinta, eles ainda como vendedores. Essa angústia de não ter a colocação adequada no mercado de trabalho pelo inchaço e pelo... pela queda mesmo do nível das escolas. Isso no Liceu eu não tinha. Os alunos já saíam 2 ou 3 anos e estava todo mundo trabalhando. Alguns iam para a faculdade, mas não era o curso que era feito para ingressar na universidade. E nem precisava, na verdade. Eles tinham uma colocação boa e, depois de algum tempo, a gente ficava sabendo que entravam em faculdade. Mas era um curso técnico profissionalizante de verdade. Não era de faz de conta.

Como era o espaço da escola, o ambiente, fisicamente?

Fisicamente. Tinha um pátio muito restrito. Era na rua da Cantareira. Não era nada parecido com uma escola. Não diria que a estética escolar... não era muito bonita não. Era... Era... Você não tem fotos dessa época?

Algumas fotos eu consigo.

É veja se consegue porque eu não vou saber descrever. Eu só lembro que era assim: a gente entrava, tinha lá o cartão do ponto, tinha um pátio. Escada para cá, escada para lá. E as salas dos professores era ali pequena, aí ia para uns corredores, mas assim... A aparência não lembrava uma escola, uma escola moderna. Não tinha aparência muito simpática não.

Os alunos falavam de uma catacumba onde tinha as estátuas, não é?

Sim, sim, sim. Era muito esquisito. Bem estranho.

Eles até entravam, não é?

Sim, sim. Era uma coisa que... Eu lembro assim de dar muitas aulas e concentrar no mesmo dia. Tinha cinco ou seis aulas de manhã. Cinco ou seis aulas a tarde. E aquele intervalo para o almoço. Eu tinha que ir almoçar na rua da Cantareira... tinha um boteco lá. Tinha um P.F. E aquilo era assim... tudo muito... não via árvore, não via... Não tinha paisagem assim. Uma paisagem mais urbana, mais

árida, mais pesada. Eu gostaria até, se você encontrar fotos de você me passar porque é algo que eu gostaria de lembrar. Como que era realmente?

E como era o material escolar que você usava nas salas de aula? Os livros? Lousa?

Era lousa. Lousa. Giz. Não tinha... Não tinha... A gente... A gente fazia alguns trabalhos e provas no mimeógrafo a álcool ainda. Mimeógrafo a álcool. Não lembro de indicação de livro didático. Provavelmente indicavam, mas não me lembro. Não tenho... Mas não usava muito. Era mais a lousa, o quadro negro, o giz. A Aula dialógica que a gente fazia era sempre a partir de alguma apresentação inicial e depois de algum debate. Mas não tinha uma material não. Não tinha internet. (risos). Não tinha smartbook, não tinha tablet. Não tinha nada. Nem celular.

E esses projetos de festivais? Eram mais extracurriculares?

É

Eram extracurriculares.

E a gente trabalhava fora do horário. Entendeu? A gente montava, às vezes, algumas excursões. A gente montava esse festival. Mas trabalhando de graça. A gente era contratada por hora-aula e aí... na empolgação mesmo de querer fazer algo diferente, a gente trabalhava sem ser no horário de aula mesmo.

E essas excursões? Eram para onde mais ou menos?

Estou tentando lembrar. Para onde nós fomos, meu Deus? A professora de inglês que montou essa excursão que eu estou lembrando. Mas não me lembro com que objetivo. Eu tenho a impressão que era uma exposição de artes, alguma coisa. Não posso dizer que teria sido algo semelhante a uma bienal, mas era na área de artes que nós levamos os alunos para uma exposição. Mais nessa área.

Será que não foi na Pinacoteca?

Não, não foi na Pinacoteca. Não, não foi. Porque eu me lembro que a gente teve que ir de ônibus, da questão de transporte. Eu não me lembro. Mas nós fazíamos. Nós fazíamos algumas coisas fora, extracurriculares, sem pagamento de horas extras, sem nada. A gente fazia porque gostava de fazer.

Mas esses festivais marcaram a memória de alguns alunos. Eles falam deles.

É?

Sim, sim.

Que bom. Que bom. Muito bom. E nós descobrimos tantos talentos. Tanta gente que cantava, que tocava. Tinha gente com muito talento mesmo. E era uma delícia propiciar a eles, mostrar aquilo que eles podiam fazer. Eles se realizam mesmo. Que bom que ainda eles lembram. Eu também lembro.

E por que você saiu do Liceu?

Porque eu mudei para Sorocaba porque tinha conseguido algumas aulas. Como eu tinha terminado todos os créditos do mestrado de ciências políticas, eu... Meu marido já estava trabalhando em Sorocaba, mas viajava todo dia. E apareceram aulas de história econômica que eu poderia dar com os créditos do mestrado de Ciências Sociais. E aí eu mudei de cidade. Fui para Sorocaba. Fui dar aula de história econômica. Isso fez com que eu sáísse. Mas foi um período bom. E claro, na universidade, eu ganhava melhor, trabalhava menos, ainda os filhos eram pequenos. Isso tudo tornou mais fácil um pouco a minha vida.

Lá em Sorocaba foi uma faculdade?

É. Eu fui para uma faculdade que se chamava Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba e fui dar aulas, também, na faculdade de filosofia. As duas eram da mesma fundação. Nos anos 90 já, elas se transformaram na Universidade de Sorocaba (Uniso). E eu fiquei lá. Uns 35 anos. Mesmo depois de aposentada, continuei dando aulas lá. E há uns 7 anos, eu me mudei para Ribeirão por questões pessoais mesmo. O meu marido morreu, o meu filho já morava aqui em Ri-

beirão. O outro mora nos Estados Unidos e eu queria ficar perto de um filho. Mas, na Uniso, eu fui migrando de história para sociologia. Sociologia era muito concorrido, tinha muitos professores que disputavam as aulas. Eu era a mais nova a chegar. Mas eu sempre fui batalhando para chegar na sociologia, sociologia da educação, que eu me sentia mais confortável. Porque em história econômica, quando eu pedi para os alunos lerem “A história da riqueza do homem”, do Huberman, o coordenador do curso de economia venho tirar satisfação comigo porque como eu estava no curso de administração e economia querendo dar uma visão marxista da história. Então, eu tinha grandes problemas metodológicos para se manter na área de história. Quando eu pedi para os alunos para lerem “As veias abertas da América Latina”. Quem quisesse. Substituindo a prova final para uma entrevista oral sobre o livro. Aí foi outro escândalo porque abria mão da prova final e mandava ler um livro tão revolucionário como “As veias Abertas da América Latina”. Dá para perceber que a linha era conservadora (risos)

E o livro é tão bom. Tão bonito.

É. É lindo o livro. Muitos alunos trocavam a prova pelo livro (risos).

E como você avalia toda essa experiência no ensino e do ensino no Liceu?

Olha. Quando eu terminei o ginásio. Antigamente chamava-se ginásio. A minha mãe queria muito que eu fosse para o Normal, que era o magistério. Eu falei “- Jamais quero ser professora”. “- Está bom, mas para o clássico e o científico você não vai porque vai que você vai casar e não vai ter diploma de nada”. Se você não souber o que é clássico ou científico depois você pesquisa. (risos). Está bom, então eu vou fazer técnico de contabilidade porque daí eu tenho diploma. Se eu resolver casar, eu tenho um diploma. E fui para o Alvarez Penteado, fazer técnico de contabilidade. E fui trabalhar, já no segundo ano, no First National Citibank of New York, que era na esquina do Ipiranga com a São João. Quando foi terminando o terceiro ano, eu... bom, agora o banco me ofereceu que se eu fosse fazer economia, ele me pagaria se eu entrasse em uma universidade paga. Não, não quero economia. Quero fazer serviço social que eu falei no início. No cursinho, eu descobri que não era nada disso que eu queria. Não era assistencialismo que era a minha praia. E aí, eu fui para as ciências sociais. E aí, como eu também já te falei: o que que ia trabalhar? Ia ter que dar aula. Aí, eu descobri que a minha verdadeira vocação era ser professora. Só eu que não sabia. Porque se tem

uma coisa que me realizou como pessoa, como cidadã foi a contribuição que eu pude dar. Sabe eu tenho uns 500 amigos no face que são ex-alunos e que estão a todo tempo mandando, de alguma forma, uma mensagem que me indica: “valeu a pena”, “Você fez o seu trabalho”, “Você contribuiu com alguém”. Tanto do ponto de vista pessoal como social, crítico, ideológico. Sinto muito feliz por ter sido professora. Além de tudo, eu descobri que adoro o palco. Sabe, adoro estar diante de um grupo e podendo estar interagindo, conduzindo. Tanto é que mesmo agora nessa função de coach, de terapeuta, às vezes, eu monto um grupo. Trabalho voluntário. Numa instituição eu atuo como voluntária dando... fazendo acompanhamento de construção de auto-estima numa população mais carente. Então essa coisa de lidar com gente e com grupo é algo que eu descobri depois. O que era realmente o que eu vim fazer aqui.

E esses anos de Liceu de 72 a 77? Teve transformações? Como é que foi esse período? Uma avaliação desse período.

Não consigo identificar nenhuma grande transformação. As transformações que eu consigo identificar foram muito mais em mim do que na própria estrutura. A medida que eu fui ganhando mais confiança. Porque eu tinha 23 anos quando eu comecei. Eu tinha assim terminado o curso. Era muito jovem, muito inexperiente. Então, eu fui ganhando mais confiança, fui acumulando experiência. A cada ano, eu revia completamente o programa que tinha feito no ano anterior e tentando já ajustar mais para um curso de uma forma, para o outro curso de outra. Sabe? Essas mudanças que eu consigo identificar e lembrar foram muito mais em mim do que na estrutura da escola.

E como era o programa? Fiquei curioso. Você mudava os programas? Eram diferentes?

Não. Os programas eram os mesmos para todos os cursos, mas a gente podia ir fazendo adaptações. Então, por exemplo, eu te falei de decorações. Tinha a professora de história das artes, então eu entrava muito em contato com ela para que eu montar meu programa que caminhasse dentro do possível com o que ela estava fazendo também, para ser um suporte de uma para outra. O pessoal de edificações, a questão, assim, desses amigos arquitetos que trabalhavam... que eram professores também. Eu vivia pedindo para eles darem uma olhada sobre o que eu poderia introduzir para que ajudasse naquilo que eles estavam fazendo. Mecânica também. Eu era bem maluquinha. Agora eu me lembrei. Eu levei para fazer uma palestra uma das mulheres do Lampião. Uma das mulheres do

Lampião não. Da turma do Lampião. Não era a Maria Bonita. Uma, mas eu não me lembro do nome dela agora, tinha sido mulher de um dos auxiliares do bando do Lampião e isso em plena ditadura militar. Uma participante do cangaço. (Risos). Eu lembro também assim. Eu me lembrei do cangaço porque eu conseguia apresentar... acho que todas as turmas viram o filme “Tempos modernos”. Se eu não me engano, agora estou em dúvida se foi na faculdade ou lá, que eu passei um filme da época, que era “A classe operária vai ao paraíso”. Você já viu?

Eu conheço, mas eu ainda não assisti. Está na minha lista.

Ok. “A classe operária vai ao paraíso”. Que era considerado muito subversivo em muitos aspectos. A gente fazia essas coisas, mas..., mas sabendo do chão que a gente estava pisando. Nunca foi indiciada pelo Dops, nunca tive que responder nada. Acho que eu sou uma sobrevivente da ditadura. Sem marcas.

Bacana. E mais alguma história para contar sobre essa época? Você falou de uma mulher do cangaço? Como foi entrar em contato com ela?

Foi um colega da faculdade que a conhecia e me apresentou e ela fez uma palestra para os alunos. Para todos os alunos. Contando a versão do cangaço do ponto de vista do cangaço. Foi um colega que intermediou. A gente tinha assim bastante contato do pessoal que ainda estava livre. Mas não me lembro de mais nenhuma história. Lembrei. Lembro agora, assim para você sentir sobre o clima mais institucional. Eu lembro de, no final do ano, sairmos todos, inclusive o diretor que não era assim tão próximo. Ele ficava lá, na sala de aula. A gente não entrava em contato se não fosse para reivindicar alguma coisa, para brigar. Mas não tinha muito contato. Mas eu me lembro de festas, idas para o restaurante, de despedidas do fim de ano. Comemorações de fim de ano. Então havia esses encontros assim, mais de solidariedade. Não sei como se chama isso. De entrosamento.

O diretor era o Arnaldo. Não era?

Era.

Os alunos falam dele.

Será que já morreu? Era mais velho do que eu. Quase 70. Se tiver, está muito velho. Era o Arnaldo. E antes do Arnaldo, tinha um outro que era mais fechado ainda que o Arnaldo. O que os alunos falavam do Arnaldo?

Falam que era bem severo.

Bem, severo. Ele era. Queria mandar um aluno ir embora porque estava fumando um cigarro de manhã. Mas acho que é isso, Raphael.

Sim, sim. Bom. Mais alguma coisa para acrescentar?

Não, não, meu querido. Foi muito bom ter podido lembrar tudo isso com você. Obrigada. Por me achar, por ter vindo aqui. Assim são coisas que a gente vai vivendo e vai deixando para trás. E é gostoso pensar que eu já vivi tudo isso. Foi muito legal. Obrigada pela oportunidade.

Eu que agradeço. Ok. Muitíssimo obrigado.

ANEXO R -Transcrição da entrevista de Elias Martins de Souza. Acervo pessoal. Depoimento coletado em 2018.

Falar do Liceu é como eu acabei de falar para você... É o Elias que está falando, 61 anos de idade, pai de três filhos e avô de cinco netos. No Liceu, eu me formei em 75, uma turma bastante marcante, não foram as pioneiras, mas para nós foi também... No ano paralelo, o movimento estudantil era bastante forte, perseguição aos estudantes, ... Paralelo a esses anos teve o incêndio do Joelma. Alguns acontecimentos que marcaram a história de São Paulo. Morava em Guarulhos... ainda moro. Lá pela manhã, eu não acreditei quando o meu nome saiu na lista dos convocados. Naquele tempo era muito difícil, como ainda é. E é de se imaginar a oportunidade que eu estava, que ia iniciar. Comecei o Liceu porque alguém me indicou. Fazia um curso de desenho arquitetônico. Era uma escola comum, lá no Tatuapé e alguém me falou assim: “- Quando eu terminar o Ginásio, eu quero fazer o Liceu”. Aí eu fui conhecer, me inscrevi e consegui passar. Nem sei como, mas consegui. Muito difícil o curso. A minha formação ginásial não era tão forte. Então, eu tive algumas dificuldades, principalmente com a matéria de cálculos. Os professores eram bastante exigentes. Marcou bastante a nossa trajetória lá. Mas o Liceu foi... Eu não prestei exército, mas como eu falei aqui é igual que nem prestar serviço de exército, alistamento militar. É um divisor de águas, você é uma pessoa antes e depois você vai ser uma outra pessoa depois. O Liceu foi mais ou menos isso. Tinha referência acadêmica. Vamos chamar assim. Depois sai e, no mundo corporativo, nas oportunidades que vai aparecendo, você vai sabendo o peso que tem o nome do Liceu. Quando você fala até hoje é uma referência. “- Ah, você estudou no Liceu!”. “- Opa, o cara estudou no Liceu!”. O Liceu é um nome que foi respeitado, é e será. É inegável. Subestimar o nome do Liceu é quase que insano. Claro que os tempos mudaram. Hoje são outros cursos, mas tem um lastro muito forte. Pegamos a escola bastante diferente do que é hoje. Na verdade, parecia o fundo de uma fábrica lá. Todas essas grandes obras de arte, que não eram do nosso tempo, ficavam guardadas em uns porões. As nossas aventuras... Quando eu dava para brincar em aula de educação física, era você entrar naqueles túneis. Não eram túneis, eram mais aqueles sótãos escondidos para descobrir as estátuas. Falavam até que era mal-assombrada. Era bastante engraçado isso. Hoje a gente vê que já está exposto, honradamente, em lugares para ser apreciados. Estava tudo guardado, tudo jogado.

Nosso uniforme... A gente usava uniforme que parecia um uniforme chinês. Era um azul, meio sei lá... meio chumbo. Alça, sapato e aquelas jaquetinhas. Mas a gente andava na rua como se a gente tivesse uma farda do exército. Com muito orgulho, a gente andava. Outro dia, eu peguei o metrô.

Hoje ainda eu trabalho. Eu estou aposentado, mas ainda trabalho na Petrobrás. Pegando o metrô na estação Tietê, eu vi um garoto com a camiseta do Liceu indo para a aula. E eu falei para ele... tomei a liberdade e falei: “- Estudei nessa escola também”. Ele com 15 alguma coisa e eu com 61. Não entendeu muito. Passei muito rapidamente e contei a história de como foi o Liceu e eu senti, nos olhos dele, que o orgulho de falar que é Liceu ainda persiste mesmo com muitos anos depois. Eu fiquei contente que, gerações em gerações, o orgulho permanece. Isso é muito legal. Então, a minha história é muito pequenininha se comparado aos vários amigos. Nós temos grupos no WhatsApp, grupo dos 75. No facebook, nós temos alguns grupos. Hoje, eu estou aqui participando de um grupo que para mim é novo, embora antigo. E outros grupos de turma que é à frente de meu tempo. Tem pelo menos duas mesas bem extensas aqui e, segundo os organizadores, ainda venho pouco. Para mim já é bastante. Alguns já não pode vir mais porque a idade já avançou muito. Então, falar de um grupo de amigos que já terminou o curso quase 40 anos, 50 anos atrás e que, ainda faz questão de se reunir, dá para contar nos dedos. Nos Estados Unidos é muito comum isso, mas aqui no Brasil é difícil ter encontros aqui. Então isso aqui é a prova viva da importância que fez o Liceu na vida de cada um. Não é que foram anos dourados e de farra e de bagunça, mas o que contribuiu a escola na vida de cada um. Profissionalmente. Intelectualmente. Orgulho de falar para os filhos, orgulho de falar para os netos, quando eles começam a descobrir o que foi o Liceu. Eu tenho o meu segundo casamento. Já foi a 17 anos. Quando a gente começou esse grupo, a gente tinha uns 10 mais ou menos. 10, 12. E ela falava para as amigas com orgulho que o pai dela estudou no Liceu. Isso com 10 anos. Então, ela mal sabe o que é o Liceu... Hoje ela sabe. Eu passei isso para ela. A outra minha filha também montou um grupinho Não tem nada a ver e se baseando no meu grupo também. A gente chama de Dinos, Dinos do Liceu. “- Pai, eu vou montar um grupo também”, no caso dela, é um grupo chamado Canadá. Mas o que é bacana é o exemplo que é deixado, independente de ser Liceu ou não. O importante é o exemplo. Brasil é carente de história. Não que é carente.. é que a memória dele é pequena, curta. Então, quando se valoriza a história, tem que ser enaltecida mesmo e prestigiar aqueles que preocupam com isso. O homem é feito de histórias. A gente se não tem história, não tem passado. E a gente vai ficando velhinho ou mais maduro. É importante a gente encontrar pessoas que estão com os mesmos valores que você acha que foi importante. Quando a gente é novinho, a gente não entende porque o velho gosta de falar tanto do passado. É porque os melhores anos... Tudo mundo tem os seus melhores anos, como a gente está tendo agora também. Os melhores anos foram esses. Então você que está ingressando ou está numa situação parecida ou pode ainda compartilhar com amigos os seus melhores anos, não deixe isso apagar nunca. Não precisa ser

uma fornalha para manter a luz da fogueira, um fósforo a mantém. A gente tem que ser minimamente esse fósforo. É isso aí. Ficou legal?

Acho que ficou. Quer falar alguma coisa sobre as aulas?

As aulas?

Isso.

Bom, a gente tinha aulas práticas. Naquele tempo o Liceu tinha um convênio com o SENAI e as aulas práticas eram ao sábado. O SENAI era uma instituição forte também e a gente tinha aulas práticas dentro do SENAI, que no Liceu não comportava. A gente aprendia muita coisa: hidráulica, elétrica, levantar paredes, tubulação... Fazia projetos e os projetos não eram como hoje, autocard. Era tudo uma régua T. Eu não sei se alguém conhece. Os antigos vão saber o que que eram. Se alguém não souber, depois dá uma olhada na internet e você vai ver o que era uma régua T. Era de um formato de um T mesmo e as pranchetas eram assim... E a gente... Os desenhos eram feito em papel vegetal. Hoje, muita gente não sabe nem o que é isso. Eu tenho até um calo no dedo de tanta lapiseira que eu usei. Escrever na planta não era que nem hoje, autocard. Era um aparelhinho que a gente usava que se chamava normógrafo. Também se você quiser saber, vai lá ver também normógrafo. Tinha... Não era um aparelhinho, na verdade, o aparelhinho de escrever se chamava aranha. Não sei porque parecia uma aranha. Eram umas réguinhas de baixo relevo com vários tamanhos de letras. Aí você seguia aquela referência, aquela guia e do outro lado era uma caneta e você... O movimento que você fazia na letra era o mesmo movimento que você fazia na caneta e você escrevia. Tudo no nanquim. O nanquim era uma tinta que você usava e você usava caneta de várias penas que a gente chamava: 01, 02, 03, 04, 05. Eram caras estas canetas. Entupia. Para você limpar esse desenho quando você errava, não era com borracha não. Você tinha que esperar secar o nanquim e passar um gilete. Gilete também ninguém mais sabe o que é hoje, mas gilete era uma lâmina de barbear. O fabricante chama Gilete. A gente cortava ela no meio e raspava o desenho. Então o melhor desenhista era aquele que não precisava rasurar o desenho, não tinha nada raspado. Aquele que era todo raspado era o mais sofrido. Aí depois você tirava cópia desse desenho. Te mandava uma cópia azul que chamava heliográfica. Cheiro de almodido, cópia fedida lascada. Vinham uns desenhos meio azul. Hoje também nem existe mais essas máquinas. A máquina que fazia essas cópias chamava-se OSEF.

Uma fábrica famosa também, essas máquinas heliográficas. Você ia tirar cópia e você ficava tonto. Tanta cópia que você tirava. Era amonico puro. Aí também não tinha calculadora também. Calculadora nossa era coisa de luxo. A gente foi começar a ver calculadora quase no fim do curso. Existia uma régua que se chamava régua de cálculo. Inclusive eu fui recentemente no Liceu e encontrei essa régua de cálculo. Era uma régua de cálculo gigante lá. Era a régua para ensinar aos alunos a como usar. Hoje ninguém sabe o que é, mas você... trigonometria, multiplicação, soma, tudo nessa régua de cálculo. E venho o professor lá ensinar, compramos e todo mundo tinha comprado um e era a nossa calculadora. Usar uma régua de cálculo. Muito diferente, deve ser coisa de japonês ou alguma coisa assim. Eu tenho uma, está guardada até hoje a régua de cálculo. Se eu fosse explicar, algumas coisas eu me lembro, outras não. E o pior é que ela funcionava. Dava certinho.

No Liceu não podia repetir. Se você repetia, você caía fora. Não tinha segunda época ou “eu vou voltar a fazer”. Aí, o professor mais temido acho que era o professor Arnaldo, de mecânica. Deus me livre. Você queria ver o diabo, mas não queria ver esse homem. Muito complicado. Tinha um bigodão, parecia uma propaganda de bicicleta antiga assim. Bigodão fino. Nossa, aquele homem, pelo amor de Deus.

Fiz boas amizades, fiz amigos. Amigos malucos. Um amigo falou para bater um papo aqui em São Paulo e fomos parar no Rio de Janeiro. Fomos acampar na barra da Tijuca, uma barraca. E a minha mãe pensando que eu estava aqui pertinho. Apareci quatro dias depois lá. Ficamos lá acampado. Mas bacana. Muita história. Muita história mesmo. Alguns amigos se foram já. Outros foram muito bem sucedidos. Muito bem mesmo. Amigos que viraram empresários ou que foram para o Japão ou os Estados Unidos. Um, inclusive, foi cantor de ópera. Passou até naquele programa do Talents. American Talents. Chegou até a final. Eu vou lembrar do nome daqui a pouco. Muito bacana. Foi muito orgulho nosso ver que ele estava quase na final num programa mundial. E ele foi. Estava atuando nos Estados Unidos como enfermeiro e a gente nem sabia que ele era um cantor de ópera bastante conhecido.

Então, é isso aí. A gente vai conversando e vai lembrando de muitas coisas. Muita bagunça que a gente fez também. Aprontava bastante com o pessoal. Eu me lembro uma vez, na educação física, todo mundo levava um shorts para a gente se trocar e aí numa hora eu fui onde a gente pendurava as roupas e todo mundo estava urinando dentro de um balde. Dentro de um balde tinha uma calça toda amarrada, cheio de nós. “O que é isso?”, “Não sei de quem é. Estão mijando aí”. Todo mundo mijando e eu fui lá dar uma mijada. Aí todo mundo foi embora e eu fui procurar a minha calça. Cadê a minha calça? Era a minha. Rapaz, eu nunca mais usei aquela calça. Voltei para casa só de shorts.

Puto da vida que eu ainda ajudei a mijar em cima da (risos) da minha própria calça. Era assim a turma, bem santinha. Aí tinha um amigo que lia jornal bem no meio da sala de aula. O nome dele é Gabi. Parecia o Garibaldi, a gente chamava de Gabi. Até hoje ele está... Ele gostava de ler jornal e aí um colega que se chamava Rasputin, foi lá e tocou fogo no meio do jornal dele, dentro da sala de aula. E ele lendo o jornal e o fogo subindo em cima. Subindo e subindo. Era assim as bagunças da gente. É isso aí.

E as oficinas? Você falou que era do SENAI?

As oficinas. As oficinas, na época, não eram tão grandes. Como eu falei, ainda estava montando muita coisa. A gente tinha, na verdade, os ateliês que a gente chamava. O ateliê para desenhar... para desenhar só. Mas as oficinas, essas tradicionais... Tanto é que na época, o Liceu não tinha essa sala e eles fizeram uma parceria com o SENAI. A gente ia para o SENAI. Tinha aula de topografia, ali mesmo no pátio. Usar teodolito. Fazer levantamento topográfico. Isso a gente chegou a fazer. Mas não tinha, literalmente, as oficinas que tem hoje. Não tinham.

É isso. Quer acrescentar mais alguma coisa?

Não, está ótimo.

Obrigado, Elias.